



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

LEONARDO FAGGION NOVO

Entre arte e técnica: *arquiteturas políticas* na legitimação da
profissão no Brasil [1920-1930]

Campinas
2018

LEONARDO FAGGION NOVO

Entre arte e técnica: *arquiteturas políticas* na legitimação da profissão no Brasil
[1920-1930]

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História na área de Política, Memória e Cidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josianne Francia Cerasoli

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Leonardo Faggion Novo e orientada pela Prof.^a Dr.^a Josianne Francia Cerasoli.

Campinas
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2015/13425-5

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

N859e Novo, Leonardo Faggion, 1992-
Entre arte e técnica : *arquitecturas políticas* na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930] / Leonardo Faggion Novo. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Josianne Francia Cerasoli.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Arquitetos - Regulamentação. 2. Arquitetura como profissão - Brasil. 3. Associações profissionais - História. 4. Arquitetura - História - Congressos. 5. Trajetórias. I. Cerasoli, Josianne Francia, 1972-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Between art and technique : *political architectures* in the legitimation of the profession in Brazil [1920-1930]

Palavras-chave em inglês:

Architects - Regulation
Architecture as a profession - Brazil
Professional associations - History
Architecture - History - Congresses
Trajectories

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Josianne Francia Cerasoli [Orientador]
Maria Stella Martins Bresciani
Fernando Atique

Data de defesa: 19-02-2018

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 19 de fevereiro de 2018, considerou o candidato Leonardo Faggion Novo aprovado.

Prof.^a Dr.^a Josianne Francia Cerasoli

Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

Prof.^o Dr. Fernando Atique

Prof.^a Dr.^a Silvana Barbosa Rubino (suplente)

Prof.^o Dr. Rodrigo Santos de Faria (suplente)

Agradecimentos

Transformar três anos de pesquisa em algumas páginas de agradecimentos é tarefa das mais difíceis para alguém que, como eu, sempre começa a ler algum trabalho tentando estabelecer as redes e dinâmicas pessoais que o possibilitaram por meio do elencado de nomes e instituições destacadas junto a carinhosos adjetivos nesse pré-texto. Os agradecimentos reafirmam como a pesquisa, apesar de ser uma atividade individual, nunca é feita de maneira solitária. Assumindo o iminente risco de esquecer algumas pessoas, portanto, espero que os parágrafos que se seguem ajudem o próximo curioso a estabelecer filiações ou, simplesmente, a se aproximar desse pequeno universo afetivo pelo qual orbitei enquanto pensava o campo da arquitetura ao longo do século XX.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo [FAPESP, processo nº 2015/13425-5], agradeço pelo financiamento. Realizar uma pesquisa nessas – raras – condições me permitiu visitar os arquivos, realizar pesquisas de campo e participar de eventos acadêmicos no Brasil e no exterior, etapas fundamentais para a elaboração de uma dissertação que dialogue com outras áreas do conhecimento e outros núcleos de pesquisa.

À Josianne Cerasoli, que orienta meus trabalhos desde a monografia de conclusão de curso, agradeço pela maneira sempre gentil com a qual acolheu minhas dúvidas e inquietações. Josi, dentre muitas coisas, me ensinou a ser curioso, em uma perspectiva que vai além da pesquisa, e a isso serei eternamente grato. À Stella Bresciani e Fernando Atique, agradeço as cuidadosas leituras no exame de qualificação e preciosas indicações de fontes, leituras e formas de narrar essa complexa trama que compõe a dissertação. À Stella, que acompanhou de perto o processo de transformar um esboço de projeto de pesquisa em uma dissertação, agradeço pelos caminhos e descaminhos apontados em relação a pensar um campo que não é o nosso, demonstrando que qualidade, crítica e minúcia não excluem generosidade, gentileza e solidariedade. A oportunidade de desenvolver a pesquisa no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade, fundado por ela, e a manter como interlocutora permanente são privilégios que não se traduzem em termos formais. Ao Fernando, referência primeira de muitos temas que abordo ao longo desse trabalho, agradeço a maneira sempre solícita com a qual respondeu prontamente e-mails de um jovem pesquisador perdido nas referências arquitetônicas.

Como aluno da casa, formado desde a graduação pelo Departamento de História da Unicamp, devo ainda a professoras que, durante os anos de formação, provocaram reflexões e me apresentaram temas que permitiram chegar até aqui. À Sílvia Lara, minha primeira orientadora, pelo exaustivo e rigoroso trabalho com as fontes durante os dois anos de iniciação científica. À Cristina Meneguello, autora da tese que me conquistou de vez para o campo da arquitetura, agradeço por me mostrar o alcance que o trabalho do historiador pode ter quando ele consegue sair dos muros da universidade. À Silvana Rubino, pela companhia em cafés e sucos verdes, por ter me acolhido duplamente em sala de aula (como aluno e como monitor) e pelas valiosas conversas sobre o neocolonial, cultura e Gilberto Freyre. À Sabrina Fontenele, agradeço pelas palavras de incentivo frequentemente requisitadas e pelos papos de arquitetura, modernidade e astrologia. Minha jornada seguramente teria sido outra, e menos divertida, sem sua presença afetiva.

Institucionalmente, tive a sorte de me deparar com funcionárias das mais gentis e eficientes nos arquivos visitados. À Eunice e à Vera, do Arquivo Histórico de São Paulo, à Gisele, da Biblioteca da FAU-USP, à Fátima, da Biblioteca Paulo Santos (IPHAN) e à Esther, do Clube de Engenharia, agradeço pela receptiva maneira com quem me receberam nas instituições e por terem possibilitado a leitura de uma documentação extensa em, por vezes,

algumas horas ou dias. A todos os funcionários e funcionárias da Biblioteca Octávio Ianni, do IFCH-Unicamp, por tornarem o cotidiano de trabalho menos pesado e o ambiente mais alegre.

Às colegas pesquisadoras do CIEC – Monique Borin, Ana Carolina Alves, Suelen Simião, Raquel Jordan, Thainã Cardinalli, Ana Carolina Silva e Ludmilla Bueno – agradeço por terem me ouvido falar exaustivamente sobre os arquitetos e por terem contribuído decisivamente com leituras, críticas e indicações. À Monique, devo, especialmente, pela consolidação de uma parceria afetiva e intelectual que nos rendeu muitas elaborações teóricas, debates acalorados e cervejas geladas. Nesses três anos, ainda tive a alegria de ver crescer o número de pesquisadores envolvidos com o CIEC. Por isso, esses agradecimentos são extensivos à Daniel Deminice, Renata Geraissati e João Neves. A criação do nosso GEL (Grupo de Estudos e Leituras) é a consolidação dessa vontade comum de estudar e instigar a coletividade.

Para além da academia tenho a sorte de estar cercado por muitas pessoas que me apoiaram e incentivaram durante todo o meu percurso. De maneira geral (e para minimizar os possíveis lapsos de memória), agradeço a paciência e a persistência daqueles que reiteradamente ouviram “hoje não posso, preciso escrever”. Espero que, com o fim dessa pesquisa, eu consiga retribuir e suprir essa ausência dos últimos anos. Em Campinas, desde que me mudei, pude contar com Paula, Camilla, Nana, Saccon, Giu, Elisa e Luiza, o núcleo central de uma extensa genealogia que me acolheu e nunca me permitiu sentir solidão. A Unicamp me permitiu compartilhar as descobertas universitárias com outros historiadores-em-formação: Woody, Matheus, Ana Luísa, Julie, Guido, Fabrísio, Júlia, Klaus, Lorraine, Mica, Momô e Renata. À Isabela e ao Rafael, agradeço a insistência em dividir comigo um teto, algumas manias e muitas risadas.

À minha família, devo o apoio irrestrito e incondicional manifestado antes mesmo deles entenderem o porquê eu passaria mais alguns anos estudando. As ausências em comemorações, aniversários e festas – quase semanais em uma família grande e animada como a minha –, quando cobradas, eram rapidamente perdoadas pelo respeito e carinho constantemente reafirmados. Ao meu irmão, Lucas – de fato, engenheiro – agradeço por ter me ensinado a valorizar e trabalhar a diferença, e por sempre ter visto em mim alguém melhor do que eu sou. Ao meu pai, Antonio, por ter me mostrado a importância de se cercar de amigos e se fazer presente mesmo através de silêncios. A minha mãe, Denise, por ter sido sempre minha maior inspiração e porto seguro, e por ter me mostrado, mesmo sem saber, como se praticar alteridade.

Aos que se surpreenderem de ver a prosa do engenheiro antes dos versos do poeta, direi que nem tudo é golpeantemente decisivo nesta profissão de números e diagramas. É ilusório o rigorismo matemático imposto pelo critério vulgar às formas irredutíveis da verdade. Basta atender-se em que o objetivo das nossas vistas teóricas está no descobrir uma simplicidade que não existe na natureza; e que desta nos abeiramos, sempre indecisos, já tateantes, por meio de aproximações sucessivas, já precipitadamente, fascinados pela miragem das hipóteses. A própria unidade das nossas mais abstratas construções é enganadora.

Euclides da Cunha, 1908.

Ao leitor,
Se ao manuseares este livro o julgares inútil e mal feito, desculpa o seu autor e lembra-te que se ele o escreveu foi porque teve na vida uma norma: julgar preferível uma iniciativa fracassada a nenhuma tentativa.

Alexandre Albuquerque, 1938.

RESUMO

A presente dissertação identifica e analisa os embates políticos relativos à regulamentação profissional dos arquitetos no Brasil, oficializada pelo Decreto Federal n.23569/1933. A análise da documentação relativa aos órgãos profissionais – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, associações profissionais e escolas – enfatiza as tensões e disputas entre os diferentes agentes envolvidos com o mercado da construção civil no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Por meio do exame dos trabalhos e atas dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, a temática é entendida como transnacional e inserida em uma rede continental de debates na qual eram articuladas suas demandas profissionais. As *arquiteturas políticas*, portanto, exprimem as implicações dessas disputas por legitimação social e política do lugar dos arquitetos e da arquitetura no Brasil e na América durante as primeiras décadas do século XX.

Palavras Chave: Arquitetos – Regulamentação. Arquitetura como profissão – Brasil. Associações profissionais – História. Arquitetura - História – Congressos. Trajetórias.

ABSTRACT

The present dissertation has the objective to map and comprehend the political clashes related to the professional regulation of the architects in Brazil, made official by the Federal Decree n.23.569/1933. The analysis of the documentation related to the professional institutions – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, professional associations and schools – emphasizes the tensions and disputes between diferente agents involved with the construction Market in Brazil in the 1920's and 1930's. Through the analyses of the theses defended in the Pan-American Congress of Architects, the theme is understood as transnational and inserted in a continental network of debates in wich were articulated the professional demands. The *political architectures*, therefore, express the implications of this disputes over social and political legitimation of the architects and architecture's place in Brazil and in America during the first decades of the 20th century.

Key words: Architects – Regulation. Architecture as a profession – Brazil. Professional associations – History. Architecture - History – Congresses. Trajectories.

RESUMEN

La presente tesis identifica y analiza los embates políticos relativos a la regulación profesional de los arquitectos en Brasil, oficializada por el Decreto Federal n.23569 / 1933. El análisis de la documentación relativa a los órganos profesionales – “Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura”, asociaciones profesionales y escuelas - enfatiza las tensiones y disputas entre los distintos agentes involucrados con el mercado de la construcción civil en Brasil en las décadas de 1920 y 1930. Por medio del examen de los trabajos y actas de los Congresos Panamericanos de Arquitectos, entendemos que la temática es transnacional e insertada en una red continental de debates en la que se articulaban sus demandas profesionales. Las *arquitecturas políticas*, por lo tanto, expresan las implicaciones de esas disputas por legitimación social y política del lugar de los arquitectos y de la arquitectura en Brasil y América durante las primeras décadas del siglo XX.

Palabras Clave: Arquitectos – Regulación. Arquitectura como profesión – Brasil. Asociaciones profesionales – Historia. Arquitectura - Historia – Congresos. Trayectorias.

Lista de siglas

AIA	American Institute of Architects
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
CPA	Congressos Pan Americanos de Arquitetos
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
EPSP	Escola Politécnica de São Paulo
EPRJ	Escola Politécnica do Rio de Janeiro
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBA	Instituto Brasileiro de Arquitetos
ICA	Instituto Central de Arquitetos
IE	Instituto de Engenharia
IPA	Instituto Paulista de Arquitetos
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MVOP	Ministério de Viação e Obras Públicas
PRP	Partido Republicano Paulista
SCA	Sociedade Central de Arquitetos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução 13

1. A (im)possibilidade do consenso: com quantas exceções se faz uma regra? 21

1.1 *Uma questão republicana? Sobre temporalidades, cronologias e pressupostos* 21

1.2 *Padrões historiográficos* 28

1.3 *A imposição do consenso: o sistema CONFEA/CREA* 36

2. Os arautos da tecnocracia 59

2.1 *Alexandre Albuquerque: o paladino e o legado de sua cruzada* 62

2.2 *Adolfo Morales de los Rios Filho: a trajetória de um profissional e de uma profissão* 77

2.3 *Christiano Stockler das Neves: “quem protesta defende um direito!”* 89

2.4 *José Marianno Filho: um defensor desinteressado da cidade* 102

3. Agendas Pan-Americanas 118

3.1 *“Aos companheiros de Ideal: os arquitetos da América”* 125

3.2 *Convém regulamentar a profissão de arquiteto?* 130

3.3 *O lugar da América* 140

Considerações finais: Arquiteturas Políticas 150

4. Referências 158

5. Anexos 166

5.1 *Quadros das representações dos Congressos de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura realizados pelo CONFEA* 166

5.2 *Relação de membros do Instituto Paulista de Arquitetos em maio de 1931* 169

5.3 *Temários dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos [1920-1930]* 176

Introdução

Em 1850, Gustave Flaubert começou a escrever o seu *Dicionário das ideias feitas*.¹ Na pequena e lúdica obra, o romancista francês reúne uma série de verbetes irônicos e bem-humorados buscando catalogar ideias consagradas pelo senso comum. De A a Z ele define vocábulos dos mais triviais, como a calvície, “sempre precoce, causada por excessos de juventude ou pela concepção de grandes pensamentos”, até temas de intensos debates intelectuais, como a América.² Destaco, dessa gama de provocações à sociedade burguesa da França oitocentista, os verbetes a seguir, indicadores das problemáticas trabalhadas na presente dissertação e marcadores do processo de regulamentação profissional:

Arquitetos – Todos imbecis. Sempre esquecem a escada das casas.

Arquitetura – Só existem quatro estilos de arquitetura. É claro que não se considera o egípcio, o ciclótico, o assírio, o índio, o chinês, o gótico, o românico, etc.

Arte – Leva à miséria. Para que serve, já que podemos substituí-la pela mecânica que faz melhor e mais rápido?

Diploma – Sinal de ciência. Não prova nada.

Engenheiro – É a melhor carreira para um rapaz. Conhece todas as ciências.

Por meio do exercício de explicitar hábitos e perspectivas que beiravam o ridículo da sociedade burguesa da França do século XIX feito por Flaubert é possível identificar como a arte e a técnica já eram interpretadas em regime de oposição e relacionadas a determinada percepção social sobre o arquiteto e o engenheiro. A arquitetura era caracterizada pelo mal exercício dos arquitetos e pela parcialidade de seus sistemas de referência. Por fim, a ambiguidade relegada ao diploma, dispositivo de verificação de conhecimento que, se era algum “sinal de ciência”, não provava de maneira satisfatória coisa alguma. Ironias à parte,

¹ O exercício lúdico de Flaubert só seria publicado pela primeira vez em 1913, ou seja, mais de trinta anos após a morte do autor. “Dicionário das ideias feitas” é a tradução mais aceita no Brasil, apesar de tradutores não entrarem em completo acordo sobre a melhor maneira de exprimir a noção de “idées reçues”, própria do século XVIII e que no XIX ganhou a acepção de uma ideia repetida pelo senso-comum.

² “Belo exemplo de injustiça: foi Colombo quem a descobriu e seu nome vem de Américo Vespúcio. Sem a descoberta da América não teríamos a sífilis e a filoxera. Deve-se exaltá-la mesmo assim, principalmente quando não se foi lá. Fazer um discurso sobre o *self-government*”. FLAUBERT, Gustave. *Dicionário das ideias feitas*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo, SP: Nova Alexandria, 2007.

essas percepções burguesas produziram efeitos a longo prazo sobre tais palavras e, no caso da arquitetura, sugerem algumas permanências.

No Brasil, os arquitetos já tiveram seu exercício profissional regulamentado por três vezes: em 1933, 1966 e 2010. Esse histórico dinâmico sinaliza como é difícil o processo de legitimar tecnicamente, mas também social e politicamente, a profissão, além de ser indício de alguma insatisfação da classe profissional com determinadas diretrizes fixadas para sua prática. Das três normas, somente a Lei n.12.378, de dezembro de 2010, foi elaborada com o objetivo específico de regulamentar o exercício da arquitetura de maneira autônoma. A norma criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e desvinculou a profissão do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA).³ Antes dela, a arquitetura era regulamentada junto com as outras “profissões técnicas”, engenharia civil e agronomia (ou agrimensura).

Mas qual a relação entre os arquitetos “imbecis” de Flaubert e esse longo e conturbado percurso legal de regulamentação profissional no Brasil? Diferente da engenharia, que de maneira perene estabeleceu um sistema simbólico e político que a legitimava enquanto conhecedora de “todas as ciências”, a arquitetura possui uma história fraturada que, se abarca alguns grandes momentos de consagração e celebração, vacila entre a arte e a técnica, entre o monopólio de uma prática da alta cultura e a total ausência um perfil exclusivo de atuação. A indefinição e confusão de suas atribuições, objetivos e formação profissionais com outros campos é parte constitutiva de sua história, propiciando, inclusive, a formulação de estratégias, políticas e epistemológicas, de legitimação.

A presente pesquisa teve como objetivo mapear e problematizar os debates e embates políticos relativos à regulamentação profissional dos arquitetos no Brasil durante as décadas de 1920 e 1930. Com isso, buscamos situar esse debate por meio de seus agentes e identificar novos marcos para se pensar a história da arquitetura no Brasil e, ao mesmo tempo, entender o papel desses profissionais e da própria profissão como aglutinadores de demandas políticas, servindo de suporte para os mais diversos interesses.

As profissões de arquiteto, engenheiro e agrimensor foram regulamentadas pelo Decreto Federal número 23.569 promulgado em 11 de dezembro de 1933 durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1934). Ele foi organizado em seis capítulos, estabelecia condições para o exercício legal de tais profissões e identificava as particularidades de cada campo, de maneira a delimitar as competências exigidas para cada

³ A sigla do CONFEA, contudo, se mantém até hoje, apesar da mudança de significado. Atualmente o que era Arquitetura passou a ser Agronomia.

“especialização”. A mais representativa talvez tenha sido a exigência de diplomas provenientes de instituições e escolas oficiais para o registro profissional.

Além de fixar um perfil profissional a partir de atribuições específicas e exclusivas de cada área de atuação, o Decreto ainda criava o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA) e os Conselhos Regionais (CREA’s), que se articulavam e formavam um sistema autárquico atuante em esferas administrativa, consultiva e deliberativa. Tal sistema regulatório teve papel fundamental na articulação das demandas de tais profissionais com o Estado e a legitimação de sua atuação perante a sociedade.

Os efeitos da imposição desse aparente consenso em campos profissionais heterogêneos e diversos, centralizados nessa estrutura representativa que certificava sua prática, são explorados no **capítulo 1**. Nele, a partir das atas dos Congressos de Conselheiros do CONFEA, é esboçado como eram disputadas as diferenças regionais da aplicação do Decreto n.23.569 e explicitadas algumas *arquiteturas políticas* necessárias a legitimação desse sistema tentacular que é o CONFEA/CREA. Além disso, a partir do caso de São Paulo e das séries de livros de registros profissionais, indicamos as diferentes formas de registro e alguns efeitos que o processo de regulamentação teve sobre os “práticos”, trabalhadores não diplomados que atuavam no mercado da construção civil.⁴

A noção de campo, amplamente difundida e trabalhada aqui em relação aos profissionais, foi teorizada por Pierre Bourdieu, que o definiu como um “sistema relativamente autônomo que integra produção, reprodução e difusão e configura um mercado de bens simbólicos”. Nessa dinâmica, são fundamentais as disputas por dominação travadas por agentes a partir de seus diferentes capitais (político, social, cultural, econômico, simbólico) e de sua posição no campo.⁵ Essa teoria sociológica tem embasado muitos trabalhos que se debruçam sobre a profissão de arquiteto e alguns aspectos de seu campo profissional, como o clássico estudo de Durand.⁶ Menos do que negar a importância de sua teoria, chamo a atenção para como essas categorias sociológicas, por vezes, limitam o olhar do pesquisador e se tornam “facilitadores de análise”.

Joana Mello, em sua tese, elabora uma crítica a essa tendência de se replicar e universalizar as categorias de Bourdieu. Ela trabalha a noção de campo como uma referência

⁴ A ênfase em São Paulo é justificada pelo acesso à documentação relativa às escolas oficiais e, sobretudo, aos livros de registros da Prefeitura e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

⁵ A noção de campo em Bourdieu foi pensada a partir de “O mercado de bens simbólicos”, publicado no livro *A economia das trocas simbólicas* em 1974. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Coautoria de Sergio Miceli. 6. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005.

⁶ José Carlos Garcia Durand foi autor de um dos primeiros trabalhos que se tem notícia sobre a profissão de arquiteto no Brasil, publicado na década de 1970 pelo CREA-RJ. DURAND, Jose Carlos Garcia. *A profissão de arquiteto: estudo sociológico*. Rio de Janeiro, RJ: CREA-5ª Região, 1973.

teórica para reconstituir a história da arquitetura entre 1930 e 1960, evitando apreensões tradicionais que o tomam como um modelo fechado de análise. A autora enfatiza como a teoria dos campos foi desenvolvida pelo sociólogo a partir da França e se apoia nas reflexões de Néstor Canclini para tentar “adaptá-las” às condições latino-americanas, de modo a reconhecer que o campo artístico e intelectual nesses países é mais fragmentado e dotado de outra dinâmica.⁷

Para entender o “campo”, é necessário compreender outras concepções do sociólogo que, de maneira articulada, conformam seu pensamento. A dinâmica dos campos está relacionada aos diversos capitais e a produção de distinções, o que se traduz em relações de poder e culminam em uma questão norteadora de seu pensamento: como opera a dominação? Bourdieu buscava responder, de maneira geral, a um dilema de seu tempo e que também era tema de outras pesquisas na área das ciências humanas: as relações entre o indivíduo e a sociedade no que toca as mudanças de ordem social. Entre o dilema da agência em meio à estrutura, ele tornou complexa e desnaturalizou uma oposição entre as duas categorias e tornou as estruturas sociais mais dinâmicas.

A superação do binarismo indivíduo/sociedade é feita a partir da noção de *habitus*, *grasso modo*, entendido como um sistema de valores compartilhados e incorporados por determinado grupo. O *habitus*, produto dessas relações entre indivíduo e sociedade, em sua elaboração histórica, se torna estruturante e estruturador a um só tempo e o campo, lugar ocupado pelos indivíduos, ativaria o *habitus* a partir de uma relação sistêmica. Espaços sociais, portanto, correspondem a determinados e específicos campos, cujas condições de formação estariam sujeitas à existência de um público, de um corpo diferenciado de produtores (e a conseqüente valorização dos profissionais que criam valores) e da criação das instâncias de difusão e valorização. Com isso são estabelecidas regras interiores ao campo, criadas por agentes que se encontram dentro dele e que os legitimam.

Essas reflexões de Bourdieu embasam muitos trabalhos sobre o campo profissional da arquitetura no Brasil, o que torna o estudo da teoria dos campos necessário para que possamos dialogar com outras pesquisas. Entretanto, é necessário apontar como a adoção mecânica de modelos sociológicos de análise pode comprometer a interpretação histórica, levando a generalizações e enquadramentos nem sempre produtivos. Essas categorias,

⁷ SILVA, Joana Mello de Carvalho e. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva (1930-1960)*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Na obra de Canclini referenciada pela autora ele propõe uma revisão da obra de Bourdieu a partir da identificação de alguns “debates latino-americanos”. Néstor García Canclini, *Desigualdad cultural y poder simbólico. La sociología de Pierre Bourdieu*. México: Escuela Nacional de Antropología e Historia. Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1986.

menos do que servirem de *a priori* para esse estudo, nos ajudam a enfatizar o dinamismo desse campo profissional em disputa em prol de historicizá-lo. A fundação e criação de associações profissionais e escolas de arquitetura indica, portanto, um processo de institucionalização da profissão e passam a corresponder às instâncias de difusão e valorização desse campo.

Outro aspecto referente à abordagem da temática diz respeito ao tratamento dado às fontes e as maneiras pelas quais podemos interpretá-las. A partir da dimensão performativa dos textos e documentos, buscou-se entender como os arquitetos se posicionaram por meio de jogos políticos em relação a um campo profissional em disputa com outras profissões e saberes e nas relações com o Estado, visando definir e legitimar sua prática profissional. Com a campanha pelo reconhecimento legal de seu exercício profissional, eles tiveram que se defrontar com um problema anterior e estruturante: como eles iriam definir a arquitetura e o arquiteto? A oscilação entre o caráter técnico e o artístico em sua formação e exercício profissional tensionava a própria definição da disciplina, sobretudo nos discursos que visavam enfatizar a distância em relação à engenharia. Além disso, os múltiplos entendimentos sobre a “natureza liberal” da profissão colocavam em confronto diferentes proibições e impedimentos de seu exercício. Pretendeu-se a partir disso, investigar e explicitar as implicações mútuas dessas disputas por legitimação social e política do lugar dos arquitetos e da arquitetura no Brasil durante as primeiras décadas do século XX.

Apesar da heterogeneidade que marcava as posições, práticas e concepções sobre o exercício profissional defendidas nos debates, é possível identificar um objetivo comum: a necessidade de garantias e estabilidade profissional, bem como a busca dessa salvaguarda no Estado. Nessa via de mão dupla, o próprio Estado, nas primeiras décadas do século XX, buscava maior controle sobre as relações de trabalho, criando em 1930 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com essa nova atitude, a profissão de arquiteto não foi a única a ser regulamentada no período e insere-se em um processo de institucionalização das ocupações, através do processo de profissionalização.⁸

Esses arquitetos encontraram, nas associações profissionais, espaços privilegiados de deliberação e mobilização de suas demandas. Entre 1916 e 1935, no Rio de Janeiro e em São Paulo, foram fundadas quatro instituições que, em seus conflitos e divergências, nos

⁸ A título de exemplo, em 1930 é criada a Ordem dos Advogados do Brasil, em 1931 é regulada o exercício profissional dos farmacêuticos, em 1934 a dos químicos e, um pouco posteriormente, em 1945 são criados os Conselhos de Medicina. Sobre esse “processo de profissionalização” das ocupações ver: COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822/1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

permitem delinear como a arquitetura era pensada e polemizada nesse período de intensos debates profissionais. Na capital paulista, depois de tentativas frustradas desde o final do século XIX, foi fundado, em 1916, o Instituto de Engenharia (IE) e, em 1930, o Instituto Paulista de Arquitetos (IPA).⁹ De caráter regional, o IPA foi fundado a partir das recomendações dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos que, desde sua primeira edição, em 1920, advogavam pela maior articulação entre as associações profissionais, pensadas a partir de uma hierarquia que ia do regional ao continental. O Instituto Paulista, então, respondia à Sociedade Central dos Arquitetos, sediada no Rio de Janeiro.

Processo semelhante ocorreu na capital federal quando, no início da década de 1920, foram fundadas duas associações: em 1921 o Instituto Brasileiro de Arquitetos (IBA) e, no ano seguinte, a Sociedade Central de Arquitetos (SCA). Apesar de menos brusca do que em São Paulo, essa cisão profissional entre duas instituições pode ser entendida como a demarcação de posições nesse contexto de configuração da figura do arquiteto nacional. A união do IBA e da SCA aconteceu poucos anos depois, em 1924, com a fundação do Instituto Central dos Arquitetos (ICA), também promovida pelas conclusões dos Congressos Pan-Americanos. O órgão foi responsável por organizar a edição de 1930 do evento, que aconteceu no Rio de Janeiro. Cinco anos depois, o instituto muda de nome para Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Essa fragmentação e aparente desorganização institucional são partes fundamentais da história do IAB e um dos efeitos das frequentes discordâncias existentes dentro de um mesmo grupo de arquitetos.

No Rio de Janeiro, além dessas instituições, também estava sediado o Clube de Engenharia, fundado em 1880¹⁰. O Clube permanece ativo em suas demandas políticas e profissionais e, apesar de não ser uma associação de arquitetos, mas de engenheiros e

⁹ O Instituto de Engenharia incluía e aceitava arquitetos diplomados como membros desde sua criação, em 1917. Apesar disso, a criação da Divisão de Arquitetura só aconteceu em 1923, na gestão de Alexandre Albuquerque como presidente. A Divisão foi responsável pela realização do I Congresso de Habitação, em 1931 e, como analisa Marisa Carpintero, possibilitou a institucionalização de demandas profissionais. CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo-1917/1940)*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. GRAZIOSI, João Carlos. *A trajetória profissional do engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque, 1905-1940*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001.

¹⁰ O Clube de Engenharia, apesar de importante órgão profissional, foi alvo de poucos estudos e reflexões. Sua atuação aliava debates altamente técnicos a questões políticas, indicando maneiras pelas quais o elemento técnico que compunha a profissão era usado para forjar espaços de demanda e diálogo em jogos traçados com o Estado. Fernando Atique tem se dedicado a estudar o tema e já tem alguns trabalhos publicados nesse sentido: ATIQUE, F. Conrado Jacob de Niemeyer e a organização de uma rede de interesses e de atuações profissionais por meio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. In: *34th International Congress of the Latin American Studies Association - LASA 50 years*, 2016, New York. Proceedings of the 34th LASA - 50th Anniversary, 2016. v. 1. p. 1-17. ATIQUE, F. 'Formação Americana, Atuação Brasileira': um olhar sobre engenheiros e arquitetos por meio do arquivo do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. In: *Cadernos de Resumos do II ENANPARQ*. Natal, RN: EDUFRRN, 2012.

industriais, tomou partido em muitos dos debates aqui narrados – enviando associados a eventos e congressos realizados pelas demais associações mencionadas, ou mesmo publicando artigos e manifestos sobre a regulamentação profissional sobre o ponto de vista de seus membros.

Ainda no âmbito da institucionalização da arquitetura, as escolas oficiais de engenharia e arquitetura também se relacionam diretamente com a problemática apontada. O perfil profissional defendido pelos diferentes currículos das três escolas existentes em São Paulo no período – Escola Politécnica de São Paulo (1894), Mackenzie College (1896), e, posteriormente, Escola de Belas Artes (1925) – esboçam as dissonâncias encontradas no interior dessa classe profissional acerca de suas atribuições e responsabilidades, bem como na ênfase de seus estudos. Essa ênfase sobre o campo profissional em São Paulo, nítida no estudo das escolas se justifica por uma série de fatores: a promulgação de leis de controle profissional de arquitetos e construtores anteriores ao Decreto de 1933 (como as Leis Municipais n.2.332, de 1920, e n. 2.986, de 1926, e a Lei Estadual n.2.022, de 1924 – conhecida como a “Lei Alexandre Albuquerque”); o expressivo número de arquitetos registrados nos livros da Prefeitura e do Conselho Regional e o acesso à documentação que nos permite articular essas diferentes escalas de atuação profissional.

No capítulo 2 são trabalhados alguns desses marcos institucionais de uma maneira não convencional. Ao invés de nos debruçarmos sobre a trajetória institucional das escolas e associações profissionais, tomaremos alguns dos personagens dessa história da profissão que nos possibilitam identificar as redes, convergências e, sobretudo, dissidências pela qual se articulavam esses órgãos. Dessa maneira, as trajetórias de Alexandre Albuquerque (1880-1940), Adolfo Morales de los Rios Filho (1887-1973), Christiano Stockler das Neves (1889-1982) e José Marianno Filho (1881-1946), metaforizados como “arautos da tecnocracia”, são estudadas em profunda relação com o meio em que estavam inseridos e como circulavam suas ideias. Ou seja, tais personagens possuem uma dupla significação. Expressam estratégias políticas e retóricas de atuação e construção de uma mitologia sobre si mesmos que, invariavelmente, acaba sendo mobilizada para representar virtudes e ideais da classe profissional. Além disso, indicam como tais associações e escolas mantinham profundas relações e articulações frente a determinados projetos comuns, em um regime bem menos hermético do que afirma a historiografia.

A temática da regulamentação profissional também é desdobrada a partir do entendimento da arquitetura enquanto uma prática transnacional. Ou seja, as *arquiteturas políticas* traçadas entre os profissionais não se dão a partir de uma abrangência exclusivamente

nacional. Essa questão será melhor abordada no **capítulo 3**, com a análise dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos ocorridos entre 1920 e 1930. Os desdobramentos plurais da pauta da regulamentação profissional foram sentidos por todo o continente americano a partir das primeiras décadas do século XX. Um dos primeiros presidentes do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e grande expoente na divulgação e formulação de tais pautas, o arquiteto Adolfo Morales de Los Rios Filho, indica, por meio de duas publicações, a importância da consolidação de uma rede de profissionais americanos empenhados e mobilizados em prol do mesmo ideal profissional. É fundamental, portanto entender como os profissionais brasileiros se articulavam com seus “companheiros de ideal”, categoria na qual eram enquadrados os arquitetos americanos, em prol de uma atuação mais respaldada para seus “companheiros de luta”, ou seja, os profissionais mobilizados por melhores condições de exercer sua profissão em seus países.¹¹

Os Congressos surgiram por iniciativa da *Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay*, em 1920, visando, entre outros propósitos, levar os debates acerca da regulamentação, promulgada no país nesse mesmo ano, para toda a América. Após a primeira edição uruguaia em 1920, os Congressos aconteceram de maneira mais ou menos regular até a década de 1930. Em 1923 o Chile recebeu o evento, apesar da ausência da comissão brasileira nessa edição; quatro anos depois a Argentina sediou o III Congresso, em 1927. A edição de 1930 pode ser destacada como uma das mais polêmicas, na qual as divergências entre aqueles partidários de ideias modernistas rivalizaram com defensores de tendências regionalistas da arquitetura latino-americana. O evento aconteceu no Rio de Janeiro e finaliza a primeira fase dos Congressos, que só serão retomados dez anos depois, em 1940, quando volta a acontecer no Uruguai.

Uma reflexão que se mostre coerente com as complexidades do tema exige que a análise proposta extrapole barreiras nacionais e busque, a partir de outros índices, como os profissionais brasileiros se inseriam nos debates e na circulação dessas propostas e ideias. Mais do que isso, a inserção dos Congressos na trama aqui apresentada indica como segmentar o debate em uma “dimensão nacional” e outra “internacional” era, puramente, uma estratégia político-discursiva desses profissionais. Por meio desse jogo de espelhos, eles justificavam seus projetos e os faziam circular por espaços bem mais abrangentes do que o eixo Rio-São Paulo, tradicionalmente exaltado pela historiografia.

¹¹ Tais termos eram usados por Adolpho Morales de Los Rios Filho em obra a ser explorada no relatório científico. MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *A regulamentação da profissão de arquiteto*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1934.

1. A (im)possibilidade do consenso: com quantas exceções se faz uma regra?

É ilusório o rigorismo matemático imposto pelo critério vulgar às formas irreduzíveis da verdade. Basta atender-se em que o objetivo das nossas vistas teóricas está no descobrir uma simplicidade que não existe na natureza; e que desta nos abeiramos, sempre indecisos, já tateantes, por meio de aproximações sucessivas, já precipitadamente, fascinados pela miragem das hipóteses. A própria unidade das nossas mais abstratas construções é enganadora. [...] Continuando: vemos a mecânica basear-se, paradoxalmente, no princípio da inércia universal, e instituir a noção idealista do espaço absoluto, em contradição com tudo quanto vemos e sentimos

Euclides da Cunha, 1908.¹²

1.1 Uma questão republicana? Sobre temporalidades, cronologias e pressupostos

A temática da regulamentação profissional é complexa. Por isso, torná-la objeto de estudo exige que identifiquemos as múltiplas problemáticas e questões que, de maneira não linear e conflituosa, foram tensionadas por variados agentes, e deram origem à dispositivos que visavam normatizar e regular o exercício e a prática profissional daqueles que atuavam na construção civil durante as três primeiras décadas do século XX no Brasil.

A despeito dos muitos significados atribuídos pelos diferentes grupos à regulamentação profissional, proponho refletir sobre o que é regulamentar uma profissão. *Grosso modo*, regulamentar é definir legalmente os limites, especificidades e atribuições do exercício profissional, determinando requisitos e exigências para que ele se dê. Ou seja, significa estabelecer um estatuto jurídico que fixe diretrizes para a prática profissional a partir de seu reconhecimento por parte do Estado, que passa a legitimar seu exercício nos moldes estabelecidos.¹³

Mesmo nessa definição generalista é possível identificar ao menos dois importantes agentes implicados no processo de regulamentação: os profissionais e o Estado. Quais eram as exigências do Estado e dos diferentes grupos profissionais para o exercício profissional? Qual era o perfil desejado e fixado pelas normativas legais da figura do arquiteto e quais eram – ou deveriam ser – as implicações políticas e sociais de sua atividade? Como se

¹² CUNHA, Euclides da. “Antes dos versos”. In CARVALHO, Vicente. *Poemas e canções*, 1ªed. São Paulo, 1908.

¹³ O ofício e profissão de historiador, a título de exemplo, ainda não é regulamentado. Apesar do projeto ter sido redigido e apresentado no Senado Federal em 2012, ele ainda é alvo de debates e não foi promulgado. Menos do que uma comparação direta, tomar como exemplo o percurso profissional de outras carreiras e profissões em vias de se regulamentar nos possibilita entender que por mais universalistas que pretendam ser, os debates sobre regulamentação – que mobilizam associações profissionais, instituições estatais e a sociedade – são feitos de diferentes maneiras nos diferentes campos profissionais. O caso dos engenheiros e arquitetos do início do século XX não pode ser tomado como régua para medir avanços ou retrocessos em outros casos. É necessário destacar as particularidades de cada profissão no que toca o lugar simbólico e político ocupado por elas na sociedade ao longo do tempo.

disputavam os interesses e se formavam coalizões durante as décadas de 1920 e 1930 para que, em 1933, fosse possível promulgar um Decreto Federal que normatizasse a questão nos moldes em que se realizou? A partir desses questionamentos iniciais as reflexões aqui elaboradas tomaram corpo e se desdobram em outras questões.

A dicotomia delineada entre profissionais e Estado deve ser relativizada. Até que ponto os órgãos criados pelo Estado no início do período republicano não eram compostos por um corpo numeroso de engenheiros, arquitetos e engenheiros-arquitetos? Essa inquietação nos leva, necessariamente, às teses sobre a passagem do Império para a República no Brasil, buscando entender como essa mudança de regime político alterou as atividades e dinâmicas profissionais dessa classe.¹⁴ A ruptura tradicionalmente admitida entre esses dois períodos, entretanto, nos parece ser mais discursiva do que pragmática. Essa invenção de uma nova origem da profissão, pautada por valores “novos” e republicanos e distanciada das práticas oitocentistas é parte constitutiva da campanha de regulamentação profissional das primeiras décadas do século XX.

No exame da historiografia, identificamos duas posturas distintas em relação a essa passagem. Por um lado, interpretações que afirmam essa ruptura e enfatizam como a nova ideologia republicana propiciou novas dinâmicas profissionais que favoreceram a atuação, sobretudo na esfera pública, de engenheiros e arquitetos. Por outro, estudos que exploram de maneira mais complexa e menos dual a inserção desses profissionais na sociedade imperial e, com isso, identificam permanências entre os dois períodos.

Os trabalhos de Ângela Maria de Castro Gomes, apesar de serem importante referência no que toca as relações trabalhistas no Brasil, consolidaram essa perspectiva da ruptura na construção do Brasil republicano. O novo regime político colocaria fim a uma “tradição imperial de homens públicos vinculados à propriedade da terra ou aos negócios do comércio e das finanças” e seria responsável por implementar um modelo mais

¹⁴ O conceito de “classe profissional” é utilizado aqui de maneira crítica, sobretudo frente à determinadas acepções marxistas que interpretam os vários componentes de uma classe (de operários, industriais, capitalistas etc.) como uma totalidade populacional e grupos homogêneos em constante oposição. Bárbara Weinstein, em seu estudo sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil, critica o entendimento de classe social como “a soma de suas partes”, afirmando ser insuficiente ao se considerar a classe como um construto histórico que vai além das relações econômicas objetivas (tal qual ela era entendida por Fernando Henrique Cardoso e Juarez Brandão Lopes). Esse esforço é feito em prol de identificar as tensões entre aqueles que definem e promovem de forma ativa “determinados objetivos de classe” e aqueles cuja participação é intermitente ou contingente. A tradução do título do livro de Weinstein em que ela elabora essa crítica foi “(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil”, o que indica suas intenções metodológicas que partem não da exclusão desse conceito, fundamental ao vocabulário político de determinados períodos históricos, mas da crítica e deslocamento de seus múltiplos significados. Os embates ocorridos no interior dessa classe profissional podem ser entendidos, então, como as disputas entre os diversos profissionais que se pretendiam uma comunidade especializada e coesa. WEINSTEIN, Barbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo, SP: Cortez, 2000, p.27.

autoritário e especializado, que se torna sua *explicação* para a criação de novos cargos públicos destinados a essa nova elite técnica.¹⁵

Há, nessa perspectiva, o afastamento da figura do bacharel da ideia moderna de Estado, abrindo espaço para os conhecimentos especializados do técnico, portador de um “conhecimento neutro” capaz de solucionar problemas relativos ao desenvolvimento nacional.¹⁶ Essa persistente crença na neutralidade da técnica é identificada ao longo de todo o século XX e embasa a noção de tecnocracia a partir da qual arquitetos e engenheiros forjavam seu lugar de destaque na gestão das cidades e a na proposição de políticas urbanas.

Nesse tipo de abordagem, há ênfase nas novas estruturas administrativas e burocráticas criadas pelo poder público no sentido de centralizar o controle sobre as cidades. É o que afirma José Luciano de Mattos Dias em seu estudo sobre o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e o Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP), “índices do processo de incorporação de uma elite técnica de engenheiros à burocracia estatal”.¹⁷

Bacharel é o termo usado para caracterizar aquele que, após cumprir um período de estudos, recebe a distinção de um grau acadêmico. No Brasil, está fortemente atrelado aos formados pela Faculdade de Direito ou de Filosofia, Ciências e Letras, apreensão mobilizada para caracterizar o século XIX e a valorização dessa formação específica, embora outros profissionais também pudessem alcançar a distinção. Como aponta Josianne Cerasoli, o “bacharelismo” passou a caracterizar a atuação dos engenheiros até o início do século XX por meio dos próprios engenheiros que entendiam as primeiras iniciativas da engenharia

¹⁵ Esse “homem público imperial”, segundo a autora, representaria uma elite de bacharéis, possuidores de uma tradição humanística nos moldes da Ilustração e de uma tradição política familiar que os habilitava para o desempenho parlamentar e/ou para o serviço público. GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 1994, p.3. Chamo a atenção para as pesquisas e teses que pretendem *explicar* fenômenos, situações ou mudanças históricas. O termo, como argumenta Paul Ricoeur, implica em responder o porquê e, frequentemente, recair na relação causa/consequência como mote. RICOEUR, Paul. *Explicação/Compreensão*. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁶ A organização do livro exemplifica essa tendência historiográfica ao reunir trabalhos que reafirmem a perspectiva da ruptura operada por essas “novas elites burocráticas” do período republicano. GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 1994.

¹⁷ No MAIC, entre 1910 e 1930, de um total de 10 ministros, 4 eram engenheiros, enquanto no MVOP, dos 14 órgãos (dispostos entre funções administrativas, de fiscalização, de serviços técnicos-científicos e de operação direta em obras), pelo menos 11 são destacados como “áreas de atuação de engenheiros” a partir de 1909. Informações sobre a composição desses ministérios e sobre as mudanças em suas jurisdições e formatos podem ser encontradas no Diretório Brasil de Arquivos, instrumento criado pelo Arquivo Nacional que pode ser acessado por meio do link: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/>. A “genealogia” desse órgão público ainda nos permite compreender as mudanças administrativas e políticas pelas quais passou o Estado até 1930, ano em que é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Agricultura, responsáveis por dividir as responsabilidades sobre as atribuições do antigo Ministério. DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil. In GOMES, Ângela Maria de Castro (Coaut.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 1994, p.23.

nacional como enciclopédicas ou universalistas. A multiplicidade de funções e a atuação em diversas frentes dos engenheiros oitocentistas contrastavam com o processo de especialização iniciado no século seguinte. Se nos determos na história da engenharia no Brasil, é relevante assinalar que era possível conquistar o título de Bacharel ou Doutor, a partir da elaboração da tese, em Ciências Físicas e Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais na Escola Militar da Corte – que sucedeu a Academia Real Militar a partir da reforma ocorrida em 1835 – a partir de 1842. Pedro Telles afirma que esses foram os primeiros títulos do ensino de engenharia no país inteiramente desvinculados do caráter militar.¹⁸

A cultura do bacharel e a ascensão dos técnicos são processos complementares que representam as transformações e a valorização de um outro tipo de formação que pretendia continuar a construir um espaço exclusivista ditado pela formação superior e a obtenção de um grau de distinção.

O que se coloca como tensão nesse momento, portanto, é a criação de uma nova face para essa cultura do bacharel, que já era consolidada nas carreiras do direito e da medicina – o médico é um bacharel em ciências médicas. O engenheiro vai se introduzir e forjar seu lugar nesse panteão dos bacharéis, consolidando um tripé e tensionando a própria ideia do bacharel. É possível identificar, nesse sentido, discursos de engenheiros politécnicos que nos indicam como era criticada a apreensão exclusivamente teórica do bacharel e as tentativas de disputar essa categoria para que ela passe a corresponder, também, a atividades práticas.

O aumento numérico de escolas e, conseqüentemente, de profissionais na República é mobilizado para caracterizar o período imperial como “pouco proveitosa para a criação de postos de trabalho para os engenheiros”, em sua maioria, temporários.¹⁹ Na esfera privada, a concorrência com engenheiros e arquitetos diplomados no exterior e a estrutura familiar das empresas brasileiras são apontados como fatores desfavoráveis para a atuação desses profissionais, bem como a concorrência desleal com os práticos, que não possuíam diploma e se apresentavam como uma mão de obra mais barata.

É interessante notar como muitas das características utilizadas por essa vertente historiográfica para caracterizar a precária situação dos engenheiros e do campo profissional no século XIX são retomadas e atualizadas nos debates que compõem a campanha pela regulamentação profissional nas primeiras décadas do XX. A disputa de áreas de atuação

¹⁸ TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1984, p.102.

¹⁹ Parece-me que Dias entende “realidade imperial” como as oportunidades e postos criados para esses profissionais dentro da estrutura administrativa do Estado. O autor, entretanto, não explicita nem define melhor o termo. Idem, p.28.

com a engenharia, a concorrência supostamente desleal com profissionais estrangeiros ou não diplomados e a importância das redes traçadas entre os profissionais, muitas vezes hereditárias, indicam permanências nos debates relacionados ao campo profissional da engenharia e da arquitetura no Brasil.

Era a partir desse jogo de rupturas e continuidades que os engenheiros e arquitetos se afirmavam profissionalmente nas décadas de 1920 e 1930. Com isso, eles se afastavam de práticas e ideologias consideradas ultrapassadas e se filiavam a uma estrutura profissional entendida como *moderna*, que os permitia legitimar suas demandas e se inserir nas disputas políticas que os colocavam em uma posição social privilegiada. É necessário questionar a validade histórica desses discursos para que possamos entender, inclusive, o papel da engenharia na sociedade oitocentista.²⁰

Esse esforço já foi feito em pesquisas que buscaram superar a retórica moderna e republicana da ruptura e entender o lugar da engenharia na sociedade imperial. O estudo de Edmundo Coelho sobre as “profissões imperiais” – medicina, engenharia e direito – chama a atenção para como o próprio termo “profissão” remonta ao século XIX, período no qual o vocábulo tinha três definições: “declaração pública” (ou “confissão”) – derivado de sua raiz latina *professio* – “voto” – no vocabulário religioso português do século XVII – e “ofício”. Ele nos oferece novos subsídios para pensar a atuação dos engenheiros no Império e afirma que a regulamentação das profissões não foi uma invenção dos “revolucionários de 1930”. Apesar da nova forma corporativista, ela era uma demanda profissional desde a Independência e pode ser percebida nos debates sobre liberdade profissional que ocorriam, ao menos, desde a década de 1870 e estão presentes nos debates da Constituição de 1891. A inovação das políticas elaboradas na década de 1930 foi a consolidação do nexo entre

²⁰ Há uma ampla historiografia sobre a atuação de engenheiros durante o período imperial dos mais variadas matizes: desde estudos institucionais que assumem a busca pelas origens da engenharia no Brasil até teses que consideram as complexas relações entre esses profissionais e a estrutura administrativa e política do Estado desde o período colonial, sinalizando uma situação mais intrincada do que uma leitura apressada nos leva a crer. Como exemplo dessa variedade de estudos sobre o tema, tomo aqui a obra de Pedro Carlos da Silva Telles, publicada em 1984 pelo Club de Engenharia, sobre a história da engenharia no Brasil. Dividida cronologicamente em dois tomos, o primeiro referente ao período entre o século XVI ao XIX e o segundo dedicado ao século XX, o livro é constantemente tomado como referência para reafirmar marcos cronológicos do ensino e da prática da profissão ao longo da história do Brasil. Sua narrativa, que nos fornece uma completa visão enciclopédica do campo disposta temporalmente, tem como um dos efeitos a ênfase na figura civilizatória do engenheiro, cuja missão começa a se institucionalizar no país no século XIX. TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1984. Por outro lado, publicada em 2011 como livro, a tese de Beatriz Bueno, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, por meio da análise da cartografia como documentação histórica, indica como a engenharia militar e, mais especificamente, as aulas de arquitetura definiam e se relacionavam com diretrizes de ação político-administrativa da Coroa de Portugal para o Brasil. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares, 1500-1822*. São Paulo: FAPESP: Edusp, 2011.

privilégios profissionais e a universidade, de maneira que “regulamentada uma profissão [...] o respectivo curso acadêmico passava ao controle do Conselho Federal de Educação”.²¹

Outra entrada para se pensar a atuação dos engenheiros no período anterior ao da República é a do ensino de engenharia. A fundação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874, resultado de um longo processo de transformação nos estudos militares que tem início no começo do século XIX, e, muito posteriormente, a de São Paulo, já no período republicano, nos permite avançar ainda mais nesse cotejo entre a retórica assimilada pelos engenheiros e arquitetos em sua campanha por regulamentação em 1920 e 1930 e o lugar desses profissionais em períodos anteriores.

Pedro Marinho identifica o período imperial como o da institucionalização do ensino de engenharia em sua tese defendida em 2008. Por meio da análise sobre o papel social e político do Clube de Engenharia, ele argumenta sobre a função desses profissionais na construção de uma suposta “homogeneidade de frações da classe dominante” em busca da produção e obtenção de consenso.²² Essa ênfase, entretanto, parece eclipsar as disputas e os diferentes projetos encontrados dentro dessas associações e desse campo profissional. O consenso, fundamental na teoria política gramscianiana que o autor utiliza como metodologia, acarreta a homogeneização dos engenheiros como classe e do Clube como instituição. Pretende-se, aqui, por outro lado, identificar os diferentes projetos que buscavam esse consenso, nunca de fato alcançado.

Ao elencar as primeiras iniciativas de ensino de engenharia no Brasil, Marinho relaciona-as aos ideais oitocentistas de “progresso” e “civilização”. Tais noções também são apontadas por Josianne Cerasoli como fundamentos para a atuação e formação dos engenheiros no último quartel do século XIX. Em sua dissertação sobre a fundação da Escola Politécnica de São Paulo, parte do recorte temporal proposto por David Knight do “século da ciência”, compreendido entre 1789 e 1914, no qual foram definidos os padrões ocidentais de progresso, que expressaria materialmente esse ideal de civilização.

²¹ O estudo de Coelho, apesar de nos indicar parâmetros para redimensionar a atuação dos profissionais imperiais, baseia-se na aplicação e confronto de modelos sociológicos formulados por pesquisadores europeus e norte-americanos (que representam dois polos interpretativos do debate sobre as “profissionalizações”) com o contexto brasileiro. Nesse deslocamento, a narrativa frequentemente recai no que identificamos como a tese das “ideias fora do lugar” que, dentre outros efeitos, reitera uma suposta incapacidade nacional de implementar doutrinas políticas, filosóficas e artísticas. Entendemos que trabalhar com tais modelos, facilitadores de análise, limita as reflexões e possibilidades analíticas de processos que são mais complexos do que as noções de importação ou cópia fazem crer. Uma crítica mais detida a essa tradição interpretativa será elaborada no capítulo 3 da presente dissertação. COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.29-32.

²² MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Niterói. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p.24.

Diferentemente de Marinho, a autora identifica distintas tendências de expressar esses ideais de *modernidade* no Brasil a partir da fundação e criação de instituições que representariam novas necessidades de infraestrutura, defesa do território e afirmação nacional²³. Na interpretação de Cerasoli, o processo, menos do que uma ruptura, é o de uma perda gradual de espaço dos “homens da ciência” ligados a um cientificismo estrito do século XIX, para os “profissionais da ciência”: “enquanto os primeiros preocupam-se em responder ‘que país é este’, a nova mentalidade ocupa-se em projetar ‘qual país pode ser este’”.²⁴

O elemento da nação, mobilizado tanto pelos homens, quanto pelos profissionais da ciência, também é tomado por Francisco Sales Trajano Filho para argumentar sobre determinadas permanências de ideários e temas na prática arquitetônica no Brasil. Desde o “dilema de Nabuco”, que expressa um lugar indefinido entre um pensar europeu e um sentir brasileiro no século XIX, ele identifica a vontade de fixar uma singularidade nacional e “fincar raízes” a partir da fundação de um projeto de nação culturalmente autônoma.²⁵ A arquitetura passa a ser vista, então, não só como espaço de representação da nação, mas também como “instrumento para sua construção imagética e discursiva, através da constituição nesse campo específico de um saber próprio sobre o país”. Com isso, necessariamente, sua prática teve que esbarrar em temas como raça, nação, tradição, povo, herança, identidade, entre outros, buscando maneiras de legitimar sua inserção no processo geral de formação histórica do país, traduzido pela elaboração da questão nacional.

A tese de Trajano Filho, nos oferece caminhos para entender e historicizar as mútuas implicações entre a cultura e a arquitetura a partir de uma empreitada civilizatória que articula clima, meio, raça e história em “tentativas de enraizamento”. Esses elementos eram entendidos como variáveis de uma equação que teria como resultado uma expressão arquitetônica genuinamente brasileira. A maneira específica da arquitetura se relacionar à questão nacional é, para ele, efeito da própria história da profissão no Brasil, que se conformou simultaneamente à busca de caracterização dessa identidade.²⁶

²³ Como exemplos, Cerasoli destaca a Escola de Anatomia e Cirurgia de Salvador, a Academia Real Militar no Rio de Janeiro as Academias de Direito de Olinda e de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. CERASOLI, Josianne Francia. *A grande cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1998, p.16.

²⁴ Idem. P.20.

²⁵ TRAJANO FILHO, Francisco Sales. *Tentativas de enraizamento: arquitetura brasileira e formação nacional*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010, p.17. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-03102011-152849/>

²⁶ Os debates dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, explorados no Capítulo 3 do presente trabalho, indicam como esse mecanismo ocorre de modo similar em outros países americanos.

É necessário, portanto, complexificar as narrativas sobre a ruptura republicana que teria propiciado a regulamentação profissional de engenheiros e arquitetos no Brasil. As décadas aqui delimitadas são entendidas como momento em que profissionais e Estado participavam ativamente de um intenso jogo de concessões e disputas em prol de interesses específicos e historicamente localizados. Essas disciplinas, saberes e práticas eram mobilizados na gestão e na administração de cidades e na implementação de projetos políticos. Mais do que um esforço estatal pontual com o objetivo de normatizar o campo profissional da arquitetura e da engenharia, o Decreto Federal de 1933 deve ser encarado como uma política pública *modernizadora*.²⁷ Entender a regulamentação como parte de um projeto maior de políticas urbanas é, como aponta José Rodrigues, relacioná-la a uma nova forma de pensar a cidade por meio de uma série de transformações da estrutura física das cidades brasileiras que acarretaram em novas maneiras de se relacionar nela e com ela.²⁸

Normatizar e profissionalizar os saberes técnicos especializados em atuar sobre as cidades era o primeiro passo para se controlar suas mudanças e *melhorar* as condições de vida daqueles que as habitavam – independentemente do que isso pudesse significar ou se traduzir em termos de políticas públicas. Justamente por esse motivo, apesar de serem poucos os trabalhos que tomem a regulamentação como objeto central, ela aparece como marco profissional em narrativas que visam compreender o campo arquitetônico no Brasil ao longo do século XX.

1.2 Padrões historiográficos

Os numerosos debates e polêmicas colocados em pauta desde, ao menos, o início do século XX, os 53 artigos que compõem o Decreto Federal nº 23.589 e os múltiplos efeitos de sua promulgação em 1933 são sintetizados pela historiografia a partir de dois aspectos: a concorrência e disputa por mercado e campo profissional entre engenheiros civis e arquitetos e a luta contra a atuação dos não diplomados. Esses padrões narrativos envolvem periodizações, cronologias, cânones, tramas históricas, personagens-chave e outras

²⁷ A polissemia do termo “modernização” nos embates sobre as reformas urbanas no final do século XIX e começo do XX é analisado por Josianne Cerasoli em sua tese de doutorado. CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. 2004. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280690>>. Acesso em: 4 out. 2017.

²⁸ RODRIGUES, José R. da S. A Regulamentação profissional dos engenheiros e arquitetos: Processo e luta no Rio de Janeiro dos anos vinte. In: *IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Heranças, Identidade e Tendências da Cidade Latino-Americana*, 1996, Rio de Janeiro. História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: CIP-Brasil Sindicato Nacional dos Editores de Livro UFRJ/PROURB, 1996. v. 1. p. 79-85.

estratégias que acabam por fabricar consensos e simplificações. A percepção da permanência de determinadas estruturas explicativas e pressupostos na base da historiografia que aborda o tema da regulamentação profissional dos arquitetos no Brasil exige, por sua vez, o reconhecimento do papel da própria historiografia como prática política.

É interessante notar os diferentes pesos atribuídos a essas disputas nas narrativas. Ora a tensão entre arquitetos e engenheiros é apontada como motor de toda a campanha pela regulamentação, ora é secundarizada em prol da luta contra os não diplomados e vai constituir um segundo processo de autonomia profissional, necessariamente vinculado ao Movimento Moderno. Em todos os casos, contudo, engenheiros e arquitetos diplomados pelas poucas “escolas oficiais” do Brasil e até do exterior reivindicavam, conjuntamente, monopólio sobre o mercado da construção civil.²⁹

Chamo a atenção para como, em ambos os casos, o mercado é enfatizado e destacado como ponto de tensão entre as diferentes categorias profissionais. Essa ênfase eclipsa outras dimensões e efeitos dessas políticas de regulamentação, como os debates relativos ao ensino de arquitetura e a formação profissional, a criação de um sistema de representação abrangente e complexo, dentre outros. A articulação entre essas dimensões, que também abarcam o canteiro de obras e o mercado de trabalho, é fundamental para se delinear a campanha pela regulamentação profissional.

Em termos historiográficos, a publicação da tese de Sylvia Ficher, em 2005, sobre os arquitetos da Escola Politécnica de São Paulo possibilitou, por um lado, a ampliação de estudos sobre o tema e, por outro, a consolidação e replicação desses padrões. Nos anos seguintes, os estudos de Joana Mello (2010), José Lira (2011), Clévio Rabelo (2011) e Paula Dedecca (2012), elaborados no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, assinalam uma historiografia que vincula a elaboração de normas legais de regulação do exercício profissional às transformações do mercado imobiliário e reforçam a perspectiva de entender o Decreto Federal 23569 como produtor de consenso e marco da resolução de uma série de questões. A regulamentação de 1933 é encara como a primeira etapa de um processo de autonomização profissional que só seria completado na década de 1950 com a difusão do Movimento Moderno.

A tese de Clévio Rabelo objetiva apurar o entendimento do campo da arquitetura entre 1925 e 1935 a partir da perspectiva de expansão dos espaços profissionais impulsionada

²⁹ A expressão “escolas oficiais” era frequentemente usada pelos profissionais nos debates da época. Apesar de não termos encontrado indícios sobre a existência de escolas não oficiais, ou seja, não reconhecidas e/ou financiadas pelo Estado, entendemos essa ênfase como uma estratégia retórica para relacionar os investimentos e a tutela do governo e a formação profissional de engenheiros e arquitetos.

pelo fortalecimento da atividade projetual devido à intensificação das atividades do mercado imobiliário. O resultado desse processo foi a consolidação de novos postos profissionais para os arquitetos, que poderiam atuar como urbanistas, produtores de moradia econômica e social, no funcionalismo público, na formatação da imprensa de arquitetura, no ativismo cultural, dentre outros.³⁰ O Decreto Federal, apesar de não demarcar o fim de seu recorte temporal, ocupa um lugar de destaque na narrativa. Segundo afirma, antes do processo de regulamentação a arquitetura se encontrava “encurralada entre a primazia do engenheiro e a experiência do mestre de obras” no campo da construção. A norma legal passa a ter, então, um caráter apaziguador, possibilitando a solução desses embates. A difusão da pauta de valorização profissional foi, segundo Rabelo, intensificada pelas disputas sobre campo de atuação com os engenheiros, fazendo com que fossem forjadas tanto uma formação quanto uma prática capazes de englobar, além da técnica, o caráter artístico, estético, sanitário e decorativo da disciplina.

Essa expansão do campo também é percebida por Joana Mello ao interpretar as poucas atribuições específicas previstas ao campo da arquitetura. Em comparação ao campo da engenharia, apenas três, de um total de sete, atribuições eram tidas como exclusivas dos arquitetos:

É possível que a premência em legislar a favor do número cada vez maior de diplomados tenha relegado a um segundo plano as disputas entre arquitetos e engenheiros, mas é mais plausível pensar que além dessa questão, a inexistência de áreas e setores do conhecimento perfeitamente distintos no país e a vigência de concepções diversas sobre a disciplina foram fatores decisivos na elaboração do decreto.³¹

Soma-se, então, à questão dos espaços profissionais, já destacada por Rabelo, a dualidade entre um ensino voltado às belas artes e à politécnica, que, segundo Joana Mello, dificultou a fixação na lei de uma titulação específica, já que ela não era consensual ou unitária.

Se, por um lado, o Decreto parece indicar o favorecimento do perfil de engenheiro-arquiteto formado pelas escolas politécnicas – que exaltava a técnica como base de sua prática e unia projeto e obra como responsabilidades de um mesmo profissional –, por outro, as

³⁰ Apesar de Rabelo enfatizar a oposição entre mercado liberal e demandas estatais, chamo a atenção para como o próprio Estado era visto como um segmento do mercado por arquitetos e engenheiros durante as primeiras décadas do século XX. RABELO, Clévio. *Arquitetos na cidade: espaços profissionais em expansão [Rio de Janeiro, 1925-35]*. Tese (Doutorado), FAUUSP, São Paulo, 2011.

³¹ SILVA, Joana Mello de Carvalho e. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva (1930-1960)*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.84.

atribuições específicas dos arquitetos carregam a concepção acadêmica da disciplina e uma defesa de seu caráter artístico.³² A norma condensava as disputas por um campo em constituição, no qual “a formação e o discurso ainda se vinculavam à tradição *Beaux-Arts* e a prática se dava no âmbito da engenharia, da construção”.³³ Esse tipo de prática, aliada a uma tradição de não valoração do projeto como atividade autônoma, levou muitos arquitetos a unificar as atividades projetuais e as construtivas, garantindo controle sobre todas as etapas da construção e aumentando a margem de lucro de seus negócios.³⁴

Portanto, a prática profissional dos arquitetos na década de 1930 estava submetida a diversas circunstâncias: a atividade construtora e imobiliária, a não distinção de atribuições profissionais e de ensino entre arquitetos e engenheiros, a expansão dos “negócios da terra” e mesmo as limitações impostas aos estrangeiros, que atuavam de maneira expressiva nesse mercado. Porém, segundo Joana Mello, o “acento político-social da prática arquitetônica” esteve ausente até meados da década de 1950, quando se inicia um movimento de luta por melhorias urbanas e sociais no campo, coincidindo com o período de afirmação da arquitetura moderna como cânone.

Essa dupla periodização – na qual a campanha para a regulamentação profissional da década de 1930 se torna a primeira etapa de um processo que só vai se consolidar vinte anos depois – é, também, a cronologia trabalhada por Paula Dedecca em sua dissertação de mestrado defendida em 2012. Com o objetivo de estudar o “meio arquitetônico paulista”, ela identifica a sobreposição entre a criação e consolidação de espaços de sociabilidade e crítica arquitetônica profissionais e a adoção das propostas elaboradas pelo Movimento Moderno por meio do Instituto de Arquitetos do Brasil -IAB.³⁵

³² É necessário, assim como aponta Joana Mello, não recair em um dualismo improdutivo em relação as duas vertentes, procurando, antes, entender seus posicionamentos dentro do campo. Ela afirma, nesse sentido, que a formação dos arquitetos nas escolas politécnicas inspirava-se, em grande medida, no curso de Belas Artes. *Idem*, p.86.

³³ Ainda na argumentação de Joana Mello, essa configuração do campo profissional permitiu que arquitetos atuassem tanto como proprietários de grandes firmas construtoras quanto em pequenas empresas de projeto e construção. As relações entre ensino de arquitetura e prática profissional, delineadas pela autora, serão melhor analisadas no capítulo 2 dessa dissertação. Entretanto, é necessário, assim como aponta Joana Mello, não recair em um dualismo improdutivo em relação as duas vertentes, procurando, antes, entender seus posicionamentos dentro do campo. Ela afirma, nesse sentido, que a formação dos arquitetos nas escolas politécnicas inspirava-se, em grande medida, no curso de Belas Artes. *Ibidem*.

³⁴ Para exemplificar os múltiplos desdobramentos da profissão, a autora elenca arquitetos que se dedicaram unicamente aos projetos (apontando que essa seria a tendência em outros países) – Rino Levi, Bratke, Artigas, Eduardo Kneese de Mello – e aqueles que trabalhavam como arquitetos, construtores e investidores (vinculando projeto e obra) – Warchavchik, Korngold, Franz Heep, Daniele Calabi, Jacques Pilon. *Idem*, p.234.

³⁵ A crítica elaborada por Paula Dedecca aos estudos em história da arquitetura, pouco férteis para o entendimento dos “complexos meandros que constituem o campo profissional dos arquitetos no Brasil”, é fundamental ao abordar a necessidade de se articular os estudos monográficos e de trajetória de grandes personagens com as instituições e a prática profissional de sua época. Entretanto, é necessário destacar que a própria cronologia e estrutura narrativa utilizada por Dedecca, compartilhada pelos estudos de Rabelo e Mello, são pautadas pelo cânone modernista, parte das estratégias do Movimento de consolidar suas perspectivas

As questões levantadas por ela se aproximam da ênfase na dimensão coletiva dada por Mary Woods, em seu trabalho sobre o caso norte-americano. A historiografia persiste em reforçar a figura do arquiteto-gênio, criador solitário de obras monumentais que se convertem em cânones necessários e obrigatórios a todos os manuais de arquitetura. Mary Woods chama essas narrativas de hagiografias, destacando sua pouca utilidade para se pensar o campo e a prática profissionais. A crítica da autora vai além e parte do pressuposto de que esse processo de profissionalização foi, necessariamente, coletivo e fruto de uma organização coletiva e cooperação.³⁶

José Lira, em seu estudo da trajetória do arquiteto ucraniano Gregori Warchavchik, afirma que na década de 1930, a defesa por um estilo arquitetônico relacionava-se a uma concepção específica da prática profissional. Junto às defesas de uma arquitetura modernista ou tradicionalista, portanto, estavam defesas de diferentes perfis profissionais.³⁷ Sua argumentação vai de encontro ao caráter de expansão do campo da arquitetura no período ao afirmar que o arquiteto passava a atuar também como um “dublê de engenheiro, desenhista industrial e mestre de oficina” devido a sua posição problemática no campo da construção civil.³⁸ É no canteiro de obras, ou seja, na etapa da construção das obras arquitetônicas, que o autor identifica o ponto de tensão e conflito entre diferentes saberes e práticas. Esse processo de alteração na dinâmica de trabalho do canteiro de obras é relatado em um discurso do engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo, Víctor da Silva Freire (1869-1951), publicado na *Revista Polytechnica* em 1924:

O ‘mestre’ passa a recuar definitivamente diante do técnico. Quando a encomenda entra na oficina, juntamente com os desenhos, a papeleta redigida pelo escritório de ‘preparo de execução’ discrimina, ao torneiro, ao serralheiro, ao ajustador, a ordem na sucessão das operações manuais, a forma por que cada uma delas deve ser realizada, o tempo a consumir. É a técnica invadindo numa palavra, o que a rotina obscura até então; e a

teóricas em relação ao campo da arquitetura. DEDECCA, Paula Gorenstein. *Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)*. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012..

³⁶ WOODS, Mary N. *From Craft to Profession: the practice of architecture in nineteenth-century America*. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, California, 1999, p.27.

³⁷ Lira interpreta as manifestações contrárias de Warchavchik ao “plágio dos estilos passados” como uma postura que denunciava a ausência da ética liberal na prática arquitetônica. É interessante observar como, aqui, a palavra “liberal” é usada para se referir a liberdade criativa do arquiteto como autor de sua obra, que não deveria se limitar pelos dogmas das arquiteturas do passado. Isso evidencia a polissemia do termo, utilizado também, na época, para definir o não envolvimento do arquiteto com aspectos comerciais da construção. LIRA, José. *Warchavchik: fraturas da vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.219.

³⁸ Essa posição é entendida por Lira como uma resposta à precariedade da divisão local do trabalho nesse setor. Ele caracteriza o mercado da construção a partir de uma dupla dificuldade encontrada pelos arquitetos na época: o preço excessivo de técnicas e materiais importados e a consequente desvalorização cultural e econômica dos saberes e fazeres artesanais, resultando em uma extensiva exploração da força de trabalho; e a concorrência enfrentada pelo arquiteto moderno em relação aos “arquitetos de estilo, privilegiados pelo mercado”, bem como aos engenheiros, “mais bem estabelecidos no sistema técnico da construção”. Idem, p.250.

última parte do objetivo genérico da profissão – esforço mínimo, remuneração máxima – reduzida a corpo de doutrina, formando seção integrante da tecnologia geral do engenheiro.³⁹

O discurso reafirma o controle do diplomado no canteiro de obras, seja ele engenheiro, engenheiro-arquiteto ou arquiteto. Por meio de instrumentos como a “papeleta” ou os desenhos, eles mobilizam a técnica e passam, através dela, a exercer a autoridade para gerenciar as diferentes operações, saberes e trabalhadores envolvidos no processo de construção. As palavras de Freire ainda são tomadas por Lira para identificar, na década de 1920, a submissão da atividade projetual ao processo imobiliário e à construção, sem configurar-se como atividade autônoma.

Esse conjunto de trabalhos compartilha uma argumentação que perpetua um olhar sobre o campo da arquitetura no Brasil calcado pela teleologia modernista. A invenção da “questão social” como missão dos arquitetos pela geração modernista, responsável pelo processo de autonomização do campo, oculta parte das estratégias mobilizadas nas primeiras décadas do século XX em prol da regulamentação profissional. Longe de tentar traçar alguma *explicação*, aponto, em vias de *compreender* essas convergências, para os efeitos da publicação da tese de doutorado de Sylvia Ficher em 2005.

Apesar de ser um estudo enciclopédico, no qual a autora reúne minibiografias de mais de 130 profissionais, dentre professores e diplomados pela Escola Politécnica de São Paulo no curso de engenheiro-arquiteto, a maneira como organiza a estrutura da obra e, conseqüentemente, a cronologia adotada e suas justificativas acabam por formular um modelo e estabelecer um padrão a ser replicado por muitos estudos que a tomam como referência única. Os três capítulos são divididos cronologicamente e seus títulos pretendem

³⁹ FREIRE, Victor da Silva. A tecnologia geral do século XX. In *Revista Polytechnica*, Série VII, n.77, out-nov. 1924, p.382. A atuação de Victor da Silva Freire é exemplar no sentido de destacar as relações entre saber técnico e políticas governamentais na passagem do século XIX para o XX. Sua vinda da Europa – onde se formou, em 1891 na École Nationale des Ponts et Chaussées e iniciou sua carreira profissional – para o Brasil, em 1895, foi motivada pelo convite do então governador Manoel Ferraz de Campos Salles para trabalhar na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. A partir disso ocupou cargos em diversos órgãos públicos, como o Serviço de Abastecimento de Águas e Esgotos das cidades do interior e a Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo. Na gestão de Antônio Prado da Prefeitura da capital foi nomeado diretor de Obras Públicas Municipais da cidade. No âmbito da Escola Politécnica fundou, junto a Antonio Francisco de Paula Souza, o Gabinete de Resistência dos Materiais e esteve à frente da direção da Escola entre 1932 e 1933. Além de representar as crescentes oportunidades dessa elite técnica em se incorporar à órgãos estatais de gestão e intervenção urbana, os esforços de Freire denotam uma constante defesa para a regulação de serviços urbanos – seja em termos profissionais, ou mesmo de infraestrutura. Um estudo da trajetória do engenheiro e um balanço de parte da historiografia sobre sua atuação é feito por Luiz Maia Costa. COSTA, Luiz A. Maia. “Victor da Silva Freire: A Vida, as Ideias e as Ações de um Urbanista Paulistano de Primeira Hora (1869-1951). *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* (Mackenzie. Online), v. 11, 2012.

ser uma síntese de cada período: a consolidação do mercado de trabalho de 1894 a 1917⁴⁰; o das associações profissionais, entre 1916 e 1933⁴¹; e, por fim, de 1934 a 1947, a “divisão da profissão”.⁴²

A importância da publicação desse trabalho é notável, sobretudo por possibilitar o desdobramento em outras pesquisas que aprofundem as biografias elaboradas e relacionem as informações compartmentadas nos períodos e categorias utilizadas pela autora. A fundamental relação estabelecida por Ficher entre campo profissional e ensino, sua ênfase na dimensão política desse processo de institucionalização e as referências documentais que sustentam as informações catalogadas tornam o livro referencial como ponto de partida para pesquisas sobre o campo da arquitetura no período. Justamente por isso, é necessário entender seu peso na historiografia.

O balanço da autora sobre a regulamentação acentua seu papel supostamente favorável aos engenheiros, que passaram a ter o monopólio sobre grande parte do mercado. Segundo Ficher, isso fez os arquitetos passarem gradualmente a procurar se descolar dos engenheiros e da formação politécnica, tendo como resultado a médio prazo uma divisão das tarefas profissionais em duas parcelas independentes, uma afeita a projetos e outra, a construções.⁴³ O Decreto Federal n. 23.569 é, na narrativa, a “últimada vitória do corporativismo” caracterizado pela adoção intransigente de uma doutrina de proteção ao título acadêmico, que favoreceu os portadores do diploma.⁴⁴

Como destacado anteriormente, a norma legal que regulamentou as profissões de engenheiro e arquiteto no Brasil é complexa e abarca diferentes, e por vezes divergentes, aspectos da prática profissional. Por isso mesmo seus efeitos são múltiplos e não devem ser

⁴⁰ O recorte vai do “início efetivo do ensino institucional de engenharia em São Paulo”, a fundação da E.P.S.P em 1894 ao ano do concurso para preencher a vaga de substituto da 4ª Seção de Artes devido ao falecimento de Maximiliano Hehl, o que fez com que os primeiros alunos egressos fossem contratados (Alexandre Albuquerque, que se classificou em primeiro lugar, e, posteriormente, Luiz Inácio de Anhaia Mello, em 1918, e Bruno Simões Magro, contratado em setembro de 1921).

⁴¹ Estabelecido a partir da data de fundação do Instituto de Engenharia até a promulgação do Decreto Federal 23.569. Nesses anos, ela enfatiza a criação de outros cursos de arquitetura na cidade – em 1917 o do Mackenzie e em 1928 o da Academia de Belas Artes de São Paulo (apesar de sua curta duração) – e de uma série de estruturas administrativas que possibilitariam a elaboração e aprovação de uma norma nacional que regulamentasse as profissões: em 1930 é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e no ano seguinte o Conselho Nacional de Educação (Respectivamente, decretos n 19.402, de 14 de novembro de 1930, e n 19.850, de 11 de abril de 1931). Esses indícios a permitem argumentar sobre o grau de consolidação e organização do campo, superior, segundo ela, àquele encontrado no período anterior.

⁴² A criação do MTIC e o Decreto de 1933 se tornam, assim, marcos das bruscas mudanças e alterações na formação institucional e nas atividades profissionais de engenheiros e arquitetos em São Paulo. Seu recorte temporal vai até o período de fundação das primeiras escolas dedicadas apenas ao ensino de arquitetura, entendido por ela como movimento pela autonomização do campo: a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie, em 1947 e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

⁴³ FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo, SP: EDUSP, 2005, p.188.

⁴⁴ Idem.

tomados parcialmente ou simplificados. A historiografia, de maneira geral, parece reiteradamente se ater a apenas um aspecto do Decreto. Nesse caso, quando a ênfase dada às especificidades atribuídas (ou deixadas de se atribuir) e delimitadas a cada profissão, ou mesmo quando ela recai na questão do monopólio do mercado para os diplomados – como acontece nos trabalhos de Mello, Dedecca, Rabelo e Lira – o caráter concorrencial entre esses profissionais em relação ao mercado de trabalho é destacado de maneira a eclipsar dissensos existentes no interior dessas categorias.

Não por acaso, a interpretação da fase posterior de autonomização do campo coincide, sem grandes problemas ou questões, com o ideário profissional defendido pelos adeptos do movimento moderno, forjando uma filiação consensual de toda a classe com os preceitos modernistas.⁴⁵ Se, por um lado, identificar essas duas fases distintas do campo da arquitetura e localizá-las historicamente nos fornece mais elementos para articular saberes e profissionais que compunham os negócios da construção civil no início do século XX, por outro, tomar o estatuto do arquiteto modernista como fim almejado do processo de autonomização da arquitetura pode ser problemático.

Na análise dos textos publicados nas revistas técnicas e nos boletins das associações profissionais das primeiras décadas do século XX, nota-se que a “função social do arquiteto” estava presente nos diferentes discursos e falas. Era através da dimensão social de sua prática e de seus conhecimentos técnicos e artísticos que o arquiteto tinha sua ação legitimada. A adesão do mercado de trabalho a esse discurso foi o que, de fato, mudou ao longo das décadas referidas, ao incorporar à sua lógica o gabarito e as propostas da habitação social modernista.

Quando observamos e damos relevo a outros efeitos da regulamentação, podemos identificar outro leque de estratégias e relações traçadas entre esses profissionais diplomados, bem como atitudes distintas e que variavam caso a caso em relação aos não diplomados ou não registrados. Essa nova dimensão só é apreensível se abandonarmos esses pressupostos e chaves analíticas facilitadoras que sustentam conclusões, em certa medida, parciais do complexo dispositivo que regulamentou tais profissões. A criação e implementação dos Conselhos Federal e Regional de Engenharia e Arquitetura é um verdadeiro nó de tensões,

⁴⁵ Essa perspectiva foi elaborada e reforçada pelos próprios partícipes do movimento moderno em arquitetura no Brasil. Vilanova Artigas elaborou e defendeu uma tese intitulada “A função social do arquiteto” em virtude de um concurso prestado em junho de 1984 para professor titular da disciplina de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Nela é possível entender como esse debate foi mobilizado em prol da teleologia modernista que, até hoje, é reforçada por pesquisas na área. ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. [São Paulo, SP]: CosacNaify: FUPAM, 1999, p.183.

interesses, jogos e negociações a partir dos quais é difícil sustentar narrativas simplificadoras e que tentem perpetuar essa perspectiva linear e evolutiva da história da profissão.

1.3 *A imposição do consenso: o sistema CONFEA/CREA*

O Decreto Federal n.23.569 estabelecia em seu artigo 1º ser o exercício das profissões de arquiteto, agrimensor e engenheiro civil permitido em caráter de exclusividade para diplomados em quatro casos específicos: aqueles que concluíssem os cursos oficiais em escolas reconhecidas pela União Federal; os que tivessem concluído tais cursos em data anterior ao da publicação do Decreto, mas que tivessem sido reconhecidos em virtude da nova lei; aqueles formados em instituições e escolas estrangeiras cujo diploma tivesse sido revalidado de acordo com as disposições da legislação federal; e os que, tendo se formado por instituições ou escolas estrangeiras, tivessem registrado seu diploma até junho de 1915.⁴⁶

A norma, portanto, fazia mais que fixar uma reserva de mercado, reconhecia o papel de tais profissionais perante a sociedade e o Estado, consolidando determinado perfil e determinadas atribuições e, conseqüentemente, excluía desse campo de trabalho aqueles que não possuíam o diploma, ou seja, tinham sua atuação guiada pelo vetor “prático” de sua experiência.

Entender as tentativas de exclusão de uma parcela de trabalhadores como um dos efeitos do processo de normatização do trabalho na construção civil no Brasil nos permite ampliar o entendimento das disputas entre essas categoriais profissionais. Esses embates, como aponta a historiografia, se manifestavam de maneira mais latente na etapa da construção, evidenciando os efeitos da valorização do diploma como mecanismo legitimador na hierarquia de trabalho. Ele operava, então, como um dispositivo fundamental na relação entre saber e poder.

⁴⁶ O ano de 1915 figura no Decreto como ponto de inflexão nos debates sobre a revalidação dos diplomas estrangeiros. Apesar de faltar documentos que permitam afirmar de modo conclusivo, parece-me ser um indício relevante a promulgação, nesse ano, do Decreto nº 11.530, que reorganizava o ensino secundário e o superior na República. Em seu artigo 108 ele legislava sobre a questão dos estrangeiros: “Os que exhibirem diploma conferido por faculdade estrangeira autenticado pelo consul do Brazil e valido para o exercicio da profissao no paiz onde estudaram, exhibirão theses sobre tres das cadeiras dos quatro ultimos annos do curso que lhes couberem por sorte, e sustentarão oralmente o que houverem escripto, prestando tambem um exame pratico sempre que for possivel. Se forem approvados, terão os direitos conferidos aos seus alumnos pela academia brasileira, a qual lhes revalidará o diploma estrangeiro”. *Decreto Nº 11.530, de 18 de Março de 1915*. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República Rio de Janeiro, SP, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 09 mar. 2018. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição (1933). Decreto nº 23569, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. *Decreto Nº 23.569 de 11 de Dezembro de 1933*. Rio de Janeiro, RJ, 11 dez. 1933. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm>. Acesso em: 11 dez. 17.

O entendimento dessa relação remete às reflexões de Michel Foucault sobre os efeitos e implicações desse tipo de dominação baseada no par saber/poder, pressuposto para o entendimento de sua concepção de micropolítica e governabilidade. Ele identifica o surgimento do “saber concorrencial”, baseado na competição instaurada com base nesses termos e que produz efeitos políticos não só nos campos de trabalho, mas também em toda a formação profissional. Um dos grandes exemplos da valorização desse tipo de saber é, justamente, o valor atribuído ao diploma:

[...] o diploma serve simplesmente para constituir uma espécie de valor mercantil do saber. Isso permite também que os não possuidores de diplomas acreditem não ter o direito de saber ou não serem capazes de saber. Todas as pessoas que adquirem um diploma sabem que ele de nada lhes serve, não tem conteúdo, é vazio. Em contrapartida, os que não tem um diploma dão-lhe um sentido pleno. Acho que o diploma foi feito precisamente para os que não tem.⁴⁷

Na ótica foucaultiana, o diploma é entendido como ferramenta social e política, servindo diretamente à restrição do conhecimento e do saber. Torna-se concretização e documentação de um privilégio, resultado do processo de extrair do conhecimento todo o prazer da descoberta e agregar sanções e bonificações que trariam benefícios àqueles que, com sucesso, passaram pela penosa tarefa de “dominá-lo”. Essa perspectiva é fundamental para se entender a atuação dos “práticos” e como eles se tornaram alvo da campanha difundida por engenheiros e arquitetos no início do século XX.

Lindener Pareto Junior identifica, para além das normas legais, uma tradição historiográfica que, assim como fez o Decreto de 1933, os colocava à margem de tendências e nomes a serem cristalizados na memória sobre aquilo que ficou conhecido como “arquitetura paulistana”. Ao identificar na São Paulo do início do século XX tensões entre os mais diversos produtores do espaço urbano, ele identifica a consolidação de uma estrutura burocrática que visava controlar o crescimento da cidade e o grande número de profissionais atuantes no campo da construção, promovendo um processo de reconfiguração urbana e arquitetônica.⁴⁸

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. MOTTA, Manoel Barros da (org.); *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina* [Coleção Ditos & Escritos, vol. VII]. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011, p.323.

⁴⁸ PARETO JUNIOR, Lindener. *O cotidiano em construção: os "práticos licenciados" em São Paulo (1893-1933)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.47. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-30012012-151830/>>. Acesso em: 2017-04-05. *Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960)*. 2016. Tese

Além de refletir sobre os motivos da pouca ênfase dada a eles pela historiografia, Pareto Junior faz um levantamento sistemático de sua produção e elabora as fichas de registro profissional de 28 construtores. Para isso, ele recorre a quatro séries documentais depositadas no Arquivo Histórico Municipal. A *Série de Obras Particulares*, pertencente ao Fundo Prefeitura Municipal, sub-fundo Diretoria de Obras e Viação, que engloba o período de 1870 a 1921; o *Registro de Empreiteiros de Obras*, que abarca o período entre os anos 1894 e 1904; os *Livros de Registro de Construtores*, relativos aos anos de 1925 a 1928; e os *Livros de Registro dos Práticos Licenciados na Construção*, de 1934 a 1950.⁴⁹

Esse tipo de registro já existia no período da monarquia e eram previstos em São Paulo no Código de Posturas de 1875, mas, como argumenta o autor, foi na virada do século XIX para o XX que eles passam a ter essa conotação restritiva sobre o mercado de trabalho, sobretudo a partir da institucionalização do ensino da engenharia (marcada pela fundação da Escola Politécnica de São Paulo) e o aumento significativo da presença de estrangeiros no cenário urbano e profissional da cidade.

Rita de Cássia Francisco também se propõe a analisar a atuação dos “construtores anônimos” na cidade de Campinas e identifica os mecanismos que regiam o controle da atuação desses profissionais. A autora chama a atenção para como era possível os construtores comprovarem suas habilidades por meio de outras vias, que não o diploma. É o caso de Hermínio Cezar, que, em 1932, enviou a Prefeitura um requerimento pleiteando a feitura de um exame para ser registrado como licenciado.⁵⁰ A partir desse caso, Francisco atesta o domínio desses profissionais sobre técnicas construtivas e um campo conceitual que os permitam exercer legalmente o ofício da construção. Havia uma ampla circulação, entre eles, de uma literatura capaz de guiar sua prática de maneira direta ou indireta. A exposição de embates entre o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, criado pelo Decreto, e instancias municipais da Prefeitura de Campinas atesta que o controle do exercício desses profissionais ainda era pouco definido e aberto a diferentes interpretações.

(Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19122016-181951/>>. Acesso em: 2017-10-04.

⁴⁹ Josianne Cerasoli elaborou um panorama sobre a formação do Arquivo Histórico que nos ajuda a entender como são organizados seus fundos. CERASOLI, Josianne. Originais da Formação de São Paulo: A Capital Paulista Por Seu Arquivo Histórico. *História Social (UNICAMP)*, Campinas, v. 10, p. 283-294, 2004.

⁵⁰ FRANCISCO, Rita de Cássia. *Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade*. 2013, p.15. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-10102013-111937/>>. Acesso em: 4 dez.2017.

Apesar dos distintos recortes geográficos e documentais, os dois autores evidenciam as recorrentes confusões e conflitos a partir dos registros profissionais, que se utilizavam de denominações genéricas. A categoria de “construtor” era utilizada sem muitos critérios ou distinções e podia se referir tanto a profissionais diplomados, quanto a mestres-de-obras e outros agentes que, direta ou indiretamente, atuavam no mercado da construção civil.

O maior controle do Estado sobre os trabalhadores faz parte de um longo e complexo processo de especialização não só do próprio campo, mas também dos órgãos públicos de fiscalização e registro. A análise documental que se segue toma o caso de São Paulo não só pelas diferentes normas municipais e estaduais promulgadas nesse período, mas também pelo acesso aos livros de registro da 6ª Região do CONFEA, que abrangia a capital paulista.

Entre a lei e o registro existia um percurso burocrático através do qual é possível identificar as disputas entre diferentes órgãos e jurisdições pelo controle profissional. Com a regulamentação e a criação dos Conselhos Federal e Estaduais, a estrutura de controle e regulação tornou-se mais complexa, bem como se avolumaram as resoluções, atos e portarias a partir das quais se travava um ferrenho embate jurídico. Podemos entender a estrutura administrativa do novo órgão a partir de suas duas primeiras Resoluções, ambas de 1934, que estabelecem seu regimento interno e a organização dos Conselhos Regionais.

A primeira segue o formalismo burocrático necessário à fundação de uma associação profissional institucionalizada e fruto de um Decreto Federal. Em seu artigo 3º previa que o Presidente do Conselho seria designado diretamente pelo Presidente da República, reforçando esse vínculo já manifestado no Decreto de 1933. Significativos são, sobretudo, os últimos artigos da Resolução que, contrários ao tom de submissão entre Conselho e Decreto, possibilita que o CONFEA vote “tantos regulamentos quando sejam necessários ao bom exercício de suas atribuições previstas no Decreto 23569”. A liberdade vai além e, no artigo 28º, é disposta a legalidade de “quando julgar oportuno ou a requerimento de qualquer membro do Conselho” formar-se uma comissão que proponha reformas na lei quando se acharem necessárias⁵¹.

A resolução n.2 é ainda mais explícita quanto à organização interna do novo órgão, instituindo o agrupamento dos estados em regiões e sedes dos CREA's como disposto no quadro 1, a seguir:

⁵¹ CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Resolução n.0001*: Aprova o Regimento Interno do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=50&idTiposEmentas=5&Numero=0001&AnoIni;=&AnoFim;=&PalavraChave;=&buscarem=conteudo&vigente;=>>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

Quadro 1: Abrangência das regiões segundo o CONFEA, 1934

Região	Abrangência/sede
1ª Região	Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e o território federal do Acre, com sede em Belém.
2ª Região	Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, com sede em Recife.
3ª Região	Bahia, Sergipe e Alagoas, com sede em Salvador.
4ª Região	Minas Gerais e Goiás, com sede em Belo Horizonte.
5ª Região	Rio de Janeiro e Espírito Santo e Distrito Federal, com sede na capital federal.
6ª Região	São Paulo e Mato Grosso, com sede em São Paulo.
7ª Região	Paraná, com sede em Curitiba.
8ª Região	Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

Fonte: quadro elaborado a partir do Artigo 1º da Resolução n.2 do CONFEA

Cada Regional seria composta por ao menos dez membros necessariamente habilitados de acordo com as disposições legais de 1933 e a partir da seguinte distribuição: um representante do Conselho Federal a quem cabe presidir o Conselho Regional; três membros designados pelas Congregações das Escolas Oficiais existentes ou que venham a existir na região; seis membros escolhidos em assembleia presidida pelo representante do CONFEA, constituída pelos representantes de cada sociedade ou sindicato de engenheiros ou arquitetos existentes na região.⁵² A composição das regionais era ainda normatizada a partir da obrigação de haver, pelo menos, um terço de arquitetos ou engenheiros-arquitetos, “sempre que a Região houver profissionais devidamente habilitados”. Isso indica o lugar frágil da arquitetura em meio ao sistema recém-criado, tentando garantir de maneira tão forçada quanto a que foram incorporados ao CONFEA, uma posição e determinado grau possível de autonomia. Além disso, destaco as disposições sobre os rendimentos: mais da metade seriam tributários de multas e expedição de carteiras profissionais. Isso abre questionamento sobre a própria atuação de fiscalização do órgão, que se sustentava financeiramente a partir dessa atividade.

O Decreto n.23.569 figura na historiografia como resultado de um processo evolutivo no qual são frequentemente localizadas normas legais anteriores que conformariam um percurso narrativo supostamente coerente. Durante a década de 1920, três estados promulgaram leis para regular o exercício profissional da engenharia e da arquitetura: São

⁵² Artigo 2º da Resolução n. 0002.

Paulo (1924); Pernambuco (1925); Rio de Janeiro (1925). Segundo Clévio Rabelo essas três normas procuram justificar a regulamentação a partir de dois aspectos: da relação estabelecida entre essa medida e o processo de *modernização* das cidades brasileiras; e da necessidade de se controlar ou pactuar a liberdade profissional, amplamente reivindicada.

Elas evidenciam, entretanto, a maneira heterogênea pela qual essa temática era debatida em diferentes estados brasileiros, além de serem entendidas como mecanismos para pressionar o Governo Federal pela criação de uma norma de abrangência nacional que normatizasse as diferentes soluções regionais. A proposta do Decreto Federal só conseguiu ganhar aderência na gestão de Joaquim Pedro Salgado Filho no Ministério do Trabalho (1932-1934) que, em setembro de 1933, organizou uma comissão para sua elaboração composta por profissionais representantes de numerosas instituições e associações profissionais de diversas localidades e filiações, dispostas no quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Representações institucionais da comissão que elaborou o Decreto n.23.569

Instituição	Representante
Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio	Dulphe Pinheiro Machado [presidente da comissão]
Sindicato Geral de Engenheiros	César do Rego Monteiro Filho
Associação Brasileira de Concreto	José Furtado Simas
Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro	Augusto Varella Corsino
Club de Engenharia	José Luiz Mendes Diniz
Instituto de Engenharia de São Paulo	José Cesário Monteiro Lins
Associação dos Engenheiros Civis da Bahia	Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres
Instituto Central dos Arquitetos	Adolfo Morales de Los Rios Filho
Associação Brasileira de Engenheiros	Domingos José da Silva Cunha
Sociedade Mineira de Engenheiros	Alcides Lins
Instituto de Arquitetos de São Paulo	Adelardo Cayubi
Classe dos Agrônomos	Luiz Simões Lopes

Fonte: quadro elaborado a partir das informações fornecidas por Clévio Rabelo em sua tese (RABELO, Clévio, Op. Cit., p.56.)

Os esforços em prol de agregar e representar tantas categorias profissionais indicam o amplificado efeito que teria o Decreto, bem como as inúmeras alianças e jogos políticos necessários para a conciliação de distintos interesses que levassem a aprovação da medida.

Desde a elaboração do anteprojeto até a implementação de suas diretrizes pelos CREA's, passando pelos debates na Câmara e no Senado e a chancela do Presidente da República, muitas foram as *arquiteturas políticas* necessárias para estruturar as – boas – relações entre essas classes profissionais sob a tutela do CONFEA e os políticos atuantes na via institucional.

Após a criação do Conselho e em prol da melhor aplicação do Decreto recém promulgado, o órgão realizou reuniões entre os conselheiros federais e regionais. Os Congressos de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura, como eram chamados, aconteceram em 1935, 1940, 1941, 1942 e 1943 em diferentes cidades do Brasil – Rio de Janeiro, por três vezes, Porto Alegre e São Paulo – e explicitam os embates internos a essa classe de engenheiros e arquitetos diplomados acerca das disposições da lei de regulamentação. As atas foram publicadas nos *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura* dos anos de 1943 e 1944 e, a partir de seu exame, podemos identificar o tom conciliatório desses encontros, nos quais os profissionais trabalhavam em prol da “harmonização de pontos de vista” no que tocava a solução de inúmeros problemas profissionais.

A leitura dessa documentação indica as dificultosas consequências da aplicação de um Decreto Federal em regiões nas quais a prática profissional era muito diversa. As disputas podem ser notadas em relação ao número de delegados representantes de cada região e na distribuição dos votos. A convocação oficial feita pelo CONFEA impunha a cada regional que enviasse dois representantes, os quais seriam divididos em comissões de trabalho que estudariam um tema específico a ser apresentado e votado pela totalidade dos conselheiros. Entretanto, a partir dos dados referentes às composições dos quatro primeiros encontros, nota-se que essa configuração nunca foi alcançada.⁵³

Nota-se o número desigual de conselheiros, colocado em questão ainda na primeira sessão do primeiro Congresso: a 6ª região contava com três representantes, a 4ª região com dois e a 3ª e 8ª regiões com um cada. Dos sete profissionais representantes do Conselho Federal, cinco compunham a comissão que elaborou o Decreto Federal: Adolfo Morales de los Rios Filho, representante do Instituto Central de Arquitetos; Domingos Cunha, da Associação Brasileira de Engenheiros; César do Rego Monteiro, do Sindicato Geral de Engenheiros; Adroaldo Junqueira Ayres, da Associação dos Engenheiros Civis da Bahia, e Augusto Varela Corsino, da Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro.

⁵³ Os quadros com as representações das primeiras quatro edições dos Congressos de Conselheiros do CONFEA compõem o Anexo 1.

Consta em ata consta as explicações do engenheiro paulistano Argemiro Couto de Barros sobre a vinda dos três representantes de São Paulo. Ele se dispôs a se abster da votação, caso isso fosse um problema para os demais delegados. Longe de ser resolvida nessa ocasião, a questão foi constantemente reposta ao longo desse encontro. Na terceira sessão, quando mais uma vez questionado, Argemiro Couto de Barros argumentou que o Congresso havia convocado a todos para estabelecer normas que não seriam uma modificação do Decreto e de maneira alguma viriam afetar o que já estava anteriormente estabelecido. Dessa maneira, segundo ele, “não se devia olhar para os votos como uma expressão das Regiões ali representadas, mas, sim, como o pensamento da engenharia nacional”.⁵⁴

As tentativas de monopolizar o debate pelos representantes de São Paulo podem ser identificadas em muitos momentos ao longo das quatro primeiras edições dos Congressos. As justificativas, na maioria dos casos, advinham do alto número de registros da região e, por isso, sua experiência em solucionar entraves na implementação de normas legais de registro profissional. De fato, São Paulo promulgou uma série de leis durante a década de 1920 que objetivavam um maior controle sobre o campo profissional. Em 1920, pretendendo fixar e estabelecer um Padrão Municipal” relativo às construções no município, o Prefeito de São Paulo, Firmiano de Moraes Pinto (1861-1938), promulgou a Lei Municipal n. 2.332.

A norma não tinha como objetivo exclusivo o controle dos profissionais, mas constituía um código completo a ser seguido no campo da construção civil, definindo formalmente conceitos como área, lote, alinhamento, altura etc. a fim de normatizá-los. Em seu capítulo II restringia como agentes da construção civil aqueles que obtivessem um “alvará de construção”, concedido pelo poder público mediante requerimento e submissão do projeto da obra. Os projetos, por sua vez, também passavam a ser padronizados a partir de diretrizes pré-estabelecidas: plantas, cortes, estudos, perfis e memorial, obrigatoriamente assinados tanto pelo proprietário da edificação quanto pelo engenheiro ou arquiteto, autor do projeto.⁵⁵

⁵⁴ Apesar de longamente debatida nesse momento, a questão da representação de cada regional e o sistema de votos dos conselheiros volta e meio reaparecia. Apesar dos constantes apelos para uma melhor equiparação dos votos, o presidente se reportava para esse primeiro debate alegando que, a partir de então, a questão teria sido resolvida e votada, não cabendo a insistência nesse debate. Durante a exposição da resolução n.3, nesse primeiro congresso de 1935, foi novamente levantado o problema, tendo como resposta a atitude de Morales de los Rios Filho, presidente do Congresso, em chamar “a atenção da casa dizendo que esse assunto já é matéria vencida na primeira reunião plenária. O Dr. Alvaro Mendonça pede, no entanto, *que fique constando da ata o seu protesto. [...]*”. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943, p.19.

⁵⁵ SÃO PAULO (Município). Constituição (1920). Lei n° 2332, de 9 de novembro de 1920. Estabelece o "Padrão Municipal" para as construções particulares do município. *Lei N.2332 de 9 de novembro de 1920*. São Paulo, SP. Seção I, artigos 20, 25 e 27.

Apesar disso, no capítulo VI, “dos construtores”, é prevista a legalidade do registro dos títulos, não necessariamente comprovados pelo diploma, na Prefeitura. Tal registro seria permitido para: os diplomados por escolas oficiais; os que possuíam títulos de empreiteiro, construtor ou mestres de obra, legalizados e passados pelos institutos profissionais oficialmente reconhecidos no país; ou os que possuíam títulos expedidos pela Prefeitura mediante prova de competência. Ou seja, apesar de não exclusivo aos diplomados pelas escolas, cria-se, na estrutura burocrática do município, uma forma sistematizada de registro profissional.

Ainda na década de 1920 é aprovada uma Lei Estadual cujo objetivo específico, diferentemente do caso anterior, foi regular o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor. A iniciativa teria partido dos membros do Instituto de Engenharia, reiteradamente interpretado pela historiografia a partir de seu envolvimento com episódios da política institucional do estado de São Paulo. Essa mitologia é reforçada nas narrativas sobre o processo de regulamentação, ao atribuir aos membros dessa associação determinadas iniciativas que culminaram na promulgação de normas legais. A Lei Estadual n. 2.022, de 1924 é relacionada aos esforços de dois de seus presidentes: Francisco Paes Leme de Monlevade, nos anos de 1921 e 1922, e Alexandre Albuquerque, em 1924. Sylvia Ficher menciona que a norma legal ficara conhecida como a “Lei Alexandre Albuquerque”, tamanho envolvimento e empenho do engenheiro-arquiteto.⁵⁶

Entretanto, para que todos os projetos legais aqui abordados pudessem ter sido aprovados nas instâncias jurídicas, foram necessárias articulações entre os profissionais e deputados.⁵⁷ Em 1924, o engenheiro Luiz Augusto Pereira de Queiroz representou essa possibilidade: ele já havia sido eleito deputado estadual e exercia, na época, o cargo de vice-prefeito do município.⁵⁸ Queiroz eram membro do Instituto Paulista de Arquitetos, o que

⁵⁶ FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo, SP: EDUSP, 2005, p.114. Essa caracterização do I.E. reforça o binômio entre essa associação e o Instituto Paulista de Arquitetos, supostamente mais empenhado em questões de cunho artístico e com atuação menos incisiva. As mobilizações do Instituto de Engenharia no período da Revolução de 1930 foram enfatizadas na tese de Marisa Carpitéro. CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo-1917/1940)*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

⁵⁷ Sobre a promulgação de leis estaduais nesse período, Josianne Cerasoli afirma ser necessário entender o funcionamento bicameral do Congresso Paulista, vigente até 1934. Segundo a primeira Constituição do Estado, de 1891, os projetos de lei poderiam ser propostos por qualquer membro do legislativo das duas câmaras obedecendo as dinâmicas e prazos estabelecidos no Art. 22. Ela aponta como, apesar disso, os deputados votavam um número de projetos muito maior que os senadores, que acabavam atuando como revisores. CERASOLI, Josianne Francia. *A grande cruzada: os engenheiros e as engenharías de poder na Primeira República*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1998, p.47.

⁵⁸ Segundo lista elaborada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Luiz de Queiroz assumiu a prefeitura da cidade por um curto período no ano de 1924, entre 03 e 28 de março. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=332201>. Acesso: 04. jan. 2018.

nos coloca duas implicações: a impossibilidade de interpretar as associações paulistas por um regime de oposição; e a necessidade de mais pesquisas sobre as iniciativas de profissionais ligados a outras instituições que não o IE na política da cidade.⁵⁹

Mais importante do que estabelecer a paternidade da norma legal é identificar os cinco casos fixados por ela para o exercício legal de tais profissões: a) aos que possuírem título das escolas de engenharia oficiais da União ou o do Estado; b) aos estrangeiros habilitados perante essas escolas; c) aos que, na data da publicação da Lei, exercerem cargos de engenheiro/arquiteto/agrimensor em repartições públicas; d) aqueles que exercem a profissão em qualquer território do Estado por cinco ou mais anos; e) aos agrônomos diplomados pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz.⁶⁰

Além dessa significativa reserva de mercado para os diplomados, no artigo 2º a Lei ainda estabelece que nenhum profissional poderia atuar sem o registro do respectivo título na Secretaria de Agricultura, através dos *Livros de Registro de Construtores*, reforçando o mecanismo já criado pelo Padrão Municipal. Entretanto, no parágrafo único deste artigo, é notável a ressalva feita em relação aos lugares onde não houvesse engenheiros, arquitetos ou agrimensores diplomados ou licenciados, sugerindo, no período, ainda não serem muitos aqueles diplomados. Cabe também ressaltar a fixação e elevação a estatuto legal do termo “práticos licenciados”, categoria na qual seriam incluídos aqueles que não possuíam um diploma para atuarem como construtores a partir dessa norma.

O exame dos *Livros* indica a existência de outras formas de se comprovar competência técnica e de se autorizar a atuação via Secretaria de Agricultura.⁶¹ O uso do diploma como meio de ingresso e atuação no mercado da construção civil foi encontrado

⁵⁹ A lista de sócios do Instituto Paulista de Arquitetos no ano de 1931 é apresentada aqui no Anexo 2.

⁶⁰ SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Constituição (1924). Lei nº 2.022, de 27 de dezembro de 1924. Regulamento o exercício da profissão de engenheiro architecto e agrimensor. *Lei N.2.022 - de 27 de Dezembro de 1924*. São Paulo, SP, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2022-27.12.1924.html>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

⁶¹ Sobre a documentação, é digno de nota a própria materialidade desse registro: uma série de quatro volumes relativos aos anos de 1925, 1926, 1927 e 1928 com proporções que não condizem com o conteúdo e tipo de registro proposto, fornecendo poucas e lacunares informações sobre os registrados. As fichas de registro são compostas por determinados campos a serem preenchidos com os seguintes dados dos profissionais: nome (acompanhado pelo número do registro a ser gerado e a categoria na qual ele seria registrado); escritório; residência; nacionalidade; instituição pela qual se diplomou; data na qual o título fora registrado na Secretaria de Agricultura; assinatura; nome da firma e responsável; número da Seção de Obras e viação responsável por julgar o caso; chefe responsável pela seção; número do processo; provas de competência; pagamentos de impostos; e observações (espaço destinado aos registros de multas, processos, cassações etc.). De acordo com o Relatório do Presidente do CONFEA, Adolfo Morales de los Rios Filho, de 1937, até o ano de 1936 a 6ª Região (da qual São Paulo fazia parte) havia expedido um total de 1376 carteiras profissionais de diplomados, 928 de licenciados e 40 de autorizados. O total expedido por essa regional é o muito superior ao dos outros CREA's. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Relatórios do Presidente Professor Adolfo Morales de los Rios Filho*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1937, p.224.

em grande parte dos casos, como o do construtor Antonio Cassese, registrado em 1928 tendo por competência a obtenção de seu diploma, dois anos antes, pelo Mackenzie College⁶², de Octávio Wagner, engenheiro industrial, e José Freitas Valle Filho, engenheiro civil, ambos formados pela Escola Politécnica de São Paulo em 1927.⁶³ Entretanto, não é difícil encontrar registros justificados por parâmetros diferentes do diploma. O português José Victorino Ferreira conseguiu comprovar sua competência apresentando “recibos e faturas referentes a diversas construções” em agosto 1928.⁶⁴

Esses casos, tomados como exceções, nos quais aceitava-se outros meios de se comprovar a prática profissional, foram debatidos no Congresso de 1935 a partir da exposição do engenheiro paulista Clodomiro Pereira da Silva. Ao fim dos debates, entretanto, os representantes do próprio CONFEA argumentaram contra essa alta permissividade, chegando-se à resolução seguinte:

Na falta das licenças legalmente expedidas pelos Estados ou pelo Distrito Federal, serão aceitos, como prova do exercício da profissão, para os efeitos do artigo 3º, os talões de impostos de Indústria e Profissão, estaduais ou da Prefeitura do mesmo Distrito relativos ao segundo semestre de 1933.⁶⁵

A postura menos tolerante em relação a profissionais não capazes de satisfazer os requisitos estabelecidos no Decreto Federal não era, contudo, universal. Se, por um lado, não encontramos mais esse tipo de registro nos *Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção*, criados em decorrência da norma de 1933, por outro notamos a persistência de registros profissionais diplomados em instituições estrangeiras ou mesmo profissionais brasileiros de maior prestígio no campo feitos sem a apresentação da devida documentação ou título.⁶⁶

⁶² Livro de Registro de Construtores, 1928, p.12.

⁶³ Idem, p.18-9.

⁶⁴ Idem, p.5.

⁶⁵ CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943, p.40.

⁶⁶ Sob a jurisdição da Prefeitura municipal de São Paulo, por meio da Diretoria de Obras e Viação e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, eles documentam o período entre 1934 a 1950. Esse tipo de registro, dada sua longa vigência é composto por uma série de numerosos volumes e registra arquitetos e construtores licenciados no período pós-regulamentação. Dessa maneira, ao se registrarem, eles recebiam uma carteira profissional, que correspondia e agia no mesmo sentido do diploma, possuindo fé pública e legitimando o exercício dessas categorias. Materialmente, cada página do livro corresponde a um registro, estando localizadas na parte da frente as informações pessoais do registrado, bem como o pagamento dos impostos relativos à sua atuação (em regime semestral), e no verso as “observações” referentes a multas e processos abertos em relação a eles (local privilegiado para a identificação dos referidos embates). A presença de estrangeiros diplomados no exterior e que atuavam em São Paulo é massiva ao longo desses diferentes períodos. Justino Cavaliere, engenheiro italiano diplomado pela Universidade de Roma; Domingas Marchetti, engenheiro diplomado pelo Instituto Superior de Pádua; do alemão Paulo Sahwark, engenheiro pela Escola Estadual de Engenharia da Prússia; Antonio Kaduna, engenheiro civil pela Escola Politécnica de Bruem, na Checoslováquia são exemplos dessa parcela significativa do mercado, todos registrados entre os anos de 1928 e 1929. Entretanto, nem todos

É possível identificar os debates sobre as diferentes maneiras de registro e os títulos como ponto mais polêmico e incerto dos Congressos de Conselheiros. As diferentes interpretações e soluções adotadas por cada região resultam em embates sobre como melhor proceder. Em 1935 formou-se uma comissão de conselheiros para debater a respeito do registro dos profissionais não diplomados e diplomados por escolas estrangeiras e que tirou como resolução a aceitação dos títulos de nomeação dos funcionários em suas empresas ou firmas como carteiras profissionais. Essa atitude evidencia uma postura mais permissiva do Conselho em relação a profissionais ligados a empresas e com uma prática profissional corporativa e pode ser identificada nos registros profissionais.

Um caso exemplar do poder dado a empresas particulares pode ser esboçado a partir do registro de Harry Alexander Munson. Sua ficha não nos informa sua nacionalidade, nascimento ou naturalidade, mas autoriza sua atuação em condições bem particulares: “só poderá assinar documentos técnicos para a *Light and Power*” a partir de seu título de engenheiro civil. Em despacho de abril de 1936, ou seja, após a elaboração da resolução referida acima, o CREA autoriza sua atuação e permite o exercício das funções técnicas que já desempenhava na empresa canadense.⁶⁷ Um processo semelhante é o de Heitor Mattos de Melo, brasileiro que conseguiu, no mesmo ano, autorização do Conselho para que continuasse “responsável pelas obras e serviços técnicos da Cia Geral de Obras e Construções S.A., Geobra”. Na autorização do CREA é usado o mesmo argumento do caso de Munson, com o adendo de que ele não poderia ser removido nem promovido para outros cargos técnicos.⁶⁸

O mesmo é concedido a Celso Ramalho da Silva, licenciado em 1933 pela Prefeitura sob a condição de “construtor licenciado para a capital”. Sua autorização, entretanto, é expedida somente em 1936 pelo Conselho autorizando exclusivamente sua atuação na “União Mútua – Cia Construtora e de Crédito Popular”, devido a já atuar no cargo à data da publicação do Decreto, “sob a condição de que tais construções não sejam cálculo de resistência e estabilidade”.⁶⁹

Além do debate em torno da formação, outra área de atuação importante na articulação do campo refere-se à esfera política institucional. Durante os Congressos de

os estrangeiros conseguiam provar sua competência através de um diploma, e acabavam recorrendo a outras instâncias e brechas legais para seu registro. Os irmãos Samuel e Justo Bonacina, italianos registrados em outubro de 1929, tiveram como competência apenas “diversos documentos em idioma italiano, no qual prova que os requerentes exerceram a profissão no prazo determinado pela Lei”. Livro de Registro de Construtores, 1929, p.22.

⁶⁷ Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção, vol.2, p.11.

⁶⁸ Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção, vol.2, p.13.

⁶⁹ Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção, p.38.

Conselheiros do CONFEA é notável a presença do engenheiro Lourenço Baeta Neves (1876-1948).⁷⁰ Ele participou da fundação da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, onde lecionou hidráulica, astronomia, geodésia, navegação e outras matérias. Institucionalmente, foi vice-presidente da Sociedade Mineira de Agricultura e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, presidente do Conselho Técnico da Sociedade Mineira de Engenheiros, do Sindicato Mineiro de Engenheiros Sanitários e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4ª Região. Além disso, foi membro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, da Sociedade Mineira de Engenheiros e, internacionalmente, da New York Sewage Work Association, do Rotary Club de Los Angeles e da American Society of Civil Engineers.

Entre essa longa e múltipla trajetória, seu posto como “deputado federal classista”, frequentemente adjetivado como “representante dos profissionais liberais”, entre 1934 e 1937 merece destaque perante aos debates aqui desenvolvidos. Durante esse período, presidiu a Comissão de Educação e Cultura, que elaborou o Plano Nacional de Educação, e foi relator geral do projeto de remodelação do Ministério da Educação. É a partir dessas qualidades políticas e de representante das aspirações da classe que o deputado era apresentado na sessão inaugural do Congresso de 1935.⁷¹

Durante a segunda sessão, o Conselheiro carioca Santos Reis discursava sobre a vitória da Engenharia quando pediu que o Congresso prestasse uma homenagem ao “Doutor” Baeta Neves por sua brilhante atuação na Câmara Federal como representante da classe dos engenheiros. Em outros momentos, somente a entrada do deputado no local onde estava sendo realizado o evento era suficiente para que, em ata, fossem interrompidos os debates e argumentos e se constasse que o célebre engenheiro havia sido “recebido com

⁷⁰ Lourenço Baeta Neves nasceu em Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, em 1876. Fez os primeiros estudos no Colégio Mineiro e em 1899 formou-se Engenheiro Civil e de Minas pela Escola de Minas de Ouro Preto. Sua atuação técnica frente a órgãos públicos é extensa: engenheiro-chefe das obras especiais de Juiz de Fora e do saneamento de Barbacena e Caxambu, em Minas Gerais; prefeito do município de Poços de Caldas entre 1920 e 1922; de 1910 a 1914 foi engenheiro-chefe e organizador da Comissão de Melhoramentos Municipais de Minas e dois anos depois tornou-se engenheiro-chefe do saneamento do estado da Paraíba. FERNANDES, Ana; LEME, Maria Cristina da Silva (coaut.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo, SP: FUPAM: Studio Nobel, 1999. Um verbete biográfico foi elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV) e pode acessado por meio do link <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/neves-lourenco-baeta>

⁷¹ Uma boa análise sobre o envolvimento de engenheiros com a implementação de projetos educacionais no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX é feita por Clécia Gomes. GOMES, Clécia Aparecida. *Os engenheiros da Associação Brasileira de Educação (ABE): confluências entre as ideias educacionais e urbanas na cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279701>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

palmas pelos presentes, tomando assento na mesa ao lado do Sr. Presidente”.⁷² Em resposta às homenagens, Baeta Neves reafirmava que apenas cumpriu sua missão como engenheiro, como qualquer um dos seus colegas teria feito.

Ao invés de promover a si mesmo nessa ocasião de homenagem, o deputado utilizou sua fala para chamar a atenção dos Conselheiros para um outro político que, “não sendo engenheiro, tanto trabalhou para a Engenharia”. Alberto Álvares (1878-1962), diplomado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1906, era apontado como responsável por prestar esclarecimentos sobre as implicações jurídicas do Decreto n.23.569.⁷³ Além disso, Baeta Neves afirmava ter mudado de opinião sobre “possíveis e bem-vindas alterações” das disposições do Decreto por resoluções do CONFEA por argumentos de Álvares. Diante disso, propunha dar a ele o título de “Engenheiro Honorário”, tendo em vista seus esforços contínuos “a fim de que escolas mal organizadas, com tudo deficiente, não ficassem igualadas às escolas padrões do Rio, São Paulo, Minas, Paraná e outros Estados” no que tocasse a formação profissional qualificada.

O título simbólico – que tem honras, mas não proventos nem desempenha funções – colocaria Álvares, segundo argumentava Baeta Neves, junto aos engenheiros que trabalhavam em prol da “moralização e da regulamentação da Engenharia”, como Pedro Rache, Salgado Filho, Sampaio Corrêa, Alberto de Oliveira Coutinho e Varela Corsino. Esse caso explicita como a campanha pela regulamentação profissional necessitava do apoio e articulação com detentores de capitais políticos necessários a implementação dos projetos profissionais.

O apoio da implementação das disposições do Decreto n.23.569 e da manutenção do sistema CONFEA/CREA em alianças políticas, muitas vezes baseadas em relações pessoais e de favores, é uma das dimensões mais apreensíveis dessa documentação. Os debates eram norteados menos pelas condições ideais da prática profissional e do cumprimento das leis e normas do que pelas condições de possibilidade frente a um cenário real e heterogêneo. As tentativas de consenso tornavam-se explícitas frente ao objetivo de tentar, sem muito sucesso, diminuir essa distância entre o existente e o desejado.

⁷² CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943. p.55.

⁷³ Álvares começou sua carreira política quando eleito deputado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 1915 pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Após os eventos políticos e a reestruturação administrativa do Estado nos anos de 1930, foi eleito deputado federal e trabalhou em prol dos interesses de empregadores da lavoura e da pecuária entre 1934 e 1937, quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos todos os órgãos legislativos do país. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-alvares-fernandes-vieira>.

A necessidade de incorporar ao círculo profissional do Conselho grandes figuras do cenário político que capitaneassem e possibilitassem a tramitação de seus projetos nas Câmaras é reforçada pelo caso de Dulphe Pinheiro Machado. Na segunda sessão do Congresso de 1935, Alvaro Mendonça argumentou sobre a proposta de se homenagear o presidente do Conselho da 5ª Região, “um dos batalhadores em prol da regulamentação profissional”, apesar de no momento ser presidente demissionário – ou seja, que se demitiu. O representante da 5ª região, o engenheiro Santos Reis, falou sobre sua intenção de não trazer ao Congresso um assunto que só interessava à sua Região, mas teceu elogios à pessoa de Machado, a quem achava merecedor da homenagem proposta. Segundo Reis, o Conselho Regional tinha feito todo o empenho para que ele continuasse à frente de seus trabalhos, sendo impossível, entretanto, conseguir que ele voltasse a ocupar seu posto. O Conselheiro propõe, então, que o Congresso lhe faça um “apelo fundamentado, porque ele é considerado de alto interesse para a classe e também para o Conselho Federal”.

O presidente do Congresso, Morales de los Rios Filho, elencou os vários pedidos do Conselho Federal a Dulphe para que voltasse a seu posto, mencionando uma visita feita a ele por uma comissão do CONFEA, assim como os ofícios que lhe foram enviados. A todas essas “demonstrações de confiança do Conselho Federal” o “Dr. Dulphe” respondeu negativamente. O presidente criticou duramente a atitude do conselheiro, argumentando que “a harmonia da classe dos engenheiros está acima dos melindres pessoais e o momento é o mais azado possível para que os colegas tentem um novo esforço de conciliação”.⁷⁴

Não ficam claros, no exame da documentação, os motivos que teriam levado o engenheiro a se demitir de seu cargo e não atender aos apelos do Conselho. Cabe perguntar, entretanto, quem era Dulphe Machado e quais seriam as razões que o fizeram ocupar posição de tanto destaque no campo a ponto de ser alvo de tamanha mobilização da classe. A partir das poucas informações encontradas, sabemos ter se diplomado engenheiro civil pela Escola Politécnica de São Paulo em 1908 e ter uma ampla trajetória, compondo quadros técnicos de órgãos públicos do estado desde meados da década de 1910. Em 1918 elaborou um ofício para o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio traçando um diagnóstico sobre a “infância desvalida” no país e propondo soluções para o problema baseadas no ensino técnico e agrícola.⁷⁵ Sua carreira política parece ter sido extensa e, por mais de uma vez,

⁷⁴ *Anais CONFEA*, 1943, p.57.

⁷⁵ No ofício Dulphe Machado afirma que “não é lícito adiar mais a situação do problema da infância desvalida”, descrevendo longamente a situação dos menores abandonados, “futuros hóspedes da prisão”. Ele argumentava que apesar de algumas iniciativas governamentais, “a sociedade está formando uma legião de revoltados”, e que “a situação não pode permanecer na capital do país, no coração da República”. Sua proposta, então, é a de organizar um centro agrícola de menores, “ministrando-lhes além da precisa instrução, verdadeiras praticultura, de modo que formem pequenos cultivadores e operários, aptos para os diferentes misteres da propriedade rural,

compôs comissões de elaboração de projetos de lei que foram promulgados.⁷⁶ Tãmanha mobilização dos conselheiros pode ser explicada por ele ter presidido a comissão que, em 1933, elaborou o Decreto Federal.

Na polêmica que o envolveu no Congresso de 1935, entre os apelos de numerosos conselheiros contra a demissão de Machado da presidência do CREA da 5ª Região, resolveu-se tirar uma comissão de Conselheiros para dirigir-se ao Dr. Dulphe Pinheiro Machado e “não apelar, mas impor a sua volta à presidência do Conselho da 5ª Região”. Dentre outras dimensões, o caso de Dulphe nos indica ter sido o tão almejado consenso muitas vezes imposto, presumivelmente por não ser facilmente estabelecido.

O exame das atas indica que a postura incerta dos conselheiros não se restringia apenas ao formato dos debates e às maneiras de se votar. Elas expressam tensões e incompreensões acerca da jurisdição do próprio Congresso e de suas reais possibilidades de atuação frente às prerrogativas do Decreto Federal. Na sessão inicial do primeiro evento o conselheiro paulista Clodomiro Pereira da Silva levantou dúvidas sobre o modo de agir do Congresso: se deveriam elaborar uma regulamentação do já promulgado Decreto ou estabelecer normas a serem seguidas pelos Conselhos Regionais. Ao longo de todo esse Congresso podemos observar a obstrução de debates devido a entaves jurídicos e a impossibilidade de se mudar disposições da lei de 1933, como exemplificado pelo debate relativo às multas pagas pelos membros dos CREA, que financiavam suas atividades:

Lido e posto em discussão fala o Dr. Argemiro. É de opinião que o Conselho não pode reduzir as multas ou as imposições do decreto 23.569. [...]. O Dr. Rêgo Monteiro, com a palavra, diz que o Conselho não pode

explorada de acordo com as mais modernas regras agrônômicas”. A defesa por um “ensino prático” era argumentada pelos “métodos racionais de exploração de solo, manejo dos instrumentos agrários, conhecimentos relativos à criação, hygiene e alimentação dos animais, em geral”. <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaísEvento/docs/CI-291-TC.pdf> . Como efeitos desse ofício e do posicionamento de Dulphe Pinheiro foi promulgado, no mesmo ano, o Decreto n.12.893, que autorizava o MAIC a criar o Patronato Agrícola, um sistema de educação voltado para tais “menores”, o que fez com que ele ficasse conhecido, em grande medida, por tal bandeira.

⁷⁶ Dulphe Machado foi da comissão que elaborou a Lei de Férias, sancionada em outubro de 1926 e, na década seguinte integrou a comissão que elaborou a versão final do projeto de regulamentação profissional de engenheiros e arquitetos no Brasil. A Lei de Férias, grosso modo, obrigava os empresários a concederem quinze dias de férias por ano a seus empregados, sem prejuízo do ordenado. Ela compõe o que Angela Castro Gomes identifica como um projeto mais amplo de regulação das relações trabalhistas e é comumente analisada junto a Lei de Regulamentação do Trabalho de Menores, sancionada em 1926. Ambas denotam interesses políticos de Dulphe Pinheiro e seu envolvimento com projetos que visassem esse objetivo. <http://cpdoc.fgv.br/node/1882>. GOMES, Angela. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005. Depois disso, continuou a se envolver e “patrocinar” projetos relacionados com a temática da regulamentação profissional, tomando frente da elaboração do Decreto-lei n.3.995, de dezembro de 1941, o qual renovou algumas disposições do Decreto de 1933 e estabeleceu o pagamento de uma anuidade dos registrados aos Conselhos. No mesmo ano ocupou o posto de consultor do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e foi ministro interino dessa pasta de junho a dezembro de 1941. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>.

aplicar um artigo do decreto, fraudando-o. O Dr. Pinheiro Guedes acha que os Conselhos Regionais podem cobrar as multas com abatimento. [...]. Tem a palavra o Dr. Durval de Araujo Ribeiro. É de opinião também que não pode o Conselho, sem infringir a lei, reduzir as multas. [...]. O Dr. Junqueira Ayres lê novamente o 4º item, com a emenda do Dr. Pinheiro Guedes, achando que o Conselho Regional pode reduzir a multa a seu critério, condicionada ao exame da legalidade da questão.⁷⁷

Para esses conselheiros, a criação de uma autarquia, como era o CONFEA, borrava a linha entre o legal e o ilegal, possibilitando inúmeras manobras para que seus interesses fossem alcançados.

Dois artigos do Decreto Federal eram frequentemente alvos de polêmica. O artigo 5º permitia a atuação de “pessoas de idoneidade reconhecida” mediante a expedição de um “título precário”, na condição em que algum município não contasse com profissionais devidamente habilitados. A validação desse título e da legalidade desse tipo de atuação ficaria à mercê e critério do Conselho Regional. Essa disposição indica a recorrência do baixíssimo número de profissionais diplomados no país, observado desde a fundação das primeiras escolas de arquitetura. Além disso, no artigo 3º, a norma reconhece a atuação de uma série dos licenciados – “arquitetos, arquitetos-construtores, construtores e agrimensores” – desde que provassem, por meio de suas licenças, as competências necessárias. Nos dois casos, nota-se o esforço expresso na lei para centralizar as decisões e uniformizar as práticas por meio da grande jurisdição que passariam a ter os Conselhos – o que, como argumentado anteriormente, não excluía os não diplomados do campo da construção civil. A autonomia dos CREA’s era tamanha a ponto de formularem e aplicarem os critérios desses casos tidos como exceções. Com isso, punições foram criadas, muitas licenças foram cassadas e muitas normas foram manejadas a partir dos interesses regionais dos profissionais que assumiam essas funções de fiscalizar e punir seus pares.

Essa indefinição era oriunda das diferentes práticas de cada regional para solucionar os diferentes problemas que enfrentavam. No debate sobre os licenciados, por exemplo, Rêgo Monteiro, conselheiro representante do CONFEA, polemizou sobre a maneira do Decreto Federal legislar sobre o assunto, argumentando que o proceder acarretaria na criação de muitas espécies de licenças.⁷⁸ O paulista Argermiro de Barros, por sua vez, argumentou a

⁷⁷CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943, p.57-8.

⁷⁸“Art. 3º É garantido o exercício de suas funções, dentro dos limites das respectivas licenças e circunscrições, aos arquitetos, arquitetos-construtores, construtores e agrimensores que, não diplomados, mas licenciados pelos Estados e Distrito Federal, provarem, com as competentes licenças, o exercício das mesmas funções à data da publicação deste decreto, sem notas que os desabonem, a critério do Conselho de Engenharia e Arquitetura.”.

favor da disposição, justificando ser a maneira de proceder da 6ª Região e também defendida por ele: “O ato n.1 de São Paulo está dependendo do pronunciamento da Corte Suprema, que é quem vai dizer se é legal ou ilegal”.⁷⁹ A polêmica é estendida pela intervenção de Furquim Werneck, conselheiro e representante da 4ª Região, ao afirmar ser a norma nessa região tomar decisões para cada caso particular que se apresente, e não expedir atos. Essa disputa, sem restringir-se a um aspecto puramente administrativo, nos permite identificar o elemento político colocado em jogo em meio a essas negociações por maior ou menor autonomia dos Conselhos frente as imposições do CONFEA, sinalizando alianças e divergências entre as regionais.

A legalidade dos atos elaborados pelo CREA de São Paulo é colocada em questão, sendo apontados como tentativas de se prejudicar uns e favorecer outros ao legislar sem estabelecer critérios seguros e firmes. Na votação dessa questão, Alvaro Mendonça declarou seu voto contrário a partir do que considerava a “ilegalidade do Ato n.1 do CREA de São Paulo”. Os conselheiros da 7ª Região, do Paraná, tomaram o lado paulista por terem promulgado um ato semelhante após o caso de São Paulo. Apesar disso, seu representante, Durval Ribeiro, destaca que, para o bom andamento dos trabalhos e da implementação do Decreto Federal, “quem tem poderes para regulamentar a lei é somente o Conselho Federal”, censurando, de certa maneira, essa autonomia descentralizada dos conselhos regionais na solução das questões.

É recorrente o emprego de estereótipos e de uma concepção elitizada e baseada na exclusão de outras configurações e práticas profissionais. É sintomática, nesse sentido, a fala do conselheiro Alvaro Mendonça, paulista representante da região de Minas Gerais e Goiás, sobre sua percepção de que “os analfabetos do interior não estão nas mesmas condições de cultura que os do Distrito Federal, onde o meio é completamente diferente”.⁸⁰

Frente ao reconhecimento dessas diferentes práticas profissionais, expressas também nos livros de registro da região de São Paulo, Varela Corsino, representante do CONFEA e um dos membros da comissão de elaboração do anteprojeto da lei de regulamentação, afirma que “houve durante todos os trabalhos a preocupação de não prejudicar aqueles que já vinham trabalhando”. Esse pressuposto levado a cabo na implementação da lei é, para ele, justamente o que tem prejudicado a sua aprovação. A preocupação da comissão em não causar uma reação muito forte por parte desses diferentes interessados delegou os conflitos

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943, p.47.

⁷⁹ Op. Cit., p.37.

⁸⁰ CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943, p.53.

decorrentes da homogeneização de uma situação nitidamente heterogênea para os conselheiros.⁸¹

Um exemplo dessas tentativas de consenso e configurações de suposta homogeneidade ocorreu durante a terceira sessão do Congresso de 1935, em meio ao debate sobre o modo mais efetivo de se garantir a cobrança do imposto de indústria e profissão. Na ocasião, o conselheiro Abreu Lima, do Rio Grande do Sul, indicou uma excepcionalidade de sua região, na qual era “ampla a liberdade de exercício profissional” mesmo após 1933. Devido a isso, faz considerações em torno da elaboração da lei que regulamentou a profissão, lembrando que os engenheiros do Rio Grande do Sul tinham enviado ao Rio de Janeiro e à comissão que elaborou o anteprojeto do decreto, sugestões em que era apreciada a situação daquele Estado. O conselheiro chega a afirmar que essas sugestões não tinham sido levadas em consideração e, devido a isso, dizia ser impraticável aplicar suas disposições em seu estado. Lima afirmou haver no Rio Grande do Sul um grande “número de juízes de direito não diplomados e até de um desembargador do Tribunal de Justiça do Estado que não possuía diploma de Bacharel em Direito”, o que tornaria ainda mais difícil aplicar rigidamente o Decreto em seu Estado.

A “situação excepcional do Estado do Rio Grande do Sul”, como foi narrada nas atas, levou o presidente, Morales de los Rios Filho, a pedir ao plenário uma solução que não prejudique a proposta de Abreu Lima. O debate ocupou quase toda a tarde e contou com as defesas de Rêgo Monteiro, membro da comissão de elaboração do anteprojeto. Ele afirmou que a comissão recebeu e atendeu os diversos ofícios do Rio Grande do Sul, pedindo que ela procurasse não prejudicar os interesses daqueles que já vinham trabalhando na profissão, embora não diplomados. Monteiro compreendia esse aspecto dos debates como “a parte política da questão” e esclareceu como muitos artigos do Decreto são “verdadeiras válvulas por onde se possa atender a esses interessados”.

Antes da votação, o Presidente ainda chamou a atenção para a responsabilidade da regional do Rio Grande do Sul acerca da abrangência da nova medida:

O Sr. Presidente põe em votação a proposta do Dr. Abreu Lima, o qual, antes da votação, ainda fala sobre os embaraços que poderiam advir da aprovação da sua própria proposta, mas é de opinião que ela resolveria o caso riograndense. [...]. O sr. Presidente Morales de los Rios chama a atenção do Dr. Abreu Lima dizendo que ao Rio Grande caberá a

⁸¹ Neste ponto explicita-se como a campanha pela regulamentação profissional, apesar de abrigar demandas heterogêneas de diversos profissionais, necessitava (ou ao menos buscava e mantinha em seu horizonte) de um forte consenso. O que resultou em soluções, por vezes, generalistas impressas na forma de lei e que, após a promulgação do referido Decreto tornavam-se um problema para os Conselhos Regionais e o Federal.

responsabilidade do que vier a suceder no caso da aprovação da sua proposta. [...].⁸²

As licenças passaram a ser concedidas por diferentes instâncias a partir de 1933. Ou seja, apesar de esforços contrários, variados órgãos e instituições tinham a jurisdição para se registrar os profissionais, o que resultava em embates e em um longo e complexo processo de registro. Com o início dos Congressos, em 1935, nota-se que essa situação passava a ser ainda mais tensa, sobretudo a partir do papel ativo do CONFEA em elaborar resoluções auxiliares na implementação das disposições do Decreto, além de iniciar uma prática de fiscalização apoiada na cassação de carteiras profissionais não justificadas – seja por meio da comprovação dos títulos ou por alianças que os permitissem flexibilizar os requisitos impostos pelo órgão.

Nesse contexto, Archimedes Petri foi registrado pela Prefeitura de São Paulo em 1935, quando foi expedida sua “licença para construtor na capital”⁸³. O italiano Vicente Ferrari Junior, embora licenciado desde 1926, teve seu registro aprovado somente em 1934, pela Secretaria de Agricultura e, dois anos depois, teve seu mandado suspenso pelo Conselho Regional, resultando na cassação de sua carteira.

O CREA, recém-criado, já fazia esforços institucionais em prol da centralização da resolução de tais demandas, sobretudo a partir de seu Ato n.1, que previa a “concessão de licenças” e permitia a emissão dos mandatos de segurança que cancelavam e cassavam registros considerados ilegais. Nota-se que o Conselho, além de registrar, ainda determinava a categoria profissional a qual o registrado iria integrar, abrindo, nesse movimento, um leque muito grande de especializações, nem todas reconhecidas pelos diplomados. João Murari teve sua carteira profissional de “construtor na capital” expedida em novembro de 1934, mesmo ano em que o italiano Melchior Barbieri foi registrado e reconhecido como “construtor só em cemitérios”.⁸⁴

Há, a partir de 1936, um novo campo nas fichas de registro a ser assinalado: “licença restrita” – referindo-se a construtores licenciados “só para o município da Capital” e relativos àqueles licenciados pela Prefeitura a partir de 1933, o que indica serem muitos os profissionais registrados e licenciados apenas para tais efeitos. O brasileiro Justino de Campos Lenha tem sua “licença precária” expedida em 1938 a partir de sua condição de “licenciado precariamente pelo CREA de acordo com artigo 5º do Decreto Federal 23.569”

⁸² CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943, p.26.

⁸³ Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção, vol.1, p.7.

⁸⁴ Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção, vol.1, p.10.

e seu título de habilitação de “contra-almirante e engenheiro naval autorizado em regime precário a estudar, projetar e executar trabalhos de refrigeração, ventilação, condicionamento de ar e aquecimento nos Estados de São Paulo e Mato Grosso”. Além das muitas ressalvas e limitações a sua atuação, ainda consta nas anotações que o registro fora feito, entretanto, a licença poderia ser cassada pelo CREA “a qualquer momento”.⁸⁵

Se a criação e legitimação de tantas instâncias de reconhecimento e registro de tais licenças acabam, por um lado, ampliando as possibilidades do registro, bem como as condições básicas para fazê-lo, por outro, tensionam a articulação entre as próprias e divergentes instituições, que disputavam através da promulgação de novas normativas a tutela sobre tais autorizações.⁸⁶

Esse conjunto documental nos permite acompanhar processos jurídicos indicativos dos constantes embates e disputas por jurisdição entre o poder público e o Conselho Federal e Regional de Engenharia e Arquitetura. O italiano Alberto Tanganelli foi licenciado em 1926 pela Secretaria de Agricultura, mas seu registro só se deu em 1934 e, dois anos depois, teve um “mandado de segurança” expedido pelo juiz federal Antonio Bueno Barboza, que garantia sua atuação como arquiteto licenciado e suspendia o ato n.1 do Conselho Regional, que intentava cassar licenças desse tipo.⁸⁷

Esses registros do período de 1934 a 1950 indicam, mesmo após a promulgação do Decreto, não ter diminuído o número de não diplomados envolvidos com a construção urbana. Através deles, podemos perceber de que maneira era tensionada, tanto pelo poder público quando pelo Conselho, a tutela sob o exercício desses profissionais, por meio dos muitos processos e disputas entre essas instâncias pela jurisdição em assuntos relativos a essa questão. Com isso, não se sustenta a teleologia usada para encadear determinadas narrativas sobre o processo de regulamentação, que tendem a entender como culminância o Decreto de 1933 e interpretá-lo como fase total do processo de exclusão de tais profissionais do campo da construção civil. Ocorre, entretanto, o aprimoramento de uma situação e de um saber cada vez mais concorrenciais. Esse cenário ainda é suscetível a uma gama de interesses e tensões políticas, que levam os registros a serem tão flexíveis quanto as políticas que os criam.

O exame da historiografia e da documentação relativa ao tema torna palpável a importância – numérica e política – da atuação de tais profissionais não diplomados. Apesar

⁸⁵ Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção, vol.2, p.15.

⁸⁶ O caso do português José Gomes Jardim é um exemplo da maneira pela qual tais embates afetavam a atuação dos profissionais não diplomados, pois, apesar de ter sido licenciado ainda em 1933 pela Prefeitura, teve sua licença cassada pelo CREA em 1949. Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção, vol.2, p.16.

⁸⁷ Livros de Registro de Práticos Licenciados da construção, vol.1, p.3.

disso, os motivos que levaram os “práticos” a esse anonimato e exclusão da historiografia ainda merecem reflexão. Considerando formalmente o tipo de arquitetura produzida por esses profissionais não diplomados, de maneira geral o ecletismo, percebe-se o peso de determinada tradição historiográfica nesse processo de apagamento. Os estudos sempre referenciados sobre o processo de urbanização de São Paulo, como aqueles feitos por Benedito Lima Toledo, Carlos Lemos, Eudes Campos, dentre outros, indicam uma evidente hierarquização de valores arquitetônicos.⁸⁸ Tendo como “fim” de suas narrativas o movimento moderno, altamente valorado e exaltado, o ecletismo passava a, automaticamente, ser inferiorizado e rebaixado a uma categoria genérica e imprecisa de “arquitetura estrangeira” ou “estrangeirismo”. Essa ausência de um elemento “autenticamente nacional”, combinada com o alto número de estrangeiros que a praticavam, serviram de base para a criação de um “modelo da historiografia da arquitetura acadêmica no Brasil”, como denominou Marcelo Puppi.⁸⁹

A análise da atuação dos “práticos”, alvos de muitas políticas da campanha pela regulamentação, nos permite entender melhor como o diploma, nesse caso, opera como dispositivo, retomando algumas considerações de Foucault. Em um artigo intitulado “O que é um dispositivo”, o filósofo Giorgio Agamben traça uma genealogia do termo que, segundo ele, é decisivo na estratégia de pensamento de Foucault. Agamben destaca três pontos que caracterizam essa noção: o dispositivo é formalmente heterogêneo, podendo assumir diferentes formas (discursos, instituições, leis, edificações etc.); e sua função, estratégica e concreta, se insere sempre em uma relação de poder; ele é geral pois inclui, em si mesmo, a “episteme”.⁹⁰

Ele pretende abranger a interpretação das teorias foucaultianas sobre a relação do par saber/poder com a incorporação dos estudos de Jean Hyppolite e a aproximação

⁸⁸ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. 2. ed. aum. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1983. LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2. ed. São Paulo, SP: Nobel, 1989. CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP.

⁸⁹ Os esforços feitos aqui de se evidenciar a atuação dos “práticos licenciados”, bem como dos efeitos sobre eles das leis e normas de registro profissional e restrição do mercado de trabalho exigem tal leitura social para além das “leituras óbvias” que acabam por guiar a história da arquitetura no Brasil, como uma sucessão de estilos inaugurados por grandes mestres que realizam obras pontuais e monumentais, é necessário que se pense uma outra maneira de se entender nossa prática arquitetônica que incorpore essa produção cotidiana, atualmente menosprezada e secundarizada. PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia*. Campinas, SP: Pontes: CPHA/IFCH, 1998.

⁹⁰ *Grosso modo*, “episteme” no pensamento foucaultiano se refere ao paradigma geral segundo o qual se estruturam os saberes científicos, que, por esta razão, compartilham determinadas formas ou características gerais. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

etimológica que ele estabelece entre “dispositivo” e a ideia de “positividade”.⁹¹ Com isso, Agamben interpreta as propostas metodológicas e filosóficas de Foucault como investigações acerca dos modos concretos em que as positivities – ou os dispositivos – atuam nos jogos de poder:

Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana ocupa o lugar dos Universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia de poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: de preferência [...] a rede (le reseau) que se estabelece entre estes elementos.⁹²

Nessa perspectiva, o conjunto de leis e discursos mobilizados com o objetivo de configurar o mercado de trabalho e favorecer arquitetos e engenheiros diplomados dotou o próprio diploma de positividade. Por meio dele estruturou-se uma rede heterogênea – composta de mecanismos de registro profissional, discursos políticos e técnicos de legitimação, instituições de classe, dentre outros – que se articulava em prol do controle sobre o campo profissional. O intuito de Agamben é alargar a noção de dispositivo, propondo defini-lo a partir de sua capacidade de “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”.⁹³ No caso do diploma, seu funcionamento enquanto dispositivo operante do poder o permite produzir novas identidades e sujeitos: o diplomado, detentor do saber especializado e, portanto, autorizado a atuar no campo, e o não diplomado, desautorizado e alvo de sucessivas campanhas de exclusão do campo.

⁹¹ Segundo Agamben, o termo foi empregado em “A positividade da religião cristã”, livro escrito por Hegel em 1796, para se referir ao “conjunto de crenças, das regras e dos ritos que em uma determinada sociedade e em um determinado momento histórico são impostos aos indivíduos pelo exterior”.

⁹² AGAMBEN, Giorgio. “O que é um dispositivo?”. *Outra travessia*, Florianópolis, n. 5, jan. 2005, p.12. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>>. Acesso em: 18 fev. 2017. O texto também foi publicado como parte da coletânea *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

⁹³ Dessa maneira, além das prisões, manicômios, escolas, confissões, fábricas, disciplinas e medidas jurídicas – evidentemente relacionadas ao exercício do poder –, também são considerados dispositivos “a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma [...]”. Idem.

2. Os arautos da tecnocracia

Destarte se constrói uma natureza ideal sobre a natureza tangível. Ilude-se a nossa competência para abranger a simultaneidade do que aparece, por meio de processos vários nos nomes pretensiosos, mas na essência perfeitamente artística, porque constituem em exagerar os caracteres dominantes dos fatos, de modo a facultar-nos uma síntese, mostrando-no-los menos como eles são do que como deveria ser. Assim, nós vamos idealizando, conjeturando, devaneando. [...]

Prosseguimos, idealizando flagrantemente a física, com a estrutura subjetiva de sólidos e fluidos perfeitos, e sistemas isolados, e até singularíssimos fios inextensíveis, de todo em todo inexistentes; e romanceando a química definida pelo simbolismo imaginoso da arquitetura atômica de seus corpos simples, irreais

Euclides da Cunha, 1908.⁹⁴

The work which men do shapes all their thinking. Carpenters think as carpenters; reporters, as reporters; architects, engineers, physicists, and elitricians, each according to the mold into which the work the have been doing has moldeled ther brains.

Allen Raymond, 1933⁹⁵

No mesmo ano em que a profissão de arquiteto era regulamentada no Brasil, o jornalista Allen Raymond publicava “What’s technocracy?” nos Estados Unidos. O livro, resultado de uma série de estudos realizados pelo autor enquanto repórter do *New York Herald Tribune* e publicados pela primeira vez como artigos nesse periódico em dezembro de 1932, pretendia definir tecnocracia, a “nova palavra de 1932”.

O vocábulo, entretanto, não era novo. Cunhado pelo engenheiro William H. Smyth da University of California, em Berkeley em meados de 1919, se referia a um sistema e a uma filosofia de governo baseados no império da técnica. Na década de 1930 a palavra iria ressurgir a partir da atuação e das atividades de um pequeno grupo de profissionais de New York sob a liderança de Howard Scott, cientista e engenheiro, que se reunia na Columbia University. O argumento de Smyth tomado pelo grupo de Scott era pautado pela ideia de que, em meio à recessão ocasionada pela quebra da bolsa de 1929, era chegada uma *New Age*, o *energy state*, a qual implicaria no abandono das “instituições governamentais tradicionais”.⁹⁶ Eles afirmavam que com a crise da bolsa de valores e a Grande Guerra ocorrera um colapso no final da década de 1920 e início da década de 1930. Os norte-americanos, após não verem cumpridas as doutrinas e ideologias propagadas pelos *wall street*

⁹⁴ CUNHA, Euclides da. “Antes dos versos”. In CARVALHO, Vicente. *Poemas e canções*, 1ªed. São Paulo, 1908.

⁹⁵ RAYMOND, Allen. *What is Technocracy?* 1st ed. New York, NY; London: Whittlesey House: McGraw-Hill, c1933, p.8-9.

⁹⁶ Thorstein Veblen; Howard Scott; Bassett Jones, engenheiro elétrico; Charles P. Steinmetz; Richard Tolman e Frederck L. Ackerman, o único arquiteto do grupo. Op. Cit., p.6.

men, começaram a se ressentir em relação aos grandes líderes.⁹⁷ A tecnocracia foi elaborada por esses engenheiros a partir da percepção desse vácuo no sistema de crenças políticas observado nos EUA.

Esse foi o pressuposto para que a *Technical Alliance* publicasse uma série de trabalhos, como o “Energy Survey of North America” de Howard Scott. Junto aos gráficos, estatísticas e fórmulas relativas ao desempenho energético dos sistemas de produção americanos, o autor elaborava o que considero ser seu grande argumento: o lugar do engenheiro e dos técnicos nessa nova ordem política e social que se instaurava. A supremacia técnica representada por esses profissionais seria a resposta à crise tecnológica identificada por eles:

‘Tech’ had something to do with science obviously. ‘Ocracy’ could be grasped by the man on the street as describing a king of government by science or by scientists. Government by a technique in a sense, though our present political government is also by a technique of sorts – the political technique.⁹⁸

Os impactos desses inflamados discursos e proposições da Technical Alliance – que assumiam, muitas vezes, um tom profético – não se restringiam ao meio norte-americano. Nas edições de maio e junho de 1933 foi publicado no *Boletim do Instituto de Engenharia*, o texto “Os arautos da tecnocracia”, de Luís Inácio de Anhaia Mello. Mais do que uma tradução, o artigo do politécnico explicita sua interpretação sobre o texto de Raymond. Ele estabelece uma correlação entre a Grande Depressão sentida nos Estados Unidos no período após a quebra da bolsa de valores, em 1929, e a situação brasileira no pós-1930, ambas marcadas pela insegurança social. Com a atualização de alguns dados e a inserção da metáfora medieval – parte do léxico comum aos Politécnicos da época⁹⁹ –, Anhaia Mello reforça as relações entre a eleição da tecnocracia e a desilusão com os governos políticos para, então, expor a gênese do termo e os perfis biográficos de alguns membros do grupo elaborado pelo jornalista norte-americano.¹⁰⁰

A circulação dessa doutrina e da mitologia sobre seus criadores indica, ao menos, a potência dessa ideologia nos meios profissionais americanos. Se a tecnocracia foi ou não

⁹⁷ Seu argumento ainda é reforçado pelas eleições de 1932 nos EUA e pela consequente mudança de governo: “It was during the turmoil prior to that 1932 election [...] that Technocracy emerged”. Op. Cit., p.15.

⁹⁸ As demandas técnicas, ainda segundo ele, eram diretamente refletidas no quadro social. Entretanto, se a técnica possuía, em seu uso, alto grau de reflexo e interesse social, em relação à política ela era um campo apartado – ou, ao menos, com a intenção de tomar tanta distância quanto possível: “Neither Capitalism, Socialism, Communism, nor Fascism, presents an adequate formula for the job which a Society as highly technical as the U.S. today has to perform”. Idem, p.19-26.

⁹⁹ Os discursos de Alexandre Albuquerque, analisados nesse capítulo, recorrentemente se baseavam em metáforas que aludem ao universo medieval, como *paladino*, ou mesmo da *grande cruzada*.

¹⁰⁰ ANHAIA MELLO, Luiz I. de. “Os arautos da tecnocracia”, *Boletim do Instituto de Engenharia*, 1933.

levada a cabo, é um debate que não caberia nos objetivos dessa dissertação. Contudo, é possível identificar o desejo político e a vontade expressa retoricamente de sua difusão. Acreditar na supremacia da técnica e em seu caráter estruturante era, também, acreditar no poder daqueles que a dominavam. O peso do mito da tecnocracia foi analisado por Henri Lefebvre em seu manifesto *Contra os tecnocratas*, publicado em 1969. Nele, o filósofo nos adverte sobre o papel nocivo dessa ideologia “nem tanto por sua ação real como pela imagem que dá de si mesma e da sociedade. Segundo essa imagem, uma racionalidade social [...] reina já ou vai reinar proximamente”.¹⁰¹

O presente capítulo foi elaborado a partir dessas balizas iniciais e pretende debater a construção de diferentes versões de uma mesma mitologia baseada nesses pressupostos tecnocratas. Elas foram identificadas e elaboradas a partir da trajetória de quatro profissionais, transformados por distintos caminhos em “arautos da tecnocracia”. Sua atuação possibilitou, em maior ou menor grau, a inserção dos arquitetos nesse novo império da técnica sobre a sociedade. Tomadas mais por suas divergências do que por suas semelhanças, as trajetórias de Alexandre Albuquerque, Adolfo Morales de los Rios Filho, Christiano Stockler das Neves e José Marianno Filho permitem compor um quadro através do qual é possível identificar os debates, polêmicas e diferentes posicionamentos frente ao tema da regulamentação profissional, bem como identificar um fundo comum nesses debates durante as décadas de 1920 e 1930. São escolhas frente a outras trajetórias profissionais contemporâneas a eles, mas entendidas aqui como capazes de iluminar aspectos cruciais desse debate.

A noção de mito é explorada por Daniel Faria em alguns de seus trabalhos, relacionando-a a um estilo específico de narrar.¹⁰² Para ele, o mito não é, necessariamente, uma mentira ou invenção, mas o “delineamento de uma trama que cria cenários, temporalidades e agentes, segundo modalidades de encadeamento de eventos, de uso de figuras de linguagem e tropos retóricos”.¹⁰³ Ao refletir sobre a construção de “heróis da história”, o autor analisa três mitos (o *homo faber*, o gênio romântico e o engenheiro da Torre de Babel), colocando em perspectiva não só as estratégias próprias do campo das biografias,

¹⁰¹ LEFEBVRE, Henri. *Contra los tecnocratas*. Granica editor: Buenos Aires, 1972, p.21.

¹⁰² Em sua tese ele analisou a invenção e consolidação do “mito modernista” a partir do “vocabulário estético-político” de Mario de Andrade e Menotti DelPicchia. FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. *O mito modernista*. 2004. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280671>>. Acesso em: 6 out. 2017.

¹⁰³ FARIA, Daniel. O herói da história. Algumas considerações em torno da escrita biográfica, in FARIA, R.; CERASOLI, J.; LIRA, F; *Urbanistas e Urbanismo no Brasil – entre trajetórias e biografias*. São Paulo: Alameda, 2014, p.29.

mas, mais especificamente, como elas assumem outra dimensão quando aplicadas ao campo do urbanismo. A construção do herói civilizador, dessa maneira, é destacada por seus efeitos políticos, bem como seu papel de um *eu* que se afirma no e contra o mundo: “um soberano que governa e planeja, um técnico que vê o mundo como coisa a ser criada ou reformada”.¹⁰⁴

A repetição de modos de narrar é entendida como a repetição de constantes culturais em prol de uma história exemplar. Nas narrativas construídas sobre as trajetórias analisadas a seguir, nota-se a retomada de alguns eventos-chave, que corroboram para a construção de uma excepcionalidade e genialidade em sua atuação, colocando-os como descolados de seu tempo e do contexto.¹⁰⁵ O exercício foi, pelo contrário, inseri-los em redes e relações que nos permitissem identificar o papel dessas mitologias na campanha por regulamentação profissional.

2.1 *Alexandre Albuquerque: o paladino e o legado de sua cruzada*

Historicamente, o que construiu a Poli foram os alunos, com muita garra, conhecimento e dedicação. É necessário pavimentar o caminho para que essa história continue com os novos alunos.

PolInforma, 2017 ¹⁰⁶

A figura de Alexandre Albuquerque é emblemática por apresentar as múltiplas dimensões da atuação dos arquitetos no início do século XX. Formado em 1905 como engenheiro civil e engenheiro arquiteto, ele se tornou o primeiro ex-aluno a retornar a Politécnica como professor, em 1917, quando assumiu também funções administrativas, como a diretoria da biblioteca da escola. Seu discurso como orador da turma de formandos de 1905 é frequentemente tomado pela historiografia como marco inicial da campanha por

¹⁰⁴ Idem, p.44.

¹⁰⁵ John Pocock, ao estudar o papel das linguagens dentro dos jogos políticos, analisa o contexto linguístico na perspectiva de uma história do discurso político. Nesse sentido, ele desenvolve uma discussão acerca dos “lances” nas linguagens ou discursos de determinada época: “A história do discurso torna-se agora visível como uma história da tradição, no sentido de transmissão, e, ainda mais, de tradução. Textos compostos de frases e palavras, de estruturas de linguagem estáveis e de atos de fala e inovações que as modificam são transmitidos e reiterados, e seus componentes são rigorosamente transmitidos e reiterados, primeiro por atores não-idênticos em contextos históricos partilhados e depois por atores em contextos historicamente desconectados. Sua história é, primeiro, a da constante adaptação, tradução e re-performance do texto, em uma sucessão de agentes; e segundo, sob um exame mais minucioso, a das inovações e modificações efetuadas em tantos idiomas distinguíveis quanto os que originalmente se articulavam para formar o texto e que, subsequentemente, formam a sucessão de contextos linguísticos em que o texto foi interpretado”. MICELI, Sergio (Coaut. de); POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, SP: EDUSP, 2003.

¹⁰⁶ “Para valorizar sua história, Escola Politécnica cria ‘dia da Poli’”. Polinforma – Informativo da Escola Politécnica da USP. São Paulo, n.1, 24 de agosto de 2017. Disponível em: http://newsletter.poli.usp.br/?wysija-page=1&controller=email&action=view&email_id=121&user_id=0&wysijap=subscriptions. Acesso 12 dez. 2017.

regulamentação profissional no círculo de arquitetos paulistanos. Nele, o engenheiro arquiteto projeta o futuro grandioso da profissão e enfatiza seu papel na construção da pátria, valorizando os saberes adquiridos na Escola e o papel ativo dos alunos em sua constituição.

A frase tomada como epígrafe desta seção, apesar de similar – no conteúdo e na retórica – ao discurso de 1905, é bem mais recente. Foi extraída de uma matéria publicada no Informativo da Escola Politécnica da USP, o PolInforma, mais de cem anos depois, em 24 de agosto de 2017. A publicação comemorava a Portaria que decretou o “dia da Poli”, 24 de agosto, data da publicação da Lei n.191 de 1893 que criou a Escola, iniciativa que visava “valorizar sua história”.¹⁰⁷ As falas de professores e diretores trazidas ao longo da reportagem reforçam esse desejo de apreensão história como iniciativa para valorizar a instituição e destacar as grandes contribuições dos politécnicos para o Brasil. Dentre os professores, a fala de Nicola Getschko, do Departamento de Engenharia Mecatrônica e ex-aluno, chama atenção para como são amalgamadas a história da instituição e a de seus politécnicos: “Temos a obrigação de continuar este legado. O politécnico tem essa possibilidade de se orgulhar, e a corresponsabilidade de continuar essa história”.

Se os politécnicos de hoje se veem na obrigação de dar continuidade ao legado herdado das gerações anteriores, o exame da trajetória de Alexandre Albuquerque nos permite esboçar como foi elaborado parte dessa missão. Além de *lente*, ele foi autor de projetos para construções particulares, trabalhou junto a Ramos de Azevedo desde sua formatura, e, posteriormente, em sociedade com Guilherme Winter, seu colega da Politécnica, a partir de 1910. O período de sua atuação, sobretudo as três primeiras décadas do século XX, é caracterizado por Sylvia Ficher como o da “consolidação do mercado de trabalho” e da “institucionalização da arquitetura”, o que possibilitaria seu envolvimento com a fundação de associações profissionais (como a extinta Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros, de 1911, e o Instituto de Engenharia, de 1916) e escolas e cursos de arquitetura (em 1925 participou da fundação da Academia de Belas Artes de São Paulo e, em 1928, quando presidiu a Academia, criou o curso de arquitetura).¹⁰⁸

Albuquerque, como muitos de seus contemporâneos, também atuou diretamente na política institucional, eleito vereador pelo Partido Republicano Paulista por duas vezes (de 1926 a 1929 e de 1936 a 1937). Participou de comissões e propôs projetos de lei ligados a diversos temas urbanos, desde obras e serviços públicos até a cultura e a recreação, com

¹⁰⁷ Portaria DIR 2111, aprovada na Congregação da Escola Politécnica em 16 de fevereiro de 2017.

¹⁰⁸ FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.25-42.

ênfase nas questões profissionais de cobranças de impostos e registros.¹⁰⁹ Ele se torna figura representativa da tendência de muitos profissionais, sobretudo engenheiros, serem incorporados aos órgãos estatais, e formarem um corpo técnico, desempenhando o papel de gestores e idealizadores de políticas públicas voltadas para a cidade. Essa dimensão é fundamental para entendermos a proximidade desses arquitetos com o poder público e levantarmos a hipótese de que essa relação facilitaria a articulação de suas demandas e a conformação de uma tecnocracia. Nesse sentido, a construção dessa mitologia em torno do pioneirismo de Albuquerque relativiza a importância da rede de profissionais e políticos nas quais ele se inseria e como essas relações possibilitaram a ele ocupar cargos públicos e catalisar demandas profissionais.

Mesmo nesses breves parágrafos, na tentativa de pontuar algumas circunstâncias de sua prática profissional para o entendimento da problemática aqui trabalhada, foi construída uma narrativa acerca de Albuquerque. Entretanto, é importante destacar que sua trajetória, antes da reunião de um punhado de obras, projetos e funções em cargos públicos, assume um caráter altamente complexo e multifacetado, colocando problemas ao historiador que pretende compreendê-la. Algumas questões relacionadas a esse tipo de narrativa foram levantadas e problematizadas nas reflexões reunidas no livro *Urbanistas e urbanismo no Brasil*.¹¹⁰ Mais do que uma coletânea de textos que aceitaram o desafio de se pensar e realizar a escrita de trajetórias profissionais e/ou biografias, a obra tem grande valor teórico-metodológico.

Josianne Cerasoli, em seu capítulo, indica que, apesar de escassos, os estudos sobre Albuquerque sempre frisam as mesmas três dimensões de sua prática profissional: o discurso como orador de sua formatura na Politécnica, em 1905, lido como pioneiro na campanha pela regulamentação profissional; sua proposta para melhorias no centro de São Paulo, nomeada “as Novas Avenidas de São Paulo”, submetido à Câmara em 1910; e sua função

¹⁰⁹ João Carlos Graziosi indica a quantidade de discursos pronunciados, projetos propostos por Albuquerque em seus dois períodos como vereador: entre 1926 e 1928, na 12ª Legislatura da Câmara Municipal; e entre 1929 e 1932, na 13ª Legislatura. Nesse último período, entretanto, os vereadores eleitos foram depostos pelos eventos políticos de 1930. Albuquerque compôs a Comissão de Obras em seu primeiro mandato junto com os vereadores Oswaldo Prisciliano de Carvalho e Goffredo da Silva Telles. Destaco, dentre a longa lista de sua atuação como vereador elencada por Graziosi, a eleição do engenheiro arquiteto para organizar a visita de alunos da Faculdade de Arquitetura de Buenos Aires a São Paulo, em 1928. No mesmo ano, ele fez um pronunciamento pedindo à Câmara que recepcionasse a comitiva de arquitetos argentinos que vieram conhecer a cidade e estudar. Por fim, o próprio Albuquerque recepcionou seus colegas argentinos. GRAZIOSI, João Carlos. *A trajetória profissional do engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque, 1905-1940*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001, p.142-152. Em uma busca no mecanismo do Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo foram encontradas 95 referências ao engenheiro-arquiteto dentre indicações, requerimentos legislativos, ofícios e projetos de leis referentes à abertura e nomeação de ruas, pareceres sobre acessos de bairros periféricos ao centro da cidade, desapropriação de terrenos, dentre outros.

¹¹⁰ FÁRIA, Rodrigo de; CERASOLI, Josianne Francia; LIRA, Flávia (org.). *Urbanistas e urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografia*. São Paulo, SP: Alameda, 2014.

como diretor de obras da Catedral Metropolitana da cidade por mais de 20 anos (desde 1919 até o ano de seu falecimento, em 1940).¹¹¹ Em seu estudo, a autora aborda as relações entre arquitetura e urbanismo a partir da análise de preceitos higiênicos, estéticos e construtivos colocados em pauta pelo engenheiro-arquiteto e destaca os referidos momentos recorrentes nas narrativas sobre ele. Apesar de identificar alguma ênfase dada ao papel de Albuquerque na construção da Catedral, creio que, ao menos para o entendimento da mitologia destacada aqui, os dois outros momentos – o discurso e “Plano de Avenidas” – são retomados com mais veemência e diretamente associados ao caráter pioneiro da atuação do engenheiro.

Frente aos objetivos da presente pesquisa, analiso o discurso de 1905 buscando identificar as estratégias retóricas e discursivas mobilizadas politicamente por Albuquerque ao articular seus próprios interesses com a temática da regulamentação. Dessa forma, o “paladino” não deixa de ser uma figura importante em relação à problemática, mas perde tal *status* ao serem privilegiadas, ao invés de atuações individuais, as tramas e jogos políticos traçados entre os próprios engenheiros e arquitetos, entre associações profissionais e o Estado, e entre essas instâncias e a própria sociedade, a fim de legitimar-se enquanto saber técnico especializado sobre a cidade. Para isso, são delineados dois movimentos: a análise do próprio discurso, desconstruindo a narrativa do autor e perscrutando o contexto de sua produção; e a investigação da distância entre sua formulação, sua inserção no debate da regulamentação profissional dos arquitetos e sua conversão em mitologia.

Publicado em 1906 na “parte administrativa” do *Anuário da Escola Politécnica de São Paulo*, o discurso do orador Alexandre de Albuquerque foi “calorosamente aplaudido” por um público que misturava professores – como Antonio Francisco de Paula Souza, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, George Krug e José Brant de Carvalho –, representantes de outras escolas e faculdades, e representantes de diversas repartições do Estado. Dentre seus colegas “engenheirandos”, formaram-se, além de Albuquerque, apenas outros dois engenheiros arquitetos: Hyppolito Gustavo Pujol Junior e Bruno Simões Magro. É relevante destacar que todos eles se formaram também engenheiros civis nessa cerimônia. Além deles, também colaram grau no dia 29 de junho de 1905 os engenheiros civis Gabriel Antonio da Silva Dias, Paulo Vargas Cavalheiro, Alcides Barboza, Gustavo de Lara Campos, Joao da Costa Marques, Aurelino Pires dos Campos, Socrates Halfeld de Andrade, Joaquim do Amaral Gurgel e Francisco Ozorio Mascarenhas (que também se diplomava engenheiro-

¹¹¹ CERASOLI, Josianne. Arquiteturas Urbanas: higiene, estética e construções civis em São Paulo no início do século XX. Itinerário profissional de Alexandre Albuquerque e o debate sobre a cidade. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 10, n. 3, p.4, 2008. Disponível em: <<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1241>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

industrial), bem como os engenheiros-agrônomo Oscar Eugenio Lofgren e Theodureto Leite de Almeida Camargo.¹¹²

O discurso toma dez páginas da publicação e é dividido em sete partes, nas quais ele se dirige tanto ao público de maneira geral, quanto a setores específicos (os “senhores”, indicando o presidente do Estado, os ministros, diretor, congregação; e os “colegas”, indicando os demais formandos e engenheirandos). Na primeira parte, Albuquerque, por meio de eloquentes metáforas e uma profusão de adjetivos, define a importância e monumentalidade da cerimônia da qual participam, valorizando esse rito de passagem para a vida profissional. A segunda parte, por sua vez, é dirigida aos “senhores”, ou seja, professores e autoridades do Estado presentes na cerimônia. O tom, nesse ponto, é o de exaltar como a inteligência humana tem produzido descobertas em todos os ramos da ciência. A perspectiva enaltecida por Albuquerque é a de uma continuidade entre heranças do passado (tais quais os experimentos de Newton, Escola de Alexandria, Faraday, Hertz e Galileu) e a crescente e desejável posição das “ciências aplicadas” na sociedade do século XX. Há, ainda, grande ênfase a relação do engenheiro com o mundo físico, objeto de sua intervenção, seja qual for sua especialidade: “Auxiliada pela Sciencia, pela Industria e pela Arte o engenheiro transforma pois a face do Planeta”.¹¹³

Dirigindo-se aos colegas engenheirandos, o autor enaltece a *missão* incumbida aos “cavalheiros da Grande Cruzada” em sua atuação profissional. Para isso, ao invés de voltar seu olhar aos próprios engenheiros, explora a Pátria, alvo do conhecimento técnico desses profissionais e seus melhoramentos. Apesar de todas as riquezas naturais encontradas no

¹¹² *Acta* da sessão solene de colação de grau e encerramento dos cursos do ano letivo de 1904-1905, em 29 de junho de 1905, in ANNUÁRIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o ano de 1906: 6.º ano. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906, p.3-24. Uma busca preliminar por mais informações sobre os colegas que colaram grau com Albuquerque em 1905 reforça a ideia de que a celebração e a construção do mito em torno do engenheiro arquiteto foi, de fato, uma escolha. As trajetórias de Pujol Junior e Bruno Magro, para nos limitarmos ao campo da arquitetura, possuem traços muito similares a de Albuquerque. Hippolyto Gustavo Pujol Junior (1880-1952) também foi presidente do Grêmio Politécnico e um dos fundadores da *Revista Polytechnica*. Em 1906 desde começou a lecionar na Politécnica como lente substituto e, a convite de Paula Souza, assumiu a direção do Gabinete de Resistência de Materiais da escola, o que lhe rendeu uma viagem de estudos à Europa. Trabalhou na construção do Pavilhão de São Paulo da Exposição do Centenário da Independência em 1922. Bruno Simões Magro (1882-1956) trabalhou em uma série de obras públicas em diversas cidades como Campinas e Santos e Recife. Em 1921 entra para o corpo docente da Politécnica e em 1925 participa da fundação da Academia de Belas Artes de São Paulo, onde foi professor do curso de arquitetura até 1934. Entre 1939 e 1941 foi professor do curso de engenheiro arquiteto da Escola de Engenharia Mackenzie. Magro foi um dos professores que lecionou cumulativamente na Politécnica e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP após sua fundação, em 1948. Ambos, assim como Albuquerque, eram membros ativos de mais de uma associação profissional. Pujol Junior foi um dos fundadores do Instituto de Engenharia e centralizou grande parte das mobilizações da instituição e foi diretor durante o movimento constitucionalista de 1932. Magro, sócio do IE, era um membro ativo do Instituto Paulista de Arquitetos (IPA). Além deles, Theodureto Leite de Almeida Camargo (1889-1958) lecionou na Escola Agrícola Luiz de Queiroz entre 1916 e 1931, foi Diretor do Instituto Agrônomo de Campinas entre 1924 e 1942 e Ministro da Agricultura entre 1945 e 1946. Ou seja, não havia excepcionalidade na trajetória do orador de 1905 para que ela se destacasse das demais.

¹¹³ Idem, p.18.

Brasil, “ilha encantada onde o Destino guardou todos os primores”, as inovações técnicas no país ainda são entendidas pelo jovem Albuquerque como arcaicas. Apesar disso, o engenheiro, sustentando seu argumento de valorização da formação em engenharia e da obtenção do diploma, ainda nos apresenta o “quadro do futuro”, repleto de esperanças e fé na engenharia como salvadora e transformadora do cenário problemático exposto anteriormente.

Albuquerque não só traça os objetivos a serem conquistados a partir do exercício e da prática da engenharia no Brasil, como também explicita o programa a ser seguido. A ênfase recai sobre o caráter republicano do país e todas as melhorias surgidas com sua proclamação: “abriu de par em par as portas da instrução, causa do Progresso que se vai disseminando em todos os recantos do solo pátrio”.¹¹⁴ Seu argumento central é o de que a instrução é o ponto de apoio da “alavanca do progresso”, se tornando uma arma contra o decadentismo “associado à nossa raça”. É necessário colocar em perspectiva, a partir desse ponto destacado do discurso, a atuação de Albuquerque como vereador pelo Partido Republicano Paulista, a primeira de 1926 a 1930 e a segunda de 1934 a 1937, momentos em que foram colocados em debates parlamentares a temática da regulamentação profissional, culminando, inclusive, em leis municipais que legislavam nesse sentido.¹¹⁵ Seu uso do elemento republicano como explicativo para os avanços da Pátria, dessa maneira, toma outra dimensão, ligada a seus próprios interesses e projetos políticos.

É, finalmente, na quinta parte que Albuquerque faz a defesa da regulamentação profissional, dando início à construção de sua própria mitologia, muito provavelmente sem ter consciência desse alcance. Ele faz um apelo às classes dirigentes do país, colocando-se contra a perigosa e desleal concorrência dos engenheiros formados com os “aventureiros” – também chamados de “práticos”, referindo-se ao grande número de construtores sem diploma, na época, que atuavam no ramo da construção. A estratégia utilizada por Albuquerque é a de comparar a área da engenharia com a da medicina e a da advocacia, denunciando um descaso perante sua classe de “cavaleiros”, destacando sua função social:

Ora somos higienistas protegendo não um homem mas populações inteiras contra os desvarios da Morte. Em todos os recantos se manifesta a constante preocupação da engenharia moderna no intuito de prolongar a existência

¹¹⁴ Idem, p.20.

¹¹⁵ A Lei Estadual n. 2.022, de 27 de dezembro de 1924, é nomeada por Ficher como “Lei Alexandre Albuquerque”. Através dela, era exigido registro junto à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas em dois casos distintos: a partir dos “títulos acadêmicos” de engenheiros, arquitetos e agrimensores; e, para aqueles que não possuíam diploma, era possível obter o título de *licenciados* para a prática profissional a partir da comprovação do exercício da profissão por cinco anos ou mais. FICHER, S., Op. Cit., p.179.

humana. [...] Sobre nós pesam responsabilidades imensas. As desgraças causadas pelos nossos erros levam o pranto e o lucto a inumeros lares.¹¹⁶

Seus argumentos nessa narrativa de legitimação e valorização profissional indicam sua habilidade retórica e, sobretudo, política. Além de se valer de preceitos morais e práticos no enaltecimento da ação dos engenheiros, Albuquerque ainda valida sua defesa pelo investimento financeiro do próprio Estado na manutenção das escolas politécnicas, aplicando enormes capitais anualmente. Após essa intensa exposição de motivos, o engenheiro clama que “para honra do Brasil, seja regulamentada a profissão do engenheiro. Que não posem mais sobre nós os erros cometidos por aventureiros ousados que quase sempre se encobrem de diplomas obtidos em certas Escolas que são verdadeiras lojas de mercenários”. Ele finaliza seu discurso defendendo os pilares que sustentam sua profissão: a energia, o caráter e o trabalho, transformados, a partir de suas metáforas, nas armas com as quais esses cavaleiros iriam partir em sua cruzada, nivelando o caminho, por vezes tortuoso, de sua trajetória.¹¹⁷

Se tomarmos o Anuário em que foi publicado o discurso como um todo, percebemos que o tema da regulamentação e das melhores condições de atuação profissional perpassa toda essa edição. A análise dos demais textos publicados nele indicam que a temática já era debatida pelos professores e alunos da Escola Politécnica, inclusive em iniciativas anteriores ao próprio discurso, como a fundação do Grêmio Politécnico e da *Revista Polytechnica*.¹¹⁸ Além disso, discursar sobre a regulamentação profissional e pela defesa dos interesses de sua classe profissional em uma cerimônia de colação de grau, ou seja, no momento em que esses engenheiros se tornam habilitados a exercerem sua profissão através da obtenção do diploma, é deveras esperado, tendo em vista que tais engenheiros formados iriam atuar, na época, sem qualquer respaldo legal do Estado, que não reconhecia sua profissão.

No prefácio do Anuário de 1906, a comissão da redação formada pelos professores Paula Souza, Augusto da Silva Telles, José Brant de Carvalho e Victor da Silva Freire, afirma que tais esforços de sua classe em prol dos melhoramentos de seu exercício profissional

[...] apresenta-se como o indicio de uma era melhor para a carreira do engenheiro, na qual esperamos ver os filhos desta Escola continuar a corresponder, como até aqui, os esforços empenhados pelo corpo docente no

¹¹⁶ ANNUARIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o anno de 1906: 6.º anno. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906, p.22.

¹¹⁷ Idem, p.24.

¹¹⁸ O Grêmio Politécnico foi fundado em 1903, com o envolvimento de alunos da Escola da época, entre eles Alexandre Albuquerque. No ano seguinte, 1904, esse mesmo grupo começou a editar a *Revista Polytechnica*.

sentido de torna-los factores realmente eficazes de nosso progresso, honrando a profissão a que pertencem.¹¹⁹

É relevante, nesses apontamentos, destacar a publicação de outro discurso junto a “Acta da sessão Solene de collação de gráu e encerramento dos cursos do anno lectivo de 1904-1905, em 29 de junho de 1905”, de autoria do diretor da Escola Politécnica, Paula Souza, paraninfo dos engenheirandos daquela noite. Ele estrutura seu discurso em duas partes: na primeira faz considerações gerais sobre o campo da engenharia, e os desafios a serem enfrentados pelos engenheiros; e na segunda aborda detidamente as peculiaridades de cada especialidade e os desafios próprios de sua área de atuação. Ele pretende apresentar aos jovens colegas “as despedidas e os votos sinceros pela sua prosperidade”, exaltando a turma que se forma e deixa na Instituição “um traço luminoso”. O paraninfo destaca as habilidades adquiridas por eles na Politécnica, afirmando que a partir de sua formação e especialização, eles poderão aplicar seus conhecimentos, contribuindo para o engrandecimento e prosperidade da pátria (mesma categoria utilizada por Albuquerque ao identificar a quem se dirigiam os esforços feitos por esses profissionais em sua atuação), que “muito precisa da atividade do Engenheiro”.¹²⁰

Dessa maneira, o Brasil é configurado por ele como um grande problema de engenharia, no qual “quase tudo está ainda por fazer-se”, dotando tais engenheiros de um caráter inovador, indicando os muitos caminhos onde ainda há muita coisa para se iniciar. O argumento defendido por ele é o de que os engenheiros possuem um grande campo de ação para exercerem suas aptidões técnicas e artísticas, citando como exemplos os próprios professores da Escola Politécnica. Por fim, para exemplificar a natureza e efetividade da atuação de tais profissionais, o paraninfo aborda a cidade de São Paulo, entendida como objeto de intervenção privilegiada dos engenheiros, traçando uma comparação entre a “cidade de então”, da época em que eles iniciaram os estudos na Escola, com a “atual”, atribuindo à figura do engenheiro a agência que a *transformou* por completo.¹²¹

Ao analisar o peso dos dois discursos na historiografia sobre a regulamentação profissional, nota-se que a fala de Paula Souza não aparece diretamente relacionada a essa condição excepcional e pioneira de defesa dos interesses de sua classe profissional. Apesar disso, como observado em seu discurso, o engenheiro enaltecia a importância de sua

¹¹⁹ ANNUARIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o anno de 1906: 6.º anno. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906, p.IV.

¹²⁰ Acta da sessão solene de collação de grau e encerramento dos cursos do anno letivo de 1904-1905, em 29 de junho de 1905, in ANNUARIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o anno de 1906: 6.º anno. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906, p.5-14.

¹²¹ Idem, p.11.

profissão tanto quanto o fez Alexandre Albuquerque. Se sobre o orador construiu-se uma mitologia em relação à regulamentação, sobre o paraninfo construiu-se uma mitologia sobre seu papel na fundação da Escola Politécnica, da qual é considerado um dos “pais”.¹²²

A compreensão da presumida singularidade do discurso de Albuquerque perpassa a identificação das estratégias utilizadas por ele ao tecer seus argumentos. O uso constante de metáforas deve ser analisado, destacando os efeitos políticos dessa figura de linguagem, tanto para os presentes na cerimônia de colação de grau em 1905, quanto para a historiografia, que se reapropriou delas na construção da mitologia.

Paul Ricoeur se empenha em uma análise do processo metafórico, reivindicando sua complexidade e afirmando sua tríplice composição: um processo não apenas cognitivo, mas também sentimental e imaginativo. Dessa forma, cognição, imaginação e sentimento não se tornam categorias excludentes ou opostas, mas trabalham em complementariedade, a partir da noção de analogia estrutural, constituindo toda a solidez e totalidade do processo metafórico. *Grosso modo*, segundo o autor, o processo metafórico é composto de três fases: a do *insight* dentro da semelhança – tornando possível “enxergar a semelhança, vendo o mesmo apesar, e através, da diferença” –; a do caráter figurativo – enaltecendo o papel da imaginação e sua dimensão pictórica, produzindo imagens esquematizadas que visam estabelecer um modo figurativo de expor relações –; e, finalmente, a de “interrupção”, ou momento de negatividade – diretamente relacionado a projeção e construção de novas possibilidades de ver o mundo, possibilitadas pela aproximação conseguida com a mobilização do elemento sentimental, o que leva a compreensão aberta, de um “devir”, de todo o processo.¹²³

Ao analisar detidamente tais fases e como elas se articulam em prol da formulação e eficácia da metáfora, Ricoeur estabelece o viés tomado para esta análise, afirmando que a metáfora não é o enigma, mas a solução do enigma.¹²⁴ Portanto, adentrando o “salão augusto” perante os membros da Congregação, o grande astro “que teve um nascer mas que não terá um occaso”, Albuquerque habilmente, através de tais metáforas, aproxima esses engenheiros (suas práticas e seu papel social) dos “degraus do Olympo”. De uma só vez,

¹²² Sobre essa suposta “paternidade” de Paula Souza, Josianne Cerasoli, em sua dissertação de mestrado, discute as implicações da construção desse mito, traçando novos horizontes interpretativos acerca da fundação da Escola Politécnica de São Paulo. CERASOLI, Josianne Francia. *A grande cruzada: os engenheiros e as engenharistas de poder na Primeira República*. 1998. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000133906>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

¹²³ RICOEUR, Paul. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, Sheldon (org.). *Da metáfora*. São Paulo: Educ-Pontes, 1992, p.145-160.

¹²⁴ Idem, p.148.

enaltece o lugar privilegiado de tais profissionais dentro da sociedade e perante a cidade (alvo de suas intervenções) e traça a missão de tais figuras a partir da conclusão de seus cursos na Escola Politécnica. O diploma, dessa forma, se torna, ao mesmo tempo, a espada e a armadura desses cavaleiros que partem para sua “grande cruzada”.

A partir dos pressupostos de Ricoeur, identifica-se o efeito político de tais metáforas, contido, justamente, em sua dimensão psicológica (ou seja, na imaginação e no sentimento, deslocados para dentro da dimensão cognitiva do processo metafórico). O enaltecimento dessas duas etapas pelo autor possibilita seu entendimento como preponderante na fixação do elemento indelével contido em tais asserções. As metáforas criadas por Albuquerque não podem ser desmontadas facilmente pela racionalidade do elemento lógico, assumindo, então, um caráter altamente persuasivo.

Sobre o discurso do orador Albuquerque, tanto no que toca a suas estratégias narrativas e metafóricas quanto seu contexto de produção, ainda se faz necessário discutir a distância entre sua transmissão, em 1905, e a consolidação de uma mitologia. Para isso, as reflexões de Quentin Skinner em “Meaning and understanding in the history of ideas” contribuem para o entendimento dos efeitos historiográficos das mitologias. Ele identifica três tipos de mitologia recorrentes em narrativas históricas, compondo um quadro metodológico para o campo da história das ideias.

A primeira mitologia identificada por Skinner é a das doutrinas, quando buscadas, pelo historiador, nos textos de um autor. Colocam-se intenções nas palavras do autor que, muitas vezes, não estavam presentes no momento de sua produção textual, essa expectativa por parte do historiador acaba gerando anacronismos e “antecipações” de formas de pensamento. Ele ainda indica um outro tipo de mitologia, a da coerência, buscada pelo historiador em sua análise de determinada doutrina, atropelando as intenções originais do autor em sua escrita e ignorando a incoerência e complexidade que caracteriza o pensamento humano. A busca pela coerência de uma doutrina, segundo ele, chega a solapar as antinomias do texto em questão. Por fim, ele identifica a mitologia da prolepse, referente a antecipação de um futuro, exemplificando esse tipo a partir de Maquiavel, tido como o “fundador do pensamento político moderno”. Para Skinner, essa busca por influências e fundações no campo do pensamento e das ideias não respeitam o contexto no qual os autores escreveram:

It is surely empirically commonplace that we engage rather in an often intolerable wrestle with words and their meanings, that we characteristically spill over the limits of our intelligence and get confused, and that our attempts to

synthesize our views may in consequence reveal conceptual disorder at least as much as coherent doctrines.¹²⁵

Ele afirma que o contexto social ajuda a identificar a formação e mutação das ideias, mas as ideias também ajudam a inferir o mesmo sobre o contexto social, em uma via de mão dupla. Logo, Skinner não considera que o conhecimento do contexto seja suficiente para uma metodologia em história das ideias. O contexto não permite atingir todas as intenções, permanecendo assim uma lacuna. Além de buscar as intenções, o historiador deve buscar também como tais intenções destinaram-se a ser feitas a seus leitores. Ou seja, investigar os “recursos” de comunicação para tais ideias e intenções. O contexto, nessa perspectiva, deve ser mais um elemento de análise, e não o elemento determinante.

Essas reflexões compõem o método do “contextualismo linguístico”, formulado a partir da rejeição às abordagens exclusivamente textualistas ou exclusivamente contextualistas, propondo a recuperação das intenções do autor e a reconstrução do contexto das convenções linguísticas de um determinado período. Deve-se, nesse sentido, privilegiar e dar atenção aos jogos de linguagem que, segundo Skinner, governam o mundo mental e o vocabulário conceitual – tornando a discussão feita anteriormente sobre a metáfora ainda mais central para o argumento aqui defendido.

Sylvia Ficher, em seu reconhecido estudo sobre os engenheiro-arquitetos formados pela Escola Politécnica de São Paulo, elabora um perfil do engenheiro, e, de certa forma, aborda os três aspectos anteriormente destacados por Cerasoli. Pela natureza de seu estudo, que investigou mais de cem nomes entre alunos e professores da Escola Politécnica de São Paulo em um recorte temporal de que vai de 1894 a 1947, Ficher contribui, sobretudo, pelas muitas informações elencadas sobre esses inúmeros profissionais, construindo um verdadeiro panorama de sua atuação que permite, inclusive, o mapeamento das relações profissionais, pessoais e políticas estabelecidas entre eles.

Ao se referir ao discurso do engenheiro na cerimônia de formatura de 1905, “famoso como marco pioneiro na luta por uma legislação em defesa da atividade dos engenheiros diplomados”, ela, de certa forma, corrobora para a construção da mitologia do “paladino”. Entretanto, Ficher fornece pistas para entender como se deu a cristalização de tal imagem, indicando os relatos que engrandeciam a fala do engenheiro e a deslocavam para a narrativa da regulamentação profissional, transformando-a em um “início”. Pelos apontamentos da

¹²⁵ SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas. History And Theory*, Middletown, Ct, v. 1, n. 8, p.3-53, 1969. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2504188?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21106371084601>>. Acesso em: 04 dez. 2017, p.30.

autora a mitologia se inicia já no ano da morte de Albuquerque, 1940, quando seu colega politécnico Luiz Cintra Prado publicou uma homenagem intitulada “Prof. Dr. Alexandre Albuquerque” na *Revista Polytechnica*.¹²⁶

Entretanto, a relação com a campanha pela regulamentação profissional, identificada aqui como uma mitologia da prolepse, foi selada na interpretação de Adolpho Morales de los Rios Filho, em seu livro que objetivava historiar o percurso político e legal que resultou na regulamentação profissional de engenheiros, arquitetos e agrimensores no Brasil.¹²⁷ Posteriormente, em 1981, essa leitura é novamente enfatizada, segundo Ficher, por Moacy de Mesquita em *A História da Legislação Profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Brasil*. Essas duas últimas publicações, ambas veiculadas e publicadas pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), demonstram um esforço institucional de criação de uma narrativa da regulamentação profissional dessas profissões no Brasil, destacando grandes figuras que, dadas suas articulações e habilidades políticas, defendendo seus próprios interesses frente sua classe, se tornavam “paladinos”.

A múltipla atuação de Albuquerque permitiu a atribuição de significativo capital político e representatividade frente à sua heterogênea categoria¹²⁸. Seu trânsito entre o Instituto de Engenharia (interpretado por grande parte da bibliografia como o órgão dos politécnicos) e o Instituto Paulista de Arquitetos (associação de cunho mais aberto no que tocava à aceitação de membros, com a participação de pintores, escultores e outros artistas), bem como seu envolvimento com a família Cardim na fundação da Academia de Belas Artes de São Paulo, aliados à sua dupla formação, o tornavam um representante das mais diversas (e até opostas) variações da prática arquitetônica.¹²⁹

Há, além de Ficher, outros dois estudos sobre Alexandre Albuquerque que corroboram e consolidam essa narrativa mitológica a seu respeito. Maria Beatriz Portugal Albuquerque, neta do engenheiro, analisa suas posições e estudos sobre a insolação em São

¹²⁶ PRADO, Luiz Cintra, “Prof. Dr. Alexandre Albuquerque” in *Revista Polytechnica*, São Paulo, jul. /set., 1940, n.136, p.65-6 Apud FICHER, Op. Cit., p.98.

¹²⁷ MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho, *Legislação do Exercício da Engenharia, Arquitetura e Agrimensura no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEA, 1956, p.12.

¹²⁸ FICHER, Op. Cit., p.100.

¹²⁹ Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938) foi pedagogo e professor da Escola Normal Secundária, dentre outras instituições em São Paulo e no Espírito Santos. Carlos Alberto Gomes Cardim Filho (1899-1990), por sua vez, entrou na Escola Politécnica de São Paulo em 1918 e diplomou-se em 1924 como engenheiro civil e em 1925 como engenheiro arquiteto. Atuou por muitos anos como técnico da Prefeitura, com destaque para a Divisão de Urbanismo e como censor das fachadas em cumprimento do Ato Municipal n.58 de 1931. Em 1925 foi um dos fundadores da Academia de Belas Artes de São Paulo, a posterior Escola de Belas Artes, e em 1940 da regional de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Paulo em dissertação defendida em 2006.¹³⁰ A autora enaltece o caráter inovador e inaugural da atuação de Albuquerque, afirmando que desde o início de sua carreira ele teria revelado grande diversidade de interesses: projetou, lecionou, escreveu trabalhos teóricos, dedicou-se profissionalmente pela política, fundou a primeira Escola de Belas Artes de São Paulo, se tornou o primeiro presidente do Sindicato dos Artistas Plásticos de São Paulo e arquiteto-construtor da catedral de São Paulo durante 21 anos.¹³¹ A versão do engenheiro construída por Maria Beatriz Albuquerque pode ser sistematizada no depoimento de Paulo Mendes de Almeida, em 1976, acerca dessa sua relação com as artes:

Em 1921, o Prof. Alexandre Albuquerque e mais alguns companheiros fundavam a Sociedade Paulista de Belas Artes, cujas finalidades primordiais seriam a de congregar os artistas de São Paulo (...) e incentivar o gosto pelas artes, através de um plano de ação, em que se incluíam, entre outras medidas, frequentes exposições, e, portanto, mais estreitos contatos com o público em geral. Cheio de entusiasmo e fé em suas ideias, era o Dr. Alexandre Albuquerque homem de pegar e fazer.¹³²

A autora ainda traz, em sua dissertação, valiosos anexos, como uma cronologia relacionando grande parte da atuação do engenheiro, suas anotações das aulas de Ramos de Azevedo sobre habitações, seu artigo publicado na *Revista Polytechnica* em 1931 intitulado “Arquitetura Moderna” e um levantamento da biblioteca de Albuquerque. Esse último anexo fornece indícios de algumas referências utilizadas por ele na elaboração de suas concepções sobre a cidade e sobre a própria profissão, ou, ao menos, indicam autores e obras aos quais ele teve acesso.

Em uma perspectiva mais abrangente, João Carlos Graziosi, em dissertação defendida em 2001, objetiva o estudo da trajetória profissional do engenheiro arquiteto tomando como balizas cronológicas o ano de 1905, do discurso de formatura, a 1940, de seu falecimento. O autor divide a trajetória de Albuquerque a partir de fases determinadas por estilos a partir dos quais ele projetou em diferentes e bem recortados períodos – assumindo certa coerência à narrativa construída, certamente ausente na produção de Albuquerque. Nos dois primeiros capítulos, entretanto, o autor aborda a formação e os primeiros anos de carreira do engenheiro (até o ano de 1909). Sua prática é, então, narrada a partir do ecletismo (1909-1931), do neocolonial (1919-1931) e da arquitetura moderna (1930-1940). Apesar de ter outro objetivo se comparado a Maria Albuquerque, Graziosi

¹³⁰ ALBUQUERQUE, Maria Beatriz Portugal. *Luç, Ar e Sol na São Paulo Moderna. Alexandre Albuquerque e a Insolação em São Paulo (1916-1934)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹³¹ Idem, p. 6.

¹³² ALMEIDA, Paulo Mendes de, in ALBUQUERQUE, Maria Beatriz Portugal, Op. Cit., p.55.

também caracteriza o engenheiro em sua narrativa como o agente de situações inaugurais e de mudança. Em relação ao discurso 1905, o autor também assume seu caráter de “marco pioneiro na luta por uma legislação em prol da atividade dos engenheiros diplomados”, transcrevendo grande parte da fala do orador.¹³³

O discurso também é usado para legitimar o argumento de Graziosi de que Albuquerque “sempre foi dedicado e interessado em problemas da regulamentação profissional”, e explicar seu envolvimento com as associações profissionais a partir da década de 1910, o que o autor entende como sequência a esse objetivo inicial “tão buscado por Alexandre Albuquerque, desde a semente plantada no discurso de colação de grau de engenheiro arquiteto”¹³⁴. O mesmo ocorre quando aborda a fundação do Instituto de Engenharia, reflexo, para ele, dessa preocupação constante do engenheiro, caracterizada como “idealista”¹³⁵. O estudo lista e analisa as obras projetadas e construídas pelo engenheiro, algumas até então não atribuídas a ele, investigando, inclusive, o estado de conservação e utilização de alguns edifícios e casas. O perfil de Albuquerque traçado pelo autor vai menos no sentido de ressaltar seu pioneirismo – como feito por Maria Albuquerque – do que de exaltar sua capacidade de aliar “a sociabilidade e o poder de reunir pessoas ao seu entorno”¹³⁶, tornando-se o “melhor exemplo de como transpor a ponte que une essas áreas, a do lado técnico e a do lado artístico”.¹³⁷

Apesar de diferentes enfoques e, conseqüentemente, diferentes interpretações sobre Alexandre Albuquerque, esses estudos partilham de um fundo comum de referências, fontes documentais e momentos de sua trajetória. As narrativas construídas por eles partilham grande similaridade, seguindo uma perspectiva evolutiva da passagem do tempo, inaugurado no discurso de 1905, e que perpassa momentos consolidados da trajetória do engenheiro, compondo e cristalizando sua mitologia. Além disso, o caráter múltiplo e diversificado de sua prática arquitetônica, enaltecido pelos autores, contribui para a perspectiva “grandiosa” da atuação dos engenheiros do início do século XX, aceitando a metáfora criada pelo próprio Albuquerque sobre sua classe e sobre si mesmo: cavaleiros responsáveis pela cruzada que transformaria sua Pátria e a faria alcançar toda a sua potencialidade.

¹³³ GRAZIOSI, João Carlos. *A trajetória profissional do engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque, 1905-1940*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001, p.11.

¹³⁴ Op. Cit., p. 55-6.

¹³⁵ Op. Cit., p. 89.

¹³⁶ GRAZIOSI, Op. Cit., p.113.

¹³⁷ Op. Cit., p.134.

Outra recorrência é a utilização de testemunhos e entrevistas feitas com o filho do engenheiro, Alexandre Serpa de Albuquerque, que se tornaram base para tentativas de se “revelarem” alguns traços pessoais – como a suposta tensão entre Albuquerque e Ramos de Azevedo ou a supressão, a partir de 1926, do conectivo “de” que ligava seu nome a seu sobrenome, por ele achar a forma original “muito escravocrata”.¹³⁸ O uso de testemunhos orais, como todas as fontes documentais, entretanto, requer ainda mais criticidade e cuidado por parte do historiador, incumbido de não só questionar as informações recebidas do entrevistado, mas também pensá-las a partir das condições de sua produção. Sendo assim, também devem ser consideradas quais perguntas foram feitas a ele pelo pesquisador, bem como o fato de que o filho de Albuquerque, perguntado inúmeras vezes acerca da trajetória de seu pai poderia ter desenvolvida uma mesma narrativa que, naturalmente, privilegiaria alguns aspectos e momentos e não traria à tona diversos outros – afinal, como argumenta Skinner, se as tentativas de síntese podem revelar coerências, elas revelam também, e tanto quanto, doutrinas incoerentes.¹³⁹

Um último aspecto partilhado entre tais narrativas e aqui destacado pode ser lido como a tradução dessa mitologia. Também de natureza oral, o testemunho do arquiteto Vilanova Artigas foi, em todos esses casos, tomado como índice distintivo da peculiaridade de Albuquerque e utilizado como perspectiva analítica na seleção e privilégio de determinados momentos de sua trajetória:

Arquiteto, foi o professor de construção da Politécnica, e foi exatamente o homem que fazia a ponta entre a Arquitetura e a Engenharia... Foi o homem que estudou a insolação, foi o homem que procurou teorias humanísticas que se dirigem em torno da higiene dos edifícios, para aplicar no funcionalismo de hospitais e casas [...].¹⁴⁰

Portanto, o que aponto aqui, é a necessidade de se (re)pensar o papel atribuído ao discurso de colação de grau de 1905 a partir das perspectivas apresentadas, bem como compreender seu lugar na construção de uma mitologia que, apesar de ter como protagonista Alexandre Albuquerque, acaba por ressonar em toda sua categoria profissional e nas narrativas acerca de sua regulamentação. Nesse sentido, o engenheiro perde a posição de “paladino” ou pioneiro que ocupava, mas é conservando, no entanto, um outro aspecto já destacado e presente no testemunho de Artigas: “[...] veja que figura *interessante*, o Alexandre”.¹⁴¹

¹³⁸ Graziosi afirma ser essa a razão da mudança a partir de declaração de Alexandre Serpa de Albuquerque em entrevista de janeiro de 2001. GRAZIOSI, Op. Cit., p.4.

¹³⁹ SKINNER, Op. Cit., p.30.

¹⁴⁰ Depoimento de Artigas a Sylvia Ficher, datado de 1982. FICHER, Op. Cit., p.99.

¹⁴¹ Idem.

2.2 *Adolfo Morales de los Rios Filho: a trajetória de um profissional e de uma profissão*

A criação do Conselho Federal (CONFEA) e dos Conselhos Regionais (CREA's) pelo Decreto n.23.569 teve efeitos que vão muito além dos campos da engenharia e da arquitetura – representados em sua sigla. A criação desse sistema representou, de maneira geral, o apoio e a chancela do Estado a um desejo de uma categoria de profissionais, tornando oficial a organização e a hierarquia profissional esboçadas por eles. A absorção, por vezes forçada, de uma longa lista de profissões por essa instituição tentacular frequentemente causava confusões, polêmicas e provocava embates no interior dessa autarquia.¹⁴² Por isso, além das resoluções e decisões jurídicas com o objetivo de homogeneizar e pregar o consenso a essas categorias profissionais, uma dimensão muito importante de sua atuação de dava no nível discursivo.

Foram numerosos os empenhos em criar narrativas institucionais e consolidar tradições interpretativas da história das profissões de arquiteto e engenheiro no Brasil. Nos anos seguintes à promulgação do Decreto n.23.569, o CONFEA editou algumas obras cujo intuito era narrar o processo de regulamentação profissional. Entretanto, essas narrativas excluía a dimensão conflituosa e as tensões que o caracterizaram, enfatizando apenas o sucesso da campanha supostamente capaz de congrega harmonicamente arquitetos e engenheiros. Seus efeitos são sentidos tanto nas mitologias consolidadas dentro do campo profissional quanto na historiografia, que insiste em atualizar essas narrativas e interpretações.

A ausência de conflitos e embates e as definições categóricas de noções e perspectivas ainda em disputa indicam o desejo de construir uma linearidade histórica e a imputar ao Decreto o caráter definitivo da resolução dos problemas e questões levantados durante, ao menos, as primeiras três décadas do século XX. Entretanto, a lei não é entendida, aqui, como o desfecho de um longo e disputado *progresso* do controle estatal de um campo profissional.

¹⁴² Desde sua criação, o CONFEA sofreu um processo de intensa expansão e passou a representar inúmeras outras profissões além da arquitetura, engenharia e agrimensura. Até hoje profissões como a geologia estão submetidas ao órgão e continuam a reclamar maior representatividade. De acordo com os dados fornecidos por Antonio Oliveira em sua tese, o sistema CONFEA/CREA é um dos maiores do mundo: possuía 968.579 profissionais registrados em 2011. Os arquitetos permaneceram subordinados ao CONFEA desde sua criação até o ano de 2010, quando foi promulgada a Lei n.12378, que regulamentou, em regime de exclusividade, a profissão de arquiteto no país, criando e implementando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Tal mudança pode ser lida como uma maior autonomia e representatividade da profissão perante o Estado, sendo, oficialmente, desvinculada da área da engenharia e da agrimensura e abarcando a profissão de Urbanista, apenas esboçada no Decreto de 1933. OLIVEIRA, Antonio Francisco de. *A regulamentação do exercício profissional da arquitetura no Brasil*. 2011. 421 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p.252.

Ela é, pelo contrário, a fixação de um perfil específico, negociado entre as múltiplas possibilidades de apreensão das práticas, atribuições, responsabilidades e funções técnicas e sociais a serem desempenhadas pelos arquitetos.

Duas dessas narrativas institucionais foram organizadas e editadas pelo segundo presidente do CONFEA, o arquiteto Adolfo Morales de Los Rios Filho (1887-1973), cujo mandato, de 1936 a 1960, foi o mais longo da história da instituição.¹⁴³ Seu pai, Adolfo Morales de los Rios, foi um importante nome do ecletismo carioca, responsável pelo projeto do prédio da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e de alguns pavilhões que compuseram a Exposição do Centenário da Independência do Brasil (1922-1923).¹⁴⁴

A trajetória do filho, nascido em San Sebastian, na Espanha, mas naturalizado no Brasil, onde passou grande parte de sua vida, confunde-se com a própria trajetória do CONFEA, podendo ser encaradas como criador e criatura. O arquiteto, por meio das mitologias e narrativas que elaborava, formulou uma versão persistente da história da profissão. Sua formação, primeiro como engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, posteriormente, arquiteto pela ENBA, em 1914, o habilitava como representante das duas categorias e o permitiu, em muitos casos, mediar os diferentes interesses expressos por elas dentro do Conselho. Profissionalmente, atuou como consultor técnico do Ministério do Trabalho, professor de História da Arquitetura e de Teoria e Filosofia da Arquitetura no curso da ENBA, além de também ter atuado na Escola Normal de Artes e Ofícios, no Colégio Pedro II, em algumas escolas técnicas, no curso complementar da Faculdade de Medicina e do curso superior de Museus do Museu Histórico Nacional.¹⁴⁵

Em meio a tamanha multiplicidade, sua atuação também foi marcada por ter integrado a Comissão responsável por elaborar o anteprojeto da regulamentação profissional de engenheiros e arquitetos. Sua história, nesse ponto, se confunde com a história institucional da arquitetura. Ele era membro de outros órgãos de representação profissional

¹⁴³ A listagem dos ex-presidentes do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura está disponível no site da instituição e pode ser acessado através do endereço: <http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1083>.

¹⁴⁴ Algumas informações biográficas de Adolfo Morales de los Rio são elencadas em seu perfil na Enciclopédia Itaú Cultural, disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa285480/adolfo-morales-de-los-rios>. Além disso, Cláudia Ricci escreveu uma tese sobre ele, *Adolfo Morales de los Rios - uma história escrita com pedras e letras*, defendida em 1996 pelo departamento de história da PUC-RJ, mas nunca publicada. Ricci publicou, contudo, um breve artigo na *Revista 19&20* sobre as diversas maneiras que o historicismo figurava na trajetória de Morales de los Rios. Muitas perspectivas em relação ao filho, que estabelecia uma relação de intimidade e estranheza com o pai, foram abertas a partir desse trabalho. RICCI, Cláudia Thurler. "Sob a inspiração de Clío: O Historicismo na obra de Morales de los Rios". *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_mlr_ctr.htm>.

¹⁴⁵ No ano de 1959 a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou, na seção "Bio-Bibliografia" apontamentos feitos por Maria Carolina Fleiuss sobre a trajetória de Morales de los Rios Filho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 242, jan.-mar. 1959, p.438.

no início do século XX, como a Sociedade Central de Arquitetos (posteriormente transformada em Instituto Central de Arquitetos – do qual também foi presidente) e a Associação Brasileira de Urbanismo.¹⁴⁶ Internacionalmente, integrou o Comitê Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e foi membro do American Institute of Architecture e da Asociación de Arquitectos de Chile. Essa preocupação em articular-se com profissionais e instituições estrangeiras ainda o motivou a promover a vinda para o país de profissionais como o mexicano Alfonso Pallares, o franco-suíço Le Corbusier, o austríaco Eugênio Steinber e o português Raul Lino.¹⁴⁷

Apesar de poucos estudos sobre o arquiteto, sua produção textual foi numerosa, tanto relacionada ao campo profissional e aos problemas inerentes à prática arquitetônica, quanto sobre história e teoria da arte. Alguns títulos mercedores de destaque são *A Regulamentação da Profissão de Arquiteto* (1934); *Exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor – resoluções e documentação* (1938); *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira* (1941); *Orações* (1950); *Teoria e Filosofia da Arquitetura* (1955), *Ensino Artístico* (1958).

A regulamentação da profissão de arquiteto é um livro organizado em duas partes – “Regulamentação profissional” e “Um corpo de doutrina para os arquitetos” – e publicado em 1934. Nele, Morales de Los Rios Filho pretendia elencar diferentes políticas criadas e esforços feitos em prol da regulamentação e, principalmente, legitimar política e socialmente o exercício profissional dos arquitetos. Seu argumento, traçado com base em sua erudição e na rede de profissionais da qual fazia parte, visava elucidar os motivos da omissão do Estado frente a questão, razão dos males sociais e obstáculos no caminho das cidades brasileiras rumo a sua *modernização* e desenvolvimento.

O arquiteto explicita por diversas vezes seus diálogos com outros profissionais latino-americanos e associações profissionais cariocas e paulistas. Por ocupar posição de destaque na Sociedade Central de Arquitetos do Rio de Janeiro e no Comitê Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, trocava muitas correspondências com o Instituto Paulista de Arquitetos, divisão regional da Sociedade. Em uma carta de janeiro de 1932 enviada ao IPA, Morales de los Rios Filho informou o prazer de ter sido aceito como

¹⁴⁶ Margareth Pereira assinala a vida efêmera da Associação Brasileira de Urbanismo, fundada em 1927 e que reunia pintores, escultores, arquitetos e engenheiros. PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. O Pan-americanismo e seu impacto na institucionalização do urbanismo no Brasil: 1920-1945. In *Anais do IV Seminário da História Urbana e Urbanismo*. Denise Machado (org.). Rio de Janeiro: ProUrb-UFRJ, 1998. p. 1194.

¹⁴⁷ Há inúmeras lacunas historiográficas no que toca a história do arquiteto. Tirando suas próprias publicações, nas quais ele se apresenta e pretende resumir sua atuação, quase não há trabalhos que o tomem como objeto. Dessa maneira, os parágrafos destinados aqui a apresentá-lo basearam-se em pequenos verbetes institucionais que reuniam algumas cronologias e informações, como o elaborado pelo Catálogo das Artes (http://www.catalogodasartes.com.br/Detailar_Biografia_Artista.asp?idArtistaBiografia=6779) ou pelo próprio CONFEA (<http://www.confea.org.br/media/adolpho.pdf>). Acesso em 11 dez. 2017

Sócio Correspondente do Instituto e reiterou o desejo de estreitar os “laços que devem unir os arquitetos cariocas aos seus irmãos de São Paulo”.¹⁴⁸

No mês seguinte, enviou uma carta com documentos e propostas apontados como “de interesse” para os debates profissionais de São Paulo endereçada ao 1º Secretário, Edmundo Krug na qual voltava a enfatizar a necessidade de maior união e solidariedade entre os profissionais.¹⁴⁹ Ele propunha a união das duas associações na Federação das Associações Brasileiras de Arquitetos, a ser sediada no Rio de Janeiro e com sua presidência alternada entre um arquiteto carioca e um paulista, mesma equidade mantida na composição do Conselho Consultor. A última observação é bem reveladora do projeto proposto por Morales de los Rios Filho: “As associações que se filiassem à Federação teriam que obedecer às prescrições do Comité Permanente dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e pagariam uma módica taxa anual”. Ou seja, seu objetivo era explicitamente criar uma estrutura corporativa de representação profissional constituída por uma hierarquia que ia do regional, estadual, ao continental:

Acho que a Federação [...] seria de grande proveito para a nossa classe, que teria, assim, um órgão poderoso e homogêneo para pleitear tudo quanto se tornasse necessário para maior brilho e prestígio de nossa profissão. A Federação harmonizaria, outrossim, todos os interesses e congregaria todos os esforços.¹⁵⁰

Como parte desse projeto profissional corporativo, suas narrativas frisavam como o processo brasileiro se articulava internacionalmente a fim de legitimar não só uma profissão, mas um sistema hierárquico de organização.

Essa legitimação era feita por meio de um protocolo de convencimento. Uma das estratégias mobilizadas para isso é o mapeamento dos debates pela regulamentação “no estrangeiro”. Morales de los Rios Filho mostra-se perfeitamente instruído das relações entre

¹⁴⁸ Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁴⁹ Edmundo Krug, botânico por formação, professor do Mackenzie College e membro atuante do Instituto Paulista de Arquitetos foi um dos membros fundadores da Sociedade Científica de São Paulo, em 1903. As poucas informações encontradas sobre a Sociedade indicam que a institucionalização e coletivização das demandas não era uma estratégia utilizada apenas pelos diplomados. Segundo afirma Thomás Haddad, ela congregava cientistas e “alguns diletantes” com o objetivo de melhorar o conhecimento sobre as descobertas científicas da época. Em 1905 é criada a Revista da Sociedade Científica de São Paulo que circulou até 1913. Dentre os destaques de seus membros estão Vital Brazil, diretor do Instituto Soroterápico do Butantan; Antonio Barros Barreto, engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo, Paulo Florence, professor particular; Erasmo de Carvalho, professor de literatura do Mackenzie; Adolfo Lutz, médico, bacteriologista e entomólogo; Víctor Dubugras, arquiteto e professor da Politécnica de São Paulo; Oswaldo Cruz, médico sanitaria; e Euclides da Cunha, engenheiro e escritor. MARCOLINI, Neldson. *Cientistas e diletantes*. 2013. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/01/11/cientistas-e-diletantes/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

¹⁵⁰ Carta de 01 jan. 1932. Acervo da Biblioteca da FAU/USP

arquitetos e Estado em diferentes países da América e da Europa. Seu panorama é composto pela análise, por vezes mais, por vezes menos aprofundada de treze países: Argentina, Bélgica, Chile, Cuba, EUA, França, Espanha, Hungria, Inglaterra, Itália, Portugal, Polônia e Uruguai. A exposição feita pelo autor, bem como a escolha dos países que a compuseram, sustentam seu argumento: no início do século XX houve uma aproximação entre arquitetos e Estado que possibilitou, em diferentes partes do mundo, a aprovação de normas legais e/ou a criação de sociedades e associações profissionais que pautaram a questão da regulamentação. Sua perspectiva eurocêntrica é evidente, apesar disso, em virtude de ser membro permanente do comitê realizador dos Congressos Pan Americanos de Arquitetos, Morales de Los Rios Filho enfatiza os desdobramentos da questão em alguns países da América Latina – sobretudo Uruguai, Argentina e Chile, países em que mantém, via correspondência, vínculos com profissionais membros de associações de classe.¹⁵¹

Com o intuito de narrar o “estado da arte” da questão no Brasil, ele identifica “um ligeiro golpe” por parte do Estado, que, apesar de conceder diploma através das escolas oficiais custeadas pelo dinheiro público, cessa sua intervenção e proteção no mercado de trabalho – diferentemente do que acontece com carreiras como a Medicina ou o Direito. Essa estratégia argumentativa, de traçar um paralelo entre a arquitetura e a medicina ou o direito, é recorrente em toda a campanha. A “licenciosidade” (liberdade sem limites) é, segundo ele, duramente castigada em outras áreas profissionais: o “curandeirismo” na medicina, o “rabulismo” na advocacia e o “praticismo” na odontologia. As políticas existentes, à época, de proteção ao exercício profissional de arquitetos abriam brechas para o que ele chama de “curiosismo”, ou seja, para a atuação de profissionais não-diplomados, genericamente chamados de “práticos”.¹⁵²

O autor se vale de argumentos jurídicos para justificar a legalidade de leis de regulamentação. Ele indica como a liberdade profissional, assegurada pelo artigo 72 da Constituição de 1891, não impedia o estabelecimento de exigências mínimas para o exercício profissional.¹⁵³ A aprovação do projeto iria, por outro lado, garantir a liberdade profissional assegurada pela Constituição, uma vez que a liberdade prevista no texto constitucional não

¹⁵¹ O entendimento da posição ocupada pelo arquiteto brasileiro nessa rede continental de profissionais é fundamental para entendermos os efeitos, no contexto brasileiro, dessa internacionalização do problema. Os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos são analisados no capítulo 3 da presente dissertação.

¹⁵² MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho. *A regulamentação da profissão de arquiteto*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1934, p.42.

¹⁵³ BRASIL. Constituição. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 15 dez. 2017.

seria absoluta ou irrestrita, mas referia-se apenas a possibilidade de todos os brasileiros, igualmente, terem acesso a cargos públicos e a todas as profissões liberais, desde que habilitados pelo diploma.

Liberdade não é licença absoluta. Liberdade é a concessão que o Estado faz ao cidadão para que possa viver, trabalhar e gozar de seus direitos. Mas dentro da ordem, da disciplina, dos preceitos morais e legais. A liberdade tem, pois, os seus limites, deve ser exercida mediante certas normas.¹⁵⁴

A ausência de controle sobre o exercício profissional seria um risco não só aos arquitetos, mas à coletividade, a partir das responsabilidades morais e técnicas envolvidas na prática arquitetônica. Dessa maneira, ele justificava socialmente a campanha empreendida por ele e seus colegas. Esse cenário profissional é, segundo o autor, resultado da recente condição de progresso do país e da inserção de novas técnicas, estruturas e materiais. Com isso, “o empirismo teve que ceder lugar ao tecnicismo” e a habilitação dos profissionais se tornara indispensável.

As disputas entre diplomados e não diplomados perpassam, em sua análise, aspectos relacionados ao campo semântico, a partir de sua crítica àqueles autodenominados “arquitetos construtores”. Para o autor, esse não passava de um título absurdo, sem cabimento na lógica e na técnica e sem respeito à verdadeira expressão da palavra Arquiteto, título que seria somente conquistado após um curso regular e de concessão exclusiva do Governo Federal.¹⁵⁵

Essa defesa é reforçada em sua concepção de que “regulamentar é definir, definir é separar”. Ao afirmar tal correspondência, entre regulamentar e separar, ele identifica um dos maiores obstáculos da época para o exercício profissional da arquitetura: a confusão, no campo prático e de formação, das distinções profissionais entre engenharia e arquitetura: “separando o que está confuso ou indefinido, resulta o caráter especial da coisa ou pessoa”.¹⁵⁶

¹⁵⁴ MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho, Op. Cit., p.38.

¹⁵⁵ É interessante notar como a defesa por um monopólio sobre as intervenções urbanas por parte dos arquitetos perpassava, também, uma dimensão ligada a “dignidade” profissional, a partir de determinada distinção concedida pelo título adquirido através do diploma. Além disso as disputas por significado em torno dos títulos profissionais eram uma constante nos debates profissionais transnacionais, como indica o exame dos debates ocorridos nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos abordados no capítulo 3 da presente dissertação. Na análise do Decreto de 1933, entretanto, nota-se que, em seu artigo 3º, garante o exercício das funções de “arquitetos, arquitetos-construtores, construtores e agrimensores” não diplomados licenciados pelos estados. Ou seja, sua crítica acerca da insuficiência das leis anteriores ao Decreto de solucionarem as tensões do campo profissional parte de um falso pressuposto de que a norma legal teria sanado todos problemas. Idem, p.74

¹⁵⁶ MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho. Op. Cit., p.30.

Ou seja, nessa lógica, a valorização da atuação do arquiteto perpassaria a demarcação de diferenças e especialidades frente a campos de saber análogos.

O autor, na primeira parte da obra, narra o processo de especialização da formação dos arquitetos, com início na Antiguidade e na Idade Média, períodos em que uma só pessoa exercia um grande número de profissões guiada tecnicamente por “receitas”. No Brasil, ele ressalta o papel dos mestres (tanto de mestres de obra, quanto mestres de risco – responsáveis pelos desenhos) nas atividades construtivas do período colonial. Essa tradição é interrompida a partir da vinda para o país da Missão Artística francesa e a fundação do primeiro curso de arquitetura no Brasil (a Escola Real, posteriormente transformada em Academia Imperial de Belas Artes e, finalmente, com a república, em Escola Nacional de Belas Artes): “A multiplicidade de tarefas dos tempos coloniais é substituída, daí por diante, pela especialização”.¹⁵⁷ É interessante notar que, apesar dos esforços em romper e se distanciar de práticas associativas coloniais ou medievais, como as corporações de ofício, há uma nítida eleição de um modelo corporativista que se assemelha às dinâmicas profissionais coletivas desses espaços.

A narrativa construída por Morales de Los Rios Filho se baseia no enaltecimento da própria classe profissional a partir de determinadas estratégias discursivas, como o uso de metáforas, como nos parágrafos elogiosos aos arquitetos, “mártires” que lutaram para o progresso da “cultura arquitetônica”:

A vida dos Arquitetos no Brasil tem sido aspérrima. Desde o grande Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny ao não menos ilustre Adolpho Morales de Los Rios y Garcia Pimentel, passando por Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco Joaquim Betencourt da Silva, Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá, Henrique Baiana, Heitor de Melo [...] a existência dos profissionais da Arquitetura constituiu um verdadeiro martirologio. Isolados, menosprezados, incompreendidos, combatidos, mal retribuídos e absolutamente desamparados pelo Estado, eles continuaram, não obstante, seremos e resolutos, na marcha para o Ideal. [...] Mas o esforço e o sacrifício dos nobilíssimos colegas não foi perdido: as novas gerações começam a pressentir a aparição da Aurora. E quando essa chegar e se transformar num Dia radioso, nunca esqueçam os que para sempre penetraram na Noite Eterna.¹⁵⁸

A recorrência do uso de tais estratégias na construção de um perfil exemplar do Arquiteto marcou a campanha pela regulamentação profissional no Brasil. A exaltação de

¹⁵⁷ Idem, p.27.

¹⁵⁸ É interessante notar como o martirólogo construído pelo arquiteto contava exclusivamente com profissionais que atuaram na cidade do Rio de Janeiro. MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho, Op. Cit., p.72.

determinados atores envolvidos no processo, através da glorificação de sua atuação, fez com que fossem criadas figuras míticas, criadas pelas narrativas oficiais, mas solidificadas e atualizadas pela historiografia. Esses esforços, aliados às inúmeras e constantes metáforas presentes em discursos feitos por esses profissionais – seja através de revistas especializadas ou em cerimônias institucionais – indicam uma outra dimensão, igualmente política se comparada a legislação, da campanha para a regulamentação.

O padrão narrativo formulado por Morales de Los Rios Filho e utilizado em diversas de suas explicações – seja das origens da profissão de arquiteto ou de como a disciplina “evoluiu” no Brasil – parte de uma função específica da história: apresentar os processos de transformação pelos quais determinada questão ou tema passou ao longo do tempo. Esse desejo e ânsia pela totalidade é observado na estratégia do autor de se voltar a noção antiga da profissão e criar uma história de como ela foi transformada ao longo do tempo em prol de caracterizar e definir a atuação do arquiteto, valorizando-o, ou mesmo nos esforços mencionados anteriormente de demonstrar um conhecimento enciclopédico sobre a regulamentação em diversos países.

O ímpeto de *historiar* perpassou a longa lista de publicações e marcou a atuação do engenheiro arquiteto, que além das obras analisadas ainda foi autor de trabalhos sobre “a evolução da arte brasileira”, o ensino artístico no Brasil, teoria e filosofia da arquitetura, urbanismo, dança, meios de transporte, cultos e crenças populares, linguística, dentre muitos outros.¹⁵⁹ Movimento semelhante é identificado por Cláudia Ricci em relação ao pai do arquiteto, Adolpho Morales de los Rios y Garcia de Pimentel, autor de projetos e edifícios construídos no Rio de Janeiro e de muitos artigos e publicações sobre os mais diversos temas sobre os quais era solicitado escrever.¹⁶⁰ Ricci afirma que por trás de sua pretendida “objetividade histórica”, Morales de Los Rios formulava um projeto civilizatório, no qual mesmo as mais excêntricas manifestações culturais – como aquelas retratadas em seu texto “Oka, Taba, Tabajara”, no qual ele faz um estudo sobre habitações indígenas – conformam

¹⁵⁹ A noção é emprestada de Rodrigo Santos de Faria que, em sua tese, estudou a trajetória profissional do engenheiro-urbanista José de Oliveira Reis inserida no processo de institucionalização do urbanismo no Brasil. O autor identifica na trajetória do urbanista – sobretudo na publicação “As administrações municipais e o desenvolvimento urbano” – um interesse particular em compreender e relatar as principais atividades dos Prefeitos que governaram o Rio de Janeiro, bem como a “evolução urbanística da cidade”. Esse ofício adotado por Reis faz com que Rodrigo de Faria o caracterize como “Historiógrafo”. Tomadas as devidas distâncias e reconhecendo as particularidades da atuação, formação e ênfase dos dois personagens, proponho pensar os esforços de Morales de Los Rios Filho na construção de narrativas oficiais como indícios dessa vontade de historiar a profissão. FÁRIA, Rodrigo Santos de. *O Urbanista e o Rio de Janeiro - José de Oliveira Reis, uma biografia profissional*. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial-Fapesp, 2013.

¹⁶⁰ RICCI, Cláudia Thurler. “Sob a inspiração de Clío: O Historicismo na obra de Morales de los Rios”. *19^o e 20^o*, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte/%20decorativa/ad_mlr_ctr.htm>.

um ramo que só ganha sentido quando colocado junto a uma árvore genealógica civilizacional. Dessa maneira, o excêntrico se torna traço identitário e a cultura assume um caráter distintivo de determinado povo perante o “concerto das nações”.

Para o arquiteto, as formas plásticas seriam o resultado de um sistema de ideias suscetível a modificações e transformações por diferentes usos e costumes. A evolução percebida nesse processo, dessa maneira, seria caracterizada por esse “eterno religar de elos” baseado tanto nas permanências quanto nas transformações. Com isso, Ricci afirma que Adolpho de Morales de Los Rios, por meio da arquitetura, elaborava narrativas e histórias feitas com pedra, tornando os elementos arquitetônicos sacados da história símbolos e signos de uma civilização: “A edificação era para ele suporte das manifestações humanas, história cinzelada na pedra, impossibilitando não só seu esquecimento, mas principalmente perpetuando-a como linguagem tectônica”.¹⁶¹

Ao valer-se dessa teoria, afirma que o arquiteto vai pontuando a cidade com uma história da civilização, tornando-a uma síntese preenchida com elementos da História Universal elaborada por Hegel. Nesse sentido, a ampla e heterogênea produção, característica da atuação historiográfica do pai e do filho, traduz-se em uma batalha travada contra o tempo, ao pretender registrar da maneira mais detalhada possível a gama de eventos e processos que eles entendiam como parte da “evolução” e do “progresso” humanos no Brasil. Conhecer, nessa perspectiva, era dotar de significado as ações do homem dignas de serem lembradas.

Se essa prática foi observada por Ricci na trajetória do pai pela maneira com que ele concebia seus projetos e pelo uso do historicismo como linguagem arquitetônica, no caso de Morales de Los Rios Filho, a história parece ter sido mobilizada em prol da implementação de seus projetos políticos. Com isso, ela passa a ocupar uma posição de destaque, capaz de não só assegurar o conhecimento dos mais diversos assuntos, como exaltava o pai, mas também o de legitimar justificar posições e projetos políticos, como fazia o filho. Apesar de objetivos distintos em suas atuações e produções, ambos buscavam na história uma maneira de organizar e sistematizar o saber e o conhecimento.

Nessa perspectiva, os esforços demonstrados pelo autor em catalogar as leis, nomear as instituições e associações profissionais, dissertar sobre o desdobramento de questões em outros países passam a ser interpretados a partir dessa lógica histórica de legitimação e inserção dos arquitetos brasileiros na grande história da civilização.

Além do relevo dado a atuações individuais de grandes nomes da arquitetura do país, o autor destaca os esforços governamentais em prol da consagração do trabalho do arquiteto.

¹⁶¹ Idem.

É sublinhado o contexto da Exposição Internacional do Centenário da Independência, ocorrida em 1922 no Rio de Janeiro, e as medidas tomadas pelo presidente Epiácio Pessoa e pelo prefeito Carlos Sampaio, diretor da Exposição, para que os arquitetos fizessem os projetos para os pavilhões e palácios e dirigissem as obras do evento. Tais esforços acabaram, segundo ele, por culminar na Lei Estadual de 28 de outubro de 1925, que fixava uma tabela de honorários para engenheiros, arquitetos e agrimensores.¹⁶²

A campanha continua a ser narrada e a década de 1930 é identificada como o ápice dos debates. Tanto o aumento considerável da difusão dos serviços e do exercício profissionais dos arquitetos – por meio da edificação de “novos e grandiosos prédios e obras” e por sua atuação nas revistas técnicas –, como as pressões do Instituto Central dos Arquitetos (associação de classe presidida por Morales de Los Reis Filho à época), foram tomadas como causas para as primeiras iniciativas formais para a elaboração da norma federal.

Uma segunda obra também publicada pelo CONFEA, em 1938, reúne normas e resoluções legais que constituem uma cronologia jurídica do processo de regulamentação profissional.¹⁶³ Dentre a documentação, há o anteprojeto para a lei de regulamentação profissional, publicado no *Diário Oficial* em 14 de abril de 1932. O anteprojeto, diferentemente da lei promulgada em 1933, não discriminava as atribuições de cada grupo técnico, “todos podiam continuar a fazer tudo”.¹⁶⁴

Segundo Morales de los Rios Filho, a diferença dessa primeira redação para o Decreto é, justamente, o maior discernimento entre as especializações, “corpo central” da lei de 1933. Cotejar os dois projetos nos permite superar interpretações baseadas em uma

¹⁶² O autor ainda relaciona essa lei carioca com outras duas normativas legais que reforçavam a necessidade dos títulos profissionais e pretendiam “organizar” o campo de trabalho: a Lei Estadual de 27 de dezembro de 1924, de São Paulo e a Lei Estadual de Junho de 1925, de Pernambuco. Entretanto, apesar de reconhecer a importância da promulgação desse corpo legal para a campanha pela regulamentação, ele afirma que somente com a vinda do arquiteto francês Alfred Agache para o país, em 1927, e por pressões feitas pelo Instituto Central dos Arquitetos, tornou-se obrigatória a presença do arquiteto diplomado nas construções, que passa a ser considerado o responsável pela fiel execução do projeto após sua aprovação pela prefeitura, pela Comissão do Plano da Cidade e pela Diretoria Geral de Obras e Viação. É interessante notar como a vinda de Agache, bem como esse momento de difusão dos debates urbanísticos e arquitetônicos para o público, acabou tensionando as concepções acerca da responsabilidade, autoria e papel do arquiteto no projeto e execução da obra. MORALES DE LOS RIOS FILHO, Op. Cit., p.74. Segundo o levantamento elaborado por Julia Ribeiro Junqueira o texto *A Evolução da Arquitetura no Brasil* de Morales de los Rios foi publicado no *Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*. JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. *Jornal do Commercio: cronista da história do Brasil em 1922*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p.167.

¹⁶³ MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho. *Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura: exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor: resoluções, documentação*. [Rio de Janeiro]: Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio, 1938, p.5.

¹⁶⁴ Idem, p.9.

dupla periodização do processo de regulamentação, nas quais é afirmado a ausência da definição de especialidades para os diferentes campos profissionais.¹⁶⁵

Sobre a norma federal, Morales de los Rios Filho afirma estar reconhecido nela o direito de todos os regulamentados a continuarem a exercer suas profissões, com exceção dos que não pagavam impostos e não se enquadraram nos dispositivos do decreto. Esse aspecto ressaltado por ele ainda se relaciona às intenções primeiras do Estado em regulamentar as profissões: organizar e sistematizar o pagamento de impostos das chamadas “profissões capitalistas”.

O próprio CONFEA continuou a ter papel fundamental na atualização de tais narrativas. No ano de 2010, em função das comemorações dos 75 anos de sua fundação (ocorrida no ano anterior), o CREA-SP lançou o *Manual de fiscalização & legislação*. O objetivo da publicação era o de “orientar” aqueles que desenvolvem atividades relacionadas a “área tecnológica” no sentido de fazerem cumprir as regras e leis que regem a atuação desses profissionais. Assim como no início do século XX, as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor são entendidas como “peças fundamentais para o crescimento e desenvolvimento de nosso país”.¹⁶⁶ A regulamentação é justificada, novamente, como medida necessária para eliminar o risco do que ele entendia como “incolumidade pública” e os profissionais como responsáveis por assegurar o patrimônio material e moral da sociedade por meio da garantia da qualidade, economia e segurança. O registro de profissionais no órgão é entendido como um privilégio, e a prática profissional garantida por interesses sociais e humanos. Como em uma tentativa de continuar o ordenamento enciclopédico e de perfil positivista de Morales de Los Rios Filho, a publicação retoma as primeiras escolas fundadas no Brasil e, no índice, elenca as resoluções e normas relativas ao exercício profissional.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Clévio Rabelo destaca que as críticas sobre esse anteprojeto se baseavam em dois aspectos: a ausência de regulação sobre a atuação de profissionais estrangeiros e a organização da profissão, que ficaria à cargo do Ministério do Trabalho e não de um conselho federal autônomo. A postura irrestrita quanto aos estrangeiros é interpretada pelo autor pelo caráter internacionalista da engenharia, cujos profissionais eram maioria na comissão que elaborou o anteprojeto. Esse suposto favorecimento devido a composição da comissão continua a ocorrer, segundo Rabelo, no Decreto de 1933 que, por sua vez, não agiu no sentido de melhor normatizar a atuação dos estrangeiros nem atenuou as disputas profissionais entre engenheiros e arquitetos – favorecendo os primeiros. Ele ainda afirma que as atividades que hoje compõem o amplo campo da arquitetura foram consolidadas, sobretudo, por esforços extra lei – como a aproximação com o campo da arte ou mesmo as atividades ligadas ao patrimônio, apenas esboçadas no Decreto de regulamentação profissional. RABELO, Clévio. *Arquitetos na cidade: espaços profissionais em expansão [Rio de Janeiro, 1925-35]*. Tese (Doutorado), FAUUSP. São Paulo, 2011, p.55.

¹⁶⁶ *Manual de Fiscalização e Legislação*/ organização: José Tadeu da Silva. - São Paulo: CREA-SP, 2010, p.4.

¹⁶⁷ A cronologia tem origem na Lei Estadual de São Paulo de 1924, seguida pelo Decreto Federal de 1933 e leis posteriores a ele até o ano de 2009.

As semelhanças com a narrativa criada em 1934 são reforçadas, ainda, pelos marcos escolhidos pelo Conselho em sua publicação mais recente, frisando a formação das associações profissionais e o início da campanha por regulamentação; bem como as leis estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco como precursoras da norma federal. A estrutura linear e positivista do percurso legal esboçada em 1934 é reafirmada em 2009 na pretensão de elaborar uma história contada pela legislação, tomando a Lei paulista de 1924 como origem das políticas públicas de regulamentação

Esse conjunto de narrativas pode ser interpretado como esforços institucionais em prol da construção de uma história da profissão no Brasil. Mesmo que seja singular em termos de abrangência e catalogação das normas, argumentos e nomes que compõem a campanha pela regulamentação, é possível encontrar em alguns estudos contemporâneos formulações, matrizes e estruturas narrativas que indicam a existência de um padrão formulado na década de 1930.

Em tese defendida em 2011, Antonio Francisco de Oliveira propõe analisar o sistema CONFEA/CREA no período entre 1933 até 2007, perscrutando os fatores históricos que levaram a sua criação a partir de um tripé que a sustenta: os profissionais, o sistema regulatório e o sistema de ensino. A partir disso, desdobra sua problemática em dois eixos distintos: a constituição da profissão de arquiteto na era moderna (a partir do renascimento italiano) e a instituição de um sistema de ensino arquitetônico formal. Seu objetivo é o de construir uma “síntese histórica da regulamentação do exercício profissional da arquitetura no Brasil, desde o seu marco inaugural em 1933 até 2007”.¹⁶⁸ Para isso, faz uma “gênese”, com pretensões universalistas, sobre as relações entre arquiteto, sociedade, escolas e associações profissionais – que, para o autor, são diretamente derivadas das corporações de ofício – com início na Idade Média. Esse percurso baseado no jogo de permanências essenciais e transformações pontuais visava, assim como é notado na obra de Morales de Los Rios Filho, justificar a criação de um órgão autônomo para a representação da classe.

Entendo, contudo, estar o processo pela regulamentação profissional dos arquitetos no Brasil inserido em uma trama de eventos específica, viabilizada tanto por pressões advindas de órgãos e associações profissionais, quanto pela configuração e as políticas traçadas pelo Estado nas décadas de 1920 e 1930, que visavam o maior controle e regulação das profissões. Essa atualização da narrativa institucional criada em 1934 pouco acrescenta

¹⁶⁸ No ano de 2007 foi vetado pelo poder executivo a PL 347/2003, representando a quarta tentativa malsucedida dos arquitetos de criarem um órgão de representação e regulamentação independente do sistema CONFEA/CREA. OLIVEIRA, Antonio Francisco de. *A regulamentação do exercício profissional da arquitetura no Brasil*. 2011. 421 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

em complexidade para o melhor entendimento da questão, perpetuando, quase um século depois, as mitologias criadas por Morales de Los Rios Filho.

É necessário buscarmos outras novas maneiras de se problematizar o tema que não partam de uma exposição cronológica e infindável de eventos referentes a diferentes temporalidades. Isso significa não pressupor nem buscar mitos de origem e entender as complexas possibilidades em disputa nos embates identificados. A temática se insere em um contexto específico, de maneira a não criar uma ilusão de continuidade, que exclui as tensões e fraturas, próprias do processo de regulamentação.

As reflexões de Francisco Segnini Junior em sua tese, apesar de se referirem ao período de 1985 a 2000, nos indicam novos caminhos. Seu objetivo é o de analisar a prática profissional do arquiteto no sentido de compreender as maneiras pelas quais se relacionam o projeto arquitetônico e o mercado de trabalho. Através do exame de um corpus documental composto majoritariamente por revistas técnicas (especificamente a *Revista AU – Arquitetura e Urbanismo*), ele busca compreender de que maneira a tensão entre arte e técnica se intensifica no período selecionado.¹⁶⁹

Ao identificar como parâmetros desse processo a intensificação da globalização e a difusão da informática, bem como, no Brasil, o processo de redemocratização, ele não nega a persistência do binômio arte/técnica na constituição da profissão e na prática profissional do arquiteto, constituinte dos debates de diferentes períodos e sociedades. Entretanto, diferentemente de Oliveira, Segnini Junior, não busca continuidades lineares ou explicações dadas a partir de exemplos da Antiguidade, mas formula suas questões tendo como base a compreensão de que determinados aspectos do período selecionado intensificam esse paradigma, de maneira a redimensionar o problema a partir deles. Entender o percurso histórico que permitiu a consolidação desses padrões narrativos é o primeiro passo para conseguirmos formular outras interpretações que extrapolem as genealogias e a mitologia criadas por Morales de los Rios Filho a partir de sua agenda.

2.3 *Christiano Stockler das Neves: “quem protesta defende um direito!”*

As narrativas sobre a trajetória de Christiano Stockler das Neves ressaltam suas condenações ao “estilo modernista” e à concepção maquinista e industrial da arquitetura por

¹⁶⁹ SEGNINI JUNIOR, Francisco. *A prática profissional do arquiteto em discussão*. 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-23022011.../Tese_Segnini.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

meio das polêmicas publicadas nas páginas de jornais e revistas especializadas. Essas abordagens sobre o arquiteto enfatizam um percurso solitário, no qual as únicas relações identificáveis foram aquelas estabelecidas com alguns profissionais estadunidenses – sobretudo por meio da University of Pennsylvania, onde se diplomou em 1911.

Se o ponto inicial de sua trajetória é a formação nos Estados Unidos, o ápice é identificado pela historiografia em 1947, ano da criação do curso de arquitetura do Mackenzie College e quando ele passa alguns meses, de 15 de março a 28 de agosto, como Prefeito da cidade de São Paulo. Nas décadas que separam esses dois momentos, Maria Ruth Amaral Sampaio enfatiza seu envolvimento com questões profissionais como a luta pela instituição do concurso de arquitetura para obras públicas, a defesa da autoria de projetos, a regulamentação da profissão e a anulação de decretos e atos que julgava serem prejudiciais aos arquitetos. A incorporação às suas bandeiras de questões relativas ao exercício profissional dos arquitetos diz respeito, também, a seu envolvimento na fundação do Instituto Paulista de Arquitetos (IPA), um dos órgãos de classe do período em São Paulo que tinha como missão “trabalhar, junto aos poderes públicos, no sentido de prestigiar e beneficiar o exercício da profissão”.¹⁷⁰

Sampaio foi uma das primeiras pesquisadoras a estudar a trajetória de Stockler e é autora do livro *Christiano Stockler das Neves, o Opositor do Futurismo em São Paulo* e de alguns artigos sobre o arquiteto, dentre os quais destaco o publicado na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) em 1995. Nele, ela caracteriza a polêmica atuação do arquiteto a partir de quatro aspectos: o culto pela beleza e pela tradição, a “influência” do modelo de ensino *Beaux-Arts* por meio de sua formação na University of Pennsylvania, a fundação do IPA (1929) e do curso de arquitetura do Mackenzie College (1947). Sua breve atuação como Prefeito também é destacada a partir da criação da Comissão Orientadora do Plano da Cidade e do Departamento de Arquitetura (subordinado à Secretaria de Obras), responsável por colaborar com a Comissão do Plano Diretor.

A *modernidade* do arquiteto estaria, então, tanto em seu uso “pioneiro” de estruturas de concreto armado quanto nas “três aversões” que caracterizavam seu pensamento: à standardização, ao abandono da tradição e ao culto ao modernismo com pretensões de originalidade. O arquiteto, destaca Sampaio, entrou “com um sem número de ações” na justiça em defesa de seus projetos e contra prêmios e pagamentos não recebidos. Essa “personalidade inflexível” e “caráter decidido”, por um lado, renderam-lhe muitas

¹⁷⁰ SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. Christiano Stockler das Neves: uma atuação polêmica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.39, 1995, p.181-196.

inimizades, mas, por outro, fizeram dele uma “das figuras mais polêmicas da arquitetura paulista”.¹⁷¹

Essa interpretação sobre a longa e complexa trajetória do arquiteto forjou seu lugar de polêmicas e posturas conservadoras, isolando-o de outras correntes e tomadas de posição do campo da arquitetura na primeira metade do século XX. Ao inserir Christiano Stockler das Neves nas tramas que compõem os debates sobre regulamentação profissional, busca-se não só mapear as polêmicas com as quais se envolveu – dissensos que tensionam o campo e as posições tomadas nele e em relação a ele –, mas escapar de interpretações reducionistas e estereotipadas que lhe atribuem rótulos simplistas, como “anti-modernista” e “eclétrico”. O exame de suas cartas e correspondências pessoais nos indicam como a partir de suas posições, por vezes inconciliáveis, ele participava e contribuía dos/nos debates continentais sobre o futuro da profissão. Mais do que isso, Stockler indica como essa elite profissional não era homogênea e explicita algumas fraturas desse movimento de valorização e legitimação do exercício da arquitetura no Brasil.

Esse conjunto documental composto por uma série de cartas é parte de uma grande doação da família Das Neves à biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP entre 1984 e 1986.¹⁷² Se, por um lado, eles confirmam as polêmicas sublinhadas por Sampaio e reafirmadas pela historiografia, por outro indicam um polemista perfeitamente integrado a seu campo e as questões e debates surgidos a partir dele, denunciando, inclusive, que o conservadorismo personificado na figura de Stockler era uma característica mais comum do que geralmente se gosta de admitir sobre o campo da arquitetura nas décadas de 1920 e 1930.

Em setembro de 1930 os estatutos da nova associação que pretendia representar a classe dos arquitetos em São Paulo foram publicados no Diário Oficial. Neles, é possível identificar os fins do Instituto Paulista de Arquitetos: “proporcionar aos arquitetos,

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² A doação aconteceu por intermédio do professor Carlos Lemos que, nos anos seguintes e junto a professora Marta Gronstein, coordenaram uma equipe de pesquisadores que organizaram, higienizaram e catalogaram esse material, compondo um conjunto de três fundos distintos: material iconográfico; bibliografia e “documentação paralela” –nomenclatura criada pela equipe da biblioteca da FAU/USP para se referir a todo o material textual ou impresso que não seja um livro. Por muitos anos o acervo manteve essa organização, priorizando os projetos que passaram a integrar o *Catálogo Digital de Projetos de Arquitetura da FAUUSP*, e encaminhando a maior parte do conjunto textual para um depósito subterrâneo. Desde 2013, contudo, a arquiteta Ana Paula Nascimento desenvolve sua pesquisa de pós-doutorado sobre a atuação de Samuel das Neves e tem organizado e catalogado esse acervo de maneira mais sistemática. O trabalho de Nascimento foi fundamental para que a documentação integral dos escritórios pudesse ser acessada. Um pouco da história do acervo e da maneira pela qual ele está sendo reorganizado foi parte de uma apresentação da pesquisadora no VIII Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp e publicado nos anais do evento. NASCIMENTO, Ana Paula. *Samuel das Neves: engenharia, urbanismo e periodismo*. SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA - UNICAMP, VIII, Campinas, 2016. Devo agradecer, ainda, a Gisele Ferreira de Brito, Chefe da Sessão Técnica de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAU/USP pela disponibilidade e valiosa ajuda no exame da documentação.

engenheiros, especializados em arquitetura e a qualquer pessoa que tenha demonstrado *mérito* em obra de real importância arquitetônica, os meios de coordenar os seus esforços na defesa dos ideais superiores de sua arte e dos interesses profissionais que exercem”.¹⁷³ Essa representação aconteceria por meio da administração de uma Diretoria, composta em seu primeiro ano por Bruno Simões Magro, como presidente, Francisco Prestes Maia, vice-presidente, Christiano Stockler das Neves, 1º Secretário, José Maria das Neves, 2º Secretário, Dácio de Moraes, 1º tesoureiro e Alcides Xande, como 2º tesoureiro. Além desses profissionais, Carlos Ekman, Francisco Kosuta, Edmundo Krug, Guilherme Winter e Adelardo Soares Caiuby respondiam pelo Conselho Deliberativo.¹⁷⁴

Os primeiros ofícios enviados pelo presidente indicam o esforço desse corpo administrativo em se inserir no meio profissional recém institucionalizado de São Paulo naquele momento. A notícia da fundação do IPA foi comunicada ao Instituto de Engenharia, do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, Instituto Central de Arquitetos e Clube de Engenharia, ambos do Rio de Janeiro, a órgãos da prefeitura, como a Secretaria de Viação e Obras Públicas, e ao próprio prefeito, além de se direcionar a revistas e jornais como o *Diário de São Paulo*, *Architectura e Construções* e *A Casa*.¹⁷⁵

O intuito de representar a classe profissional e valorizar a profissão de arquiteto indicados nos estatutos do IPA é expresso em seu envolvimento, desde a fundação, com a campanha por regulamentação profissional. Em 1930, cartas entre Krug e o Conselho Deliberativo já apontavam a necessidade de estudo do projeto de regulamentação profissional como prioridade na agenda do Instituto.¹⁷⁶ Em 15 de dezembro do mesmo ano Christiano Stockler das Neves escreveu ao presidente, Bruno Simões Magro, e apresentou um anteprojeto de lei a ser submetido ao estudo do Conselho. Na carta, Stockler chamava a atenção para como ele articulava publicamente o tema por meio de publicações em revistas especializadas.¹⁷⁷ No ano seguinte, o Conselho elegeu três sócios – Georg Przyrembel, Bruno

¹⁷³ *Diário Oficial*, 18 set. 1930.

¹⁷⁴ Em carta para Alexandre Albuquerque em 1931, Edmundo Krug lista os sócios do IPA, que somavam 72 membros. Ofício n.96, 22 mai. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP. Esses nomes estão elencados no Anexo 2 com destaque para os sócios fundadores e, quando possível, maiores informações sobre sua formação ou vinculação institucional.

¹⁷⁵ A revista *Architectura e Construções* foi fundada em 1929 e passou a ser o órgão oficial do Instituto Paulista de Arquitetos a partir de 1930. A revista *A Casa*, por sua vez, circulou de 1923 a 1945 com periodicidade mensal. Segundo Marize Malta, seu criador e primeiro editor foi M. Segadas Viana e tendo engenheiros civis, como Braz Jordão, em seu corpo de redatores. As mudanças do subtítulo da revista são significativas: inicialmente *Revista de Engenharia, Arquitetura e Arte Decorativa*, suprimiu-se a engenharia em 1931, tornando-se *Revista de Arquitetura e Arte Decorativa*, para reaparecer em 1934. Em 1937 aumentou-se seu escopo, *Arquitetura, urbanismo, engenharia e arte decorativa*, o que se intensificou no ano seguinte, *Revista de arquitetura e engenharia – urbanismo, arte decorativa, construções e topografia*. MALTA, Marize. A Casa e as múltiplas versões do moderno em revista. *Revista Territórios & Fronteiras*, v.9, n.2, jul.-dez. 2016, p. 217-238.

¹⁷⁶ Carta de 6 nov. 1930, Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁷⁷ Carta de 15 set. 1930. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

Simões Magro e Edmundo Krug – para compor a Comissão de estudo da regulamentação.¹⁷⁸ A escolha, porém, foi questionada por Krug em uma carta particular a Caiuby – sem indicar, entretanto, se escrevia para Adelardo ou Olavo – na qual mencionava seu entendimento junto com Bruno Simões Magro sobre a necessidade de se nomear uma comissão “bem maior, de primeiros sócios”, dada a importância da questão.

Nos anos seguintes, a diretoria do Instituto passou a convocar reuniões com pauta única: debater e tomar parte nas discussões sobre a regulamentação da profissão. Em 1932 os membros da diretoria e do Conselho Deliberativo foram convocados para uma reunião conjunta cujo principal assunto era a leitura do anteprojeto da Regulamentação enviado ao IPA para a crítica, “[...] matéria importantíssima para se preencher algumas horas de árdua discussão”.¹⁷⁹

Para se tornar membro do IPA era necessária a indicação de algum sócio. O candidato deveria, então, preencher a ficha de proposta de sócio com suas informações pessoais e responder a alguns campos: é diplomado? Qual o título? Há quanto tempo exerce a profissão? Pode apresentar provas de habitação? A partir desse primeiro registro, o Conselho Deliberativo emitiria um parecer e, em caso de aprovação, o candidato preencheria o formulário de admissão. Apesar de não ter tido acesso ao formulário em sua versão definitiva, há, na documentação de Stockler, um esboço de tal documento, com algumas intervenções feitas por ele que indicam pontos a serem reformulados.

Assim como na ficha de proposta, o formulário não pressupõe adesão apenas de diplomados, frisando que, no caso de candidatos engenheiros, eles deveriam declarar há “quanto tempo se dedicam à arquitetura”. Dentre os tipos profissionais reconhecidos pelo IPA em seu formulário estavam o “arquiteto prático”, devendo informar a quantos anos atua, e o “desenhista de arquitetura”, devendo informar onde trabalhou e apresentar “documentos comprobatórios”. Os candidatos eram requisitados a informar e comprovar a realização de estudos, secundários e aplicados a pintura, escultura ou artes decorativas, e comprovar se estavam “legalmente habilitados ao exercício da profissão” através de uma lista de documentos. O documento ainda indica que alunos do último ano de alguma escola oficial e reconhecida também poderiam se associar.

Do conjunto de cartas que versavam sobre a aceitação de sócios e a listagem dos mesmos, destaco uma correspondência do 1º Secretário, Edmundo Krug ao 1º Tesoureiro, Alcides Xandre, da administração de 1931 na qual há um balanço sobre as recentes admissões

¹⁷⁸ Carta de 3 jan. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁷⁹ Carta de 01 mar. 1932. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

e um relato sobre os problemas no controle das cobranças de mensalidades. Ao fim dos informes, Krug dá um parecer sobre alguns sócios convidados a se associar ao IPA que até então não haviam se manifestado e que foram riscados das listas: “Estes sócios devem, forçosamente, figurar nas listas dos associados, mesmo que não queiram fazer parte do IPA, pois mais tarde, desejando entrar em nosso círculo, devem topar dificuldades”. Ele ainda argumenta que isso não traria nenhum constrangimento, já que “uma pessoa pretendendo fazer parte de um núcleo tão importante, mas, em seguida, pensando de maneira diversa, não é bom companheiro”.¹⁸⁰

As relações entre o Instituto e o Estado são delineadas nessa documentação pelos ofícios enviados pelo 1º Secretário a órgãos como a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, oferecendo uma lista de profissionais associados que poderiam prestar serviços públicos especializados e técnicos quando solicitados como peritos.¹⁸¹ No ano de 1931, Bruno Magro escreveu ao Interventor de São Paulo com uma proposta de reconstrução econômica e financeira para o Estado, que passava pelo período pós-crise de 1929, “sem que sejam prejudicadas as obras públicas”.¹⁸² Ou seja, esses profissionais representavam o conhecimento técnico especializado capaz de auxiliar, quando não “guiar”, o poder público em seus projetos políticos. Não à toa, muitos dos membros do Instituto e de outras associações profissionais do período ocuparam cargos na política institucional, como é o caso de Luiz de Anhaia Mello, sócio fundador do IPA e que foi prefeito de São Paulo por dois breves, porém significativos, períodos – de dezembro de 1930 a julho de 1931 e novembro de 1931 a dezembro do mesmo ano.¹⁸³

Em 15 de janeiro de 1931, por meio do Ato nº58, o então prefeito da cidade de São Paulo, Luiz de Anhaia Mello, instituiu a censura estética dos edifícios. A norma partia do pressuposto de que o controle da arquitetura das cidades deveria ser parte essencial de um programa urbanístico, enfatizando a importância do ambiente na formação da “estrutura humana das cidades”. Ou seja, pretendia equiparar as exigências apreendidas como “técnicas”, expressas nos desejos de construções convenientes e “sólidas”, ao “apuro de

¹⁸⁰ Carta de 07 jan. 1930. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁸¹ Ofício nº666 de 3 fev. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁸² Carta de 18 fev. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁸³ Bresciani e Schicchi pontuam a enfática atuação na vida de pública de Anhaia Mello. As pesquisadoras apontam para uma convergência entre a longa e múltipla carreira na qual, apesar de ocupar cargos como o de deputado da Câmara Municipal, Secretário Estadual de Viação e fundador da Sociedade Amigos da Cidade, assentou-se em sua dedicação e empenho como professor da Escola Politécnica de São Paulo e, posteriormente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. No artigo, elas argumentam sobre como nesses diferentes espaços, Anhaia Mello difundia sua concepção de cidade e de urbanismo. BRESCIANI, Maria Stella M., SCHICCHI, Cristina. Luiz de Anhaia Mello: ensino, política e presença pública. *Revista Risco*, v.14, n.1, 2016.

desenho e de cor” visando um centro urbano mais atraente. A censura estética dos edifícios era entendida como parte do “poder da polícia do Estado”, tendo em vista que um edifício mal planejado e inadequado “deprecia a vizinhança e ofende o senso estético da população”.

Dessa maneira, a Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura deveria indicar um arquiteto para atuar como censor, a qual seriam submetidos os projetos de fachadas, tanto da edificação principal, quanto de seus acessórios. Seu Artigo 4º instituía uma Comissão Revisora composta por três arquitetos – um indicado pelo Prefeito, um pelo IPA e um pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia – que decidiriam em última instância as eventuais insatisfações e reclames relacionados à nova medida. Além do voto final, essa Comissão ainda estaria encarregada de organizar uma exposição anual de fachadas, podendo conceder prêmios aos arquitetos autores dos melhores projetos.

Em um artigo publicado em 2016, Maria Stella Bresciani e Maria Cristina Schicchi assinalam que já na década de 1920, como vereador do Partido Republicano Paulista, Anhaia Mello propunha modificações em determinadas leis relativas aos custos do calçamento, objeto de artigos publicados no ano de 1927. Nestes artigos a estética é abordada como item da desapropriação para fins de abrir novos traçados de vias públicas. As autoras, que se dedicam ao estudo da trajetória do profissional há algum tempo, sublinham como essa valorização e mobilização do elemento estético, levado ao ápice no Ato n.58, pretendia tornar o controle da arquitetura da cidade como parte essencial do controle urbanístico, pois “não se pode desconhecer a importância do ambiente na formação da estrutura urbana das cidades”.¹⁸⁴

As relações entre Anhaia Mello e as associações profissionais de arquitetos é anterior a sua rápida gestão como prefeito da cidade e da promulgação do Ato nº58 de 1931. Além de sócio fundador do IPA, enquanto Prefeito, trocou correspondências oficiais de seu gabinete com o Instituto, valorizando o movimento profissional expresso pela reunião e associação dos arquitetos dentro da instituição e se mostrando interessado nos serviços oferecidos por eles, “os quais saberá apreciar no estudo das altas questões da administração municipal da cidade de SP”.¹⁸⁵ Em uma carta de dezembro de 1930, Edmundo Krug informava a satisfação dos membros da associação em ver a nomeação de um “arquiteto para dirigir a prefeitura Municipal desta Capital”.¹⁸⁶ A distinção do prefeito-arquiteto não seria em vão, tendo em vista que o referido Ato da censura das fachadas frisava e destacava, como sublinhado anteriormente, a importância da atuação de tais profissionais em seus artigos.

¹⁸⁴ BRESCIANI, SCHICCHI. Op. Cit.

¹⁸⁵ Carta de 13 dez. 1930. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁸⁶ Carta de 20 dez. 1930. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

No ano seguinte, Anhaia Mello, em correspondência com o presidente do IPA, Bruno Simões Magro, solicita a indicação de um arquiteto do Instituto para integrar a Comissão Revisora instituída pelo Ato n.58, recém promulgado. Rapidamente, Krug enviou uma circular aos sócios e membros do Conselho Deliberativo do IPA informando sobre a solicitação do prefeito e sugerindo apresentar uma lista composta por doze sócios para ele “escolher aquele que mais lhe agradar”.¹⁸⁷ O que parecia um consenso, entretanto, foi tensionado por uma carta subsequente a essa circular de autoria de Christiano Stockler das Neves a Bruno Simões Magro, na qual sugere não só enviar ao prefeito congratulações pelo Ato 58 como sugerir que ele seja extensivo a todos os profissionais, “diplomados ou não”. Com isso, Stockler enfatizava que as “ofensas estéticas” eram provenientes de três principais causas: (i) a falta de conhecimento artístico do profissional; (ii) a exclusão da beleza, “condição primordial de toda obra de arte” e (iii) da ingenuidade artística dos *práticos*.¹⁸⁸

Pouco tempo depois, em 12 de fevereiro, Simões Magro informou ao Prefeito que Edmundo Krug iria compor a Comissão de Censura devido a sua eleição por uma Assembleia Geral Extraordinária do Instituto, realizada no dia anterior. Na carta, o presidente do IPA replicava exatamente os mesmos argumentos mobilizados por Stockler e reafirmava a necessidade de se estender a censura também para os profissionais diplomados.¹⁸⁹ A eleição de Krug para a Comissão, entretanto, gerou debates dentro do Instituto. Alguns membros questionaram a não nomeação de Stockler, ferrenho defensor da medida e autor dos argumentos favoráveis à sua extensão a toda a classe profissional. Stockler se manifestou sobre as críticas em uma carta endereçada a Krug, acusando-o de ter publicado partes da ata da assembleia do Instituto n° *O Estado de São Paulo* que “não reproduzem fielmente as declarações que fiz”. Ele declara ter pedido a não inclusão de seu nome na Comissão por uma “questão de lealdade profissional” derivada de suas posturas de combate pública à “arte futurista”. O ápice da revolta de Stockler, ao que parece, foi a caracterização dele como “intransigente no modo de pensar”, pedindo retificação da ata publicada.¹⁹⁰

Os debates dentro da instituição provocados pela medida de Anhaia Mello explicitaram alguns dissensos dessa parcela da classe profissional tradicionalmente interpretada a partir de categorias redutoras – como a ênfase no elemento artístico em detrimento da técnica e a rivalidade com o IE. O ápice desse caloroso debate foi a saída de Guilherme Winter, também sócio fundador do IPA, da associação. O engenheiro arquiteto

¹⁸⁷ Abaixo assinado de 23 jan. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁸⁸ Carta de 05 fev.1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁸⁹ Carta de 12 fev. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁹⁰ Carta de 18 fev. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

e civil escreveu a Stockler das Neves, interinamente presidente do Instituto, motivado por dois acontecimentos recentes: o edital do concurso de caricaturas publicado pelo IPA e o Ato n.58 de Anhaia Mello.¹⁹¹ Em ambas as medidas, Winter identificou “a mesma mentalidade que consiste no alheamento de si mesmo e conseqüente perda de personalidade”, sobretudo na decisão de estender aos diplomados a censura: “Até hoje não se sabe se na explosão de alegria é festejada a limitação da liberdade do arquiteto ou o seu nivelamento ao charlatão multiforme, ou se as duas coisas ao mesmo tempo”.

As críticas de Winter se justificam por sua defesa de um ambiente de liberdade que, segundo ele, não é só a “condição básica para todo o trabalho intelectual, mas o alicerce em que se funda toda a emotividade artística”. Ou seja, a essência da arte estaria atrelada a noção de liberdade, capaz de dotá-la de uma superioridade e nobreza. Qualquer tentativa de censura, nesse sentido, imputaria no “abaixamento que só tem similares nas épocas primitivas”. Por fim, por estar formalmente em desacordo com o que ele entendeu como um “reacionarismo” do IPA, o engenheiro arquiteto informa sua decisão irrevogável de retirar-se do Instituto.

O episódio da censura das fachadas explicitou divergências e, em certa medida, atesta o temperamento intransigente de Stockler. Alguns anos depois, em 1934, o arquiteto se posicionou novamente de maneira incisiva sobre um edital publicado no *Diário de São Paulo* naquele ano para um concurso no Paço Municipal de Santos. Sua posição, entretanto, não fora apoiada por seus consócios, o que o motivou a escrever uma carta endereçada a eles em 15 de junho na qual afirmava estar defendendo sua classe profissional: “Quem protesta defende um direito”.¹⁹²

Informou ter percebido em conversa com Olavo Caiuby e Bento Camargo Filho quão ingrata é a missão daqueles que procuram, “sincera e patrioticamente”, cooperar para o desenvolvimento e bem-estar do povo, devido a incompreensão de suas defesas e ideais por seus consócios. Camargo Filho, segundo ele, argumentou em defesa do concurso por ser um “raro proceder no governo atual”, fazendo referência ao caso do projeto do Palácio da Polícia, de autoria de Stockler, construído sem abertura de concurso, e insinuando não haver manifestação do Instituto justamente por isso.

Stockler, após se justificar sobre sua atuação no referido projeto a partir de relações de amizade com pessoas atuantes em altos cargos administrativos, defende-se afirmando não ter contrariado a ética profissional ao aceitar a incumbência: “Ninguém no Brasil, sem falsa modéstia, se tem batido com mais ardor e tenacidade para a elevação do nível da profissão

¹⁹¹ Desde 9 de junho de 1931 Bruno Magro se afastou do cargo de presidente do Instituto por motivos de saúde e Christiano Stockler das Neves assumira o posto.

¹⁹² Carta de 15 jun. 1934. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

do que o humilde signatário destas linhas. [...] Sou um cidadão independente que jamais desfrutou vantagens em qualquer situação política do Brasil e que, quer na vida profissional, quer na política, sempre assumiu atitude que não admitem qualquer dúvida sobre sua sinceridade”.¹⁹³

Apesar disso, é notável nesse conjunto documental a constância das articulações entre os membros do IPA e outras associações que se engajaram de diferentes maneiras na campanha por regulamentação, não restritas apenas aos seus companheiros diplomados, como os sócios do IE. Uma carta de 12 de outubro de 1931 de Ignácio Ferraro, Secretário do Centro dos Construtores de São Paulo, nesse sentido, se faz significativa. O Centro foi fundado em 1921, “época do início da luta”, e era composto por antigos construtores e profissionais que “fazem jus ao Art. 2022 de 1924”.¹⁹⁴

Ferraro denunciava os efeitos da “luta de classes” instituída entre engenheiros civis, arquitetos e construtores, “que tem os mesmos direitos a salvaguardar”, por medidas que visam “acobertar uns e aniquilar outros” – referindo-se especificamente aos debates sobre o Padrão Municipal no Rio de Janeiro que pretendia favorecer a atuação de engenheiros civis em detrimento as demais categoriais profissionais do mercado da construção, mas também, de maneira geral, às tentativas de se excluir os construtores do canteiro de obras.¹⁹⁵ Expressava o desejo de que todas as “sociedades congêneres” trabalhassem de maneira unida e solidária: “É nosso desejo ver, brevemente, os interessados que se dedicam à *arte de construir*, todos unidos na defesa dos interesses supremos da classe, no campo das realizações, e não em lutas prejudiciais aos nossos ideais”.¹⁹⁶

O papel ambíguo do IPA – colocando-se aberto a diferentes práticas arquitetônicas, mas frisando uma hierarquia na qual o arquiteto era colocado no topo do sistema de produção e controlava as demais atividades e profissionais – tornava seus debates um ponto

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Lei Estadual n. 2.022, promulgada em 1924, exigia o registro profissional junto à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas em dois casos distintos. O primeiro a partir dos “títulos acadêmicos”, concedido aos engenheiros, arquitetos e agrimensores diplomados pelas escolas e instituições oficiais; o segundo era concedido àqueles que exerciam a profissão por cinco anos ou mais, recebendo, nesse caso, o título de *licenciados* para a prática profissional. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Estado). Constituição (1924). Lei nº 2.022, de 27 de dezembro de 1924. Regulamenta o exercício da profissão de engenheiro architecto e agrimensor. *Lei N.2.022 - de 27 de Dezembro de 1924*. São Paulo, SP, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2022-27.12.1924.html>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

¹⁹⁵ O IPA se manifestou formalmente contra o Novo Código de Obras Municipais do Rio de Janeiro, proposta de Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, em outubro de 1931. O abaixo-assinado enviado pela Instituição se posicionava contra a exclusividade do engenheiro civil e seu monopólio em apresentar projetos e executar serviços de concreto armado, como previsto no Decreto: “Os arquitetos precederam aos engenheiros nas obras de arquitetura e são os verdadeiros homens do mister, porque são artistas e técnicos, enquanto os engenheiros são apenas técnicos”. Ofício n. 144 de 01 out. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁹⁶ Carta de 12 out. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

de convergência de diferentes manifestações acerca da regulamentação profissional. Os diálogos entre o Instituto e a categoria dos construtores não foi pontual. Em 1932 um memorial elaborado pelo referido Centro foi enviado ao IPA insistindo na necessidade de união entre as diferentes práticas profissionais:

sejam engenheiros civis ou arquitetos; com toda a bagagem escolar e prática; sejam arquitetos das Escolas de Belas Artes, gênios idealizadores, desprendidos, poéticos, verdadeiros criadores do “Bello”; sejam arquitetos práticos, mas que fizeram “juz” [...] na luta prática e que, até hoje, são (modéstia a parte) o maior fator construtivo de São Paulo [...], bem como “pedreiros inteligentes” (“no dizer do eminente Eng. Alexandre Albuquerque”).¹⁹⁷

Utilizam essa fala de Albuquerque para argumentar em favor de sua inteligência, defendendo não merecerem ser combatidos, mas sim ajudados: “[...] porque devemos convir de que será melhor ser servido por um ‘leigo inteligente’ do que um ‘diplomado leigo’ na matéria.”¹⁹⁸ A união desses diferentes segmentos de profissionais da construção civil se daria com sua sindicalização em entidades reconhecidas pelos poderes públicos, visando regulamentar e fiscalizar todos os gêneros de construções urbanas, suburbanas e rurais.

Após essas manifestações e apelos por solidariedade entre as três sociedades paulistas de representação profissional – IE, IPA e Centro de Construtores –, os Construtores ainda expõem as suas contribuições na matéria. De maneira geral, reforçam as disposições das leis de registro de São Paulo, sobretudo a de 1924, em termos de só permitir a profissionais registrados assumir a responsabilidades por obras, dando-lhe “amplos poderes”. Eles argumentam sobre os benefícios da medida para a própria municipalidade, que necessita de maior facilidade e rapidez na aprovação das plantas, evitando construções feitas sem plantas previamente aprovadas: “[...] hoje leva mais tempo para ser aprovada a planta do que para se fazer os serviços (...) ‘tempo é dinheiro’”. Concluem ressaltando a “necessidade de pedir um paradeiro eficaz para esta anormalidade”, que seria alcançado se a administração pública passasse a reconhecer e permitir a atuação dos “construtores dos Sindicatos” como fiscais e aprovadores, “que defenderão energicamente os interesses morais da classe e os pecuniários da Prefeitura”. Esse memorial e as estratégias mobilizadas pelos construtores indicam como os debates sobre regulamentação profissional extrapolavam os círculos de diplomados.

Da mesma maneira que o IPA era buscado para legitimar demandas profissionais de outras categorias, eles também se apoiavam em outras associações para negociar seus

¹⁹⁷ Memorial do Centro de Construtores de São Paulo ao Instituto Paulista de Arquitetos. 20 fev. 1932. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

¹⁹⁸ Idem.

interesses. Em 1932, o sócio Panelli Fiorello escrevia a Krug enviando um recorte de jornal sobre a conferência entre o Prefeito da cidade, Henrique Jorge Guedes, e o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Carlos de Souza Nazareth, sobre o Imposto de Indústria e Profissões. Ele sugeria que o Instituto protestasse contra a medida da Prefeitura de submeter os arquitetos à cobrança do referido imposto, tomando-se por base o desconto conseguido pela Associação de Comerciantes: “porque esta disposição não se aplica também aos comerciantes e outros contribuintes do mesmo imposto?”.¹⁹⁹

No período pós-regulamentação, o IPA se integrou e participou dos eventos promovidos pelo CONFEA, realizando Assembleia Extraordinárias para eleger representantes para votar nos membros do Conselho. Alcides Xande foi eleito por aclamação e unanimidade e empossado pelo presidente em exercício do Instituto, Christiano Stockler das Neves.²⁰⁰ No mesmo regime, em 1935 outra Assembleia fora convocada por Olavo Caiuby para eleição de um “deputado eleitor” para a escolha do “deputado classista na Assembleia Estadual”, que, novamente por unanimidade, fora escolhido Francisco Kosuta.²⁰¹ O apoio em “deputados classistas” é uma estratégia encontrada e incentivada nos Congressos de Conselheiros do CONFEA que aconteciam regularmente depois de 1934.

Stockler assumiu a presidência do IPA algumas vezes desde sua fundação. Logo nos primeiros anos de funcionamento do Instituto, em 1931, Bruno Magro se afastou por problemas de saúde e fez com que ele assumisse a posição de presidente entre maio e agosto. Nesse mesmo ano, ele propõe comemorar o 1º aniversário do IPA na sede do Instituto Histórico, e realizar uma conferência para mostrar ao público a necessidade do conselho do arquiteto, “a exemplo do que está fazendo os Estados Unidos, onde se iniciou uma forte propaganda em prol de nossa classe, fazendo-se cartazes de propaganda, etc.”.²⁰²

O vínculo de Stockler com instituições, escolas e profissionais estadunidenses foi explorado por Fernando Atique em sua tese. A difusão do mundo americano como modelo, referência ou mesmo recurso retórico acontece, segundo ele, desde o final do século XIX. A proliferação das “escolas americanas” no país é um dos efeitos destacados das missões protestantes que atuavam nesse sentido. Isso seria a *explicação*, segundo ele, para o grande número de brasileiros que rumaram para os EUA para obter o diploma, um “roteiro não europeu”, como era mais recorrente.²⁰³

¹⁹⁹ Carta de 18 fev. 1932. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

²⁰⁰ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do IPA. 05 fev. 1934. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

²⁰¹ Ata da Assembleia Geral Extraordinária do IPA. 13 ago. 1935. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

²⁰² Carta de 18 mai. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

²⁰³ ATIQUE, Fernando. *Arquitetando a "boa vizinhança": arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil - Estados Unidos 1876-1945*. São Paulo, SP: FAPESP: Pontes, 2010.

Esse tipo de formação, segundo Fernando Atique, conformou as práticas profissionais de Stockler, que frequentemente afirmava como era “horrivelmente difícil ser arquiteto neste país [Brasil], e eu penso que o mesmo ocorre em toda a América do Sul”. A implementação do curso de arquitetura do Mackenzie, em 1947, que teve o arquiteto como primeiro diretor, também é interpretada a partir da eleição de “moldes das universidades norte-americanas” e com base em aulas “tal qual são ministradas na Universidade da Pensilvânia”.²⁰⁴ As demonstrações de simpatia pelas iniciativas americanas foram expressadas em sua atuação dentro do IPA, que se empenhou em estabelecer relações diplomáticas e trocas intelectuais com instituições estadunidenses.

Em 1931 começam os diálogos entre o IPA e a União Pan-Americana por meio de cartas trocadas entre Krug e L. S. Rowe. O 1º Secretário apresenta o Instituto, fundado há pouco mais de um ano aqui na “Capital do importante Estado de São Paulo” e do qual fazem parte os “mais notáveis arquitetos brasileiros [...], muitos que estudaram nas mais cultas politécnicas americanas e europeias”. Ele manifestava o desejo de “cultivar transações intelectuais” com as instituições congêneres dos EUA e receber delas contribuições para a sua biblioteca. Segundo o brasileiro, o IPA planejava manter uma completa coleção de catálogos “sobre o assunto da profissão”, tarefa pela qual ele pedia ajuda a União.²⁰⁵

A União Pan-Americana encaminhou os pedidos a Carl Ziegler, arquiteto da Philadelphia, que, por sua vez, recorreu ao American Institute of Architects (AIA), pedindo que enviassem ao Brasil os *Year Books*, catálogos de exposições anuais apoiados pelo AIA e ilustrações dos melhores trabalhos. Ele argumenta ser possível aos membros do IPA por meio deles ter uma ideia abrangente do que os arquitetos dos EUA estariam fazendo, e como o trabalho era desenvolvido no país. O norte-americano elogiou a beleza do Brasil, demonstrando conhecer a capital do país quando participou como delegado do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em 1930 no Rio de Janeiro, e afirmou estar satisfeito em aproximar as relações entre os dois países.²⁰⁶ A transação efetivamente ocorre alguns meses depois, quando são enviados ao Brasil – tanto para o IPA, quanto para a Divisão de Arquitetura do IE, fundada em 1923 – quatro coleções de publicações: “Architecture”; “The American Architect”; “Pencil Points”; “The AIA: Proceedings and Annuary”.²⁰⁷

O interesse, portanto, era mútuo, como indica outra carta de L. S. Rowe a Krug de 1932 na qual o Diretor da União Pan-Americana solicitava o envio de informações que iriam

²⁰⁴ Idem, p.182.

²⁰⁵ Carta de 01 jun. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

²⁰⁶ Carta de 16 out. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

²⁰⁷ Carta de 17 nov. 1931. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

compor um diretório das principais academias, associações, etc., de natureza científica e cultural das Repúblicas Americanas, catalogando o maior número de informações sobre elas possível.²⁰⁸

Christiano Stockler das Neves, como atesta a historiografia, é ativo em incontáveis polêmicas. Entretanto, esse exercício de inseri-lo em uma rede de profissionais, tangenciando debates numerosos, indica como sua atuação extrapolava esse simples perfil de certo modo estereotipado. Situa-lo nessa rede e nesse debate viabiliza compreender mais amplamente algumas dinâmicas que o permitiam tomar posições em um terreno aberto e heterogêneo. Ao mesmo tempo, acompanhá-lo nessas dinâmicas também nos deixa indícios importantes para avançarmos no entendimento desse terreno, dessa diversidade.

2.4 *José Marianno Filho: um defensor desinteressado da cidade*

Assim, bastou que surgisse no Rio um defensor resoluto da arte neocolonial, dotado de vigorosa paixão aliada a um dinamismo sem precedentes e cuja fortuna pessoal lhe dava grandes meios de ação, para que o movimento neocolonial se espalhasse como rastilho de pólvora. Esse notável defensor chamava-se José Mariano Filho.

Yves Bruand, 1991²⁰⁹

Essa definição sobre o pernambucano José Marianno Carneiro da Cunha Filho (1881-1946) elaborada por Yves Bruand na década de 1980 foi consolidada e replicada pela historiografia e lhe garantiu um lugar específico na história da arquitetura no Brasil. Apesar de médico por formação, seu envolvimento nos debates sobre arte, arquitetura e urbanismo nas primeiras décadas do século XX o colocou em posição de destaque no campo, o qual sempre afirmou defender arduamente. Sua prática de publicar opiniões e controvérsias em diversos jornais de ampla circulação e revistas técnicas especializadas do Rio de Janeiro faz com que o mapeamento de seus textos seja uma tarefa árdua. Wilson Mingorance localizou 94 publicações – 11 textuais (livros) e 83 seriadas (jornais, revistas, etc.) entre os anos de 1911 e 1946.²¹⁰ Buscaremos, aqui, extrapolar a caracterização de paladino do neocolonial e

²⁰⁸ Carta de 08 jan. 1932. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

²⁰⁹ BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*, 1991 [1ª edição 1981], p.54-5.

²¹⁰ Agradeço a Fernando Atique que orientou esse trabalho de Iniciação Científica e, gentilmente, compartilhou comigo os resultados obtidos por Mingorance. Por meio dos dados levantados, é possível identificar uma intensa publicação de textos seriais no final da década de 1920 e de livros ao longo da década de 1940, o que assinala a estratégia de republicar suas polêmicas em coletâneas, reavivando-as e mantendo seu lugar de destaque no campo.

relacioná-lo com a campanha de regulamentação profissional e, de maneira mais ampla, com a defesa de uma tecnocracia.²¹¹

Paixão, dinamismo e uma fortuna pessoal que o fazia dispor de meios de ação – esses foram os atributos destacados por Bruand. A análise de alguns de seus textos reforça essa ideia de um polêmico apaixonado por suas verdades, mas também denuncia como Marianno Filho construía sua imagem e delineava seu legado. Em 1923, publicou na revista *Architectura no Brasil* “Os dez mandamentos do estilo neocolonial aos jovens arquitetos”. O texto, feito em forma de alegoria bíblica, elencava a verdade, a força, o espírito clássico, a cor, a sobriedade, a categoria, a nobreza, o conforto e o caráter e a nacionalidade como imperativos para a boa arquitetura tradicional que deveria ser adotada no Brasil.

Além das definições pragmáticas sobre a paleta de cores a ser seguida, os materiais e elementos a serem utilizados, Marianno Filho começava a delinear e defender um tipo profissional a ser seguido por aqueles que iniciavam suas carreiras. O arquiteto devidamente diplomado seria responsável por projetar o estilo que verdadeiramente representasse a nação a partir dos subsídios artísticos de sua formação, já que, para ele, deveria ser encarado como um artista.²¹²

Vinte anos depois, em 1943, um segundo conjunto de mandamentos, “O decálogo do arquiteto”, foi publicado em uma primeira obra que reunia artigos de sua autoria, *À margem do problema arquitetônico nacional*. O “decálogo”, se comparado ao manifesto anterior, era bem mais direto quanto às obrigações profissionais e as maneiras de tornar a prática arquitetônica um fator de engrandecimento nacional:

- I. Considera a arquitetura fator social do engrandecimento de sua pátria.
- II. Aproveita a lição do passado, porque ela é feita de experiência, mas não te escravizes a ele.
- III. Trabalha para que tua arquitetura adquira a necessária individualidade.
- IV. Considera o passado como ponto de referência para a obra do presente. Não copiar servilmente. Não criar o que está criado. Evoluir, dentro do espírito tradicional da raça.
- V. A verdadeira beleza de tua arquitetura está na proporção de suas massas, e na simplicidade de sua ornamentação.
- VI. Lembra-te de que tua arquitetura vive da mesma terra e do mesmo ar que respiras.

²¹¹ Uma boa análise sobre a campanha neocolonial empreendida por José Marianno Filho e de suas relações com Lucio Costa é feita por Caion Meneguello Natal. NATAL, Caion Meneguello. *Da casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)*. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280989>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

²¹² MARIANNO FILHO, José. “Os dez mandamentos do estilo neocolonial aos jovens arquitetos”. *Architectura no Brasil*, n.21, 21 jun. 1923.

- VII. Não te preocupes com o efeito decorativo ou ornamental da arquitetura. Fazendo-a útil, lógica e sincera, tu a farás eterna.
- VIII. Não recrimines o passado pelo que aparentemente deixou de fazer. Ele cumpriu honestamente sua missão. Procura hoje cumprir a tua.
- IX. Não transijas com a ignorância do público. Ensina-lhe antes a te ouvir os conselhos.
- X. Não te envergonhes de tua arquitetura materna. Defende-a, porque só ela se harmoniza com tua alma.²¹³

Os preceitos para a prática da arquitetura neocolonial serviam, portanto, de substrato para que ele delineasse a figura do arquiteto ideal, instrumento de construção social da pátria. É importante assinalar o papel do nacionalismo e da noção de raça nesse projeto profissional delineado por Marianno Filho, motivo de muitos artigos e críticas contra os profissionais estrangeiros que atuavam no país.²¹⁴

A inserção do médico no rol privilegiado de personalidades tidas como relevantes no campo artístico e cultural no Brasil das primeiras décadas do século XX, entretanto, não foi inaugurada por Bruand na década de 1990. Em 1927, o jornalista João Anyone Costa publicava *A inquietação das abelhas*, cujo subtítulo era “O que pensam e o que dizem os nossos pintores, escultores, arquitetos e gravadores sobre as artes plásticas no Brasil”. O livro é, na verdade, um compilado de entrevistas originalmente publicadas durante o ano de 1926 no periódico *O Jornal*, veículo em que José Marianno Filho também publicou muitos de seus textos.²¹⁵ Além dele, foram entrevistadas e exaltadas outras personalidades ligadas ao campo artístico carioca do período: Rodolpho e Henrique Bernardelli, o escultor Eduardo de Sá, os pintores Antonio Parreiras, Elyseo Visconti, Rodolpho Chamberland, Pedro Bruno, João Timotheo da Costa, Carlos Chamberland, Augusto Bracet, Helio Seelinger, Haydéa e Manoel Santiago, dentre outros. Dentre os arquitetos, Adolfo Morales de los Rios Filho, Nereu Sampaio, Edgar Vianna, Rafael Galvão e Nestor de Figueiredo.²¹⁶

²¹³ MARIANNO FILHO, José. *À margem do problema arquitetônico nacional*. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1943.

²¹⁴ Dentre os estrangeiros alvos das críticas nacionalistas de José Marianno Filho estão o ucraniano Gregori Warchavchik, quando convidado a integrar o corpo docente da Escola Nacional de Belas Artes; e os franceses Victor Dubugras, por seus projetos neocoloniais, e Alfred Agache, por suas propostas urbanas para a cidade do Rio de Janeiro.

²¹⁵ Segundo verbete elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV) *O Jornal* era um periódico diário fundado em 1919 por Renato de Toledo Lopes e comprado cinco anos depois por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, quando passou a integrar a rede dos Diários Associados. *O Jornal* circulou até abril de 1974. Verbetes disponíveis em: cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL,%20O.pdf. Acesso em: 19 mar. 2018

²¹⁶ Em *A inquietação das abelhas* Anyone Costa enfatiza o papel das artes como indicadores dos índices culturais de um povo: “um espelho que refletia a evolução da humanidade”. Com a obra, que pode ser encarada como um manifesto moderno, ele identifica personalidades que “lutam com a aspereza do meio e forçam, a golpes de talento, as portas da notoriedade”. “É a inquietação das abelhas”, argumentava Anyone Costa. VALLE, Arthur (org.). Anyone Costa: Trechos de “A inquietação das abelhas”, 1927. 19&20, Rio de Janeiro, v. III, n.

Dois aspectos da publicação devem ser destacados de antemão: a inserção de Marianno Filho como um dos representantes do debate arquitetônico, mesmo sendo, por formação, médico; e a dedicatória do livro feita por Angyone Costa: “À José Marianno Filho, Eurico Valle e Peregrino Junior”.²¹⁷ O laço entre os dois é reforçado na apresentação da obra com a exaltação do esteta de “brilhante mentalidade de intelectual e de artista, evocador inteligente da nossa arquitetura tradicional, de que ele soube fazer-se, com o ‘panache’ de um cavaleiro à antiga, o mais destemido lutador”.²¹⁸ Assim como as metáforas com referências medievais e cavaleirescas mobilizadas por Albuquerque, Angyone interpretava as polêmicas de Marianno Filho como batalhas travadas desinteressadamente por um nervoso defensor das artes tropicais:

Sr. José Marianno, com o seu estilo nervoso e tropical, no qual se sente um temperamento exuberante de vida, com exata e fascinante compreensão das coisas, vendo o mundo como Ruskin, pelo fenômeno cósmico, imperativo da beleza, define numa admirável síntese as ideias, até então confusas e baralhadas, correntes sobre o neo-colonial, ou estilo tradicionalista brasileiro, ou ainda estilo José Marianno, assentando, em definitivo, os cânones da arquitetura nacional.²¹⁹

O conteúdo da entrevista é voltado quase que integralmente à defesa da arquitetura tradicional e a elaboração de uma narrativa sobre sua evolução. Ele sublinha como a atuação do poder público interferiu nos caminhos arquitetônicos nacionais por meio de prefeitos que promulgavam medidas arquitetônicas e urbanas descabidas: “É como se um maluco prefixasse a um escultor o tamanho do polegar de suas estátuas.”. Para além de um manifesto neocolonial, o documento pode ser encarado como mais uma defesa do lugar de destaque e do monopólio que os arquitetos devidamente habilitados e registrados deveriam ter na gestão e na produção das cidades brasileiras: “Arquitetura, nós possuímos, e da melhor estirpe; quanto às possibilidades que ela pode oferecer à civilização brasileira, cumpre aos arquitetos demonstrá-las”.²²⁰

1, jan. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/artigos_ac.htm>. Acesso em: 19 mar. 2018

²¹⁷ Eurico de Freitas Valle era jornalista e professor, foi deputado estadual (1919), deputado federal (1921-1926) e senador (1926-1930) pelo estado do Pará, membro do Partido Republicano, e governou o Pará entre 1929 e 1930, conforme dados do Senado Federal. Peregrino Fagundes Junior, que também escrevia para *O Jornal* e em 1926 era estudante de medicina, foi médico, docente da Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, jornalista, contista e ensaísta, garantindo-lhe a entrada como membro da Academia Brasileira de Letras, em 1946, conforme dados da ABL.

²¹⁸ COSTA, Angyone, *A inquietação das abelhas*, 1927, p.23.

²¹⁹ Op. Cit., p. 22.

²²⁰ COSTA, Angyone, *A inquietação das abelhas*, 1927, p.298.

Como parte de suas estratégias era difundir suas pautas e posicionamentos, seus textos foram publicados em inúmeros veículos, tensionando os debates do campo da arquitetura na época. O pernambucano também se preocupou em registrar suas iniciativas e imprimir à sua trajetória o caráter épico do cavaleiro à moda antiga apontado por Angyone Costa. Ao menos dez publicações suas foram identificadas como coletâneas de textos previamente veiculados em periódicos e fazem parte de sua campanha arquitetônica e artística no Brasil.²²¹ Elas indicam uma intensa atividade editorial durante os primeiros anos da década de 1940, ao publicar estudos sobre questões que iam desde a arte brasileira até os “copiars do nordeste brasileiro”, passando por um ensaio pelo passeio público do Rio de Janeiro. Em 1943, duas grandes coletâneas foram publicadas: *À margem do problema arquitetônico nacional* e *Debates sobre estética e urbanismo*. No primeiro, além do já mencionado “decálogo do arquiteto”, havia textos que faziam uma defesa direta da arquitetura tradicional, enquanto o segundo, mais heterogêneo à primeira vista, é composto por 90 ensaios sobre temas variados.

O exemplar analisado de *Debates* fora doado pelo autor à Biblioteca do Clube de Engenharia no mesmo ano de sua publicação. Esse tipo de “fortuna pessoal” já destacada por Bruand, favorecendo-se de suas amizades e bons vínculos, permitia a ele cultivar relações não só com a elite artística carioca do período, como destacado pela historiografia, mas também com engenheiros, industriais e políticos, parte deles reunidos no Clube. O autor não indica a data ou veículo da publicação original dos artigos reunidos, com algumas exceções. O conjunto de reflexões se apresenta, no final da leitura da obra, como um argumento, de forma que a ausência das datas originais pode ser interpretada como um manifesto de atualidade das posições tomadas através dele.

As referências diretas a políticos e personalidades artísticas e do campo da arquitetura da época também devem ser consideradas. Por meio delas, é possível levantar hipóteses sobre o ano em que foram escritos os textos, além de indicarem o público a quem direcionava a obra. Seus pares – e dentre eles, aliados e muitos adversários – participavam com ele dos jogos por meio dos quais se forjava e consolidava o campo profissional da arquitetura e do urbanismo nas décadas de 1920 e 1930. Justamente por isso, o exercício feito aqui pretende

²²¹ No frontispício de *Debates sobre estética e urbanismo* há uma listagem dos livros publicados por José Marianno Filho: Ensaio sobre as Melipônidas do Brasil; Urbanite aguda; Aspectos do problema florestal brasileiro; O problema florestal de Petrópolis; Arquitetura Mesológica; Estudos de Arte Brasileira (1942); Acerca dos Copiars do Nordeste Brasileiro (1942); Os Três Chafarizes do Mestre Valetim (1943); Influência Muçulmanas na Arquitetura tradicional brasileira (1943); O Passeio Público do Rio de Janeiro (1943); À margem do Problema Arquitetônico Nacional (1943) e Debates sobre estética e urbanismo (1944) – este, apesar de estar indicado como de 1944, está datado de 1943 no exemplar analisado. Além deles, ainda estaria “a aparecer” os seguintes títulos: O Aleijadinho e sua arte; Habitações Ameríndias Brasileiras e suas expressões espúrias; Ornamentação e Mobiliário do estilo D. João V; Acerca do Mobiliário Manuelino; História da Arquitetura Brasileira; A obra sacra de Mestre Valetim; A Arte Negra no Brasil.

ir além das versões anti-modernistas da historiografia, que tomam Marianno Filho como antagonista de Lúcio Costa e opositor de seu projeto vencedor de representar a nação por meio da arquitetura. Suas polêmicas, defesas e ataques são relacionados a eleição de um tipo específico de prática profissional. Dessa forma, não era apenas por um estilo ou “moda” que José Marianno Filho gastava tinta e seu vocabulário impiedoso, ele defendia o que considerava ser a “verdadeira profissão de arquiteto” e seu papel de destaque na sociedade.

A sucinta apresentação de *Debates* indica que essa reunião de artigos referentes a assuntos urbanísticos e de crítica seria a continuação de *À margem do problema arquitetônico nacional*. Ele manifesta de maneira mais incisiva sua preocupação com o rumo das cidades brasileiras, de maneira geral e, em particular, do Rio de Janeiro no período posterior aos planos e projetos do urbanista francês Alfredo Agache²²²:

Os trabalhos da Missão Agache [...] estão servindo de material para piqueniques urbanísticos de pessoa da confiança imediata dos Prefeitos. A cidade que por ironia os cançonetistas chamam ‘maravilhosa’, não possui meios de defesa contra o flagelo das inundações, nem jardins ou parques em relação à sua área habitável [...]. A arquitetura se *abastardon*.²²³

Tomado pela retórica da perda ele decide, então, publicar suas reflexões críticas para que, ao menos, se saiba um dia que um “amigo da Cidade se expôs à ira dos Prefeitos prepotentes e arrogantes criticando-lhes os erros clamorosos, na época em que eles podiam ser evitados”.

O plano, segundo ele, não levava em conta a arquitetura e o problema dela decorrente, insistindo, assim como faziam as normas públicas, em não reconhecer e definir a posição que o “verdadeiro arquiteto” deveria assumir diante dos grandes problemas urbanos que iria encontrar

Se realmente o urbanista Agache considera que só o arquiteto legalmente habilitado, possuidor da instrução científica e de cultura artística, deve executar a parte arquitetônica de seu projeto, porque não sugeriu, como todos nós prevíamos, o regulamento da profissão do arquiteto e, paralelamente, a do engenheiro civil e do mestre de obras, de modo a estabelecer um *modus vivendi* entre essa gente?²²⁴

²²² Alfred Agache, arquiteto francês diplomado pela École de Beaux-Arts de Paris em 1905, veio para o Brasil em 1927 para realizar um ciclo de conferências no Rio de Janeiro sobre urbanismo e, no ano seguinte, fora contratado pelo prefeito Antonio Prado Junior a elaborar o plano urbanístico da cidade, como exposto a seguir.

²²³ MARIANNO FILHO, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943, p.3.

²²⁴ Op. Cit., p.131.

Marianno entende ser a questão da regulamentação das profissões tão urgente que chega a ser o cerne do projeto de urbanização, podendo colocar em xeque o êxito do Plano. Se na campanha neocolonial a ferrenha oposição ao que ele chamava, à semelhança de Stockler, “estilo futurista” monopolizou os debates e a historiografia, a apreensão das posições tomadas nos artigos reunidos em *Debates* nos indica novas problemáticas e defesas que iam bem além de uma “querela de estilos”.

O argumento formulado por meio da miscelânea de textos de diversas temporalidades é a defesa da tutela dos arquitetos sobre os problemas enfrentados pelas cidades no Brasil. Seu fundo comum de referências continuava a ser a relação, para ele fundamental e inescapável, entre arquitetura, raça e nação. Ao comentar sobre a “balbúrdia arquitetônica” do Rio de Janeiro, ele explicita um duplo posicionamento: contra os engenheiros civis e contra os estrangeiros que pretendem praticar arquitetura no Brasil.

É a natureza do local, a sua perspectiva, o seu pitoresco, a sua relação com os edifícios, que devem impor, ou melhor, sugerir ao *arquiteto* a forma arquitetônica mais conveniente. Essa obra de aproximação inteligente entre a arte e a natureza [...] não é coisa fácil, nem está ao alcance da engenharia civil.²²⁵

O texto em questão ainda critica as propostas do prefeito Alaor Prata de censurar as fachadas – tal qual implementado em São Paulo por Anhaia Mello, com forte apoio de Christiano Stockler das Neves, como já exposto. Essa referência nos faz levantar a hipótese de que ele fora escrito em meados da década de 1920, pois a gestão de Prata na prefeitura da capital fluminense fora de 1922 a 1926, imediatamente anterior às investidas de Agache, que oficialmente ganhariam espaço na gestão de Antonio Prado Junior, de 1926 a 1930.

Podemos dividir esses textos em alguns grupos de acordo com o direcionamento das críticas de José Marianno Filho. *Grosso modo*, identificamos como alvos de suas críticas o poder público, representado pela municipalidade, pelo prefeito ou mesmo por órgãos e seções a ele subordinados (como a Diretoria de Obras do Rio de Janeiro); o Instituto Central dos Arquitetos e a Escola Nacional de Belas Artes. Por vezes, o artigo apresentava as múltiplas problemáticas a serem enfrentadas nas cidades do país, abarcando mais de uma dessas categorias, como é o caso de *A cidade da Mãe Joana*. Nele, a partir de uma perspectiva histórica, Marianno Filho critica o desenvolvimento e evolução urbanística do Rio de Janeiro desde os tempos de Mem de Sá até Rodrigues Alves e argumenta que ela “cresceu ao léo da sorte, como que à margem das leis que os homens costumam impor aos mais elementares

²²⁵ MARIANNO FILHO, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943, p.8.

núcleos de habitação humana”. Essa situação era entendida como resultante das dinâmicas do campo profissional da arquitetura, pois a arquitetura tradicional foi propositalmente afastada pelos engenheiros e Mestres de obras que monopolizaram a construção de novos edifícios na ausência de arquitetos capazes: “A *estética da cidade* continuou à mercê da incapacidade jactanciosa dos falsos arquitetos.”²²⁶

Portanto, para ele, o urbanismo, apesar de ser encarado como “obra coletiva”, não poderia ser pensado de maneira alheia às questões estéticas e, por isso, à atividade dos arquitetos. “C’est bien dommage. Mais vous n’avez pas d’architectes”, afirma Marianno Filho a partir de uma fala de Joseph-Antoine Bouvard em sua visita a cidade. É interessante notar como o juízo de Marianno sobre os estrangeiros era parcial. Ao encontrar na frase de Bouvard um apoio aos seus argumentos, ele parece relevar sua nacionalidade – coincidentemente a mesma de Agache.²²⁷

Para além da crítica, esses textos ainda nos indicam como ele construía sua própria imagem, apoiado, assim como demonstrado nos demais “arautos” trabalhados no presente capítulo, na criação de uma mitologia capaz de convertê-lo em um grande mártir na luta pelo campo da arquitetura e pelos interesses profissionais. Ao comemorar *Uma vitória do bom senso*, texto publicado originalmente em 1936 no *Diário de Notícias*, indica a importância atribuída por ele mesmo a sua campanha e suas iniciativas, falando especificamente de sua manifestação contra a escolha do local destinado ao futuro Ministério da Fazenda: “Não quero ter a petulância de acreditar que o meu artigo [...] tenha tido o prestígio de dar violenta *marche-enarrière* à ideia então vencedora”.²²⁸ Apesar da humildade retórica, atribui à sabedoria do Ministro da Fazenda, que dispôs de “cinco minutos para cotejar as minhas razões com a dos funcionários da fazenda”, o protagonismo na resolução da questão. Ao narrar tal episódio fica clara a maneira pela qual entendia sua própria atuação:

O que me interessa [...] que sou um simples defensor desinteressado da cidade, é que ela não seja estupidamente sacrificada aos interesses dos particulares ou dos próprios poderes oficiais (o que é frequente) tão desorientados no que respeita à causa urbanística quanto aqueles²²⁹

²²⁶ Op. Cit., p.5.

²²⁷ “É uma pena. Mas vocês não possuem arquitetos”, tradução livre. Joseph-Antoine Bouvard (1840-1920) foi um arquiteto francês que veio para o Brasil em 1911 e prestou serviços nas esferas públicas e privadas, com destaque para a elaboração do Plano Bouvard para a Prefeitura de São Paulo em meio ao intenso debate sobre as várias propostas para os *melhoramentos* do espaço urbano central da capital paulista. Um extenso e completo estudo sobre os desdobramentos da vinda e atuação de Bouvard no Brasil é feito por Roseli D’Elboux em sua tese de 2015. D’ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Joseph-Antoine Bouvard no Brasil. Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas*. São Paulo. Tese (Doutorado) – FAUUSP, 2015.

²²⁸ Op. Cit., p.37.

²²⁹ Idem.

Marianno Filho mobilizava retoricamente aspectos de sua trajetória – sobretudo sua formação, alheia ao campo da arquitetura e do urbanismo – em prol de garantir um lugar de legitimidade crítica tanto em relação aos profissionais, quanto em relação ao Estado. As denúncias das irresponsabilidades dos “poderes oficiais”, responsáveis pelo mau exercício da arquitetura no país, partem de seu suposto desinteresse e dão força ao argumento por trás da coleção dos textos do autor, que afirma por diversas vezes que a cidade cresce à mercê da sorte. Em *O contágio dos maus exemplos*, publicado em 1935 em *O Jornal*, ele explicita que o problema urbanístico é, na verdade, um problema profissional expresso pela municipalidade ao confiar o projeto de edifícios públicos a “pessoa estranha ao quadro profissional da arquitetura” e sem a abertura do processo de concorrência. O caso é mobilizado para argumentar que essa é uma prática endêmica, “visceralmente arraigada nos nossos velhos hábitos políticos”, e de que já fizeram o uso uma longa lista de ex-prefeitos da cidade do Rio de Janeiro. Também criticava os ministros, cujo mau gosto seria responsável por acabar com o dinheiro da Nação.²³⁰

Segundo ele, os prefeitos deveriam possuir “mentalidade urbanística”, ou seja, compreender a razão de ser dos postulados urbanísticos em prol da melhoria das condições de vida das cidades.²³¹ Em outros textos, Marianno Filho apura sua análise sobre os políticos, afirmando que eles “preferem errar com alvar ignorância a ouvir conselhos dos que tem a infelicidade de saber mais do que eles”

O que eu acho ridículo é um prefeito dar regras e intervir em assuntos que lhe são estranhos só pela vaidade de fazer prevalecer sua desastrada vontade. Dos homens de estado brasileiros, nós não podemos exigir que sejam versados em urbanismo. Mas não seria descabido exigir que eles tenham o bom senso de não intervir em assuntos que requerem conhecimentos especializados. É uma questão de disciplina mental.²³²

Como não era possível exigir que tivessem os conhecimentos necessário à gestão das cidades, adquiridos por meio das escolas oficiais de arquitetura, os prefeitos deveriam compor e consultar um corpo técnico especializado que pudesse ditar as posturas mais convenientes e

²³⁰ MARIANNO FILHO, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943, p.99. A crítica aos ministros e sua total liberdade para agir de maneira irresponsável é reiterada em outros artigos, como em *Anarquia urbanística*, publicado no mesmo ano de 1935, no qual ele afirma que “Cada ministro supõe, do alto de sua sabedoria pedante, capaz de intervir nas questões de arquitetura. Quando se trata de construir um edifício público federal, eles marcam com a ponta da bengala o sítio que supõe adequado ao *emplacement* da construção”. *Anarquia urbanística*, O Jornal, Rio de Janeiro, 1935.

²³¹ Mentalidade urbanística, in MARIANNO FILHO, Op. Cit., p.52.

²³² Um belo exemplo, in Op. Cit., p.54.

soluções. Nessa argumentação, reitera-se o papel específico e técnico imaginado para esses profissionais em sua tutela da cidade.

Uma síntese da maneira como se articulavam regulamentação profissional e gestão política dos problemas urbanos foi publicada em setembro de 1932 em *O Jornal* com o título de *O papel do arquiteto*. Novamente, denuncia o desinteresse com que os poderes públicos tratam a “causa do arquiteto”, expressão da mentalidade errônea que o povo formou acerca do seu papel social. Os arquitetos devidamente habilitados, registrados e regulamentados seriam a quem cabe *privativamente* o exercício da profissão: “Enquanto os poderes públicos menosprezarem acintosamente como estão fazendo os direitos dos arquitetos, a causa da arquitetura não sairá das mãos dos construtores e pseudo-arquitetos que não possuem oficialmente idoneidade para a prática da arquitetura”.²³³ Para Marianno Filho, a construção de um edifício público deveria propiciar uma demonstração de força e capacidade dos arquitetos brasileiros. Com isso, além de expressarem uma postura coerente frente a manutenção das escolas de arquitetura, os prefeitos e a União ainda serviriam de exemplo “para ser ouvido e acatado pela arraia miúda, que se aproveita desses deslizes para argumentar contra os arquitetos”. A valorização do profissional corresponde, novamente, à valorização das capacidades produtivas e culturais da nação.

O convite do então Ministro Gustavo Capanema ao italiano Marcello Piacentini para o projeto da nova Cidade Universitária, em meados de 1935, reanimou as polêmicas sobre a não valorização por parte do poder público do arquiteto brasileiro. Essa posição não era inesperada segundo Marianno Filho, o imprevisto estava na postura do Instituto Central dos Arquitetos, que naquele ano passaria a ser denominado Instituto de Arquitetos do Brasil, associação de classe fundada com o objetivo de defender os interesses de seus associados, mas que, como ele acusava, por meio de um advogado, argumentou favoravelmente à contratação do estrangeiro, causando prejuízos aos artistas nacionais.²³⁴ O que o Instituto fazia, portanto, não era representar os interesses da classe, era praticar autofagia:

Contam os caboclos de minha terra que a jararaca, depois de despejar os filhos pelo caminho, volta imediatamente, logo depois de terminada a

²³³ MARIANNO FILHO, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943, p.101.

²³⁴ A década de 1920 no Rio de Janeiro foi marcada por mudanças, dissidências e rearranjos nas poucas associações profissionais de arquitetos que existiam. Em 1921 foi fundado o Instituto Brasileiro de Arquitetos, que pretendia ser o órgão de representação máxima dos arquitetos no Brasil. No ano seguinte um grupo de profissionais dissidentes do Instituto, dentre eles José Marianno Filho, formaram a Sociedade Central dos Arquitetos. Entretanto, em 1924, as duas entidades voltam a se unir no Instituto Central de Arquitetos, a quem suas críticas publicadas na obra de 1943 eram dirigidas. Finalmente, em 1935, em decorrência das mudanças relativas ao ensino da arquitetura (expressas pela reforma de Lúcio Costa na Escola Nacional de Belas Artes) e a própria regulamentação profissional, o instituto muda de nome para Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), que continua ativo até os dias de hoje.

tarafa, e devora carinhosamente os que encontra no caminho. O amor de jararaca que o Instituto de Arquitetos dedica a seus filhos ilustres é mais cruel, todavia, do que o amor ofídico da cobra verdadeira. O ofídio engole o filho no silêncio da mata; o Instituto desmoraliza o filho publicamente, confessando-lhe sem reboços a incapacidade formal.²³⁵

A prática antropofágica, apesar de não atingir a ele, era sentida como um golpe em seu histórico de lutas e defesa da profissão de arquiteto. Por isso mesmo, mais de uma vez afirmou não se sentir feliz com o papel profético que suas críticas assumiam:

Se eu fosse tão bobo quanto os meus impotentes inimigos, estaria hoje a blasonar importância pela vitória da causa justa que defendi. Qual nada! No fundo eu estou profundamente penalizado com o triste papel que o Instituto representou. A minha vitória é uma tristeza...²³⁶

Sobre suas derrotas, contudo, ocupa um lugar de destaque a campanha empreendida contra Lucio Costa desde sua adesão ao modernismo em detrimento ao neocolonial e ao assumir o cargo de diretor da Escola Nacional de Belas Artes e começou a reformar seu ensino em 1930. O “esnobismo artístico” do jovem diretor foi ressaltado em inúmeros artigos em ataques ao “vira-casaca”, como ele mesmo se referia. Marianno, entretanto, direciona a culpa pelos descaminhos da escola para as autoridades públicas, mais especificamente para o então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos: “Se faltar ao arquiteto Lucio Costa a cortina de proteção do poder oficial, atrás do qual se distrai a fazer inofensivas caretas aos seus adversários, ele se esparramará no chão, com toda a sua indigesta cultura futurista”.²³⁷

A ausência de proteção do poder oficial permitia o movimento de “desnacionalização da arte brasileira” promovido por seu ex-discípulo. Para Marianno Filho, o jovem diretor não estaria promovendo uma ruptura dentro da instituição de ensino com as reformas realizadas, mas tornando agudo o processo de desnacionalização existente desde sua fundação calcada pelos parâmetros franceses: “de ‘nacional’ lhe ficou, por irrisão, apenas o título [...]. Trocamos o vatapá pelo *foie-gras*”.²³⁸ Ele propõe, então, ou a mudança de nome da instituição para Escola Francesa de Belas Artes ou sua completa reorientação.

²³⁵ Autofagia, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro: ago.1935, in MARIANNO FILHO, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943, p.132.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Snobismo artístico, in MARIANNO FILHO, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943, p.144.

²³⁸ A nacionalização da arte brasileira, in Op. Cit., p.149.

As relações entre Marianno Filho, Lucio Costa e a ENBA são, como argumenta Maria Lucia Bressan Pinheiro, um dos grandes marcos da história da arquitetura no Brasil.²³⁹ A hegemonia modernista que persiste e serve como base para a maioria dos estudos sobre o período, entretanto, aprisiona a trajetória de José Marianno Filho a esse lugar de opositor e combatente de um estilo que, por fim, venceria a disputa por representar a nação.

A trajetória do pernambucano, para ela, se confunde com alguns aspectos da institucionalização da disciplina no período, colocando a pauta da arquitetura brasileira na ordem do dia. Um dos efeitos de sua campanha neocolonial foi a inserção da arquitetura colonial e brasileira nos estudos das escolas de arquitetura e, conseqüentemente, o início do processo de documentação da mesma.²⁴⁰ Dentre as iniciativas para alcançar esse grande objetivo estão as viagens patrocinadas por ele, a partir de um sistema de concessão de bolsas, a Ouro Preto e a outras “cidades históricas” mineiras. Ela chama a atenção para como essa prática ocorria institucionalmente, por meio de seu lugar como presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes.²⁴¹

Antes de Lucio Costa, o próprio Marianno Filho fora diretor da escola, em 1926, a partir de uma nomeação do Ministro da Justiça, Vianna do Castelo. Para Bressan, isso evidencia o prestígio de José Marianno entre as elites dirigentes do país, apesar de destacar que sua passagem pelo cargo foi mais rápida do que a historiografia faz crer: de 21 de maio de 1926 a 12 de maio de 1927. As relações tensas entre Marianno Filho e a Congregação da Escola, como atestado por alguns textos aqui analisados, são tomadas por ela para argumentar sobre como ele era um “elemento estranho ao corpo docente da instituição”.²⁴² Isso nos indica os limites de seus privilégios como médico de defesas desinteressadas sobre o campo da arquitetura. Na dimensão retórica, esse aspecto lhe favorecia e o permitia tecer

²³⁹ Entretanto, ela aponta para como a indicação de Costa para a direção da Escola por Francisco Campos ainda carece de mais estudos. A própria documentação relativa a essa passagem é escassa e totalmente parcial, sendo, em sua maioria, os escritos de Marianno Filho narrando esse episódio – elaborados a partir de uma campanha massiva de desmoralização e ataque ao ex-discípulo. PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp: Fapesp. 2011, p.176.

²⁴⁰ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp: Fapesp. 2011.

²⁴¹ É importante lembrar que Alexandre Albuquerque também levava seus alunos da Escola Politécnica de São Paulo para visitar essas cidades mineiras, percurso que pode ser identificado como inescapável para a formação dos arquitetos do período. Caion Natal pesquisou a construção desse caráter histórico de algumas cidades de Minas Gerais e como esse discurso era comum, no século XX, tanto aos adeptos do neocolonial como aos do modernismo. NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279438>>. Acesso em: 5 jan. 2018. NATAL, Caion Meneguello. *Da casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)*. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280989>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

²⁴² Op. Cit., p. 174.

críticas de maneira vertical e desvinculada, em termos práticos, os argumentos de Bressan nos fazem levantar a hipótese de que não ter uma formação na área atravancava seus projetos e proposições.

A ânsia de Marianno por identificar e expor os responsáveis pelo “lastimável cenário arquitetônico e urbanístico carioca”, como admitido na apresentação da obra, acaba por poupar os arquitetos brasileiros devido à falta de proteção legal para seu exercício por parte do poder público. Em um par de artigos republicados em 1943 ele denuncia e se posiciona diretamente em relação ao ensino artístico no Brasil, de modo geral, e a ENBA, em particular. Os arquitetos, em meio ao cenário da época, seriam apenas bodes expiatórios dos “desvarios cometidos pelos não-preparados e intrusos”, que, se intitulando arquitetos, exercem, impunemente, uma profissão cujo exercício não se habilitaram pelos meios legais”.²⁴³

Ou seja, mais do que a condenação da pobreza artística em matérias de formação nacional e cultura do povo, ele fazia a defesa pelo monopólio do mercado de trabalho pelos arquitetos legalmente habilitados, que eram definidos como intrusos em sua própria profissão: “[...] enquanto as leis não reparam a injustiça de que são vítimas, sejamos pelo menos prudentes na crítica que costumamos fazer à arquitetura teratológica que envergonha a cidade. Os arquitetos nada tem a ver com ela”.²⁴⁴ A arquitetura deveria, em todos os casos, ser praticada de acordo com as bases legais estabelecidas pelos órgãos de representação, incluindo as concorrências públicas de projetos, para todos os tipos de edificação: “Todo edifício público deve ser obra de arte: e o arquiteto legalmente habilitado é a única pessoa idônea para executá-lo”.²⁴⁵ Somente dessa maneira ele poderia ser um eficiente instrumento para, por meio de seus projetos, arquitetar a nação.

As trajetórias dos quatro arautos da tecnocracia reunidos no presente capítulo indicam, a despeito das singularidades, o compartilhamento de um fundo comum de referências, cronologias, pressupostos e horizontes políticos no que tocava seus projetos profissionais. Apesar de estarem vinculados a diferentes instituições e atuarem em diferentes localidades, é possível identificar a existência de uma rede a partir da qual era possível ocorrer,

²⁴³ Educação artística, in MARIANNO FILHO, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943, p.114.

²⁴⁴ Idem. Um artigo semelhante foi publicado junto a esse, no qual ele enfatizava essa falta de educação artística afirmando que o ensino deveria ser estendido ao grosso da população, “atingindo todas as classes sociais, mesmo aquelas que arrogantemente se julgam capazes de deliberar com segurança sobre matéria de arte”. Dentre as pessoas mais necessitadas desse tipo de educação, segundo ele, estariam os homens públicos. Falta de educação artística, in Op. Cit., p.122.

²⁴⁵ Idem.

por exemplo, a troca de correspondências entre Christiano Stockler das Neves e Alexandre Albuquerque e a tumultuada amizade entre Marianno Filho e Adolfo Morales de los Rios (pai).

A realização do I Congresso de Habitação pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, em 1931, é mais um episódio que reforça a existência desse fundo comum. Durante o evento, que tinha como um dos organizadores Alexandre Albuquerque e como uma das bandeiras a implementação de habitações *modernas* e higiênicas, José Marianno Filho realizou uma palestra intitulada “A arquitetura mesológica”. Mais do que oposições em relação aos estilos a serem adotados, esses diferentes posicionamentos indicam as disputas, nessas décadas, em torno da construção de significados e justificativas políticas, sociais e culturais para a prática arquitetônica.²⁴⁶

Um dos artigos publicados em *Debates sobre estética e urbanismo* é intitulado “À beira do túmulo de Morales de los Rios”, escrito, provavelmente, em meados de 1928, quando o arquiteto morreu. Nele, Marianno Filho aponta como essas relações entre membros de um mesmo campo profissional podem nos indicar tomadas de posição em momentos de disputa e embate. Em um tom reconciliador, ele relembra do período em que ambos brigaram:

Um incidente deplorável, no qual ambos nós nos excedemos em linguagem, separou-nos durante alguns meses. A esse tempo, a Sociedade Central dos Arquitetos, alcançada por sério dissídio entre os sócios, cindese, ficando parte comigo e parte sob o pálido de outra bandeira. Como era de se esperar num meio acanhado e mesquinho como o nosso, onde as competições pessoais avassalam os intrigantes e os pobres de espírito. Veio a luta ao seio da classe dos arquitetos. Foi quando eu me entreguei, de corpo e alma, ao apaziguamento da querela. Ao saber do meu empenho em prol do *congruamento da classe*, vieste, de braços abertos, ao meu encontro e, colaborando estreitamente comigo, ninguém te excedeu no correr das negociações, que foram longas e penosas, em nobre desprendimento.²⁴⁷

A personificação dos órgãos profissionais somada à construção de mitologias em torno de trajetórias eleitas exemplares indicam estratégias de persuasão e convencimento. Não à toa, esses profissionais elaboravam narrativas épicas de batalhas travadas contra os poderes públicos, os engenheiros civis, os mestres de obras ou até mesmo outros arquitetos. Entre essa posição de cavaleiros e arautos, essas mitologias foram usadas para fabricar

²⁴⁶ CORREIA, Telma de Barros. Arquitetura e ambiente: a noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP*, v. 16 N25, p. 134-150, 2009.

²⁴⁷ MARIANNO FILHO, José. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943, p.134.

consensos artificiais apoiados em categorias supostamente universais como raça, pátria e nação.

Não bastava a simples afirmação de fundo tecnocrático de que seu arsenal conceitual os legitimaria tecnicamente a atuar de maneira privilegiada nas cidades, era necessário se tornar um fator de engrandecimento nacional e, para isso, estabelecer autênticas relações com a pátria. É nesse aspecto que a campanha por regulamentação tomava caminhos nacionalistas e, por vezes, se valia de argumentos xenófobos na defesa da profissão, identificados com mais ênfase no caso de Marianno Filho. Entretanto, uma crônica publicada na *Revista de Engenharia* em novembro de 1927 indica ser esse tipo de relação mais frequente do que a historiografia nos faz crer.

Com autoria identificada apenas como “S.”, o texto intitulado “Arquitetos, Arkitetos e Architectos” partia da premissa de que a grafia, assim como aqueles que possuíam o título, era variada.²⁴⁸ São narradas, em seguida, pequenas anedotas de personagens diversos: um copista, um mestre de pedreiros, um “pinta ratos” e um arrumador, ex-funcionários de um grande escritório de arquitetura e recém titulados arquitetos pela Lei Estadual n.2.022 de 1924 de São Paulo. A crítica, aparentemente, era direcionada às facilidades de registro e obtenção do título a partir da norma legal, não fossem os últimos parágrafos da crônica. Neles, nos é apresentado a história de Pasquale Pommarolo, “um italianinho de Nápoles que era perito na arte do Figaro e levava ¼ de hora para ensaboar a cara do cliente”.

Assim como nos demais casos, Pommarolo teria conseguido se registrar, mas, em relação ao estrangeiro, S. fez questão de ressaltar sua suposta falta de habilidades técnicas para exercer a profissão: “apresentando uma planta que lhe desenhara um debuxador qualquer e o atestado de um vigário patricio em que declarava [...] ter Pommarolo sido encarregado de edificar-lhe qualquer casebre”. O autor termina a crônica em tom irônico afirmando que, apesar de São Paulo ter perdido um barbeiro, ganhara um *architecto* “que ostenta ufano nos andaimes das obras que lhe são confiadas”.²⁴⁹

A moral da história narrada por S. não se distancia dos argumentos de Marianno Filho, das narrativas institucionais de Morales de los Rios Filho, das defesas de Stockler das Neves ou mesmo dos discursos solenes de Albuquerque. Todos defendem a especialização do campo da arquitetura e a criação de uma hierarquia na qual o arquiteto ocuparia um lugar de destaque, mesmo que a partir de parâmetros e pressupostos ligeiramente diferentes, mais ou menos nacionalistas.

²⁴⁸ O conteúdo da crônica, o local e a data de sua publicação nos fazem levantar a hipótese de que S. poderia ser Stockler. Mas não foi possível encontrar nenhum indício que comprovasse essa autoria.

²⁴⁹ S. Arquitetos, arkitetos e architectos. *Revista de Engenharia do Mackenzie*, São Paulo, v., n., p.24, nov. 1927.

A importância estratégica de se construir diferentes versões dessa mitologia de fundo reiteradamente tecnocrático reside justamente na possibilidade de, por meio da eleição de determinadas trajetórias profissionais exemplares, assegurar a manutenção do debate da regulamentação profissional em diferentes espaços e círculos, em vias de se institucionalizar. A impossibilidade de se consagrar um único herói indica não apenas a dificuldade de assentar as narrativas sobre o processo de regulamentação profissional sob uma única perspectiva, mas acentua a importância do debate e da divergência nesse processo, permitindo identificar, em certo sentido, diferentes regulamentações profissionais. Com isso, como já argumentado a partir do sistema CONFEA/CREA, o Decreto promulgado em 1933 pode ser lido como uma tentativa de consenso e da incorporação, em uma norma federal, de diferentes perspectivas, projetos e perfis profissionais em disputa.

A trama elaborada a partir desse exercício abordou as instituições e o caráter institucional do campo que se conformava por meio dos agentes, responsáveis por assinalar o dinamismo das trocas profissionais e reforçar a importância de pensar a história da arquitetura para além dos cânones e mitologias. Os quatro nomes escolhidos, todos nascidos na década de 1880, formam um quadro que nos possibilita identificar os debates, polêmicas e diferentes posicionamentos frente ao tema da regulamentação profissional, bem como um fundo comum de referências mobilizadas por eles. Além disso, após a discussão das especificidades de cada trajetória, a eleição dos quatro profissionais pode ser interpretada como estratégia para podermos compreender de modo mais acurado ao menos dois aspectos fundamentais dos processos aqui estudados: a centralidade do debate e das divergências, sem prejuízo do aproveitamento das possibilidades para construção de convergências; a aderência ou desdobramento do tema da atuação profissional de profissionais da arquitetura em relação a muitos outros tópicos de grande relevância para os debates na época, como a questão da identidade nacional.

3. Agendas Pan-Americanas

Apeamo-nos então, acobardados dessas presuntuosas cogitações. Encouchamo-nos, tímidos, no esconderijo de uma especialidade. Constringimos a alma. Moralizamos rasamente a vida, evitando a grande embriaguez dionisíaca da Vida. Reunimos as fantasias perigosas: utilitarizamos-nos... E ao cabo de tamanho esforço, para descermos até o fastígio do maciço senso comum conservador e timorato – vemos com espanto que mesmo na terra à terra da atividade profissional, todas as asperezas das nossas fórmulas empíricas e os traços rigorosos dos tira-linhas ainda se nos sobrederam de um recalitrante idealismo.

Euclides da Cunha, 1908.²⁵⁰

Os debates analisados até esse ponto da dissertação seguramente nos permitem afirmar que o campo profissional da arquitetura e do urbanismo não pode ser pensado a partir de parâmetros ou debates exclusivamente nacionais. Além das polêmicas, há dinâmicas que extrapolam os limites e fronteiras territoriais e, por meio da circulação de ideias, conceitos, práticas, posições, publicações e mesmo pessoas entre diferentes países, o que possibilitam a formação de um grande repositório baseado nessas correspondências, diálogos e interlocuções.

Nessa perspectiva, a busca pela *origem* de proposições, argumentos e projetos, torna-se menos produtiva que investigar a maneira pela qual eles foram mobilizados nos jogos e embates políticos de cada época – e continuam presentes nos discursos sobre as cidades americanas. Os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, vigentes desde 1920, são tomados, portanto, como espaços privilegiados de discussões e embates entre diferentes delegações de países americanos reunidos para a exposição e debate de suas teses.

A noção de “agenda”, enquanto pauta ou programa de ação e de atividades, é tomada do trabalho de Mary N. Woods sobre a prática da arquitetura nos Estados Unidos, *From Craft to Profession*. A expressão é empregada pela autora para enquadrar os projetos elaborados e disputados pelas associações profissionais, sobretudo pelo American Institute of Architects (AIA), criado em 1836. Seu uso no título do presente capítulo indica não só esse caráter propositivo e político, mas também se relaciona com as concepções de Woods acerca da história da profissão. Ao salientar a importância dos movimentos associativos nas conquistas profissionais dos arquitetos, ela afirma que a profissionalização se deu por um esforço coletivo, processo que necessitou da organização e cooperação dos membros da classe.²⁵¹

²⁵⁰ CUNHA, Euclides da. “Antes dos versos”. In CARVALHO, Vicente. *Poemas e canções*, 1ª ed. São Paulo, 1908.

²⁵¹ WOODS, Mary N. *From Craft to Profession: the practice of architecture in nineteenth-century America*. University of California Press, Berkeley, 1999, p.23-26.

Perscrutar as formulações apresentadas coletivamente pelas delegações ou delegados que representavam, também, associações profissionais locais significa (re)dimensionar os debates profissionais indicados nos capítulos anteriores. Com isso, além de salientar a impossibilidade do consenso dentro de uma categoria profissional, pretendemos identificar as estratégias políticas mobilizadas nos embates entre diferentes práticas. Essa perspectiva nos permite reafirmar o caráter coletivo da profissão e do campo, não apreensível pelas histórias mitológicas e que enalteçam a figura do gênio-criador, pioneiro ou “a frente de seu tempo”. Ao contrário, os agentes do processo aqui destacado estavam fundamentalmente inseridos em seu tempo e em uma rede de alianças e correspondências que os permitiam legitimar suas posições e projetos.

No mês de março de 1920 reuniram-se na cidade de Montevidéu, capital do Uruguai, arquitetos das mais variadas escolas, estilos e países. Esse “congraçamento de obreiros do bello” se dava em razão da primeira edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, que, apesar de terem sofrido mudanças em sua configuração e papel político, acontecem até os dias de hoje.²⁵²

A história dos Congressos se confunde com a história da própria profissão no continente americano. A criação, em 1914, da Sociedad Central de Arquitectos del Uruguay, fruto dos esforços de profissionais como Alfredo Campos, Alfredo Baldomir e Horacio Acosta y Lara, pode ser identificada como uma das origens – no plural – desse processo. Nesse mesmo ano foi fundada a Faculdade de Arquitetura da Universidade da República do Uruguai. A institucionalização dessas duas referências do campo profissional demarcou o início de uma campanha que, com o objetivo de levar à público debates relacionados as funções, deveres e obrigações profissionais do arquiteto, tinha como um de seus métodos

²⁵² A expressão “congraçamento dos obreiros do bello” foi cunhada em texto publicado no periódico *Arquitectura no Brasil* do ano de 1923 dedicado a uma apreciação do II Congresso Pan-americano de Arquitetos, ocorrido em Santiago do Chile no mesmo ano. Os argentinos Ramón Gutiérrez e Jorge Tartarini junto ao uruguaio Rubens Stagno organizaram uma obra de fundamental importância sobre a história dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Eles elencam todos os encontros ocorridos até o ano de 2000, bem como sistematizam as temáticas debatidas e as conclusões elaboradas em cada encontro. Ao todo eles contabilizam 20 edições do evento, sendo que a última é a de 1996, ocorrida em Brasília. GUTIÉRREZ, Ramón; TATARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. *Congressos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000: aportes para subhistoria*, 1ª ed.. Buenos Aires: CEDODAL – Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007. O XXV Congresso Pan-Americano de Arquitetos ocorreu em 2016, no Paraguai. Paralelamente a essa história, desde 1985, ocorrem os Seminários de Arquitetura Latino-americana (SAL), com uma periodicidade bienal. Suas origens se relacionam com o acontecimento da I Bienal de Arquitetura de Buenos Aires e, a partir de então, foi sediado por diversas universidades de muitos países: Buenos Aires, Argentina (1986); Manizales, Colômbia, (1987); Tlaxcala, México (1989); Santiago, Chile (1991); Caracas, Venezuela (1993); São Paulo e São Carlos, Brasil (1995); Lima, Peru (1999); San Juan, Porto Rico (2001); Montevidéu, Uruguai (2003); Oaxtepec, México (2005), Concepción, Chile (2007) e Ciudad do Panamá, Panamá (2009). Não foi possível realizar uma ampla investigação acerca das temáticas debatidas nos SAL's, entretanto, sua criação no último quartel do século tentou o espaço de representação profissional, antes monopolizado pelos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos.

extrapolar as barreiras nacionais.²⁵³ Esse projeto transnacional resultou na criação, em 1916, do Comité Permanente de los Congresos Panamericanos de Arquitectos.²⁵⁴

Após a primeira edição uruguaia em 1920, os Congressos aconteceram de maneira mais ou menos regular até a década de 1930. Em 1923, com a ausência da comissão brasileira, o Chile recebeu o evento; quatro anos depois a Argentina sediou o III Congresso, em 1927. A edição de 1930 pode ser destacada como uma das mais polêmicas, na qual as divergências entre aqueles partidários de ideias modernistas rivalizaram com defensores de tendências regionalistas da arquitetura latino-americana. Após esse encontro realizado no Rio de Janeiro, em razão de desentendimentos e do que Gutiérrez, Tartarini e Stagno identificam como problemas da conjuntura internacional, os Congressos só foram retomados dez anos depois, em 1940, quando voltaram a acontecer no Uruguai.

A justificativa para seu estudo vai além da longa duração dos eventos e do envolvimento de renomados arquitetos em seus debates e discussões. Os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos indicam como a percepção da necessidade de legitimação do exercício profissional do arquiteto parecia ser uma demanda continental, a partir da qual eram forjados laços de cooperação, solidariedade ou fraternidade americanas. A vinculação de questões específicas de seu campo profissional com pautas econômicas, políticas e culturais mais amplas é outra estratégia que os possibilita explicitar o papel político projetado *pele e para* os arquitetos no continente americano.

Estudar esses Congressos implica, ainda, pensar o Brasil como parte dessa categoria histórica, porém pouco precisa, denominada América Latina. Um dos esforços para historicizar o conceito e relacioná-lo com a produção historiográfica que o consolidou é feito por Hector Bruit em artigo publicado nos anais do V encontro da ANPHLAC. O historiador enfatiza que por trás dessa imprecisão semântica há disputas que envolvem realidades históricas concretas e específicas. Ele identifica as origens do conceito em publicações de dois sul-americanos na segunda metade do século XIX: o argentino Carlos Calvo e o colombiano José Maria Torres Caicedo. Apesar disso, afirma que ele se popularizou no

²⁵³ Menos do que identificar uma origem – dada a impossibilidade de pontuar um único momento –, esses marcos parecem apontar para uma nova configuração política nas relações entre profissionais e Estado que permitiu maior amplitude de tais debates relativos a regulamentação profissional e a legitimação da atuação dos arquitetos americanos.

²⁵⁴ O Comité era formado por profissionais de diversas nacionalidades e teve papel de destaque na articulação feita entre os países participantes. Desde 1950, entretanto, no VII Congresso, se aprovou a criação da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPAA) que, como o próprio nome indica, passou a exercer um papel de congregação dos arquitetos americanos que extrapolava o objetivo único do antigo Comité, o de realizar os Congressos. Atualmente o órgão media inúmeros eventos relacionados a área de arquitetura e urbanismo de diversas regiões do continente (Cone Sul, Andina, Caribe, América Central, Norte etc.) como pode-se observar pelo site da instituição: <http://www.fpaa-arquitectos.org/inicio-14>

período da Segunda Guerra, especialmente através de estudos norte-americanos. As reflexões de Bruit indicam como a Doutrina Monroe tensionou o entendimento sobre essa noção, instituindo uma cisão entre norte - que passaria, então, a ser denominado de América – e o resto do continente – que passava a ser América Latina.²⁵⁵

Os Congressos já foram objeto de estudo de outros pesquisadores e aparecem nas grandes narrativas da história da arquitetura do Brasil. Os livros de Paulo Santos, *Quatro séculos de arquitetura*, Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990* e Cândido Malta Campos Neto, *Os rumos da cidade*, indicam como alguns profissionais brasileiros se posicionavam nos debates ocorridos nesses eventos, sobretudo em sua IV edição, sediada no Rio de Janeiro. Entretanto, justamente por seu foco estar nos personagens e não nos Congressos, eles acabaram por figurar como espaços de validação das trajetórias abordadas e continuam a ser pensados a partir das limitações nacionais.²⁵⁶

A organização da coletânea *Urbanismo na América do Sul*, por Marco Aurélio Filgueira Gomes, nesse sentido, merece destaque pela ênfase na circulação de ideias em prol da elaboração de soluções aos problemas urbanos comuns à várias cidades do continente. Ele afirma que essa dinâmica de articulação continental ocorreu de forma mais intensa no período entre 1920 e 1960, quando as cidades sul-americanas experimentaram expressivas taxas de crescimento demográfico e a consequente emergência ou agravamento de problemas urbanos, forçando os profissionais a buscarem novas soluções para enfrenta-los.²⁵⁷

Dentre os capítulos da obra, chamo a atenção para os dois primeiros que, de maneira mais direta, inserem os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos no processo de formação dessa “cultura urbanística”. No primeiro, Filgueiras Gomes e José Carlos Espinoza os definem como fóruns de debate abertos aos mais variados enfoques, constituindo-se como ‘painéis’ de olhares diversos que contribuía para o intercâmbio de ideias e troca de

²⁵⁵ BRUIT, Héctor. “A invenção da América Latina”, *Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*, Belo Horizonte, 2000. Fayga de Oliveira analisou as “urdiduras” do conceito político de América Latina no capítulo 1 de sua dissertação de mestrado e nos fornece alguns caminhos para mapear esse extenso debate. OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira de. *Além da Tempestade: identidades latino-americanas e projetos políticos no Brasil no início do século XX*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000947437>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

²⁵⁶ SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Valença: Editora Valença, 1977. CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo, SP: SENAC, 2002. SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. 3rd ed. São Paulo, SP: Edusp, 2010.

²⁵⁷ Na apresentação da obra, o autor afirma que sua intenção é a de entender a formação de uma “cultura urbanística” a nível continental, focalizando, nesse processo, o lugar da experiência sul-americana. Por trás desse objetivo ainda podemos observar um pressuposto: a necessidade de superar as limitações impostas pelas fronteiras nacionais no trato de problemas supranacionais, sobretudo pela tendência eurocêntrica que privilegia as relações Norte-Sul e a segmentação entre Brasil e os países de colonização espanhola. GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras [org.]. *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*; Salvador: EDUFBA, 2009.

experiências entre os profissionais dos países participantes. Os Congressos os permitem entender os projetos “dos latinos para os latinos” e romper com tradições interpretativas que insistem em afirmar a importação de modelos elaborados por países “centrais”.

Ou seja, sua tese é a da existência de um processo de trocas – profissionais e acadêmicas – em âmbito continental longe de ser negligenciável, como comumente o faz a historiografia. Os fóruns analisados e elencados se configuram, então, como importantes difusores de diferentes formas de pensar a cidade, locais em que confluíam razões técnicas e vinculações político-ideológicas:

Assim, longe da imagem de profissionais isolados em seus respectivos países, percebe-se certa ‘ebulição’, feita de viagens, visitas, encontros, divulgação de experiências, que tanto parecem contribuir para a construção ideológica de uma identidade latino-americana (ou pan-americana), quanto [...] contribuirão para a formulação da ideia de uma cidade latino-americana.²⁵⁸

Os CPAs eram os “principais fóruns de debates de arquitetos no continente americano”, chegando a antecipar os temas e a estrutura seguida por outros eventos profissionais, como Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) e que continuam a desempenhar um importante papel no campo profissional até os dias de hoje. Se Filgueiras Gomes para eles compunham, ao lado das revistas técnicas, um leque de estratégias que visavam o “congraçamento das Américas”, Fernando Atique, em uma análise pormenorizada desses eventos, identifica uma apreensão específica do pan-americanismo pelos delegados que o frequentavam.²⁵⁹

²⁵⁸ Idem, p.35.

²⁵⁹ Fernando Atique tem se dedicado a pensar sobre as relações políticas, profissionais e culturais entre o Brasil e os demais países americanos – com ênfase no Estados Unidos. Ele é autor de uma numerosa produção sobre diversos ramos desse tema, e que foram o ponto de partida para as questões aqui desenvolvidas. Em um artigo de 2005, no qual ele se dedica a pensar os debates sobre habitação nos Congressos Pan-Americanos, Atique os caracteriza como “um evento a ser decifrado”. Pelo peso de suas formulações e pelos momentos gentis de ajuda e diálogo, encaro o presente capítulo como o acolhimento dessa proposta e, assim, como uma tentativa de ajudar a decifrá-lo. De seus livros, capítulos e artigos, destaco: “Conrado Jacob de Niemeyer e a organização de uma rede de interesses e de atuações profissionais por meio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro”. In: *34th International Congress of the Latin American Studies Association - LASA 50 years, 2016*, New York. Proceedings of the 34th LASA - 50th Anniversary, 2016. v. 1. p. 1-17; “Andaimes da ‘Boa Vizinhança’: arquitetura de um relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos (1876-1945)”. In: Marta Dora Grostein; Vladimir Bartalini. (Org.). *Arquitetas - Arquitetura: história e crítica*. 1ed.São Paulo: FAU-USP, 2015, v. 3, p. 91-106; “Congresso Pan-Americano de Arquitetos: ethos continental e herança europeia na formulação do campo do planejamento (1920-1960)”. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 6, p. 1-19, 2014; “Rotas, Balizas, Fronteiras: reflexões sobre os caminhos Pan-Americanos da Americanização”. In: CAMPOS, Cristina de; ATIQUE, Fernando; DANTAS, George Alexandre Ferreira. (Org.). *Profissionais, Práticas e Representações da Construção da Cidade e do Território*. 1ed.São Paulo: Alameda, 2013, v. 1, p. 219-246; “Celebrando (com) ‘Tio Sam’: o Centenário da Independência do Brasil e os Estados Unidos”. *Pterodáctilo: Revista de arte, literatura, lingüística y cultura*. Department of Spanish and Portuguese. The University of Texas at Austin, v. 1,n.10, p. 2516, 2011; “Urdiduras Continentais no debate acerca do Mission Style. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. n.10, p. 174-212, 2011; *Arquitetando a “Boa*

Atique enfatiza ser essa ideologia que pregava a união e colaboração entre países americanos, o pan-americanismo, entendida de diferentes formas pelos países americanos. Desde seu primeiro emprego, em 1882, a partir da ideia de “integração continental”, o pan-americanismo é comumente associado à Doutrina Monroe, formulada em 1823. Ela manifestava o conceito de “hemisfério ocidental” elaborado pelos Estados Unidos a partir de um espírito anti-europeu e da manifestação de superioridade em relação às demais nações do continente. Os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, apesar de serem uma grande expressão dessa ideologia, não foram os primeiros. No século XIX, os Congressos Americanos foram palcos de divulgação de ideais pan-americanistas e elaboraram um conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos sob uma hegemonia dos Estados Unidos.²⁶⁰

Ambas as análises reforçam o período de 1920 a 1930, o “primeiro ciclo” dos Congressos, como o de ampliação dos diálogos e interlocuções entre os profissionais americanos, tanto por meio de atividades editoriais quanto através dos eventos profissionais. Observa-se, então, o delineamento de uma rede, conectando especialistas de várias cidades do continente que passavam a responder, de maneira específica, às questões urbanas comuns. Voltando às publicações de Adolfo Morales de Los Rios Filho, já abordadas no segundo capítulo, é possível entender alguns efeitos da consolidação dessa rede americana. Seu livro *A regulamentação da profissão de arquiteto* é dedicado “aos companheiros de ideal: os arquitetos da América; e aos companheiros de luta: os arquitetos do Brasil” e, na introdução, afirma

Vizinhança”: arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945. 1. ed. Campinas: Pontes / FAPESP, 2010. v. 1.; “Articulações Profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e o Amadurecimento de uma Profissão no Brasil, 1920-1940”. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009, Florianópolis. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: ANPUR, 2009; “Os elos entre a University of Pennsylvania e a arquitetura do Brasil, através da trajetória profissional de George Henry Krug”. *19&20 (Rio de Janeiro)*, v. IV, p. 1-13, 2009; “Um Sotaque disfarçado: a recepção de referências americanas no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes”. *19&20 (Rio de Janeiro)*, v. III, p. 2, 2008; “Em Busca de Profissão nos Estados Unidos: a presença e brasileiros na University of Pennsylvania e a divulgação de paradigmas norte-americanos no Brasil, 1876-1945”. In: XXVII International Congress of the Latin American Studies Association - LASA 2007., 2007, Montreal, Canadá. *Proceedings of the XXVII International Congress of the Latin American Studies Association - LASA 2007.*, 2007; “Fronteiras Etéreas: o caminho pan-americano da americanização. In: Construindo a Cidade do Século XX: uma cidade americana? ”, 2007, São Paulo. *Caderno de Resumos*, 2007. p. 38-41.

²⁶⁰ Os Congressos Americanos seguem a seguinte cronologia: Congresso do Panamá (1826); Congresso de Lima (1847-1848); Congresso de Santiago e de Washington (1856); II Congresso de Lima (1864-65) e Conferência de Washington (1899-1900). Atique afirma em grande parte do XIX o Brasil distanciou-se do pan-americanismo, estando presente apenas na Conferência de Washington, em 1889. Entretanto, com o Rio de Janeiro sediando a Terceira Conferência Pan-Americana, em 1906, diversos autores brasileiros passaram a escrever e refletir sobre o tema, apresentando, ao menos, três posturas distintas em relação a essa ideologia. Ao menos quatro posturas distintas são identificadas por Atique: uma “aproximação pragmática” com os Estados Unidos, reconhecendo sua importância econômica e de maneira e não “dar as costas” à Europa (representado pela figura do Barão de Rio Branco); uma “postura crítica” de repúdio a tais políticas, criticando a “base egoísta pela qual se assentavam as políticas estadunidenses”, como denunciava Manuel de Oliveira Lima; uma “aproximação fraternal”, defendida por Joaquim Nabuco; e uma “atitude de rechaço”, como as críticas traçadas por Eduardo Prado e a denúncia de que a fraternidade americana seria uma mentira. ATIQUE, Op. Cit., 48-53

como as correspondências trocadas com o arquiteto chileno Ricardo Gonzáles Cortés, vice-presidente do Comitê Permanente de Congressos Pan Americanos de Arquitetos e Presidente da Asociación de Arquitectos de Chile, serviram de estímulo e incentivo para que ele publicasse a obra. Cortés exalta a atuação do arquiteto brasileiro, responsável por “fundir calorosamente o laço de confraternização americana” no Congresso de 1930, no Rio de Janeiro.²⁶¹

Ou seja, além de remeter a uma pauta continental comum aos arquitetos, ele ainda se utilizava de sua posição nessa rede para legitimar seu discurso. Essa estratégia é recorrente ao longo de toda a obra, inclusive na construção de sua própria autoridade, elaborada a partir do destaque dado a sua posição de secretário do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos e como membro de inúmeras associações profissionais e sociedades de arquitetos na América Latina – entre as quais do Chile, Uruguai, Cuba e até Portugal.

Recurso discursivo para legitimar sua publicação sobre o tema ou não, ele argumenta terem os encontros essa questão como tese principal, amplamente discutida ou unanimemente aprovada. A ampla concordância sobre a necessidade de regulamentação profissional, além de atenuar as divergências sobre o tema, era justificada pelo papel fundamental dos arquitetos frente a determinadas peculiaridades das cidades americanas. Esses traços particulares, selecionados a partir de uma suposta “autenticidade”, compõem a problemática da construção de uma identidade nacional na década de 1920, também presente no campo da arquitetura. O papel de iniciativas como os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, então, estaria dentro do escopo de estratégias de se construir uma natureza política, econômica e cultural para um conceito ou uma ideia – o pan-americanismo –, para além de sua dimensão intelectual.

As quatro primeiras edições são também destacadas e tomadas em conjunto por expressarem a suposta “intenção original” de seus criadores uruguaios, que objetivavam difundir a pauta da regulamentação e a defesa dos profissionais de arquitetura.²⁶² Mais que isso, a criação do Comitê Permanente em 1916, composta por delegados de diversos países

²⁶¹ Junto a ele, são destacados nomes de outros arquitetos americanos, como Acosta y Lara, de Montevideu, Coni Molina, de Buenos Aires, e Bay i Sevilla, de Cuba, o que nos fornece um esboço de como, nesses espaços de debate, as ideias circulavam e fomentavam a consolidação de redes e articulações profissionais, resultando em ações concretas, como a própria publicação da obra. MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho. *A regulamentação da profissão de arquiteto*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1934, p.14.

²⁶² Sobre essa divisão em “ciclos”, o autor afirma que as reuniões ocorridas após 1940 eram marcadas por uma “certa homogeneidade de pensamento, em função do apogeu do Movimento Moderno de Arquitetura”. As cinco primeiras edições, de maneira diferente, atestam uma pluralidade de pensamento e opções ideológicas, políticas, estéticas e construtivas, entre os arquitetos, tornando sua análise mais interessante para o entendimento das opções processadas após 1940”. ATIQUÉ, F. “O Debate sobre Habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos: 1920-1940”. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador. *Anais do XIENA - Perspectivas para o Território*, 2005.

americanos, expressa a criação de uma rede de profissionais que visava, a princípio, garantir a implementação desse debate e criar um movimento forte e coeso, capaz de pressionar as autoridades de cada nação no estabelecimento de normas federais voltadas ao resguardo das questões profissionais. A análise das atas e publicações resultantes desses encontros nos fornecem, além de questões específicas do campo da arquitetura, indícios das *arquitecturas políticas* traçadas por esses profissionais a partir de distintos entendimentos acerca do lugar da América naquele contexto político e as maneiras de se alcançar, no continente, o “progresso”.²⁶³

O reconhecimento por parte da historiografia de uma “primeira fase” dos Congressos Pan-americanos de Arquitetos é justificado pela interrupção da regularidade dos encontros após a edição de 1930, quando foi sediado no Rio de Janeiro. A reunião seguinte iria acontecer em Havana, capital de Cuba, três anos depois da edição carioca. Entretanto, o V Congresso voltou às origens uruguaias e foi sediado em Montevideu somente em 1940. Ramon Gutiérrez, na obra sobre os Congressos publicada pelo Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana (CEDODAL) dedicada ao mapeamento dos encontros, afirma que durante a década de 1930 muitas foram as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que acabaram por atrasar a retomada dos debates, dentre eles o contexto político global.²⁶⁴

3.1 “Aos companheiros de Ideal: os arquitetos da América”

Os congressos [...] têm alta significação moral: unem e estreitam os laços de amizade entre profissionais e das relações sociais e de camaradagem aqui adquiridos, resultam vantagens múltiplas para todos os países da união americana. Estas amizades valem mais, muito mais, que todas as conclusões que forem votadas em as nossas seções plenárias.

Alexandre Albuquerque, 1927²⁶⁵

Em 1940, a revista brasileira *Arquitectura e Urbanismo*, órgão oficial do Instituto Central dos Arquitetos, dedicou um de seus números à publicação dos temas e conclusões dos cinco Congressos Pan-Americanos de Arquitetos até então ocorridos.²⁶⁶ Em uma espécie de

²⁶³ É importante destacar que, mesmo sendo esse um desejo e objetivo comuns expressados por esses arquitetos, seus significados são múltiplos e, por vezes, divergentes.

²⁶⁴ GUTIÉRREZ, Ramón; TATARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. *Congressos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000: aportes para subistoria*, 1ª ed.. Buenos Aires: CEDODAL – Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007, p.16.

²⁶⁵ Discurso do delegado brasileiro Alexandre Albuquerque em 1927 no III Congresso Pan-Americano de Arquitectos. III Congresso Pan-Americano de Arquitectos, *Actas y trabajos*, Buenos Aires, 1927.

²⁶⁶ *Arquitectura e Urbanismo*, ano V, março e abril de 1940, p.66.

editorial, eles pretendiam remontar a “origem e finalidade” dos eventos, enfatizando a “intenção original” do grupo uruguaio. A campanha pela regulamentação profissional é narrada a partir de 1920, seu marco inicial.²⁶⁷ Essa origem foi mobilizada em prol da elaboração de uma identidade dos eventos, construindo uma unidade sobre os debates e discussões ocorridos, não afetada nem pelo intervalo de 10 anos entre 1930 e 1940 devido a “acontecimentos extraordinários de ordem social em Cuba”. Essa mitificação da origem uruguaia ainda era expressa na transfiguração da tríade de arquitetos uruguaio criadores da Sociedad e do Comitê em modelos profissionais continentais.

A apresentação da comissão uruguaia é feita a partir dos cargos políticos ocupados por esses arquitetos no período, de forma a exaltar os possíveis desdobramentos políticos da profissão: “Don” Alfredo Baldomir, criador da Sociedade Central em 1914 ocupava o cargo de presidente da República, o arquiteto Horácio Acosta Y Lara era Prefeito de Montevideú, Alfredo Campos foi Ministro da Guerra. O destaque para esses profissionais exemplares, transfigurados em paladinos, indicava um próspero caminho profissional, caracterizado, dentre outras possibilidades, pelo campo aberto na área da política institucional em seus mais diversos níveis.

No lugar de narrar extensiva e cronologicamente os trabalhos elaborados nas quatro primeiras edições do evento (ocorridas entre 1920 e 1930), pretendo identificar os pressupostos mobilizados por esses arquitetos em suas defesas pela regulamentação profissional e, a partir disso, entender como essa questão se articulava com projetos políticos mais amplos referentes ao lugar da América e, conseqüentemente, do arquiteto americano.

Uma das primeiras características discursivas identificadas na análise das Atas e Trabalhos dos Congressos é seu tom diplomático, que muitas vezes distancia a tomada de posições radicais por alguns delegados com o discurso oficial publicado nas revistas e atas. Essa diplomacia era sempre atrelada a criação ou manutenção de sentimentos fraternais e solidários entre os arquitetos americanos. O delegado brasileiro Alexandre Albuquerque explicita essa conotação em seu discurso de 1927, tomado aqui como epígrafe. A “significação moral” exaltada por ele corresponderia, justamente, às articulações profissionais, políticas e transnacionais consolidadas nesses encontros em prol da ideia de “união americana”, muito mais significativas e duradoura do que as próprias conclusões votadas em cada tema.²⁶⁸

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ III Congresso Pan-Americano de Arquitetos, *Actas y trabajos*, Buenos Aires, 1927.

Outros exemplos desse verniz diplomático, característico dos discursos pronunciados nesse tipo de evento na época, podem ser encontrados em algumas passagens da ata do evento de 1930. A tônica dos discursos proferidos no Rio de Janeiro por inúmeros profissionais – tanto arquitetos, quanto engenheiros²⁶⁹ –era a de exaltar, assim como o fez o delegado argentino Ricardo Gonzáles Cortes, o êxito do evento em “conciliar os serviços das aspirações coletivas”.²⁷⁰ O mesmo espírito fraterno é expressado por Eugenio Baroffio ao afirmar terem experienciado “uma afetuosa reciprocidade no intercâmbio de ideias” que tornaram possível o apagamento das fronteiras políticas em prol do reconhecimento, entre os delegados, como irmãos “por relacionados princípios orgânicos de uma civilização comum”.²⁷¹

Ambos os discursos foram proferidos na sessão de encerramento do Congresso, em meio a falas de outros representantes dos demais países participantes, bem como autoridades nacionais, que argumentavam nesse mesmo sentido. Essa recorrência indica o propósito de consolidar esse tipo de relação cooperativa entre os arquitetos americanos em prol da continuidade da realização dos eventos. Baroffio chega a reconhecer terem sido encontradas, durante o evento, algumas “pedras pelo caminho”, entretanto afirma desejar que elas desapareçam e deixem o caminho livre para os próximos eventos.²⁷²

A distância entre esse tipo de narrativa institucional, constante ao longo de toda a história dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, e as polêmicas e desavenças ocorridas nesses espaços é explicitada quando, na mesma ata, observamos tentativas de atenuar ou até esconder uma face não tão cordial da América. Na sessão anterior, ocorrida no mesmo dia, em meio aos debates sobre a concorrência entre engenheiros e arquitetos no

²⁶⁹ A participação de engenheiros nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos não era incomum. No encontro de 1930, por exemplo, representantes do Club de Engenharia do Rio de Janeiro estiveram presentes nas sessões e em alguns debates. Nos *Anais do Club de Engenharia* é possível encontrar um relato de Gastão Baiana, representante da instituição no V Congresso, no qual ele apontava a deficiente organização das comissões, que não chegaram a ler nenhuma tese apresentada. Segundo o engenheiro, as conclusões apresentadas eram vagas e platônicas, aprovadas de maneira apressada: “É de esperar que no Congresso de Engenharia os assuntos sejam estudados com mais cuidado, e deem lugar as conclusões de feição mais prática”. Se, por vezes, as divergências entre essas duas categoriais são interpretadas como simples disputas por mercado de trabalho, chamo a atenção para como elas indicam embates políticos que se relacionavam ao modelo de gestão urbana desejado e projetado. Nesse mesmo Congresso, por exemplo, nos debates acerca do urbanismo e, sobretudo, quem seria o profissional mais indicado para atuar como urbanista, não houve consenso. José Marianno Filho defendia que o urbanismo, como especialização, pertencia à cultura arquitetônica; Arthur Motta, engenheiro ligado ao Mackenzie College, diferentemente de seu companheiro de profissão Gastão Baiana, partia da dupla acepção do urbanismo, como arte e como ciência, para conciliar sua prática entre as duas classes profissionais. IV Sessão Plenária, IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, 1930. Ou seja, longe de entender arquitetos e engenheiros como classes profissionais antagônicas, é necessário esmiuçar as inúmeras tensões identificadas no interior desses dois campos e privilegiar o jogo político no qual ambas faziam parte, o que lhes permitia tomar diferentes posturas a partir de mutáveis interesses.

²⁷⁰ *Revista de Arquitectura*, n.116, ago.1930, p.500.

²⁷¹ *Idem*.

²⁷² *Idem*, p.501.

exercício de atividades urbanísticas foi publicada em ata a seguinte afirmação: “Em continuação, a mesa foi autorizada a retirar dos anais os termos que poderiam ser ofensivos para a cordialidade americana. Isso ocasionou alguns protestos”.²⁷³

Essa cordialidade americana pode ser entendida como parte de estratégias discursivas, mobilizadas em prol dos objetivos políticos do próprio Congresso que, nesse sentido, extrapolavam as questões internas ao campo da arquitetura e do urbanismo. Parecia estar em jogo, para além das conclusões ou teses elaboradas, a possibilidade de se construir relações sólidas entre os profissionais.

As negociações entre as delegações, que possibilitavam a inscrição dos delegados, a escolha dos temas e a realização dos encontros, são uma outra face dessa oficialidade publicizada e difundida institucionalmente. Ao longo dessas décadas, os arquitetos representantes das nações americanas se correspondiam por cartas e ofícios nos quais, apesar de manterem a diplomacia necessária no contato institucional entre duas nações, acabavam por manifestar outras dimensões de suas relações.

A correspondência entre membros da delegação brasileira com o Comitê Permanente, representado pelo arquiteto uruguaio Horácio Acosta y Lara, merece algumas considerações. A pasta com esse conjunto de cartas e ofícios é parte do acervo da Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos (FPAA), sediada em Montevideu no Uruguai, responsável pela guarda grande parte da documentação dos Congressos Pan-Americanos. O conteúdo da parte analisada dessa correspondência ativa e passiva variava entre convites para a composição de comissões, inscrições de delegados para cargos de representação, acusamento de recebimentos de documentos e informações, e esclarecimentos de dúvidas.

Essas correspondências permitem conhecer as negociações de uma série de protocolos e atitudes que indicavam a aproximação entre esses países e os profissionais. Em 10 de dezembro de 1922, o presidente da Sociedade Central de Arquitetos do Brasil, Adolfo Morales de los Rios Filho, escrevia a Acosta y Lara expondo dez pontos a serem esclarecidos sobre a organização do próximo Congresso, que aconteceria em 1923 em Santiago. As dúvidas por vezes assumem o tom de críticas à falta de oficialidade do convite feito à delegação brasileira: “Quem expedirá as credenciais de nossos representantes [...]? Qual é o regime econômico sob o qual deverão ir nossos representantes, tanto do ponto de vista do transporte como de residência durante a celebração do dito Congresso? ”. Morales de los Rios Filho enfatizava, por meio de suas perguntas, a falta de informação na convocatória

²⁷³ Idem, p.499.

feita pela Comissão Organizadora, que não havia informado nem quais seria os temas oficiais propostos e a data do evento.

O Brasil não enviou delegados à segunda edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos. Ainda que essa documentação não nos permita concluir o motivo, essa aparente falta de comunicação pode ser um fator a se considerar e reforçar a hipótese de uma relação diplomática conturbada entre os países. O fim dessa carta é marcado pela insistência do delegado brasileiro para que a Comissão estabeleça contato oficial com o Governo, para que o evento e a participação dos profissionais sejam reconhecidos institucionalmente.

No fim desse mesmo mês, Acosta y Lara responde ao presidente da Sociedade e acusa o recebimento de sua consulta. Ele é categórico em afirmar que os profissionais foram convidados como representantes dos arquitetos brasileiros, e não do Governo do Brasil, por isso não seria necessário se comunicar com os Governos de cada país. *Grosso modo*, todas as questões, para ele, deveriam ser resolvidas entre os arquitetos de cada país, em concordância com seus Governos e associações.

O papel das comissões e da cooperação entre os arquitetos era recorrentemente exaltado nas correspondências, representando os meios para alcançar os objetivos políticos traçados pela categoria. Em uma carta de 1929, o Comitê brasileiro afirmava ser a atuação do Comitê Permanente fator de união entre os arquitetos pan-americanos e um fator de progresso para os países do continente. Por isso, a composição desses órgãos e dos postos de representação nacional não era aleatória ou impensada. Acosta y Lara afirmava, de acordo com o Regulamento do Comitê Permanente, ser o convite para sua composição feito aos Comitês Regionais, às associações de classe, aos arquitetos e aos órgãos de ensino de cada país, visto que esses são “os elementos autorizados de ligação e com os quais devemos nos comunicar sempre”.²⁷⁴

Esse assunto foi matéria de desentendimento da comissão brasileira com o Comitê que organizou o III Congresso, na Argentina em 1927. Segundo os ofícios assinados por Morales de los Rios Filho, o convite para a composição do Comitê Nacional havia sido feito exclusivamente para o Instituto Central de Arquitetos. Em dezembro de 1926, o delegado brasileiro assinalava a ilegalidade da atitude a partir dos regimentos, que preveem que a composição de tais órgãos fosse feita a partir de “vários elementos representativos de nossa classe, inclusive os delegados do Instituto [...]”.²⁷⁵ Em meio a essa confusão, entretanto,

²⁷⁴ Arquivo da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos - FPAA, Congressos Panamericanos de Arquitetos - 4o congresso - pasta Brasil

²⁷⁵ Eles ainda ressaltam [ainda mais na posição de também membros do Instituto] que “Não está em julgamento a personalidade do ‘Instituto Central de Arquitetos’ nem tampouco as elevadas qualidades profissionais e morais de seus ilustres membros, porque é o Instituto, sem dúvida, um órgão de real prestígio nos meios profissionais

percebe-se as potenciais articulações e o papel de tais órgãos que congregavam profissionais de diversas nacionalidades:

Os Comitês Permanentes [...], dentro do espírito lógico de nossa organização, são os órgãos de ligação necessários entre o Comitê Executivo do País onde se projeta realizar o Congresso e os profissionais dos países aderentes ao mesmo, estes profissionais tanto podem ser representados sob a forma de indivíduos ou sob a forma de coletividades associativas. Compete ao Comitê a função de reunir os elementos mais representativos principalmente nos países onde há correntes diversas para fundi-los no grande Comitê Nacional, o qual deve de fato representar perante os demais colegas das Nações Americanas, o pensamento coeso de seus arquitetos.²⁷⁶

Ou seja, eles faziam parte de um mecanismo de articulação profissional e política que objetivava atuar em diversas escalas como um propulsor de pensamentos e discursos coesos sobre o arquiteto e a arquitetura na América. Esse projeto, ao que indicam os discursos, deveria ser viabilizado por meio da solidariedade entre as nações e profissionais americanos. O jogo entre a atuação individual ou local dos arquitetos e um projeto coletivo, continental, era a base dessa solidariedade, constantemente reafirmada nos Congressos. Em 1927, o Comitê Permanente exaltava a “solidariedade continental” refletida nos eventos. A amplitude desse sentimento também fora notada pelos brasileiros em 1930 em sua manifestação de alegria por sediarem a “mais importante reunião fraternal dos arquitetos do continente americano”.²⁷⁷

3.2 *Convém regulamentar a profissão de arquiteto?*

Foi a partir dessa pergunta que o tema passava a ser debatido na edição de 1920, sediada no Uruguai. O funcionamento desses espaços, *grosso modo*, partia da divisão entre esferas de debate e de deliberação. Os profissionais que compunham cada uma das delegações eram divididos nas sessões temáticas para apresentar suas teses de maneira a garantir a representatividade de todas as delegações em todos os temas. Depois da apreciação dos trabalhos, as conclusões de cada tema eram expostas para apreciação e votação do coletivo em sessões plenárias. As da primeira edição dos Congressos ocorreram nos dias 5 e 6 de maio de 1920.

e oficiais, o que nós defendemos é o princípio da obediência às deliberações oficialmente determinadas do ‘Comitê Permanente’ [...]”.

²⁷⁶ Carta de 31 de dezembro de 1926 localizada na pasta do Brasil do acervo da Fundación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos (FPAA), Montevideú, Uruguai

²⁷⁷ Rio de Janeiro, sem data

Em relação aos temas discutidos na primeira sessão – “Transformação, *ensanche* e embelezamento da cidade de tipo predominante na América” (tema I); “Casas baratas, urbanas e rurais, na América” (tema IV); “O ensino de arquitetura deve acontecer em faculdades especiais?” (tema VII); “Criação de um Centro Pan-Americano de aperfeiçoamento para os arquitetos” (tema VIII) – percebe-se um pressuposto comum: uma suposta peculiaridade americana que os diferenciava de práticas e contexto europeus e os permitia formular e forjar respostas próprias e regionais para seus problemas. Mesmo no tema relacionado ao ensino de arquitetura, a princípio destoante dessa discussão sobre o lugar da América, é possível observar a necessidade, transformada em conclusão, de um melhor conhecimento da História da Arquitetura da América pelos arquitetos americanos.²⁷⁸

Na sessão seguinte, de um total de cinco temas, três tinham relação direta com a prática dos arquitetos americanos que buscavam consolidar seu campo profissional: “Convém regulamentar o exercício da profissão de arquiteto?” (tema III); “Meios de obter uma maior cultura artística ao público para uma melhor compreensão da obra arquitetônica” (tema V); e “Responsabilidade profissional do arquiteto” (tema VI). Ou seja, a regulamentação profissional não era pensada de maneira isolada, mas compreendida como um dos esforços necessários para que os arquitetos conseguissem atuar de maneira ideal.

Segundo as conclusões do tema III, a regulamentação profissional iria garantir ao arquiteto um lugar privilegiado no planejamento e gestão urbanos. Essa seria a única solução para a garantia de beleza, segurança e higiene dos edifícios e, também, da população. Esse tipo específico de determinismo do meio sobre uma raça – noção fundamental para o entendimento dos pressupostos que levam a essa crença –, no qual a melhoria das condições físicas de moradias influenciaria a saúde e a moral de seus habitantes, é um dos argumentos centrais a partir do qual se forjava o lugar do arquiteto nas conclusões dos trabalhos apresentados. Dessa forma, o Primeiro Congresso Pan-Americano de Arquitetos declarava que

para mejorar la estética de las ciudades, para encapuzar la cultura general, para conseguir un criterio definido em las condiciones de nuestras viviendas, que tanta influencia tienen em la salud física y moral del pueblo, para garantir la belleza, seguridad y higiene de toda clase de edificios, es indispensable reglamentar el ejercicio de la profesión de arquitecto.²⁷⁹

A arquitetura era apontada como a única disciplina capacitada e autorizada para dar soluções aos problemas identificados. A reserva de mercado e a consolidação de atividades

²⁷⁸ A tese foi apresentada, inicialmente, na forma de trabalho pelo arquiteto uruguaio Fernando Capurro.

²⁷⁹ Primer Congreso Panamericano de Arquitectos. *Actas e trabajos*, Montevidéo: Imprenta y casa editorial Renacimiento, 1921, p.180.

profissionais próprias e privativas seriam os meios para que sua atuação pudesse trazer os benefícios sociais desejados. A regulamentação do exercício profissional, portanto, além de almejada, era entendida como fundamental para a solução dos problemas urbanos de maneira satisfatória. Com isso, o arquiteto era destacado como o profissional possuidor de todos os conhecimentos artísticos, científicos, jurídicos e econômicos necessários para projetar as obras de arquitetura e executá-las sob sua direção.

A análise dessa documentação nos permite identificar uma série de mecanismos retóricos comuns aos delegados das diferentes nações, bem como entender melhor como se organizavam (n)esses espaços. Longe de serem aspectos menos relevantes se comparados às propostas pragmáticas, a percepção de um receituário comum utilizado nas teses nos ajuda a enfatizar justamente as divergências e até que ponto os mesmos pressupostos poderiam levar a conclusões distintas e até opostas. Ou seja, a perspectiva adotada em relação a esses espaços é a da impossibilidade do consenso, mesmo dentro de uma classe profissional supostamente assentada nos mesmos interesses, objetivos e estratégias.

Grosso modo, os trabalhos e teses partiam da elaboração ou reconhecimento de um problema que, apesar de antigo, chegara em uma situação insustentável. Os arquitetos, então, identificavam as causas e, mobilizando um arsenal conceitual mais ou menos variável, apontavam soluções. O efeito de transformar a cidade em problema era duplo: ao mesmo tempo em que se distinguia o ideal do real – movimento inicial para a proposição de transformações e mudanças –, dotava-se de significância a classe de profissionais que não só conseguia assinalar os problemas, mas também formular suas soluções.

Dos trabalhos apresentados referentes ao tema da regulamentação, três foram integralmente publicados nas “Actas e Trabajos”: um da comissão uruguaia e dois argentinos. Apesar de expressarem diferentes posicionamentos, eles partiam de uma mesma caracterização da América e, por conseguinte, da arquitetura e dos arquitetos americanos, feitas a partir da ausência, seja de legislação, cultura, salubridade, estética, dentre outros.

Román Berro, autor do trabalho da comissão uruguaia, identificava o crescimento desordenado das cidades na América como um problema, porém afirmava não haver uma solução ou resposta uniforme a ele. Seria necessário conhecer as diferenças de cada país e região no trato da questão, bem como as heterogêneas práticas profissionais, para que o Congresso pudesse sancionar diretrizes efetivas de controle do exercício profissional dos arquitetos. Apesar de considerar situação específicas, ele afirmava que os efeitos da prática

“desregulada” da arquitetura seriam sentidos universalmente, incidindo de maneira geral sobre a segurança das construções; a higiene dos edifícios e a estética urbana.²⁸⁰

Enquanto seus companheiros uruguaios apontavam para a falta de ordem no crescimento das cidades, Alberto Coni Molina, do comitê argentino, identificava uma “ausência absoluta de caráter arquitetônico” traduzida na falta de estética e harmonia das construções. Os profissionais argentinos destacavam esse problema, entendido como habitacional e transcendental, como responsável por afetar a *moral* dos habitantes. Ou seja, repensar a habitação seria, nesse sentido, promover o restabelecimento de laços familiares e reabilitação de indivíduos através da construção de lugares confortáveis e salubres que os mantivessem afastados de áreas da cidade consideradas antros de vício.²⁸¹

O estado de tolerância exacerbado, identificado como consequência dessa ausência, permitia a atuação de pessoas não qualificadas no mercado de trabalho. A relação entre ordenação e controle do meio e especialização profissional, portanto, era a justificativa do arquiteto em sua defesa da regulamentação não só da profissão, mas de todo o ambiente urbano em prol de reverter sua “evolução problemática e desordenada”. Para os delegados argentinos a falta de estética, higiene e salubridade das cidades instituía em seus habitantes uma sensibilidade empobrecida, responsável pela não valorização do profissional frente a concorrência dos não diplomados.

Essa permissividade do mercado em relação àqueles que “usurpam sem nenhum reparo título que não possui” também era denunciada por Ramón Lucía, autor do segundo trabalho argentino publicado nessas atas, como causa para a desvalorização do arquiteto na América. A crítica ao uso indevido dos títulos – direcionada, no trabalho anterior, aos não diplomados – era elaborada no trabalho de Lucía a partir da concorrência entre arquitetos e engenheiros civis. A confluência de atribuições entre as duas áreas, segundo ele, levava a uma hierarquização das duas profissões, a partir da qual os arquitetos eram desfavorecidos.

A distância entre esses dois trabalhos, que partiam do mesmo problema – os usos indevidos dos títulos –, estava nas diferentes ênfases dadas a seus efeitos. Enquanto o primeiro, de autoria de Coni Molina, antagonizava com os não diplomados, transfigurando-os em usurpadores de posições e títulos alheios, o segundo apontava para as fricções no interior dessa classe de diplomados.

A delegação argentina, por meio desses dois trabalhos, não só identificava os “adversários da regulamentação” como transformava essa questão em um “problema cultural

²⁸⁰ Primer Congreso Panamericano de Arquitectos. *Actas e trabajos*, Montevideu: Imprenta y casa editorial Renacimiento, 1921, p.271.

²⁸¹ Idem, p.280-283.

amplio”. Segundo Lucía, a má prática da arquitetura, tanto por engenheiros civis quanto por construtores não diplomados, contribuía para a falta de conhecimentos artísticos e científicos da população: “En países especulativos, como los nuestros, tolerar el ejercicio *libre* de las profesiones es alentar a los audaces a emprender toda suerte de negocios reflejando una fama funesta sobre los que ejercen habilitados por un título obtenido en las aulas [...]”.²⁸²

A caracterização desse problema como “cultural” indicava, para Lucía, a insuficiência das leis como solução. Para ele, o caminho era realizar uma ampla reforma no ensino, desde o nível básico até o superior. A cultura, nessa perspectiva atrelada à educação, era entendida como passível de mudança. Ou seja, um novo tipo de formação, com maior ênfase em aspectos estéticos e no que ele chamou de “transcendência histórica” da arte, levaria a uma sensibilização da sociedade em relação à “verdadeira vocação da arquitetura” e do arquiteto: não somente um planejador ou decorador, mas um elemento de alta cultura no seio da sociedade.²⁸³ A justificativa cultural, na qual a própria noção de cultura se mostrava bem alargada e indefinida, era reforçada por Coni Molina que justificava a existência e valorizava os CPA’s por fazerem parte de um movimento fundamental ao desenvolvimento da cultura nos países americanos.²⁸⁴

Portanto, a tônica dos trabalhos argentinos apresentados em 1920 era a de denunciar os usos indevidos de títulos e a não especificidade da função e das atividades do arquiteto no campo da construção. Esses fatores compunham um problema que, de uma só vez, representava os percalços de se regulamentar a profissão e sua necessidade. O que era identificado por esses arquitetos como obstáculo e contratempo, foi encarado pelos uruguaios como a expressão de uma singularidade americana. Nessa perspectiva, o mercado configurado a partir de distintas e plurais práticas da construção estabelecia e consolidava um lucrativo negócio. A heterogeneidade do campo e as condições lucrativas de atuação dos profissionais não seriam o problema, desde que fosse barrada a atuação dos “charlatões”, ou seja, daqueles que não possuíam os diplomas.

Se em 1920 a regulamentação figurava como um tema específico, colocada na forma de questão, sete anos depois, no terceiro encontro sediado em Buenos Aires, o exercício

²⁸² É interessante notar como a mesma palavra era entendida de diferentes maneiras e expressava diferentes valores. A liberdade, por exemplo, era valorizada quando relacionada a um ideário liberal de práticas profissionais, indicando as múltiplas possibilidades de atuação do arquiteto americano no mercado da construção. Em outros casos, como no argumento da delegação uruguaia, ela era negativamente representando a permissividade das autoridades em relação a atuação de não diplomados, “livres” para atuar como arquitetos. Primer Congreso Panamericano de Arquitectos. *Actas e trabajos*, Montevideu: Imprenta y casa editorial Renacimiento, 1921, p.280.

²⁸³ Idem, p.282.

²⁸⁴ Idem, p.270.

profissional dos arquitetos era debatido em outros termos: “Como se definir o Arquiteto na América e quais devem ser suas atividades no exercício profissional”. A ênfase recaía, então, sobre a melhor elucidação das atividades exclusivas do arquiteto, explicitando a percepção já expressa no Uruguai de que a simples sanção de normas legais era insuficiente para solucionar o estado de confusão que continuava a dificultar o exercício profissional dessa classe.

Essa mudança de perspectiva ainda pode ser percebida pela dissolução da regulamentação enquanto tema. Em 1927 não havia um tema específico para tratar da questão, como havia sido organizado sete anos antes. Os debates identificados anteriormente e que compunham o tema III em 1920 não foram esgotados ou superados. Pelo contrário, o que se observa é que eles ganharam tamanha amplitude que transbordaram os limites de uma discussão pontual e apartada. A relação estabelecida entre a regulamentação profissional e o ensino pelo argentino Ramón Lucía, por exemplo, evidencia sua complexidade e as múltiplas entradas a partir de diferentes portas.

A maior abrangência no trato da questão nos indica como os profissionais, em 1920, partiam da existência de um consenso sobre a arquitetura enquanto prática profissional. Com exceção dos trabalhos apresentados pela comissão uruguaia, que apontavam para a heterogeneidade representada pelos diferentes países reunidos no evento, as discussões tomavam a questão como dada, indicando, dessa maneira, os problemas observados nas cidades americanas ocasionados pela ausência da valorização do arquiteto e da arquitetura. Com o acúmulo de debates e diferentes pontos de vista, entretanto, o tema fora elaborado no Congresso de 1927 a partir da ênfase, justamente, nessas divergências e dissensos.

O tema I, “Como se definir o Arquiteto na América e quais devem ser suas atividades no exercício profissional”, contava com seis trabalhos: do argentino A. E. Cópola; da Comissão uruguaia formada por Elzario Boix, Horacio Acosta y Lara, Rafael Ruano e J. S. Scasso; do delegado chileno José Alcade H.; dois trabalhos do Brasil, um de Christiano Stockler das Neves e outro de Augusto de Vasconcellos Junior, presidente do Comitê brasileiro; e o de Frank Watson, arquiteto estadunidense.²⁸⁵

Apesar de dar espaço para a expressão das divergências, o pressuposto comum a todos os trabalhos era o de que a arquitetura, que continuava a vacilar entre arte e técnica, deveria “refletir seu meio” e operar em prol da sociedade na qual está inserida, como argumentava a comissão uruguaia em sua tese.²⁸⁶ O arquiteto, nessa lógica, era encarado como um homem de sua época, que deveria guiar sua prática a partir desses preceitos

²⁸⁵ Os quadros com os temas debatidos em cada uma das primeiras quatro edições dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos compõem o anexo 3 da presente dissertação.

²⁸⁶ III Congresso Panamericano de Arquitectos, *Actas e trabajos*, Buenos Aires, 1927, p.43.

entendidos como *modernos* e representar o “elevado grau de cultura, inteligência e progresso de um povo”, como argumentava Augusto de Vasconellos Junior.

Os delegados partiam de concepções distintas sobre as práticas profissionais e a atuação ideal do arquiteto. Stockler das Neves entendia a arquitetura como a arte de se construir segundo os princípios do belo, ou seja, não enquanto uma especialidade da engenharia, mas como uma disciplina autônoma.²⁸⁷ A comissão argentina não excluía essa possibilidade de entendimento e atuação, identificando-a como uma definição tradicional na qual o profissional, por meio do projeto, dirigiria e supervisionaria as obras. A definição mais complexa, segundo eles, seria a do arquiteto enquanto construtor, não só dirigindo, mas tomando parte nos “negócios capitalistas” da construção civil. As duas perspectivas, seriam igualmente legítimas e eram apresentadas em uma chave de equiparação, pela qual é destacada o entendimento heterogêneo sobre o exercício profissional. Para Cópola, autor do trabalho argentino, esses dois modelos e tipos de prática profissional seriam fatores que antagonizavam o campo profissional na Europa e na América, onde essa concepção plural deveria ser priorizada devido as condições peculiares do mercado.²⁸⁸

A identificação dessa determinada particularidade americana não é exclusiva do trabalho apresentado pelos delegados argentinos. O chileno José Alcaide também enfatizou essa perspectiva, argumentando sobre a inserção específica desse “arquiteto jovem”, ou americano, no mercado e campo profissional. Ou seja, não era só o mercado americano que mostrava uma dinâmica diferente àquela encontrada no “velho continente”, mas a América também condicionava um novo tipo de profissional.²⁸⁹ Esse pressuposto, além de trabalhar em prol dessa noção da peculiaridade, também era mobilizado no sentido de não universalizar a prática profissional.

É interessante observar que no I CPA a comissão uruguaia era a única a, explicitamente, defender uma postura que considerasse as diferenças entre práticas e profissionais americanos. No Congresso da Argentina, contudo, a estratégia de se construir uma suposta identidade profissional não dependia de um consenso efetivo que homogeneizasse o continente. Ela seria forjada, justamente, a partir dessa diferença, que explicitava, por sua vez o jogo e tensão entre regional e universal. Apesar de estarem submetidos a problemas muito similares e estabelecerem categoriais analíticas e práticas comuns americanas, as respostas de cada delegação seriam particulares a seu contexto e

²⁸⁷ O debate proposto no segundo capítulo da presente dissertação sobre a trajetória de Christiano Stockler das Neves nos ajuda a entender as motivações de sua defesa pelo aspecto artístico e autônomo da disciplina arquitetônica. III Congresso Panamericano de Arquitectos, *Actas e trabajos*, Buenos Aires, 1927, p.50.

²⁸⁸ Idem, p.41.

²⁸⁹ Idem, p.55.

nação. Dessa maneira, entre o local e universal, entre o particular e o geral, esses arquitetos demonstravam os limites do consenso e reafirmavam a importância estrutural desse repositório de diferentes saberes e práticas na formação e consolidação de seu campo profissional.

Os uruguaios continuavam a reafirmar o aspecto errático da condição do arquiteto americano em comparação com a Europa, enfatizando como isso refletia a própria sociedade, que o obriga a “a transformar seu ateliê em uma oficina comercial”. Ou seja, as práticas distintas daquelas canonizadas nas academias e instituições europeias era encarada como uma nova possibilidade de inserção política e social do profissional, e não como um fardo.

Diferentemente dos demais trabalhos, nos quais identificamos esforços de pluralizar a prática profissional dos arquitetos e abranger atividades tão distintas quanto legítimas de se exercer a profissão, os dois trabalhos brasileiros partiam de um pressuposto diferente. Neles, apesar de não haver consenso sobre as relações entre arquitetura e engenharia, observa-se esforços de universalizar o perfil do arquiteto a partir de concepções específicas sobre as atribuições profissionais – nem sempre convergentes –, buscando aplicá-las a distintos contextos encontramos nas cidades americanas.²⁹⁰ Esse movimento se opõe ao reconhecimento da diferença, fortemente marcada nos trabalhos argentinos e uruguaios. No trabalho do comitê brasileiro, Vasconsellos Junior afirmava que esse contexto específico de atuação do arquiteto americano era mau orientado, fazendo com que a época *moderna* fosse marcada pela transformação da arquitetura em produto onde “o lucro é a preocupação maior”.²⁹¹

É necessário, aqui, destacar novamente a importância de não se limitar aos debates nacionais sobre a regulamentação profissional. A historiografia colocada em evidência no capítulo 1 da presente dissertação caracteriza o Decreto n.23.569 como “ineficaz” na garantia do monopólio sobre o mercado de trabalho e ser impreciso em suas atribuições e definições, tendo como efeito a tolerância com práticas e perfis profissionais distintos. Entretanto, esse não foi um movimento ou estratégia impensada ou traçada somente por “imprecisões” do campo profissional no Brasil ou mesmo por um caráter deficitário ou aquém dos arquitetos brasileiros em relação as práticas profissionais europeias. Pelo contrário, o exame dos trabalhos e atas dos Congressos Pan-Americanos indicam que a ênfase das normas em uma concepção plural da atuação do arquiteto seria, justamente, o suposto diferencial da

²⁹⁰ O trabalho assinado por Vasconsellos é mais reticente, nesse sentido, do que o de Stockler das Neves. Isso se deve, muito provavelmente, a formação politécnica de grande parte dos arquitetos da comissão brasileira nesse encontro, que também eram membros de associações profissionais nas quais essa tensão era menos rígida.

²⁹¹ Idem, p.60.

"realidade americana" e o que possibilitaria o arquiteto a ocupar um lugar de destaque na sociedade. Ou seja, sua não limitação a uma formação exclusivamente técnica ou artística, bem como a não interdição a seu envolvimento com o mercado da construção – entendido como contrário às "práticas liberais" defendidas pelo modelo profissional identificado como "francês" – eram projetos continentais para a profissão calorosamente debatidos desde 1920.

As soluções apontadas em 1927 pareciam partir da mesma premissa: sanar o problema do uso indevido de títulos e privilegiar uma melhor apreensão, pelo público e pela sociedade, do exercício profissional do arquiteto em sua condição peculiar na América. Nesse sentido, os delegados uruguaios reafirmavam a necessidade de leis de regulamentação que impeçam esse "estado desleal" de concorrência no mercado –possibilitado, sobretudo, pelo público leigo. Tais normas deveriam, além de apurar os mecanismos de registro profissional, abarcar dispositivos que permitissem a melhor compreensão do papel do arquiteto na construção garantindo, ao mesmo tempo, as múltiplas possibilidades de atuação do arquiteto americano. Complementando essa intenção uruguaia de se privilegiar as supostas peculiaridades na atuação do arquiteto americano, os delegados chilenos chegaram em seu trabalho à conclusão de que era necessário, antes disso, repensar o ensino e os currículos das escolas de arquitetura que ainda não contemplavam essa perspectiva e forneciam instrumentais ineficazes aos estudantes de arquitetura para a resolução de tais problemas específicos.

A inserção dos profissionais estadunidenses nesse debate é digna de nota. Em seu trabalho, o delegado Frank Watson elencava e apresentava nove princípios básicos propostos para a prática profissional do arquiteto elaborados pelo American Institute of Architects.²⁹² A ênfase de tais diretrizes do AIA eram nitidamente baseadas em uma concepção corporativista da profissão, estabelecendo um corpo de doutrina a ser seguido pelos arquitetos que abarcava, inclusive, a dimensão ética de seu exercício. Esse esforço de

²⁹² São elas: "As relações de um arquiteto e seu cliente repousam na boa fé"; "O contratista [empregado] confia no arquiteto para defender seus interesses [...]", de maneira que ele pode desaprovar os materiais e manufaturas empreendidos na execução da obra por não estarem em conformidade com o projeto e o contrato de construção; Permite a troca de informações entre arquitetos e "aqueles que completem e tratem dos materiais que o arquiteto propõe", entretanto, o emprego de "serviços livres de engenharia" oferecido pelas manufaturas deve ser acompanhado de uma obrigação que pode ser prejudicial para o interesse do proprietário; O AIA deve formular um guia para determinar como devem ser montadas e como funcionariam as comissões profissionais, de maneira que o arquiteto não possa receber gratificações ou comissões de um contratista ou de qualquer outra pessoa que não o cliente, tão pouco competir com outro colega arquiteto sob acusações profissionais [Código de ética?]; O arquiteto deve ser "desinteressado e justo conselheiro", na medida em que deve agir sob os melhores interesses de seus clientes; O arquiteto não deve fazer publicidade e divulgação própria, mas pode publicar modelos, aportes e progressos de algum trabalho encomendado; O arquiteto não pode oferecer ou continuar realizando um serviço sem remuneração; Um arquiteto não pode, falsa ou maliciosamente, infundir direta ou indiretamente a reputação de outro arquiteto; O AIA expediu uma circular que traçava algumas considerações sobre os concursos: um arquiteto não pode tomar parte de um concurso o qual não tenha incluído as "precauções que a experiência tem estabelecido ser necessárias".

centralizar o controle profissional por uma instituição dos EUA não era inédito e parece que surtia efeitos em alguns países latino-americanos. O trabalho do brasileiro Christiano Stockler das Neves, por exemplo, tomava o AIA como referência e modelo para resolução de questões relacionadas ao uso do título de “arquiteto”.

No ano de 1930 o evento foi sediado no Rio de Janeiro e não teve suas atas e trabalhos publicados oficialmente pelo Comitê Executivo – como feito nos anos anteriores e mesmo posteriores. Com isso, as publicações técnicas se tornaram um dos meios mais importantes para difundir as polêmicas questões levantadas pelos profissionais reunidos no evento. Nele, ao tema da regulamentação foram incorporados os debates relativos ao direito de autor do arquiteto. As quatro conclusões resultantes do tema VI, reafirmavam a necessidade de os poderes públicos sancionarem leis de regulamentação e que nelas fossem previstos os direitos de autor do arquiteto e a propriedade artística das obras arquitetônicas.²⁹³ Além disso, elas previam que, na ausência desse corpo legal, as disposições sobre tais matérias deveriam ser dadas por um conselho de arquitetos ou por uma associação de classe. A inclusão dessa ressalva nas conclusões dez anos depois do primeiro Congresso indica a persistente ausência, em grande parte dos países participantes, de normas federais que legissem sobre o exercício profissional dos arquitetos e a necessidade dessas articulações continentais para debater essa pauta.

Se, por um lado, os apelos dirigidos aos poderes públicos por medidas de controle e normatização do campo profissional constituem uma constante na história da profissão a partir dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, por outro, observa-se que as justificativas para esse fim foram elaboradas de diferentes maneiras e mobilizaram diversas áreas do conhecimento em prol de sua legitimidade. Nesse sentido, a maneira pela qual foram articuladas arquitetura, cultura e política, a partir de uma chave interpretativa que exaltava a peculiaridade americana, foi apurada.

Um exame superficial do temário do encontro de 1930 pode nos levar a crer na perda de centralidade do tema da regulamentação a partir da inserção de novos debates – como o da construção de arranha-céus – ou pelas batalhas estilísticas entre tradicional e moderno.²⁹⁴ Contudo, as tramas pelas quais os temas eram elaborados e tensionados indica, pelo contrário, um alargamento dos termos e limites do debate da regulamentação. Nota-se que,

²⁹³ Os debates sobre a natureza artística da obra arquitetônica se basearam, em grande parte, nas conclusões dos Congressos Artísticos Internacionais.

²⁹⁴ A centralidade dos arranha-céus, seja enquanto problema ou solução, na IV edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos é, para além de discursiva, visual. Em todas as suas edições, os CPA's elaboraram selos, cartões postais e cartazes em prol da divulgação dos eventos nos países que o sediariam. O cartaz mais divulgado em 1930, não por acaso, esboçava, por formas e linhas que se aproximavam de um art deco, um arranha-céu.

por trás da maioria das teses, continuavam sendo levantadas perguntas que orbitavam em torno da questão: mas, afinal, o que é a arquitetura? E, por extensão, quais devem ser atribuições e deveres do arquiteto? Com isso, percebe-se que a supressão da regulamentação no temário de alguns encontros não significou sua retirada das pautas, mas indica como os próprios Congressos se transfiguraram em metonímia do processo de regulamentação e da própria profissão de arquiteto na América.

Os embates entre os defensores da arquitetura modernista e aqueles que defendiam um viés tradicionalista, bem como a institucionalização do urbanismo foram os temas dominantes no encontro ocorrido no Rio de Janeiro, ou, ao menos, os mais evidenciados pela historiografia. O chamado por uma “arte nacional”, que começou a se delinear no encontro anterior, na Argentina, toma forma de tese no Brasil na oposição formulada entre regionalismo/tradicionismo e “espírito moderno”. As discussões acerca dos primeiros arranha-céus também ganharam destaque, puxadas, sobretudo, pela delegação dos EUA (única que já havia construído esse tipo de edificação em seu território). A conveniência da construção desse tipo de edificação foi colocada em questão sob diversos aspectos – higiênicos, econômicos, sociais e estéticos – exigindo que se pensasse, nos projetos, em uma escala maior do que a do edifício.

Ainda assim, a necessidade de colocar na ordem do dia novos problemas, advindos de novas técnicas construtivas ou novos arranjos políticos, não suplantou os debates sobre regulamentação profissional. Ao contrário, percebe-se como as novas pautas, em 1930, atualizaram definições e proposições sobre a prática profissional dos arquitetos, que deviam, então, pensar não só intervenções pontuais, mas aumentar a escala e abarcar, nos projetos, o entorno, os bairros e até a cidade, em sua escala total, urbana.

3.3 O lugar da América

Ao longo de todas essas edições é possível perceber o esforço desses arquitetos em identificar, quando não exaltar, certa peculiaridade da América, seja ela positivada ou negativada. Para além da construção de um perfil profissional específico para o arquiteto americano, já apontada na análise dos trabalhos relativos ao tema da regulamentação, essa tônica se fez presente em diversos outros temas e perpassou as quatro edições aqui examinadas.

Logo no primeiro tema do primeiro Congresso, em 1920, essa ênfase já era assumida de forma bastante explícita. Os debates sobre “transformação, *ensanche* e embelezamento da cidade de tipo predominante na América” enfatizaram a falta estudos sobre as condições de

higiene, estética e economia. Essa ausência iria caracterizar essas condições especiais das cidades americanas, caracterizadas por um estado de coisas extremamente defeituosas.

As soluções para se reverter esse quadro seriam alcançadas através de uma maior regulação das reformas e extensões urbanas pelos Estados e Governos locais e o abandono de algumas práticas tidas como arcaicas, como a uniformidade geométrica dos lotes, em prol dos preceitos de uma urbanização *moderna*. Além disso, os arquitetos ainda expressaram, nas conclusões, a necessidade urgente de se criar um organismo central – a Liga Pan-Americana das Cidades, que nunca existiu nesses termos – responsável por sistematizar o intercâmbio de ideias, projetos e observações experimentais entre as cidades da América, acompanhado de um plano de propaganda que despertasse, no público, o interesse acerca dos estudos relativos aos problemas de urbanização e seus múltiplos aspectos.²⁹⁵

O ensino da arquitetura era entendido como crucial no desenvolvimento do *progreso* e da cultura americanas e responsável por criar um ambiente favorável a seu desenvolvimento. Nesse sentido, as teses que defendiam a criação de Faculdades e Escolas Especiais de Arquitetura argumentavam que o ensino dessas instituições deveria ser pautado pelos estudos artísticos, técnicos e científicos necessários ao arquiteto.²⁹⁶ Esses conteúdos deveriam enfatizar especificamente o que eles entendiam por uma História da Arquitetura da América – e, aqui, a exaltação da História, com H, não era apenas recurso estilístico. O Congresso reconheceu a importância de tal demanda por meio de suas conclusões e a considerou necessária como complemento do ensino da História da Arquitetura nas universidades americanas e, por conseguinte, como complemento da educação e cultura artística do arquiteto americano. Dessa forma, cada Universidade ou cada Faculdade de Arquitetura do continente deveria desenvolver interesse sobre a arquitetura e arte próprios de seu país e das regiões que ele abarca, objetivando constituir uma “grande obra de História da Arquitetura da América” a partir da congregação dessas diferentes e particulares histórias.

Esse tipo específico de História – explicitado nesse debate sobre as escolas de arquitetura, mas identificado como pressuposto em diversas outras formulações e temas – indicam um arranjo específico dos fatos históricos, dispostos a partir de uma filosofia da história defendida e elaborada por Hegel no século XIX.

O filósofo tem como base de suas reflexões o que ele chama de “realidade universal”, traduzida pelo conceito de Espírito, que é aquilo que “conhece a si mesmo” em um regime que comporta apenas uma realidade absoluta. O Espírito é uma ideia completa de si,

²⁹⁵ PRIMER CONGRESO PAN-AMERICANO DE ARQUITECTOS. *Actas e trabajos – publicación oficial del Comité Ejecutivo del Congreso*, Montevideo: Imprenta y casa editorial Renacimiento, 1921, p.173-5.

²⁹⁶ Esses argumentos foram sintetizados na tese apresentada pelo delegado uruguaio Fernando Capurro.

alcançada por meio de uma sucessão de etapas. A história efetiva é, nesse sentido, uma projeção no tempo dessa série de etapas, desse processo lógico. Essa série temporal de acontecimentos evolutivos do Espírito conforma o que Hegel chama de História Universal, na qual cada estado lógico é vivido, executado e representado por um “grande povo” que, em determinado momento, passa a adquirir um autoconhecimento do *Espírito* universal e *evoluiu*, alcançando o *progresso*.²⁹⁷

Sua perspectiva, contudo, não é a de se apoiar em um progressismo vulgar, generalizável, já que, para ele, o histórico é a emanação da razão, parte fundamental de todas as épocas e povos e requisito fundamental para sua evolução. Nesse sentido, Hegel argumenta que a História Universal é, antes de uma gigantesca sequência de aleatoriedades, uma evolução estruturada e racional. Esse ordenamento e evolução, por sua vez, se fazem em função do tempo presente, a partir do pressuposto de que sem tal desenvolvimento histórico ele não existiria. Grosso modo, na filosofia hegeliana da história, todas as qualificações e valorizações do passado são calculadas a partir do presente, que se configura como um término da evolução, na qual o histórico é somente o passado e nós somos seu “lúcido resultado”.²⁹⁸ A noção de Hegel de evolução é muito específica e calcada pela mudança do mesmo, próxima a uma concepção biológica de evolução na qual na semente já se tem a flor. As tentativas de se construir e forjar identidades e passados nacionais que serviriam de substrato para a prática arquitetônica americana, portanto, se inserem nesse sistema evolutivo que tinha como fim a civilização.

A *Filosofia da História Universal* formulada por Hegel evidentemente é mais complexa do que o exposto aqui. Entretanto, retomo a leitura feita pelo filósofo espanhol José Ortega y Gasset que buscou, nessa concepção de história, a maneira pela qual Hegel entendia a América. Em texto publicado originalmente em 1930, o autor caracteriza as reflexões hegelianas como imperiais, afirmando que Hegel monta um sistema fechado, sem evolução além de si mesmo. O presente, para ele, não seria um tempo qualquer, mas “este e somente este” e, por isso, não se transformaria em nada, continuaria idêntico e sem ultrapassar-se.²⁹⁹ Esse caráter e essa ausência de um futuro na filosofia de Hegel, argumenta o autor, coloca

²⁹⁷ Essa síntese da filosofia hegeliana foi elaborada com o propósito de situar, de maneira superficial, algumas concepções históricas. Não pretend estabelecer um diálogo direto com o filósofo, dado que, para isso, seria necessário maiores investimentos em estudar suas reflexões e teorias. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: introdução a filosofia da história universal*. Lisboa: Ed.70, c1995.

²⁹⁸ ORTEGA Y GASSET, José: Hegel y América. El espectador VII (1930). In: *Obras completas*. Madrid: Revista de Occidente, 1963, vol. II, p. 563. Disponível em: http://www.filosofia.mx/index.php/forolibre/archivos/hegel_y_america. Acesso em 05 dez. 2017.

²⁹⁹ Apesar dessas considerações, o autor afirma que o “nosso tempo” não é uma questão resolvida na filosofia de Hegel.

uma grande problemática relativa à história da América, frequentemente caracterizada como um eterno vir-a-ser.

Segundo Ortega y Gasset, a partir dos preceitos racionalistas utilizados por Hegel, o passado seria constituído apenas por aqueles povos que formaram claramente um Estado, tido como o início de uma nova realidade, sobrenatural – em oposição àqueles povos que ainda viviam em um estado natural. Dessa forma, os povos considerados primitivos não entram na História e são condenados a permanecer na “pré-história”, lugar dos “homens da natureza” e da não-história (ou anti-história).³⁰⁰ Na natureza, segundo ele, cada coisa está submetida a algo externo a ela, o que, por essência caracterizaria a escravidão e a ausência do *progreso*, fazendo com que as coisas permanecem sempre as mesmas: “A vida natural termina sempre em um indivíduo igual aquele que já foi”. Com isso, em um regime de oposição, a História se configura como a libertação dessa eterna repetição.

Suas incursões sobre as relações entre pré-história e natureza ainda se aprofundam: se a natureza precede e prepara o *Espírito*, nela, a mescla com os animais e com a paisagem *fermenta* o humano. Portanto, a natureza pode ser encarada, também, como geografia – tema ao qual Hegel destina um capítulo específico de sua obra e, como aponta Ortega y Gasset, insere o estudo sobre a América. Dessa maneira, a América enquanto vir-a-ser, ou seja, como um eterno futuro, configura-se a partir do que ela ainda não é. Ortega y Gasset argumenta que é justamente essa a definição de Hegel para a Natureza, indicando um paradoxo latente no lugar do continente na História Universal: caracterizada por seu eterno “porvir”, mas, ao mesmo tempo, localizada na pré-história.³⁰¹

Para Hegel, a América ainda não teria começado sua plena vida de Estado por não ainda haver no continente tensões suficientes para produzir mudança. É nesse ponto que ele traça a importância do que ele entende por cidade. Para que um Estado adquira verdadeiras condições de existência é preciso que ele não esteja sujeito a uma emigração constante e que a classe agricultora, impossibilitada de estender-se, tenha que se *concentrar* em “cidades e indústrias *urbanas*”.

É a partir dessas linhas da filosofia da História de Hegel que Ortega y Gasset identifica uma teoria geral nunca completamente explicitada por ele, apesar de facilmente detectável. A partir da exposição das características e da realidade americanas é possível,

³⁰⁰ A história só começa, nessa perspectiva, com a entrada do “homem espiritual” (ou o desenvolvimento do Espírito), tendo como sintoma a consolidação do Estado, que garantiria, por meio da formulação para si de suas próprias leis, a liberdade e a autonomia: somente o Espírito, com a consciência de si mesmo, pode ser livre.

³⁰¹ ORTEGA Y GASSET, José: Hegel y América. El espectador VII (1930). In: *Obras completas*. Madrid: Revista de Occidente, 1963, vol. II, p. 566. Disponível em: http://www.filosofia.mx/index.php/forolibre/archivos/hegel_y_america. Acesso em 05 dez. 2017.

segundo ele, entrever uma lei fundamental da História de Hegel nunca formulada separadamente: a história da “espiritualização” do Universo é dada em função da densidade populacional dos agrupamentos humanos. O termo, evidentemente, não fora usado pelo filósofo no século XIX, entretanto, a noção estava implicada na ideia de que a humanidade “esparramada” não consegue adquirir consciência de seu *Espírito* e depende de uma disposição especialmente compacta e densa para que sair da vida natural. Segundo Hegel, quando o espaço sobra, a Natureza se apodera do homem.³⁰²

Nessa teoria, qualquer aspecto *moderno* identificado na América seria, simplesmente, o resultado de uma transposição mecânica da cultura europeia a um meio mais “fácil”. Apesar disso, a “alma americana” continuaria dotada de uma espiritualidade primitiva, constituindo-se em não mais do que um eco do “velho mundo” e um reflexo de uma vida alheia. No exame das atas e dos trabalhos publicados em virtude dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos podemos identificar inúmeros argumentos que, de maneira mais ou menos direta, remetem a essas noções que conformam e caracterizam a teoria da história formulada por Hegel.

Os planos reguladores para as cidades americanas pretendiam melhorar não só os equipamentos urbanos e sua estrutura física, mas também, e principalmente, a moral desses povos, em uma clara correspondência. Ademais, a própria compreensão da história sublinhada nas conclusões do Congresso indica a permanência desse ideal progressista hegeliano, no qual a América é colocada permanentemente em uma condição de busca pela saída do mundo natural. As estratégias traçadas para isso evidenciam, também, o lugar da Europa na visão desses profissionais, colocada no extremo oposto, em franca condição evoluída.

Essa disparidade entre o novo continente e o velho mundo tem inúmeros efeitos, dos quais destaco dois. O primeiro é identificado nos esforços desses arquitetos das primeiras décadas do século XX em elaborar projetos e propostas que objetivavam tirar a América de sua condição natural e anti-histórica, a serem implementados no vasto e “esparramado” continente. O segundo, cuja consequência pode ser observada a mais longo prazo, se refere a manutenção e reposição dessa distância espiritual, justificativa para as interpretações historiográficas assentadas na importação de modelos explicativos e pragmáticos alheios à “realidade americana”.

³⁰² As elaborações em torno do lugar da América não se reduzem às teorias de Hegel e constituem um problema intelectual abordado por muitos pensadores. Uma retomada história dessa polêmica foi feita por Antonello Gerbi a partir da inserção de Hegel em uma tradição que se iniciou antes dele e continua a ser atualizada. GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

No primeiro caso, a partir do entendimento da filosofia da história que perpassava as conclusões e posições defendidas por esses profissionais, que mobilizavam um vocabulário político específico, é possível sublinhar o lugar da América em seus projetos e o papel dessa classe profissional na conquista desse suposto destino. Se, para Hegel, a América estava, paradoxalmente, entre a pré-história e o vir-a-ser, cabia a esses arquitetos operar essa transição a partir de suas intervenções nas cidades e tornar possível o *progresso* do continente. No segundo, os efeitos são historiográficos e se relacionam-se com a persistência de *explicações* dos problemas da nação pela impossibilidade de aplicar modelos alheios (políticos, culturais, artísticos) à realidade nacional.

No Brasil, um dos estudos que deu origem a esse tipo de interpretação e sustentou tais pressupostos é a tese do crítico literário Robert Schwarz, que na década de 1970 afirmou que as ideias estaria, aqui, fora do lugar. Considerada uma de suas mais polêmicas obras, o autor objetiva defender seu argumento sobre a disparidade entre a sociedade brasileira oitocentista, caracterizada pelo escravismo, e as ideias do liberalismo europeu. O argumento do autor é o de que as “ideias europeias” são sempre mobilizadas, no Brasil, em sentido impróprio, sobretudo devido as relações de produção e o parasitismo no país, sua dependência econômica e a hegemonia cultural europeia. É importante destacar que, para a formulação de tais argumentos, Schwarz se apoiava em teorias da dependência próprias de correntes marxistas da década de 1980.³⁰³

Muitas foram as respostas a essas provocações de Schwarz, destaco aqui duas delas: a de Maria Sylvia de Carvalho Franco, professora do departamento de filosofia da USP, formada na mesma geração do autor; e a de Maria Stella Martins Bresciani, que redimensiona o debate ao campo específico da história da arquitetura e do urbanismo. A resposta de Franco parte da origem de formulações esquemáticas que opõem colônia e metrópole. Tais oposições, segundo ela, carregam consigo a ideia de uma ordem de mudanças: dos países centrais para os periféricos: “as primeiras encerram as condições para que sigam as mudanças nas segundas, mudanças que vão aparecer como alterações daquilo que apresentam de

³⁰³ Schwarz destaca determinadas peculiaridades do Brasil, que o levaram a tal disparidade das ideias e do lugar: o caráter essencialmente agrário do país, bem como sua condição de recém independente (a partir da incorporação, segundo ele, de discursos liberais ingleses, franceses e americanos em nossa identidade nacional), dividido em latifúndios baseados na mão de obra escrava, por um lado, e pelo mercado externo, por outro. A ênfase é dada nas relações entre homens livres, tecidos socialmente a partir da política do favor, um mecanismo identificado como “mediação quase universal”. No campo discursivo, adotava-se as elaborações da “burguesia europeia”, enquanto, na prática, o favor reafirmava e alimentava tal sistema de trabalho, em um regime de coexistência estabilizada. Como resultado, atribuiu-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc., conformando um sistema no qual há não só o deslocamento de ideias, mas uma confusão em seu uso. SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34,2000 [1977].

permanente”.³⁰⁴ Portanto, para a autora, a noção corrente de “ideias fora do lugar” é derivada de pressupostos calcados em relações de exterioridade entre Brasil e Europa (como modos de produção essencialmente diferentes e o processo social referido a algo de permanente e diverso do capitalismo e que muda sob seu impacto). Os dois continentes não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, como já delineava a teoria hegeliana, mas se desdobram a partir de desenvolvimentos particulares que carregam em seu bojo o conteúdo essencial do sistema capitalista – o lucro. Assim, a produção e a circulação de ideias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, sem a dissociação analítica de suas partes, como feito por Schwarz.

Entre a negação e a aceitação acerca do lugar das ideias apresentadas nos parágrafos a cima, Bresciani questiona se as ideias têm lugar. Como determinar a nacionalidade ou procedência “nacional” de ideias ou programas urbanísticos e/ou arquitetônicos? Para responder à questão ela recorre a Elias Palti, que propõe uma nova metodologia para esse tipo de análise: adentrar o universo conceitual da temporalidade de tais eventos.³⁰⁵

É fundamental, em ambas as análises, a noção de linguagem política, entendida como fornecedora de múltiplas chaves de entrada aos temas delineados, tomados em suas mudanças semânticas que, nem sempre, são apreensíveis pelos dicionários. Para reconstruir a linguagem política de um período, argumenta Bresciani, não basta reconstruir o vocabulário político, faz-se necessário “[...] penetrar a lógica das articulações e a forma como se recompõe o sistema de suas relações recíprocas”.³⁰⁶

O pressuposto das “ideias fora de lugar” de Schwarz é, segundo ela, a transposição da noção política de descompasso entre ideias liberais e sociedades atrasadas em um plano cultural, passando a ser chave interpretativa para as dimensões políticas, culturais, econômicas, arquitetônicas e urbanísticas dessa sociedade. Dessa maneira, as noções de “centro” e “periferia” se tornam, nesses casos, facilitadores de análise e estabelecem hierarquias polarizadas – como os binômios inferior/superior, desenvolvido/subdesenvolvido, avançado/atrasado, ou, no caso dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, arcaísmo/progresso – que orientam o campo da história. Ela evidencia análises comumente feitas de “importações” ou transposições de modelos ou

³⁰⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar, in *Cadernos de Debate – História do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976, p. 61.

³⁰⁵ PALTÍ, Elías J. *El tiempo de la política*. Buenos Aires, Madri e México D.F.: Siglo XXI, 2007.

³⁰⁶ A metodologia de análise proposta por Bresciani a partir das “linguagens políticas” vai no encontro das formulações de Skinner e Pocock ao chamarem a atenção para o “contextualismo linguístico”. BRESCIANI, Stella. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, José Francisco B.; MENDONÇA, Eneida Maria (org.). *A Construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória: EDUFES, 2012, p. 151.

estilos europeus para o Brasil por meio dos “neos” arquitetônicos ou mesmo da “haussmanização” urbanística e argumenta, tecendo sua crítica a essa tradição, que cada elemento – seja especificamente da arquitetura, ou mesmo da linguagem política – pode e deve ser passível de modificação, sobretudo em razão da circunstância espacial que é empregado.³⁰⁷

As noções e conceitos usados na arquitetura e no urbanismo não têm um lugar fisicamente determinável. Elas parecem mais compor um amplo e complexo campo de conhecimento estruturado no evidente intercâmbio entre profissionais da área, como explicitado por meios dos esforços pan-americanos em se estabelecer trocas profissionais e intelectuais. Dessa forma, tais campos configuram-se como instáveis e permanecem sujeitos à transitoriedade das ideias, à contingência de suas aplicações, à polissemia de seu vocabulário e, sobretudo, aos diferentes embates de interesses de ordem variada.

Além de identificar esses pressupostos nas posições tomadas pelos delegados nos debates dos Congressos, ênfase a maneira pela qual, através deles, o exercício profissional dos arquitetos era legitimado. Por meio dos discursos analisados anteriormente, nota-se que uma das estratégias desenvolvidas pelos arquitetos era a de mobilizar categorias culturais e a própria noção de “cultura” em prol de sua categoria profissional. Essa centralidade da cultura, e seus consequentes desdobramentos políticos, aliada ao lugar paradoxal da América na História universal resultava em um protagonismo ímpar dos arquitetos frente às sociedades americanas.

O vínculo entre os dois campos, longe de ser uma temática elaborada exclusivamente nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, é uma pauta comum a diversos países americanos no período posterior às suas independências políticas. A arquitetura, bem como a pintura e outras manifestações artísticas, serviram como base e linguagem para a elaboração de diversos discursos – heterogêneos e, por vezes, antagônicos – que visavam construir, nesses países, uma identidade nacional. O papel fundamental da cultura na “jovem” tradição da América era tomado como explicação para a necessária atuação da figura do arquiteto.

A centralidade da cultura foi tema de muitas reflexões de Gilberto Freyre, cuja trajetória também expressa uma interpretação dessa ideologia pan-americanista. Ela é

³⁰⁷ Em relação ao campo da arquitetura a transferência do projeto baseado no *tipo* nunca aconteceria arbitrariamente, mas sim pela adequação do *tipo* a irregularidades do terreno, ao caráter do ambiente, às exigências dos destinatários, aos limites do orçamento e, obviamente, as demais condicionantes do trabalho do arquiteto. Por meio do trabalho de Donatella Calabi acerca da formação do urbanismo europeu, Bresciani ainda indica a importância de se pensar e mapear as redes de informações e de profissionais, nas quais prevalecia a prática do compartilhamento de experiências, a ponto de ser possível identificar uma espécie de “sociedade urbanística internacional”, atuante na propaganda, no âmbito operacional e na organização de situações de trocas e de debates que permitiu definir a redefinir com maior precisão noções, categorias e conceitos.

destacada como um “paradigma válido para se compreender a formação de uma sociedade complexa em suas múltiplas contradições e ambiguidades”.³⁰⁸ José Lira tem se dedicado a pensar esses temas e analisar o urbanismo por esse “aspecto menos óbvio” por ele denominado “temário localista” na obra de Freyre. Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* em 1999 ele articula matrizes do pensamento social brasileiro – sobretudo as categorias de “raça” e “cultura” – com a formação do espaço urbano no país.³⁰⁹ O debate e diferenciação dos conceitos de “raça” e “cultura” dentro da disciplina da antropologia no Brasil teve efeitos, mesmo que nem tão aparentes, na elaboração de discursos sobre as cidades e quem estaria autorizado em intervir nelas.

Lira enfatiza os dois conceitos como centrais e atuantes sobre “plataformas nacionalistas” até, pelo menos, a década de 1940. A melhor distinção entre as duas categoriais, bem como a preferência pela segunda, deslocou as interpretações baseadas no racismo científico que davam tom às polêmicas identitárias do começo do século:

Daí a necessidade, tão retórica quanto politicamente recomendável, de se traduzir o termo ‘raça’ por ‘cultura’, afinal a resolução dos problemas brasileiros, a regeneração e reivindicação de uma identidade mestiça para o povo – a exemplo do homem latino-americano – deveria ser pensada no âmbito da ‘solução nacional’ e não importadas de ambientes e sociedades alienígenas. Só assim a inferioridade do povo, acidental em vez de biológica, poderia ser desfatalizada e o caráter nacional, necessariamente artificial, formado.³¹⁰

Com isso, conhecer o “povo brasileiro” corresponderia a observar os níveis de educação da população, seu estado de saúde, condições de trabalho e moradia, costumes, vícios, dentre outras “manifestações culturais”. Ou seja, as primeiras iniciativas criadas no sentido de uma política urbanística – através do disciplinamento legal, policiamento e medicalização do espaço urbano – acabaram conformando um espaço profissional, na década de 1920, que reforçaria o “prestígio da eugenia como ciência médica”, capaz de transformar a nação em um “corpo homogêneo e saudável”.³¹¹

³⁰⁸ Idem, p.29.

³⁰⁹ LIRA, José. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, Campinas, v. 1, n.1, p. 47-78, 1999.

³¹⁰ Idem, p.48.

³¹¹ Apesar da intensa medicalização presente nos discursos sobre a cidade a partir de então, Lira procura, com o artigo, entender como outros saberes foram tão constitutivos quanto esses na formulação da nova disciplina. Dessa maneira, busca destacar os pressupostos com os quais as ideias e teorias urbanísticas tiveram que se confrontar nesse período, em um movimento que relaciona pensamento social e saber técnico. Nesse processo, Oliveira Vianna, Alberto Torres, José Marianno Filho, Donald Pierson, Samuel Lowrie, Oscar Egídio, Arthur Ramos e Gilberto Freyre compõem um arcabouço de distintas vertentes, leituras e imagens sobre a cidade no Brasil que, por vezes, se tornava pano de fundo – no sentido de uma referência ou horizonte de reflexão nem sempre aparentes – dos textos especializado do engenheiro, do arquiteto e do urbanista.

Essa desfatalização promovida com a mudança do entendimento da identidade nacional do conceito de *raça* para o de *cultura* na década de 1930, como argumenta o autor, teve um impacto no interior do campo profissional do arquiteto que, então, se delineava. Os arquitetos reunidos nos Congressos Pan-Americanos argumentavam, via cultura, a necessidade de se normatizar o campo profissional, bem como a função social e política do arquiteto, expressa através de sua “missão”. Nesse sentido, essa transição do conceito antropológico de *raça* – categoria quase que essencial dos povos, a qual não abre a possibilidade de intervenção, ao menos via arquitetura, em prol de um “melhoramento” ou evolução – para o de *cultura* – passível de um progresso e de uma evolução, ou seja, de ser transfigurada em alvo de uma missão civilizatória – possibilitou que esses profissionais se colocassem em um lugar privilegiado de atuação. Dessa maneira, justificavam e legitimavam sua profissão enquanto agentes de um processo de civilização e evolução cultural, e, por extensão, moral, dos povos e nações americanos.

Considerações finais: Arquiteturas Políticas

Não conheço diploma de maior equilíbrio e de maior humanidade em face das exigências científicas, porque, de um lado, atendeu aos imperativos da boa doutrina no campo cultural, sem sacrificar a realidade e de outro não excluiu ninguém do direito profissional. Deu mesmo certa legalidade aos que não provinham das escolas e possuíam apenas a carta de experiência e da idoneidade moral. Mas fechou a porta, de então por diante, à ignorância, ao falso saber e à contrafação. E não reservou para o Estado o direito de decisão sobre os interesses profissionais. Confiou à ilustre classe o desempenho desse alto programa em favor de uma renovação de sistema.

Alexandre Marcondes Machado Filho, 1943³¹²

A promulgação do Decreto Federal nº23.569, em 1933, representa a consolidação de uma perspectiva sobre o campo e a prática profissional forjada por meio dos embates entre arquitetos e engenheiros diplomados, construtores, mestres de obras e diversos trabalhadores envolvidos com o mercado da construção civil no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Foram fixadas atribuições específicas para a engenharia, a arquitetura e a agrimensura e foi criado o sistema CONFEA/CREA. A implementação das diretrizes e normas fixadas pelo Decreto nos anos seguintes, como observado a partir dos Congressos de Conselheiros, foi tensa e assentou-se em diversas estratégias. Eram frequentes, ao longo das décadas de 1930 e 1940, balanços e críticas sobre a situação pós-regulamentação, algumas publicadas em periódicos e revistas de grande circulação, não necessariamente restritas a essas classes profissionais.

Em maio de 1937, a matéria “As finanças do architecto” foi publicada nas páginas da revista mensal *O Observador Econômico e Financeiro*, periódico dedicado à questões econômicas que circulou no Rio de Janeiro entre 1936 e 1962. Era a transcrição de uma conversa proposta pela redação da revista a nove arquitetos atuantes no campo carioca sobre a situação econômica dos arquitetos brasileiros.³¹³ A motivação seria a quebra de expectativas em relação à classe dos arquitetos: “a impressão que nossos arquitetos estavam nadando em

³¹² Discurso pronunciado por Alexandre Marcondes Machado Filho na sessão inaugural do quinto Congresso de Conselheiros Federais e Estaduais do CONFEA, realizado no Rio de Janeiro em 1943. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943, p.99.

³¹³ Os arquitetos reunidos pelo *Observatório* em maio de 1937 foram: Armando de Godoy, ex-diretor da Diretoria de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal; Gerson Pompeu Pinheiro, autor do projeto do Albergue da Boa Vontade, de 1931, juntamente com Affonso Eduardo Reidy, tido como um dos primeiros edifícios modernistas da cidade; J. Cordeiro de Azevedo, arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes e diretor da revista *A Casa*; Angelo Murgel, membro de numerosas associações profissionais locais e delegado brasileiro nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos; Santos Maia, autor do Edifício São Francisco; Marcello Roberto, um dos irmãos Roberto que, dentre outros projetos, elaboraram o da Associação Brasileira de Imprensa; Penna Firma, autor do projeto do Liceu Literário Português; Enéas Silva, arquiteto das escolas do Distrito Federal; e Wladimir Alves de Souza, autor do projeto vencedor do futuro Ministro da Fazenda. *Observatório Econômico e Financeiro*, Ano 2, n.16, mai. 1937, p.39-43.

ouro!” quando a classe estaria, na verdade, “assoberbada por graves e sérios problemas de ordem técnica, jurídica e econômica”. O campo era apresentado como um conjunto infundável de grupos e indivíduos “mais ou menos desorientados e acéfalos” em regime de desorganização profissional.

Na ocasião, Angelo Murgel reafirmou a importância da tutela do Estado e avaliou o Decreto Federal de 1933 como insuficiente para a resolução dos problemas da classe. Os legisladores responsáveis por elaborá-lo teriam confundido as funções do arquiteto e do construtor de modo a não delimitar esses distintos campos profissionais. A solução estaria justamente em uma nova legislação capaz de *impor* a divisão por completo do campo em duas classes, a do arquiteto e a do construtor. Dessa maneira, engenheiros e arquitetos deveriam escolher apenas uma das atividades, projetar ou construir, de maneira a praticar apenas uma ou a outra.

A especialização das carreiras técnicas também era valorizada no discurso do então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, em 1943.³¹⁴ Ele fora motivado pelo aniversário de dez anos da promulgação do Decreto Federal, de onze de dezembro de 1933, e proferido na sessão inaugural do quinto Congresso de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura promovido pelo CONFEA durante os dias dez e dezesseis de dezembro.

Até o ano de 2010, quando foi promulgada a última lei de regulamentação da profissão e criado o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), na simbólica data do dia onze de dezembro era comemorado o Dia do Engenheiro e do Arquiteto.³¹⁵ Desde 2011, entretanto, as duas profissões ganharam dias diferentes para celebrar seu ofício e os arquitetos passaram a comemorar o seu dia a cada quinze de dezembro, data de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer. A simples mudança de data e o deslocamento comemorativo em quatro dias indica uma troca de mitologias: abandona-se a celebração do marco profissional tecnocrático comum às duas carreiras e reitera-se a mitologia modernista, com seus próprios heróis e teleologias. As celebrações em torno do Decreto Federal ao longo da história da arquitetura reforçam como os debates trabalhados ao longo dessa dissertação são constitutivos da profissão e do campo profissional.

³¹⁴ Alexandre Marcondes Machado Filho (1892-1974) era advogado, diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1914. Em 1926, foi eleito vereador em São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP). No ano seguinte, obteve uma vaga de deputado no Congresso Nacional e foi partidário da candidatura presidencial de Júlio Prestes nas eleições de março de 1930. Durante o Estado Novo, foi nomeado vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP) em 1937 e ministro do Trabalho, Indústria e Comércio entre dezembro de 1941 e outubro de 1945.

³¹⁵ Lei n.12.378 de 31 dez. 2010.

As ênfases do Ministro reforçam alguns aspectos dos projetos profissionais elaborados por uma elite de diplomados durante as décadas de 1920 e 1930. A extensão da legalidade de atuação a não diplomados, valorizada no discurso, pode ser identificada por meio dos registros profissionais, testemunhos da impossibilidade do monopólio supostamente buscado pelos diplomados. O campo profissional, apesar de não ter conseguido se manter *excludente*, tornou-se *circunscrito* às fronteiras das licenças e impostos fiscais criados pelo dispositivo legal. Ou seja, os não diplomados continuavam a integrar o mercado da construção civil e, em determinados casos, eram considerados profissionais pela hierarquia instituída pela campanha por regulamentação profissional e expressa pela diferença entre o *profissional diplomado* e o *licenciado*. A lei, portanto, transformou diferentes práticas em índices de competência utilizados como justificativa para uma nova hierarquia profissional baseada na valorização do saber especializado e institucionalizado. A especialização dos serviços a serem coordenados pelo arquiteto caracterizava o “Brasil de formação politécnica” imaginado por Marcondes Filho em sua interpretação do país e que dá sequência ao trecho do discurso destacado na epígrafe.

A regulamentação profissional eleita pelo Decreto Federal nº 23.5689 valoriza e estimula uma cultura da exceção. Ela regulamenta, disciplina, prescreve o que é ou não permitido, mas em uma perspectiva aberta a exceções, necessárias para a incorporação daqueles que ficaram de fora de tais parâmetros e, por motivos que extrapolavam o campo profissional, não poderiam permanecer excluídos. É uma exceção dupla: ao criar e fixar, de um lado, as permissões e interdições, de outro, estabelecia quem eram aqueles autorizados a flexibilizar esses limites. Uma dialética estranha à própria concepção de Adolpho Morales de los Rios sobre a regulamentação – “regulamentar é definir, definir é separar”. Nesse encastelamento criado pela legislação da regulamentação, portanto, as diretrizes nos parecem bem menos estáticas do que fazem crer os discursos. Para possibilitar essa flexibilidade, entretanto, era necessário recorrer à estratégia aparentemente paradoxal da popularização de um debate que queria se especializar e tornar as novas regras, restrições e limitações muito bem difundidas e conhecidas, a “questão educacional” enfatizada pelos arquitetos reunidos no *Observatório* em 1937.

O caráter benevolente do Estado expresso pela “confiança”, como argumentou Marcondes Filho em seu discurso, em reservar aos profissionais o direito de decisão sobre seus assuntos, também destacado pelo Ministro, é um dos grandes pontos de tensão no período pós-1933. Como analisado, a implementação e funcionamento do sistema CONFEA/CREA, representante desse grau de autonomia pontuado no discurso, indica a

impossibilidade do consenso, apesar das tentativas de, forçadamente, alcançá-lo. A bibliografia e a documentação relativa ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura indicam estratégias – discursivas, retóricas, legais – de se implementar projetos políticos para a profissão em um momento em que se delineavam suas especificidades, atribuições e formulava-se uma “missão social” para legitimar seu almejado lugar na estrutura de gestão e administração urbanas. Tudo isso a partir de um constante jogo entre profissionais e autoridades jurídicas e políticas, como Marcondes Filho, responsáveis por viabilizar seus projetos.

O balanço feito na comemoração dos dez anos do Decreto resgata aspectos longamente debatidos nas décadas anteriores a sua elaboração e que continuaram a ser alvo de polêmicas e críticas depois de sua promulgação. A campanha pela regulamentação profissional mobilizou diferentes demandas das categorias de trabalhadores do canteiro de obras que forjavam seu lugar em uma hierarquia profissional. Esse sistema, apesar de ser tutelado pelos órgãos ligados ao CONFEA, era composto pelas associações profissionais de engenheiros, arquitetos, artistas e construtores. A dinâmica que articulava essas instituições promotoras de pautas profissionais nas décadas de 1920 e 1930 era muito mais complexa do que uma simples oposição entre diferentes vertentes e práticas profissionais. As trajetórias de determinados “arautos da tecnocracia”, inseridas em uma rede delineada pelo processo de institucionalização da arquitetura, indicam um fundo comum de referências e objetivos, por vezes conflitantes e distintos, mobilizados na campanha e na tentativa de forjar um lugar para a arquitetura e para o arquiteto em meio a uma nova estrutura política e administrativa que, então, se projetava.

É sintomática a conclusão à qual chegaram os arquitetos em 1937 ao serem confrontados pelo *Observador* sobre sua situação financeira, escopo dos temas tratados na revista. O consenso entre a revista e os participantes da conversa parecia ser o da dificuldade em definir a situação dos arquitetos brasileiros, sujeita a uma complexa trama de problemas questões sintetizadas por Wladimir Alves de Souza em quatro questões: a educacional, explicação do baixo nível da arte no país e da conseqüente desvalorização da profissão; a do urbanismo, a partir da qual torna-se papel do arquiteto “encaixar” um edifício na “fisiologia da cidade”; a industrial, diretamente relacionada a economia de materiais e gastos aplicados na construção; e, finalmente, a profissional, carente de boas soluções.

Esses fatores embasam a definição elaborada, na ocasião, por Marcello Roberto e contemplada pelo restante dos arquitetos presentes: o arquiteto deveria ser o profissional “capaz de tratar, técnica e artisticamente, *todos* os problemas relativos à construção de uma

cidade”. A defesa de Roberto esbarrava, ainda, na distinção entre o arquiteto e o construtor, na qual os presentes concordaram haver confusão entre atribuições, deveres e práticas em razão das contingências que obrigam a todos a construírem. O destaque a essa suposta peculiaridade, entretanto, não era estritamente nacional e também norteara os debates continentais mapeados nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos.

As articulações de demandas e legitimações de discursos e práticas profissionais mostram-se ainda mais complexas quando as barreiras nacionais são extrapoladas. A participação das diferentes delegações americanas nos Congressos pontua a dimensão transnacional da arquitetura e dos debates profissionais. As propostas e projetos apresentados como teses nos encontros reforçam a elaboração de uma agenda que, apesar de difusa, articulava as demandas dos países americanos nas primeiras décadas do século XX. O jogo entre o particular – ou seja, as demandas supostamente regionais – e o universal – representado pelas diretrizes e conceitos supostamente aceitos por todos os participantes – e a tensão entre o aspecto técnico e o artístico da prática da arquitetura são elementos constitutivos da profissão na América, mobilizados das mais diversas formas e intenções em prol da implementação dos projetos e *arquiteturas políticas* aqui delineados.

A institucionalização dessa discussão no continente americano possibilitou a constituição de uma estrutura político social conformadora de uma identidade burocrática para a profissão de arquiteto e enfatizou seu lugar na política institucional e como autor de projetos políticos para as cidades. O novo perfil profissional admitia e abraçava práticas heterogêneas e referendou a campanha por regulamentação profissional, legitimando-a. Esse debate começa a ser colocado nas primeiras quatro edições do evento e em 1940, após um hiato de 10 anos, quando os Congressos voltam a acontecer no Uruguai, há uma forte ênfase na reivindicação por uma exclusividade de reconhecimento oficial no campo de ação dos arquitetos em relação às cidades, centralizando e coordenando outros saberes necessários para auxiliar sua tarefa.

Ainda que houvesse uma indefinição sobre o que era ser engenheiro e o que era ser arquiteto, esses profissionais inventaram missões sociais, atribuições políticas e todo um arsenal conceitual para forjar um processo de especialização que culminou nas diversas nomenclaturas encontradas hoje no campo da arquitetura, do urbanismo e da engenharia. Elabora-se, com isso, a perspectiva de que a cidade exigia a elaboração de políticas e planos apoiados em abordagens técnicas para sua compreensão e controle. De tão técnica, complexa e exclusiva aos arquitetos, ela era a justificativa para a criação de mais especializações a serem delimitadas e submetidas a esse campo. A tecnocracia, portanto, embasou e embasa o lugar

privilegiado forjado pelos arquitetos na gestão das cidades a partir de uma ditadura do diploma implementada em um regime aberto a numerosas, porém restritas, exceções.

Em 1908, Euclides da Cunha fez o prefácio do livro do poeta santista Vicente de Carvalho, *Poemas e canções*. O “escritor por acidente”³¹⁶ e o advogado-poeta parnasiano trocaram muitas cartas e documentaram uma sólida amizade, que culminou na enfática campanha empreendida por Cunha pela candidatura de Carvalho para a Academia Brasileira de Letras – o que aconteceu em 1909. Com o título de “Antes dos versos”, o texto se difere de outros escritos euclidianos por aproximar a ciência da arte por meio da identificação de um estágio positivo de cientificidade na evolução cultural.³¹⁷ Euclides da Cunha afirma que a idealização artística é inerente à atividade científica, argumentando ser ela uma viagem permanente da matéria para o sonho. O enlace entre a ciência e a arte representaria a capacidade de produção da civilização humana, produzindo um crescimento mútuo.

O autor de *Os Sertões*, apesar de não estar se referindo ao processo de regulamentação profissional em seu texto, não está distante dos debates pontuados ao longo desse trabalho. Diplomado engenheiro militar e bacharel em Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais em 1892 pela Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, se torna representativo de como não eram excludentes o ofício de engenheiro, a formação como bacharel e a atividade literária e artística. Apesar de fazer parte da construção de uma outra mitologia, Cunha é uma figura de difícil apreensão e categorização.³¹⁸ Talvez por isso ele argumente tão enfaticamente sobre os efeitos do processo de especialização das ciências e da engenharia sobre o homem: evitar a “embriaguez dionisíaca da Vida”.

Os trechos desse texto tomados como epígrafes dos três capítulos assinalam, da maneira mais poética e euclidiana possível, alguns pontos de tensão que nortearam a campanha por regulamentação profissional no Brasil, mas não se esgotaram com ela. O idealismo ilusório que aproximaria a ciência das artes e seria o responsável pela simplificação irreal da natureza – razão de ser da engenharia –, também está presente nas defesas profissionais elaboradas pelos arquitetos e nas falas de autoridades públicas. Tomadas as

³¹⁶ Foi assim que Euclides da Cunha definiu a si mesmo em seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras em 1906.

³¹⁷ José Leonardo do Nascimento identifica uma “estética do cientificismo” em Cunha a partir da análise de três textos: o artigo “A vida das estátuas”, publicado em 1904 no jornal *O País*; o discurso “Castro Alves e seu tempo”, pronunciado no Centro Acadêmico Onze de Agosto da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1907; e o prefácio “Antes dos versos” em 1908. NASCIMENTO, José Leonardo do. *Euclides da Cunha e a estética do cientificismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

³¹⁸ Acredito ser Euclides da Cunha parte de uma série de mitologias. Dentre elas, a dos “engenheiros-escritores” talvez seja a maior, como atesta uma das paredes da Biblioteca do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro na qual são dispostas as fotografias de Euclides da Cunha, Antonio Dias Leite Junior e Lima Barreto, sob essa categoria técnico-literária.

devidas distâncias entre o conteúdo de “Antes dos versos”, voltado para a análise da poética brasileira moderna, e os argumentos elaborados aqui sobre o campo profissional, poderíamos destacar mais um elemento dentre as abstrações idealistas elencadas por Euclides da Cunha. O princípio da inércia universal, os fluidos perfeitos, os sistemas isolados, os corpos simples e irreais de partículas químicas, tudo isso só funcionava a partir de uma grande e coletiva abstração idealista, nunca, de fato, alcançada plenamente: o consenso.

Essa ideia, debatida desde a década de 1920, arrebatava uma sequência de *arquiteturas políticas* que denunciavam os diversos desdobramentos, problemas e trajetórias capazes de tensionar, de maneira conflituosa e não linear, o próprio campo e a profissão. A aparentemente simples definição do que seria o arquiteto torna-se diretriz para a elaboração dos mais distintos projetos profissionais, responsáveis pela consolidação da correspondência entre qualidades políticas, estéticas e atribuições profissionais consolidado nas décadas seguintes.³¹⁹

No campo da engenharia, a especialização foi sentida por meio da multiplicação das atribuições relegadas a engenheiros e a criação das mais diversas adjetivações (engenheiro de tráfego, engenheiro de produção, engenheiro de manufatura etc.). Dentre os arquitetos, a eleição do modernismo como estilo e ideologia profissional levaria ao processo contrário. A especialização do campo faria com que fosse justificado o perfil profissional responsável por projetar, fiscalizar e gerenciar “da colher à cidade”.³²⁰ A consolidação dessa missão social atrelada ao perfil modernista do arquiteto acabaria eclipsando o diploma como fator de conformação de uma identidade burocrática. Talvez por isso, imbuídos pela retórica

³¹⁹ A consolidação dessa correspondência entre qualidades políticas e atribuições profissionais se baseou, em grande parte, na tecnocracia, a partir da qual o elemento da técnica passou a indicar um aspecto supostamente neutro de projetos e gestões. Em sua campanha para a prefeitura de São Paulo empreendida em 1961 o engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia [1896-1965] enfatizou seu domínio das aptidões técnicas necessárias para resolver os problemas municipais. Esse traço distintivo faria de sua gestão a administração que a cidade mereceria e necessitaria, fundamentada pela separação entre as influências e interesses político-partidários e as posições e projetos técnicos. Reforçando e se valendo de preceitos tecnocráticos elaborados, ao menos, desde o início do século XX, o discurso de Prestes Maia denuncia como a figura do “prefeito-técnico” que legitimamente possuía determinadas e exclusivas capacidades para governar a cidade continuava a ser atualizada e ganhava novas dimensões na década de 1960. Podemos encontrar esse mesmo tipo de suposta cisão entre uma gestão técnica e uma política em algumas falas de Alexandre Albuquerque na década de 1920 enquanto vereador na Câmara Municipal de São Paulo. Em 1926, em carta ao carioca José Velloso Pederneras ele critica a gestão de José Pires do Rio, “prefeito-político, e não prefeito-engenheiro, de modo que por isso nós não nos podemos entender bem”. A tecnocracia, portanto, embasou e embasa o lugar privilegiado forjado pelos arquitetos na gestão das cidades a partir de uma ditadura do diploma implementada em um regime aberto a numerosas, porém não democráticas, exceções. CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Arte, técnica e política na trajetória de Francisco Prestes Maia. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 5, p. 20-47, 2013. ALBUQUERQUE, Maria Beatriz Portugal. *Luç, Ar e Sol na São Paulo Moderna. Alexandre Albuquerque e a Insolação em São Paulo (1916-1934)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.93.

³²⁰ Máxima modernista de autoria imprecisa. Alguns a atribuem a Adolf Loos, outros a Walter Gropius ou até Le Corbusier. Ela sintetiza a tese do arquiteto integral que embasava o programa de estudos e o currículo da Bauhaus.

comunista de Niemeyer e na busca de novos arautos que pudessem atualizar sua legitimidade de ação profissional, o Dia do Arquiteto não seja mais comemorado a partir de uma efeméride coletiva, a aprovação de uma norma legal federal, mas por meio da celebração de um nascimento. Já fomos mais sutis na construção de nossas mitologias....

4. Referências

III Congresso Pan-Americano de Arquitetos, *Actas y trabajos*, Buenos Aires, 1927.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

_____. “O que é um dispositivo?”. *Outra travessia*, Florianópolis, n. 5, jan. 2005, p.12. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

ALBUQUERQUE, Maria Beatriz Portugal. *Luz, Ar e Sol na São Paulo Moderna. Alexandre Albuquerque e a Insolação em São Paulo (1916-1934)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANHAIA MELLO, Luiz I. de. “Os arautos da tecnocracia”, *Boletim do Instituto de Engenharia*, 1933.

ANUARIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o anno de 1906: 6.º anno. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906.

ARAÚJO LOPES, Maria Ester de. *Conhecer os bairros-jardins paulistanos confinados nos arquivos: o caso do Jardim América*. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000969281>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

ATIQUÊ, Fernando. *Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2006.

_____. “Em Busca de Profissão nos Estados Unidos: a presença e brasileiros na University of Pennsylvania e a divulgação de paradigmas norte-americanos no Brasil, 1876-1945”. In: XXVII International Congress of the Latin American Studies Association - LASA 2007., 2007, Montreal, Canadá. *Proceedings of the XXVII International Congress of the Latin American Studies Association - LASA 2007.*, 2007.

_____. “Um Sotaque disfarçado: a recepção de referências americanas no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes”. *19&20 (Rio de Janeiro)*, v. III, p. 2, 2008.

“Articulações Profissionais: os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e o Amadurecimento de uma Profissão no Brasil, 1920-1940”. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009, Florianópolis. *XIV Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: ANPUR*, 2009.

_____. “Os elos entre a University of Pennsylvania e a arquitetura do Brasil, através da trajetória profissional de George Henry Krug”. *19&20 (Rio de Janeiro)*, v. IV, p. 1-13, 2009.

_____. *Arquitetando a "boa vizinhança": arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil - Estados Unidos 1876-1945*. São Paulo, SP: FAPESP: Pontes, 2010.

_____. “Celebrando (com) "Tio Sam": o Centenário da Independência do Brasil e os Estados Unidos”. *Pterodáctilo: Revista de arte, literatura, lingüística y cultura*. Department of Spanish and Portuguese. The University of Texas at Austin, v. 1, n.10, 2011.

_____. “Urdiduras Continentais no debate acerca do Mission Style. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. n.10, p. 174-212, 2011.

_____. 'Formação Americana, Atuação Brasileira': um olhar sobre engenheiros e arquitetos por meio do arquivo do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. In: *Cadernos de Resumos do II ENANPARQ*. Natal, RN: EDUFRRN, 2012.

_____. “Rotas, Balizas, Fronteiras: reflexões sobre os caminhos Pan-Americanos da Americanização”. In: CAMPOS, Cristina de; ATIQUE, Fernando; DANTAS, George Alexandre Ferreira. (Org.). *Profissionais, Práticas e Representações da Construção da Cidade e do Território*. 1ed.São Paulo: Alameda, 2013, v. 1, p. 219-246;

_____. “Congresso Pan-Americano de Arquitetos: ethos continental e herança europeia na formulação do campo do planejamento (1920-1960)”. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 6, p. 1-19, 2014.

_____. “Conrado Jacob de Niemeyer e a organização de uma rede de interesses e de atuações profissionais por meio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro”. In: *34th International Congress of the Latin American Studies Association - LASA 50 years*, 2016, New York. Proceedings of the 34th LASA - 50th Anniversary, 2016. v. 1. p. 1-17.

ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. [São Paulo, SP]: CosacNaify: FUPAM, 1999.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares, 1500-1822*. São Paulo: FAPESP: Edusp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992.

BRASIL. Constituição. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 15 dez. 2017.

BRESCIANI, Maria Stella M., SCHICCHI, Cristina. *Luiz de Anhaia Mello: ensino, política e presença pública*. Revista Risco, v.14, n.1, 2016.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*, 3. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1997 [1981].

BRUIT, Héctor. “A invenção da América Latina”, *Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*, Belo Horizonte, 2000.

CAMILOTTI, Virgínia. “Latinidade: performance lexical e semântica de um conceito político”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo, SP: SENAC, 2002.

CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1997.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Arte, técnica e política na trajetória de Francisco Prestes Maia. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 5, p. 20-47, 2013.

CERASOLI, Josianne Francia. *A grande cruzada: os engenheiros e as engenharistas de poder na Primeira República*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1998,

_____. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. 2004. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280690>>. Acesso em: 4 out. 2017.

_____. Originais da Formação de São Paulo: A Capital Paulista Por Seu Arquivo Histórico. *História Social (UNICAMP)*, Campinas, v. 10, p. 283-294, 2004.

_____. Arquiteturas Urbanas: higiene, estética e construções civis em São Paulo no início do século XX. Itinerário profissional de Alexandre Albuquerque e o debate sobre a cidade. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 10, n. 3, p.4, 2008. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1241>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943.

_____. *Relatórios do Presidente Professor Adolfo Morales de los Rios Filho*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1937.

CORREIA, Telma de Barros. Arquitetura e ambiente: a noção de adaptabilidade ao meio no discurso modernista. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP*, v. 16 N25, p. 134-150, 2009.

COSTA, Angyone, *A inquietação das abelhas*, 1927.

COSTA, Luiz A. Maia. “Victor da Silva Freire: A Vida, as Ideias e as Ações de um Urbanista Paulistano de Primeira Hora (1869-1951). *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie. Online)*, v. 11, 2012.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Joseph-Antoine Bouvard no Brasil. Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas*. São Paulo. Tese (Doutorado) – FAUUSP, 2015.

DEDECCA, Paula Gorenstein. *Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)*. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Escola Politécnica de São Paulo. *Lista de Formados (1895-1992)*. São Paulo: Expressão e Cultura, 1993.

FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. *O mito modernista*. 2004. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280671>>. Acesso em: 6 out. 2017.

FARIA, Rodrigo Santos de. *José de Oliveira Reis, urbanista em construção: uma trajetória profissional no processo de institucionalização do urbanismo no Brasil (1926-1965/1966)*. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000419478>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

FARIA, R.; CERASOLI, J.; LIRA, F; *Urbanistas e Urbanismo no Brasil – entre trajetórias e biografias*. São Paulo: Alameda, 2014.

FERNANDES, Ana; LEME, Maria Cristina da Silva (coar.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo, SP: FUPAM: Studio Nobel, 1999.

FICHER, Sylvia. 249 construtores de cidades. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (on line), v. 14, p. 38-44, 2016.

_____. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo, SP: EDUSP, 2005

FLAUBERT, Gustave. *Dicionário das ideias feitas*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo, SP: Nova Alexandria, 2007

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. MOTTA, Manoel Barros da (org.); *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina* [Coleção Ditos & Escritos, vol. VII]. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011.

FRANCISCO, Rita de Cássia. *Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-10102013-111937/>>. Acesso em: 4 mai.2017.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As ideias estão no lugar*, in *Cadernos de Debate – História do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

FREIRE, Victor da Silva. A tecnologia geral do século XX. In *Revista Polytechnica*, Série VII, n.77, out-nov. 1924.

FREITAS, José Francisco B.; MENDONÇA, Eneida Maria (org.). *A Construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória: EDUFES, 2012.

GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

GRAZIOSI, João Carlos. *A trajetória profissional do engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque, 1905-1940*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 1994.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005.

GOMES, Clecia Aparecida. *Os engenheiros da Associação Brasileira de Educação (ABE): confluências entre as ideias educacionais e urbanas na cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX*. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279701>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras [org.]. *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*; Salvador: EDUFBA, 2009.

GUTIÉRREZ, Ramón; TATARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. *Congressos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000: aportes para subhistoria*, 1ª ed.. Buenos Aires: CEDODAL – Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: introdução a filosofia da história universal*. Lisboa: Ed.70, c1995.

JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. *Jornal do Commercio: cronista da história do Brasil em 1922*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *Contra los tecnocratas*. Granica editor: Buenos Aires, 1972.

LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2.ed. São Paulo, SP: Nobel, 1989.

LESSING, Doris. Edgar Sússekind de Mendonça: a Educação em museus e o ensino do Desenho Gráfico. In: BARBOSA, Ana Mae. *Redesenhando o Desenho: educadores, política e história*. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

LIRA, José. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, Campinas, v. 1, n.1, p. 47-78, 1999.

_____. *Warchavchik: fraturas da vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MALTA, Marize. A Casa e as múltiplas versões do moderno em revista. *Revista Territórios & Fronteiras*, v.9, n.2, jul.-dez. 2016, p. 217-238.

MARIANNO FILHO, José. *À margem do problema arquitetônico nacional*. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1943.

_____. *Debates sobre estética e urbanismo*. Rio de Janeiro, 1943.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Niterói. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008,

MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2007.

MENDONÇA, Edgar Sussekind de. *Contra a congregação da Escola Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Empreza Brasil Editora, 1920.

MICELI, Sergio (Coaut. de); POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, SP: EDUSP, 2003.

MINGORANCE, Wilson. Leituras de José Marianno Filho sobre a arte, a arquitetura e a cidade do século XIX no Brasil. *Revista Eletrônica 19&20*, Rio de Janeiro, 11 mar. 2013.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho, *Legislação do Exercício da Engenharia, Arquitetura e Agrimensura no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEA, 1956.

NASCIMENTO, Ana Paula. *Samuel das Neves: engenharia, urbanismo e periodismo*. SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA - UNICAMP, VIII, Campinas, 2016.

NASCIMENTO, José Leonardo d. *Euclides da Cunha e a estética do cientificismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NATAL, Caion Meneguello. *Da casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)*. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280989>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

_____. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279438>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

OLIVEIRA, Antonio Francisco de. *A regulamentação do exercício profissional da arquitetura no Brasil*. 2011. 421 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira de. *Além da Tempestade: identidades latino-americanas e projetos políticos no Brasil no início do século XX*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual

de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000947437>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

ORTEGA Y GASSET, José: Hegel y América. El espectador VII (1930). In: *Obras completas*. Madrid: Revista de Occidente, 1963, vol. II, p. 563. Disponível em: http://www.filosofia.mx/index.php/forolibre/archivos/hegel_y_america. Acesso em 05 dez. 2017.

PALTI, Elías J. *El tiempo de la política*. Buenos Aires, Madri e México D.F.: Siglo XXI, 2007.

PARETO JUNIOR, Lindener. *O cotidiano em construção: os "práticos licenciados" em São Paulo (1893-1933)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-30012012-151830/>>. Acesso em: 2017-04-05.

_____. *Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960)*. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19122016-181951/>>. Acesso em: 2017-10-04.

PEREIRA, Margareth A. C. da Silva. O Pan-americanismo e seu impacto na institucionalização do urbanismo no Brasil: 1920-1945. In *Anais do IV Seminário da História Urbana e Urbanismo*. Denise Machado (org.). Rio de Janeiro: ProUrb-UFRJ, 1998. p.1182-1203.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Edusp: Fapesp. 2011.

Primer Congreso Panamericano de Arquitectos. *Actas e trabajos*, Montevideu: Imprenta y casa editorial Renacimiento, 192.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia*. Campinas, SP: Pontes: CPHA/IFCH, 1998.

RABELO, Clévio. *Arquitetos na cidade: espaços profissionais em expansão [Rio de Janeiro, 1925-35]*. Tese (Doutorado), FAUUSP. São Paulo, 2011.

RAYMOND, Allen. *What is technocracy?* 1st ed. New York, NY; London: Whittlesey House: McGraw-Hill, c1933.

RICCI, Claudia Thurler. “Sob a inspiração de Clio: O Historicismo na obra de Morales de los Rios”. *19&20*, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

RODRIGUES, José R. da S. A Regulamentação profissional dos engenheiros e arquitetos: Processo e luta no Rio de Janeiro dos anos vinte. In: *IV Seminário de História da Cidade e do*

Urbanismo: Heranças, Identidade e Tendências da Cidade Latino-Americana, 1996, Rio de Janeiro. História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: CIP-Brasil Sindicato Nacional dos Editores de Livro UFRJ/PROURB, 1996. v. 1. p. 79-85

SACKS, Sheldon (org.). *Da metáfora*. São Paulo: Educ-Pontes, 1992.

SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Valença: Editora Valença, 1977.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. Christiano Stockler das Neves: uma atuação polêmica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.39, 1995.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. SCHWARZ. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34,2000 [1977].

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. 3rd ed. São Paulo, SP: Edusp, 2010.

SEGNINI JUNIOR, Francisco. Urbanismo no Brasil e na França: Estudo comparativo. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2014. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enparq-3/htm/Artigos/ST/ST-NPNT-007-2.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon em perspectiva (1930-1960)*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History And Theory*, Middletown, Ct, v. 1, n. 8, p.3-53, 1969. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2504188?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21106371084601>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1984

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. 2.ed. São Paulo, SP: Duas Cidades, 1983.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. *Tentativas de enraizamento: arquitetura brasileira e formação nacional*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

WOODS, Mary N. *From Craft to Profession: the practice of architecture in nineteenth-century America*. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, California, 1999.

5. Anexos

5.1 Quadros das representações dos Congressos de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura realizados pelo CONFEA

As informações elencadas nos quadros abaixo foram retiradas dos *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura* do ano de 1943. Não constam nas Atas, contudo, os dados referentes ao quinto Congresso, realizado no Rio de Janeiro em 1943.³²¹

Representações por Região do primeiro Congresso de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura, Rio de Janeiro, agosto de 1935.

Região	Conselheiro(s)
3ª Região [Bahia, Alagoas, Sergipe]	Waldemiro Montenegro Oliveira;
4ª Região [Minas Gerais e Goiás]	Alvaro Mendonça e Jorge Furquim Werneck;
5ª Região [Distrito Federal, Rio de Janeiro e Espírito Santo]	Luiz Onofre Pinheiro Guedes e Luiz Santos Reis
6ª Região [São Paulo e Mato Grosso]	Algemiro Couto de Barros, Clodomiro Pereira da Silva, João Fleury de Silveira
7ª Região [Paraná]	Adriano Goulin e Durval de Araújo Ribeiro ³²²
8ª Região [Rio Grande do Sul e Santa Catarina]	Ary Abreu Lima
Conselho Federal	Adolfo Morales de los Rios Filho, Domingos Cunha, César do Rego Monteiro, Adroaldo Junqueira Ayres, Roberto Magno de Carvalho, Augusto Varela Corsino e Walter Ribeiro da Luz.

Representações por Região do segundo Congresso de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura, Rio de Janeiro, dezembro de 1940.

Região	Conselheiro(s)
1ª Região [Belém do Pará]	Aldolfo Murtinho e Maurício Joppert
2ª Região [Recife]	João Correia Lima

³²¹ CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. *Anais do*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943.

³²² O Paraná, de antemão, já expressava um dissenso na organização do Congresso, já que Adriano Goulin, apesar de apontado nas atas como Conselheiro da 7ª Região, pediu a palavra na primeira sessão para explicar sua presença. Ele explica que não existe presentemente um Conselho em seu Estado e, por essa razão, ele e Durval Ribeiro tinham vindo como representantes da Faculdade de Engenharia e do Instituto de Engenharia do Paraná, justificando que são essas instituições essas, aliás, que elegend os representantes para o Conselho Regional. O Sr. Presidente agradeceu a presença e a explicação dos engenheiros e manifestou, na ocasião, a “esperança de que antes de terminados os trabalhos do Congresso o Conselho Regional do Paraná não seria mais demissionário”. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, 1943, Rio de Janeiro. *Anais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943, p.15.

3ª Região [Bahia, Alagoas e Sergipe]	Adroaldo Junqueira Ayres e Hermann Palmeira
4ª Região [Minas Gerais e Goiás]	Luiz Onofre Pinheiro Guedes, Orlando Campofiorito e Luiz Paixão
7ª Região [Paraná]	Raul de Mesquita e Lourenço Baeta Neves
8ª Região [Rio Grande do Sul e Santa Catarina]	Lélis Espartel
9ª Região [Fortaleza]	Alberto Pires Amarante
Conselho Federal	Adolfo Morales de los Rios Filho, João Gualberto Marques Porto e Victor Hugo da Costa

Representações por Região do terceiro Congresso de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura, Porto Alegre, dezembro de 1941.

Região	Conselheiro(s) ³²³
2ª Região [Recife]	Adolfo Morales de los Rios Filho
4ª Região [Minas Gerais e Goiás]	Carlos Alberto Pinto
5ª Região [Distrito Federal, Rio de Janeiro e Espírito Santo]	Arthur Alberto Werneck
6ª Região [São Paulo e Mato Grosso]	José Frederico Martins
7ª Região [Paraná]	Adolfo Murtinho
8ª Região [Rio Grande do Sul e Santa Catarina]	Lélis Espartel
9ª Região [Fortaleza]	Adolfo Morales de los Rios Filho
Conselho Federal	Adolfo Morales de los Rios Filho e Adolfo Murtinho

Representações por Região do quarto Congresso de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia e Arquitetura, São Paulo, dezembro de 1942.

Região	Conselheiro(s)
1ª Região [Belém do Pará]	Carlos Garcia Barroso
2ª Região [Recife]	Luiz Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque Filho e Hermano Cupertino Durão
3ª Região [Bahia, Alagoas e Sergipe]	Humberto Fonseca
4ª Região [Minas Gerais e Goiás]	Romeu de Paoli
5ª Região [Distrito Federal, Rio de Janeiro e Espírito Santo]	Luiz Onofre Pinheiro Guedes, Luiz Gomes da Paixão e Arthur Alberto Werneck
6ª Região [São Paulo e Mato Grosso]	Amador Cintra do Prado, Carlos Quirino Simões, Lysandro Melo Pereira da Silva, João Batista Vilanova Artigas, Cícero Costa

³²³ O presidente do CONFEA, Adolfo Morales de los Rios, o vice-presidente, Adolfo Murtinho, representaram nesse Congresso a 2ª, 7ª e 9ª Regiões.

Vidigal, Antenor Pinto da Silveira e Luiz
Gomes de S. Thiago

7ª Região [Paraná]

José Bittencourt de Paula

**8ª Região [Rio Grande do Sul e Santa
Catarina]**

Lélis Espartel e João B. Perlott

9ª Região [Fortaleza]

Paulo Mendes da Rocha

Conselho Federal

Adolfo Morales de los Rios Filho e
Amadeu de Barros Saraiva

5.2 Relação de membros do Instituto Paulista de Arquitetos em maio de 1931

A lista foi elaborada a partir do Ofício n.96, de 22 mai. 1931, de Edmundo Krug, 1º Secretário do Instituto Paulista de Arquitetos, para Alexandre Albuquerque, Presidente da Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo.³²⁴ As informações complementares a alguns profissionais foram baseadas, em sua grande maioria, nas listas elaboradas por Sylvia Ficher, sobre os diplomados, Lindener Pareto Junior, sobre os construtores “práticos” e na Lista de Formados elaborada pela Associação de Antigos Alunos da Escola Politécnica de São Paul.³²⁵ Em alguns casos foi necessário recorrer a outros estudos e publicações específicas, referenciadas nas notas de rodapé.

*Sócios fundadores

Sócio	Apontamentos biográficos
1. Adelardo Soares Caiuby* ³²⁶	Engenheiro agrimensor diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1897. Representante do IPA na Comissão que elaborou o Decreto Federal n.23.569.
2. Ademar de Moraes	Engenheiro civil diplomado pela Escola de Engenharia do Mackenzie College em 1907, onde também lecionou. Um dos fundadores do Rotary Club São Paulo, em 1924.
3. Adolpho Timm	Engenheiro.
4. Alberto Borelli	Arquiteto autorizado pela Lei Municipal n.2.986, de 1926. Aparece na lista de cobrança do Imposto de Indústria e Profissão de 1928 como construtor.
5. Alcides Xande*	Engenheiro arquiteto diplomado em 1928 pela Escola de Engenharia Mackenzie.

³²⁴ Optamos por manter a ordem elencada por Krug na correspondência. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

³²⁵ Ficher elaborou um trabalho sobre o ensino nas Escolas de Belas Artes semelhante à sua tese sobre os profissionais da Politécnica. Não foi possível, entretanto, precisar o ano de sua publicação. Mais recentemente, ela publicou um artigo na revista *Risco* elencando descrições sumárias das atividades de 249 construtores de São Paulo: 120 engenheiros-arquitetos diplomados pela Escola Politécnica de São Paulo, 90 diplomados pela Escola de Engenharia Mackenzie e 39 arquitetos diplomados pela Escola de Belas Artes de São Paulo. FICHER, Sylvia. *Ensino de Arquitetura na Escola de Belas Artes de São Paulo: 1928 - 1934*. São Paulo: Faculdade de Belas Artes de São Paulo. FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo, SP: EDUSP, 2005. PARETO JUNIOR, Lindener. *O cotidiano em construção: os "práticos licenciados" em São Paulo (1893-1933)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Escola Politécnica de São Paulo. *Lista de Formados (1895-1992)*. São Paulo: Expressão e Cultura, 1993.

³²⁶ Na lista de formados publicada em 1993 pela Associação dos Antigos Alunos da Escola Politécnica, o engenheiro é nomeado Abelardo Soares Caiuby.

6. Alfredo Ernesto Becker	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola Politécnica de Zurique, na Suíça, em 1922. ³²⁷
7. Alvaro Valle	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1927.
8. Americo Capua	Engenheiro arquiteto formado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1931.
9. Antonio Bayma	Engenheiro civil.
10. Antonio Cassese	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1926.
11. Antonio Garcia Moya	Arquiteto diplomado pela Escola de Belas Artes de São Paulo em 1933. Desde 1915 já atuava profissionalmente por meio de sua sociedade com George Krug e, em 1924, por sua firma em sociedade com Guilherme Malfatti.
12. Antonio Moral Gil	Arquiteto e carpinteiro. ³²⁸
13. Antonio Taddei Junior	
14. Arnaldo Maia Mello	Engenheiro civil e arquiteto. Se dedicou à construção e foi dono de uma importante empresa construtora de São Paulo na década de 1940, a Arnaldo Maia Mello S/A.
15. Arnaldo Dumont Villares	Construtor inscrito no Livro de Registro de “Práticos Licenciados”.
16. Augusto Carlson	Construtor sueco inscrito no Livro de Registro de “Práticos Licenciados”.
17. Augusto de Toledo*	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1903, onde também recebeu o título de contador em 1898 e lecionou a partir de 1919.
18. Bento de Camargo Filho	Arquiteto autorizado pela Lei Municipal n.2.986, de 1926, em 1928.
19. Bruno Simões Magro*	Engenheiro arquiteto e civil diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1905, onde também se titulou como contador em 1900 e passou a lecionar a partir de 1921. Um dos fundadores da Academia de Belas Artes de São Paulo, em 1925, onde

³²⁷ ARAÚJO LOPES, Maria Ester de. Conhecer os bairros-jardins paulistanos confinados nos arquivos: o caso do Jardim América. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000969281>>. Acesso em: 3 abr. 2017, p.217.

³²⁸ As únicas informações obtidas sobre Antonio Moral Gil foram as entradas de seu nome localizadas no Almanak Laemmert nas seções “Carpinteiros” (na década de 1920), “Architectos e empreiteiros de obras” e “Engenheiros, arquiteteos e construtores” (na década de 1930).

	lecionou. Entre 1939 e 1941 compôs o corpo docente da Escola de Engenharia Mackenzie. Com a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 1948, lecionou, cumulativamente com sua cátedra na Politécnica, duas disciplinas.
20. Carlos Dorfmueller	Premiado no Salão Paulista de Belas Artes.
21. Carlos Ekman*	Engenheiro-arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia de Estocolmo em 1886.
22. Christiano das Neves*	Arquiteto diplomado pela University of Pennsylvania em 1911. Professor e um dos fundadores do curso de arquitetura do Mackenzie College.
23. Dacio de Moraes*	Engenheiro e arquiteto diplomado pela Real Escola Técnica Superior de Stuttgart, na Alemanha.
24. Decio Pacheco	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1930
25. Edmundo Krug*	Professor do Mackenzie College e um dos membros fundadores da Sociedade Científica de São Paulo, em 1903. ³²⁹
26. Elias Machado	Engenheiro diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1919.
27. Fernando Frick	Escultor sueco. ³³⁰
28. Francisco Rocha Junior	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1927.
29. Fioreli Panelli	Possuía escritório de arquitetura na Rua Direita, nº12.
30. Francisco Kossuta*	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1925.
31. Francisco Prestes Maia*	Engenheiro arquiteto e engenheiro civil diplomado em 1917 pela Escola Politécnica de São Paulo, onde passou a lecionar a partir de em 1924. Foi Prefeito da cidade de São Paulo por dois períodos (1938-1945; 1961-1965).

³²⁹ Apesar de não ser possível localizar as informações sobre sua formação, é possível encontrar no conjunto de correspondências do IPA muitas cartas trocadas entre Krug e instituições alemãs, possibilitando a hipótese de ter realizado nesse país seus estudos de formação.

³³⁰ *Obras escultóricas em espaços externos da USP*. São Paulo: Edusp/CPC-USP, 1997, p.134.

- 32. Guilherme Malfatti** Arquitecto diplomado pela Escola de Belas Artes de São Paulo em 1933. Desde 1924, entretanto, possuía firma em sociedade com Antonio Moya.
- 33. Guilherme Ernesto Winter*** Engenheiro arquiteto e civil diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1907, onde em 192 recebeu o título de contador.
- 34. Henrique Doria**
- 35. Henrique Franzoi** Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1925.
- 36. Italo Martinelli** Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1925.
- 37. Jayme Fonseca Rodrigues** Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1931.
- 38. João dos Santos Filho*** Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1924.
- 39. Jorge Bueno Monteiro** Engenheiro civil. Trabalhou no Ministério da Agricultura.
- 40. Georg Przyrembel³³¹** Arquitecto polonês. Participou da Semana de Arte Moderna em São Paulo junto a Antonio Garcia Moya, únicos trabalhos apresentados na seção de arquitetura da exposição.
- 41. José Augusto Belucci** Arquitecto diplomado pela Escola de belas Artes de São Paulo em 1933.
- 42. José Dias da Gama** Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1927.
- 43. José Maria das Neves*** Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1922, onde passa a lecionar a partir de 1934. Foi um dos professores que, simultaneamente, dava aulas na Escola Politécnica e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no final da década de 1940.
- 44. José Perroni Junior*** Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1930.
- 45. José Rangel de Camargo** Engenheiro civil diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1924 e como engenheiro arquiteto em 1929.
- 46. José Bueno de Camargo**

³³¹ Em algumas listas de registro profissional e verbetes biográficos o nome de Przyrembel é abreviado para Jorge.

47. Julio Capua	Diretor da Revista <i>Architectura e Construções</i> , fundada em 1929 e, a partir de 1930, órgão oficial de comunicação do IPA.
48. Julio Ferraz Braga	Engenheiro.
49. Luiz Ignacio Romeiro de Anhaia Mello	Engenheiro-arquiteto diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1913. Filho do engenheiro-civil Luiz de Anhaia Mello (1854-1899), um dos organizadores da Escola Politécnica de São Paulo, em 1893. Teve papel ativo no projeto da Cidade Universitária e na concepção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo na década de 1940. Foi prefeito da cidade de São Paulo em dois curtos períodos: de dezembro de 1930 a julho de 1931; e de novembro a dezembro de 1931.
50. Luiz Asson	Arquiteto licenciado pelo CREA-SP e inscrito no Livro de Registro de “Práticos Licenciados” em 1935.
51. Luiz Augusto Pereira de Queiroz	Engenheiro. Ocupou cargos na política institucional pelo Partido Republicano Paulista e foi vice-prefeito da cidade de São Paulo na gestão de Firmiano de Moraes Pinto (1926-1930).
52. Max Fortner	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1929.
53. Mariano Montesanto	Apoiador do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, fundado em 1901.
54. Miguel Prota*	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1926.
55. Narciso Mariotti	Construtor autorizado pela Lei Municipal n.2.986, de 1926, em 1927.
56. Olavo Franco Caiuby	Engenheiro civil diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1914. ³³²
57. Oswaldo Bratke	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1931.

³³² Maria Ester de Araújo Lopes indica em sua dissertação que Olavo Caiuby teve formação em engenharia civil “com habilitação em arquitetura”. ARAÚJO LOPES, Maria Ester de. Conhecer os bairros-jardins paulistanos confinados nos arquivos: o caso do Jardim América. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000969281>>. Acesso em: 3 abr. 2017, p.220.

58. Paulo von Atzingen	Consegue algumas licenças para construir perante a Prefeitura de São Paulo na década de 1920.
59. Plínio Botelho do Amaral	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1927.
60. Raul José Reinaldo Bolliger	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1925.
61. Raul F. de Mattos Barretto*	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1928.
62. Renato Ribeiro de Aguiar	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1922.
63. Ricardo Severo	Engenheiro civil de Obras Públicas (1890) e de Minas (1891) diplomado pela Academia Politécnica do Porto, Portugal. ³³³
64. Rodolpho Kolde	
65. Sylvio Jaguaribe	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1922. Filho de Carlos Ekman, com quem associa-se ao se diplomar.
66. Theodoro Braga	Bacharel em pela Faculdade de Direito do Recife em 1893. Pintor diplomado pela Escola Nacional de Belas Artes em 1899. Foi um dos fundadores da Academia de Belas Artes de São Paulo, em 1925, onde foi professor do Curso Geral. A partir de 1930 passou a lecionar, também, na Mackenzie, formando engenheiros-arquitetos.
67. Vicente del Monaco	Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1928.
68. Walter Brune	Possivelmente agrônomo (ou engenheiro agrimensor). Seu nome foi encontrado em correspondências da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.
69. William Filinger*	Arquiteto húngaro diplomado pela Academia de Belas Artes de Viena. Autor do projeto do Edifício Martinelli.
70. Achilles Nacarato	Autor de uma reforma no edifício que passaria a abrigar o Museu

³³³ MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2007, p.26.

Republicano de Itú, em 1923. Autor do projeto da Escola do Carmo, em São Paulo, junto a Carlos Rosencrantz.

71. Guilherme Corazza

Engenheiro arquiteto diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie em 1925.

72. Carlos Tinca

Arquiteto autorizado pela Lei Municipal n.2.986, de 1926, em 1928.

5.3 Temários dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos [1920-1930]

Quadros elaborados a partir das informações reunidas na obra de Ramón Gutierrez, Jorge Tartarini e Rubens Stagno publicada pelo Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana (CEDODAL).³³⁴

I CPA

Montevideu, Uruguai

1 a 7 de março de 1920

Organizador: Sociedad de Arquitectos Del Uruguay

Delegações participantes: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, EUA, Paraguai e Uruguai;

1. Transformação, *ensanche* e embelezamento da cidade de tipo predominante na América.
- 2.. Materiais de construção próprios de cada país da América. Meios adequados para difundir o conhecimento de sua natureza e emprego em todo o Continente.
3. Convém regulamentar o exercício da profissão de Arquiteto?
4. Casas baratas, urbanas e rurais, na América.
5. Meios de se obter uma maior cultura artística no público para uma melhor compreensão da obra arquitetônica.
6. Responsabilidade profissional do Arquiteto.
7. O ensino da arquitetura deve acontecer em Faculdades Especiais?
8. Criação de um Centro Pan-Americano de aperfeiçoamento para os Arquitetos.
9. Meios práticos para se estimular a edificação.

II CPA

Santiago, Chile

10 a 20 de setembro 1923

Organizador: Asociación de Arquitectos de Chile;

Delegações participantes: Argentina, Colômbia, Cuba, Chile, EUA, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

1. a) Necessidade de criar a obrigação para que, por lei, em um prazo prudencial, todas as cidades tenham estudados e aprovados seus planos de transformação, expansão [*ensanche*] e embelezamento;
b) Regulamentação da edificação apropriada aos ditos planos e do exercício profissional do arquiteto.
2. Conservação dos monumentos que tenham valor histórico, arquitetônico ou arqueológico.
3. Produção dos edifícios e monumentos de caráter públicos. Devem acontecer por concursos públicos?
4. Casas baratas, urbanas e rurais, na América.

³³⁴ GUTIÉRREZ, Ramón; TATARINI, Jorge; STAGNO, Rubens. *Congressos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000: aportes para subistoria*, 1ª ed. Buenos Aires: CEDODAL – Centro de Documentación de Arte y Arquitectura Latinoamericana: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.

III CPA

Buenos Aires, Argentina

1 a 10 de julho de 1927

Organizador: Sociedad Central de Arquitectos.

Delegações participantes: Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, Equador, EUA, Paraguai, Perú e Uruguai.

5. Orientações do ensino nas Escolas de Arquitetura.

6. Propriedade artísticas e meios de fazê-la respeitar.

7. Criação pelo Estado de museus de materiais de construção nos países da América, considerando:

a) A importância que tem para a formação da arquitetura nacional.

b) O interesse que tem para a economia nacional.

8. Formação de um corpo técnico, sob o controle do arquiteto.

9. Temas livres [problemas de caráter técnico e científico; artístico; legal e social].

1. Como se definir o Arquiteto na América e quais devem ser suas atividades no exercício profissional.

2. Plano de estudos mínimo do Arquiteto nas Universidades da América, a fim de que os títulos que estas expeçam possam habilitar o exercício da profissão em todos os países do Continente.

3. Como devem se agrupar os arquitetos na defesa de sua profissão e meios mais convenientes a serem empregados.

4. Orientação espiritual da Arquitetura na América.

5. Renovação das leis e regulamentos em consonância com avanços técnicos e exigências da Arquitetura atual.

6. Formas e orientações do ensino da ciência da construção nas Faculdades de Arquitetura na América.

7. O urbanismo em suas relações com a arquitetura.

8. Os concursos públicos e privados nos países da América.

9. Problemas sociais que devem ser considerados no exercício da profissão.

Trabalho do Arquiteto frente à legislação moderna.

10. Temas livres (trabalhos com caráter técnico, artístico, legal e social).

IV CPA

Rio de Janeiro, Brasil

19 a 29 de junho de 1930

Organizador: Comitê Executivo; Comitê Permanente; Instituto Central de Arquitetos

Delegações participantes: Não consta

1. Regionalismo e internacionalismo na Arquitetura contemporânea. Orientação espiritual da Arquitetura na América.
2. O ensino da Arquitetura.
3. Os arranha-céus e suas conveniências sob os aspectos higiênicos, econômicos, social e estético.
4. A solução econômica do problema residencial.
5. Urbanismo e arquitetura paisagística.
6. Regulamentação profissional e propriedade artística do arquiteto.
7. A defesa do patrimônio artístico das nações americanas.
8. Organização dos concursos públicos e privados, nacionais e internacionais de Arquitetura e Urbanismo.
9. Como julgar as tendências da Arquitetura moderna. Decadência ou ressurgimento?
10. Parques escolares, universitários, hospitalares, desportivos e de diversões.

V CPA

Montevideu, Uruguai

4 a 9 de março de 1940.

Organizador: Sociedad de Arquitectos do Uruguay.

Delegações participantes: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, República Dominicana, EUA, México, Perú, Uruguay.

1. Os problemas atuais do crescimento das cidades.
 - a) Extensão superficial ou intensificação de altura.
 - b) Como e por quem deve decidir e planejar-se.
 - c) Conveniência de legislar sobre o destino das terras que circundam a cidade.
2. A habitação da classe média
 - a) Casa coletiva.
 - b) Casa unifamiliar.
 - c) Meios econômicos e financeiros para sua realização.
3. Concursos públicos.
 - a) Normas que devem regulá-los de acordo com a experiência americana.
 - b) Remuneração de concursantes e jurados.
4. Os auxiliares especialistas nas obras de arquitetura.
 - a) Sua função técnica e alcance de sua intervenção.
 - b) Estimativa de seus serviços e quem deve remunerá-los.
5. Estudos complementares de especialização nas escolas de arquitetura.

a) Conveniência de estabelecer esses estudos dirigidos a fortalecer o desenvolvimento dos distintos aspectos vocacionais da carreira de arquiteto e a contemplar as necessidades correlatas ao meio (Urbanismo, decoração, assuntos legais, economia especial, técnica construtiva, cálculo etc.).

6. Sistematização do estudo da história da arquitetura americana.

- a) Centros locais de estudos e sua vinculação permanente.
- b) Orientação e métodos de estudo.